



**UNIVERSIDADE FEDERAL DO CEARÁ
PRÓ-REITORIA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO
MESTRADO PROFISSIONAL DE SOCIOLOGIA EM REDE NACIONAL
PROFSOCIO**

FRANCISCO FÁBIO DE ALBUQUERQUE

O LUGAR DA CIÊNCIA POLÍTICA NO ENSINO DE SOCIOLOGIA

FORTALEZA

2025

FRANCISCO FÁBIO DE ALBUQUERQUE

O LUGAR DA CIÊNCIA POLÍTICA NO ENSINO DE SOCIOLOGIA

Dissertação apresentada ao
Mestrado Profissional de Sociologia em
Rede Nacional da Universidade Federal
do Ceará, como requisito parcial à
obtenção do título de Mestre. Área de
concentração: Ensino de Sociologia.

Orientadora: Prof.^a Dra. Monalisa Soares
Lopes.

FORTALEZA

2025

FRANCISCO FÁBIO DE ALBUQUERQUE

O LUGAR DA CIÊNCIA POLÍTICA NO ENSINO DE SOCIOLOGIA

Dissertação apresentada ao
Mestrado Profissional de Sociologia em
Rede Nacional da Universidade Federal
do Ceará, como requisito parcial à
obtenção do título de Mestre.

Aprovada em ___/___/2025.

BANCA EXAMINADORA

Prof.^a Dra. Monalisa Soares Lopes (Orientadora)
Universidade Federal do Ceará (UFC)

Prof.^a Dra. Danyelle Nilin Gonçalves
Universidade Federal do Ceará (UFC)

Prof. Dra. Gabriella Maria Lima Bezerra
Universidade Estadual do Vale do Acaraú (UVA)

A Deus.

Aos meus amores, Rose e Fernandinha.

AGRADECIMENTOS

Em primeiro lugar, agradeço a Deus por me permitir concluir esta etapa da minha trajetória, marcada por muito esforço, momentos de esgotamento, mas também por inúmeros momentos de entusiasmo e realização. Ele me concedeu saúde, perseverança e discernimento ao longo dessa caminhada. A Ele, toda honra e toda glória.

De forma especial, agradeço à minha esposa querida, Rosemary, minha companheira de vida e alicerce diário. Sua paciência, fé e incentivo, tornou possível a realização deste sonho, e sua persistência e apoio constante foram essenciais para que eu pudesse seguir em frente com confiança, mesmo com tantos desafios.

À minha filha Fernandinha, presente de Deus, que mesmo envolvida com a conclusão de sua própria graduação, me ajudou em diversos momentos. Sua presença graciosa sempre me deu ainda mais motivos para perseverar.

Sou imensamente grato à minha orientadora, professora Dra. Monalisa Soares Lopes. Sua seriedade e olhar atento no campo da Ciência Política, contribuíram para que esta pesquisa e o produto didático final ganhassem consistência. Com muita objetividade, ela me apresentou grandes autores/as e temas fundamentais desse campo, fazendo com que eu pudesse produzir com segurança. Muito obrigado, professora Monalisa!

Ao professor e amigo José Ernandes, meu colega de jornada, exemplo de persistência ao longo da caminhada e que também me serviu de inspiração. Ao Zé, um grande abraço!

Às minhas irmãs, pelas palavras de apoio, e aos colegas de mestrado, pelo companheirismo, pelas trocas de experiências e apoio mútuo. Fazer parte dessa turma foi uma grande honra para mim!

Agradeço ainda aos diversos professores/as de Ciências Humanas e Sociais Aplicadas da Rede Estadual que, gentilmente, responderam às perguntas sobre temas importantes da Ciência Política, bem como ao diretor da escola em que trabalho (E.E.M Dona Luíza Távora – Pio XII), professor Ivan Quevedo, pela confiança, pelo apoio institucional e por acreditar na importância desse processo formativo.

Por fim, agradeço imensamente ao PROFSOCIO, à professora Dra. Danyelle Nillin Gonçalves, pela atenção e disponibilidade para com toda a turma, e ao corpo docente pelo compromisso com nossa formação. Agradeço também à professora Dra. Gabriella Maria Lima Bezerra, pela contribuição na banca. Sou grato, ainda, à CAPES pelo apoio financeiro. Muito obrigado a todos/as.

A educação é o ponto em que decidimos se amamos o mundo o bastante para assumirmos a responsabilidade por ele e, como tal gesto, salvá-lo da ruína que seria inevitável não fosse a renovação e a vinda de novos e dos jovens. A educação é, também, onde decidimos se amamos as nossas crianças o bastante para não expulsá-las do nosso mundo e abandoná-las a seus próprios recursos, e tão pouco arrancar de suas próprias mãos a oportunidade de empreender alguma coisa nova e imprevista para nós, preparando-as em vez disso com antecedência para tarefa de renovar um mundo comum (Arendt, 2011, p. 247).

RESUMO

A presente pesquisa investiga o lugar reservado à Ciência Política no ensino de Sociologia, inserindo-se na linha “Práticas de ensino e conteúdos curriculares”, uma das três linhas de pesquisa do Mestrado Profissional de Sociologia em Rede Nacional (PROFSOCIO), da Universidade Federal do Ceará. Trata-se de uma reflexão sobre o espaço destinado aos aspectos conceituais, teóricos e temáticos da Ciência Política no ensino de Sociologia, a partir da análise dos documentos oficiais que orientam a educação nacional e das coleções didáticas de Ciências Humanas e Sociais Aplicadas para o Ensino Médio, aprovadas no Programa Nacional do Livro Didático (PNLD) de 2021. O objetivo geral deste trabalho é verificar como ocorre a construção e a abordagem dos conteúdos específicos de Ciência Política, considerando sua importância para a formação de uma cidadania mais crítica e ativa entre estudantes do Ensino Médio. Busca-se também refletir sobre os saberes e competências necessários para um ensino de Política que seja qualificado e capaz de contribuir para a valorização da democracia. Como objetivo específico, propõe-se a produção de um material didático, na forma de caderno, que possa atuar como recurso pedagógico, fortalecendo a relação entre professores/as e estudantes. Essa ferramenta deve complementar o livro didático, oferecendo subsídios direcionados ao ensino de conteúdos de Ciência Política, com aprofundamento dos temas que, nas coleções analisadas, são abordados de forma superficial ou mesmo negligenciados. Como metodologia, adotamos as diretrizes propostas por Simone Meucci para examinar o livro didático enquanto expressão sociocultural inserida na dinâmica social, destacando a ideia de que os livros didáticos não são neutros, pois refletem e reproduzem visões de mundo construídas a partir de contextos sociais, editoriais e econômicos que influenciam diretamente sua produção e conteúdo. A elaboração do material didático está pautada nas habilidades e competências previstas na Base Nacional Comum Curricular (BNCC), e organizada em eixos temáticos, que servirão de apoio aos/as professores/as para enfrentar as dificuldades encontradas no ensino de Sociologia no Ensino Médio.

Palavras-chave: ensino de sociologia; ciência política; cidadania; ensino médio.

ABSTRACT

The present research investigates the place reserved for Political Science in the teaching of Sociology, aligning with the research line “Teaching Practices and Curricular Content,” one of the three research lines of the Professional Master’s Program in Sociology in the National Network (PROFSOCIO) at the Federal University of Ceará. This study reflects on the space allocated to the conceptual, theoretical, and thematic aspects of Political Science within Sociology teaching, based on the analysis of official documents that guide national education policies and on the didactic collections of Humanities and Applied Social Sciences for high school, approved in the 2021 National Textbook Program (PNLD). The general objective of this work is to verify how the construction and approach of specific Political Science content occur, considering its importance for fostering a more critical and active citizenship among high school students. The research also seeks to reflect on the knowledge and competencies necessary for a qualified teaching of Politics that can contribute to valuing democracy. As a specific objective, it proposes the production of didactic material, in the form of a booklet, that can serve as a pedagogical resource, strengthening the relationship between teachers and students. This tool should complement the textbook, providing targeted support for teaching Political Science content, with an in-depth approach to topics that are superficially addressed or even neglected in the analyzed collections. As a methodology, we adopted the guidelines proposed by Simone Meucci to examine the textbook as a sociocultural expression embedded in social dynamics, emphasizing the idea that textbooks are not neutral, as they reflect and reproduce worldviews shaped by social, editorial, and economic contexts that directly influence their production and content. The development of the didactic material is based on the skills and competencies outlined in the National Common Curricular Base (BNCC) and organized into thematic axes that will support teachers in addressing the challenges faced in teaching Sociology in high school.

Keywords: sociology teaching; political science; citizenship; secondary education.

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 - Processo de institucionalização da Sociologia escolar no Brasil.....	20
Tabela 2 - O processo de inserção da Ciência Política na educação básica nacional.....	23
Tabela 3 - A importância do ensino de política para a cidadania.....	35
Tabela 4 - A presença e o tratamento dos termos Política, Democracia e Ciência Política em documentos oficiais da educação nacional.....	52
Tabela 5 - Distribuição dos conteúdos das 14 coleções didáticas de CHSA - PNLD 2021.....	61
Tabela 6 - Coleções de CHSA e suas respectivas autorias - PNLD 2021.....	63
Tabela 7 - Titulação dos/as autores/as das coleções de CHSA - PNLD 2021.....	66
Tabela 8 - Autores/as com titulação em Ciência Política - PNLD 2021.....	67
Tabela 9 - Autores/as citados/as nas coleções de CHSA em relação aos temas da Ciência Política e suas diretrizes orientadoras - PNLD 2021.....	69
Tabela 10 - Diagnóstico de Temas de Ciência Política no Ensino Médio.....	80
Tabela 11 - Algumas dificuldades docentes no ensino de Ciência Política.....	82
Tabela 12 - Temas mais desafiadores da Ciência Política no Ensino Médio.....	85
Tabela 13 - Eixos temáticos e conteúdos relevantes da Ciência Política.....	89

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

BNCC	Base Nacional Comum Curricular.
CABECS	Cadernos da Associação Brasileira de Ensino de Ciências Sociais.
CAPES	Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior.
CF	Constituição Federal.
CHSA	Ciências Humanas e Sociais Aplicadas.
DCNs	Diretrizes Curriculares Nacionais.
DCRC	Documento Curricular Referencial do Ceará.
DIEESE	Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos
ENEM	Exame Nacional do Ensino Médio.
FNDE	Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação.
IDE	Inclusão da Diversidade e Igualdade.
IPEA	Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada.
LDB	Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional.
LEPEM	Laboratório de Estudos sobre Política, Eleições e Mídia.
MEC	Ministério da Educação.
OCNEM	Orientações Curriculares Nacionais para o Ensino Médio.
ONGs	Organizações Não Governamentais.
ONU	Organização das Nações Unidas.
OSCIPs	Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público.
PCNEM	Parâmetros Curriculares Nacionais do Ensino Médio.
PCNs	Parâmetros Curriculares Nacionais.
PNA	Política Nacional de Alfabetização.
PNE	Plano Nacional de Educação.
PNLD	Programa Nacional do Livro e do Material Didático.
PROFSOCIO	Mestrado Profissional de Sociologia em Rede Nacional.
STF	Supremo Tribunal Federal.
TRE	Tribunal Regional Eleitoral.
TSE	Tribunal Superior Eleitoral.
UFC	Universidade Federal do Ceará.

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO.....	11
2 ENSINO DE (CIÊNCIA) POLÍTICA NA ESCOLA	13
2.1 Breve histórico do processo de inserção da Sociologia escolar no Brasil	17
2.2 Revisão de literatura: a importância do ensino de política para a cidadania ...	24
2.3 O ensino de Ciência Política na escola	39
3 ANALISANDO OS DOCUMENTOS E LIVROS DIDÁTICOS	48
3.1 A Ciência Política nos documentos oficiais da educação	49
3.2 A Ciência Política nos livros didáticos	52
3.3 As coleções didáticas de CHSA do PNLD 2021	59
3.4 O lugar da Ciência Política nas coleções de CHSA do PNLD 2021	67
4 DIAGNÓSTICO DE TEMAS DE CIÊNCIA POLÍTICA ENSINO MÉDIO	79
4.1 A elaboração do material didático	86
5 CONSIDERAÇÕES FINAIS	90
REFERÊNCIAS	92
ANEXO – MATERIAL DIDÁTICO	97

1 INTRODUÇÃO

A presente pesquisa investiga o lugar reservado à Ciência Política no ensino de Sociologia, identificando-se com “Práticas de ensino e conteúdos curriculares”, uma das três linhas de pesquisas do Mestrado Profissional de Sociologia em Rede Nacional (PROFSOCIO), da Universidade Federal do Ceará. É uma reflexão sobre o lugar dos aspectos conceituais, teóricos e temáticos da Ciência Política no ensino de Sociologia, com base na análise dos documentos oficiais que orientam a educação nacional e das coleções didáticas de Ciências Humanas e Sociais Aplicadas para o Ensino Médio aprovadas no Programa Nacional do Livro Didático - PNLD 2021.

O objetivo geral é verificar como se dá a construção e a abordagem dos conteúdos específicos da Ciência Política, observando a sua importância na formação de uma cidadania mais crítica e ativa dos estudantes do Ensino Médio. Pretende-se também refletir sobre a questão dos saberes e competências necessários para um ensino qualificado de Política, na perspectiva da construção de uma cultura de valorização da democracia.

O objetivo específico é produzir um material didático (caderno/módulo) que possa servir como recurso pedagógico e ferramenta potencializadora da relação entre professores/as e estudantes. Essa ferramenta pedagógica deve apoiar e orientar o trabalho dos docentes, complementando o livro didático e voltado especificamente para os conteúdos da Ciência Política, abordando com mais profundidade os temas que são superficialmente tratados ou mesmo ignorados nas coleções.

No primeiro capítulo, apresentamos um breve histórico do processo de institucionalização do ensino de Sociologia no Brasil, bem como da construção da Ciência Política como disciplina autônoma. Em seguida, apresentamos uma revisão de literatura na perspectiva da importância do ensino de política para a cidadania, identificando e analisando projetos, temas, propostas e abordagens, bem como importantes questões de pesquisa sobre o ensino de política na educação básica.

São pesquisas que partem de concepções segundo as quais o ensino de política pode fortalecer a democracia ao equipar os estudantes com instrumentos de letramento político (COSSON, 2010)¹, disseminando valores democráticos, bem como de tolerância

¹ COSSON, Rildo. Letramento político: por uma pedagogia da democracia. *Cadernos Adenauer, Educação Política: reflexões e práticas democráticas*, Rio de Janeiro. Ano XI, n.3, 2010.

à diversidade e às diferenças. Ainda no primeiro capítulo, apresentamos a perspectiva, segundo a qual, a escola continua sendo a única instituição cuja função oficial e exclusiva é a educação, devendo priorizar a formação de cidadãos e cidadãs ativos/as e livres (BENEVIDES, 1996, p.234)². Nessa perspectiva, entendemos ser fundamental consolidar o ensino de Ciência Política na educação básica, ressaltando-se, mais uma vez, que, no Brasil, essa é uma tarefa específica da disciplina escolar Sociologia.

No segundo capítulo, analisamos os documentos oficiais da educação nacional e os livros didáticos, pois entendemos que estes desempenham um papel central na educação básica, fundamentando o trabalho docente, definindo conteúdos curriculares, planos de ensino, bem como competências e habilidades que devem ser seguidas em todo o país.

Analisamos a presença da Ciência Política nesses documentos (LDB, PNE, BNCC, DCNs, PCNs e DCRC), bem como nos livros didáticos das 14 coleções de CHSA aprovadas pelo PNLD 2021, observando a distribuição dos conteúdos, a formação acadêmica dos seus autores/as e as referências por eles utilizadas na abordagem de conceitos e temas da Ciência Política. Indicamos também o quanto essas coleções podem dificultar a organização curricular da escola e o trabalho docente, e destacamos os conteúdos apresentados de forma insuficiente, assim como os ausentes e/ou meramente descritivos e informativos.

No terceiro capítulo, analisamos os resultados de um formulário de pesquisa direcionado a docentes da área de Ciências Humanas e Sociais Aplicadas (CHSA) da Rede Pública Estadual. Nosso objetivo foi identificar quais temas de Ciência Política representam os maiores desafios em sala de aula ou despertam maior interesse dos/as professores/as para serem aprofundados com os/as estudantes.

Por fim, propomos a elaboração de um material didático (caderno) complementar ao livro, voltado especificamente ao estudo da Ciência Política e produzido com base nas habilidades e competências dispostas na Base Nacional Comum Curricular (BNCC). Delineamos o material em eixos temáticos que poderão ser úteis para auxiliar os/as professores/as a enfrentar as dificuldades enfrentadas pelo ensino de Sociologia.

² BENEVIDES, Maria Victoria de Mesquita. **Educação para a democracia**. Lua Nova, São Paulo, 1996.

2 ENSINO DE (CIÊNCIA) POLÍTICA NA ESCOLA.

No Brasil, é predominante o discurso das competências técnicas para o trabalho na educação básica (GENTILI, 1995)³. No decorrer do tempo, esse discurso foi sendo incorporado à legislação e aos documentos oficiais que regem a educação brasileira, e passou a nortear grande parte dos projetos e do currículo em instituições públicas da educação básica, notadamente a partir da década de 1990, com a ofensiva do projeto neoliberal no Brasil.

Ressalte-se que, na concepção neoliberal, a educação é um produto oferecido ao mercado e que vem sendo conduzida de forma ineficiente e, para torná-la mais produtiva, somente inserindo mecanismos gerenciais de mercado no processo de formação educacional. Esse processo deve ser voltado unicamente ao mercado de trabalho, mantendo o indivíduo como cidadão passivo e sem preparo para atuar nas esferas pública e política (BIANCHETTI, 2005)⁴.

A influência do neoliberalismo nas políticas educacionais apresenta-se, principalmente, na adoção de princípios de mercado na gestão e financiamento das instituições de ensino, fazendo com que a lógica de mercado altere a percepção da educação, tratando-a como um produto a ser consumido (FREITAS, 2012)⁵. E todas essas mudanças estão inseridas no quadro maior de reestruturação produtiva do sistema capitalista e de mudanças profundas no mundo do trabalho pelas quais o mundo vem passando nas últimas décadas (ANTUNES, 2020)⁶.

Nesse contexto de transformações estruturais do sistema capitalista e com nítidos reflexos na educação básica, iniciou-se, a partir da década de 1990, um processo de reformas educacionais com novas diretrizes nacionais e reestruturações curriculares com o desenvolvimento gradativo de projetos, concepções e abordagens que, de um lado,

³ GENTILI, Pablo. **A mercantilização do conhecimento:** A educação como serviço e a escola como empresa. São Paulo: Cortez, 1995. Nessa obra, o autor analisa como o neoliberalismo transforma a educação pública, alinhando-a às exigências do mercado e aos interesses do capital. Esse movimento enfraquece o processo de formação cidadã e prioriza o desenvolvimento de competências técnicas e operacionais voltadas para suprir demandas econômicas.

⁴ BIANCHETTI, R. G. **Modelo neoliberal e políticas educacionais.** 4. ed. São Paulo: Cortez, 2005.

⁵ FREITAS, L. C. **A Mercantilização da Educação:** Da Educação como Direito à Educação como Mercado. São Paulo: Cortez, 2012.

⁷ ANTUNES, Ricardo (org.). **Uberização, trabalho digital e indústria 4.0.** 1. ed. São Paulo: Boitempo, 2020.

fragmentam ou mesmo desconstroem disciplinas e conteúdos e, de outro, aceleram a construção de projetos e concepções de uma educação reducionista, temática, simplificada e fragmentada, notadamente na área de Ciências Humanas e Sociais Aplicadas (CHSA).

São constantes reformas educacionais empreendidas ao longo do tempo⁷, com sucessivas mudanças curriculares que inviabilizam um planejamento de ensino consistente a longo prazo, no sentido de educar e formar o indivíduo para o exercício de uma cidadania ativa e crítica.

Basta analisar os livros didáticos adotados, ano após ano, pelo Programa Nacional do Livro Didático (PNLD) da área de Ciências Humanas e Sociais Aplicadas (CHSA), para constatar a superficialidade das abordagens, a tematização excessiva, a redução e fragmentação dos conteúdos de todas as disciplinas de humanidades (História, Geografia, Filosofia e Sociologia), identificadas agora como componentes curriculares, além das tentativas equivocadas de transdisciplinaridade que acabam, na verdade, desconstruindo as próprias disciplinas.

Dessa forma, as secretarias estaduais de educação passam a desenvolver toda uma gama de materiais didáticos, itinerários formativos e novos projetos marcados por uma cultura de desvalorização da formação intelectual do estudante e por uma incapacidade de formá-los para o exercício de uma cidadania mais ampla, crítica e ativa.

Assim, o ensino dos conteúdos de política, ou Ciência Política como áretronco das Ciências Sociais, apesar de estar presente no componente curricular de Sociologia e definido nos documentos oficiais da educação, não encontra um espaço muito bem consolidado no currículo, possuindo pouca visibilidade na educação básica.

⁷ A partir da década de 1990, no campo educacional, as reformas efetivadas tiveram por paradigma o receituário neoliberal, que concebe educação como preparação dos indivíduos para o mercado de trabalho. Destacam-se o Programa Setorial de Ação do Governo Collor na área de educação (1991-1995); o Plano Decenal de Educação para Todos (1993-2003); a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB-1996); o Fundef (1996) e o Fundeb (2007); o Plano Nacional de Educação (PNE-2014); a Reforma do Ensino Médio (2017); a Base Nacional Comum Curricular (BNCC-2017/2018); a Política Nacional de Alfabetização (PNA-2019) e o Novo Fundeb (2020). E já está em vigor a Lei 14.945/2024, que institui a Política Nacional de Ensino Médio, alterando a Lei 9.394/1996, de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, e revogando parcialmente a [Lei nº 13.415/2017](#), que dispôs sobre a Reforma do Ensino Médio.

Essas definições são importantes, mas não são suficientes para conferir autonomia plena ao campo da Ciência Política. Estão elaboradas nos Parâmetros Curriculares Nacionais (2000)⁸ que incluíram o conhecimento de Ciência Política juntamente dos conteúdos de Sociologia e de Antropologia que devem ser contemplados no Ensino Médio. O ensino de política, de acordo com esse documento, deve ser direcionado para o entendimento de parte do cotidiano das pessoas, com o objetivo de adquirir uma compreensão geral sobre as relações de poder que perpassam as relações sociais.

Nessa perspectiva, é fundamental repensar o processo educacional a partir do paradigma da democracia, ou seja, reestruturar currículos e redefinir os conteúdos para desenvolver uma cultura cívica e política na educação básica na perspectiva de preparar os estudantes para o exercício crítico de uma cidadania ativa, onde estes sejam capazes de compreender os processos e as instituições políticas, a questão do exercício do poder, a natureza política das disputas em sociedade, os assuntos públicos mais amplos, as pautas interseccionais e o respeito às diferenças.

Nesse cenário, projetos na área de Ciências Humanas e Sociais Aplicadas assumem relevância, notadamente sobre o ensino de política, que apontem para a construção de uma democracia participativa na perspectiva da educação como prática de formação cidadã. Portanto, para que se desenvolva na educação básica um processo de estímulo à cultura cívica e democrática que possa ir de encontro ao projeto neoliberal e imprimir a noção de coletividade e de república, é fundamental o ensino da Ciência Política.

Considerando esse quadro, pretende-se analisar o ensino de política na educação básica para o exercício da cidadania, apontando para os elementos conceituais, teóricos e temáticos da Ciência Política no ensino de Sociologia. O campo empírico escolhido abrange a seleção e análise de conteúdos curriculares, dos documentos oficiais que orientam a educação nacional e dos próprios livros didáticos adotados na área de

⁸ BRASIL, **Parâmetros Curriculares Nacionais**. Ciências Humanas e suas tecnologias. Brasília: MEC, 2000.

Ciências Humanas e Sociais Aplicadas para o Ensino Médio, referentes ao Programa Nacional do Livro Didático (PNLD) 2021.

O objetivo é verificar como se dá a construção e a abordagem dos conceitos, teorias e temas da política, observando a sua importância na formação de uma cidadania mais crítica e ativa dos estudantes do Ensino Médio e, assim, contribuir para fortalecer os valores da democracia.

Pretende-se também refletir sobre a questão dos saberes e competências necessários para um ensino qualificado de política no Ensino Médio na perspectiva do desenvolvimento de uma cultura democrática e de valorização da política (BENEVIDES, 1996)⁹. A busca por esses saberes e competências é essencial para contribuir efetivamente no desenvolvimento dos jovens estudantes, com o propósito de formá-los como pessoa humana, promovendo sua autonomia intelectual e pensamento crítico, além de colaborar na construção de sua identidade social e política.

Vale destacar que priorizar o exercício da democracia, a legalidade e legitimidade do poder, a cidadania, os direitos e deveres do cidadão, os movimentos sociais e outras formas de participação, ou seja, valorizar a política como prática social que envolve a participação cidadã nos rumos da sociedade, constitui um dos objetivos centrais da Ciência Política no Ensino Médio.

Segundo Bodart, Macedo e Peixoto (2022)¹⁰, um dos grandes desafios da Ciência Política no Ensino Médio é a própria valorização do conhecimento da política, de suas instâncias de poder, dos atores políticos, das teorias políticas clássicas e contemporâneas, de modo a aproximar os estudantes da realidade conhecida pelos (as) estudantes. Torna-se também necessária a ampliação da compreensão do fenômeno político e da própria noção de democracia, não só como um regime político, mas também como princípios e valores (BOBBIO, 1998)¹¹.

Levando em consideração que o ensino de política, a partir do paradigma da democracia, pode contribuir para a promoção de uma cidadania ativa entre os estudantes,

⁹ BENEVIDES, Maria Victoria de Mesquita. **Educação para a democracia**. Lua Nova, São Paulo, 1996.

¹⁰ BODART, Cristiano, das Neves; MACEDO, Joana da Costa; PEIXOTO, Fábio Costa. A Importância do Ensino de Ciência Política no Brasil. **Cadernos da Associação Brasileira de Ensino de Ciências Sociais (CABECS)**, v. 2, n. 2, p. 06-22, 2022.

¹¹ BOBBIO, Norberto; et.al. **Dicionário de Política**. Editora UNB, Brasília, 1998.

promove-se uma educação que possa fortalecer os valores democráticos, como, por exemplo, justiça, igualdade, liberdade de expressão e respeito aos direitos humanos. O objetivo é contribuir para potencializar os estudantes com um instrumental teórico importante, qualificando-os para uma participação mais efetiva no processo de reconfiguração da democracia no Brasil.

Nessa perspectiva, para alcançar nossos objetivos e a partir dessas considerações, neste primeiro capítulo, apresentamos um breve histórico do processo de institucionalização da Sociologia escolar no Brasil, assim como da inserção da Ciência Política na educação básica nacional.

Em seguida, realizamos uma revisão de literatura sobre a importância do ensino de Ciência Política para a promoção e o fortalecimento da cidadania, bem como a sua presença na escola, na perspectiva da educação política no Ensino Médio.

2.1 Breve histórico do processo de inserção da Sociologia escolar no Brasil.

Nesta seção, apresentamos um breve histórico do percurso da Sociologia escolar¹² no Brasil, destacando contextos e marcos relevantes, bem como seus impactos no processo de ensino da disciplina.

Nesse sentido, verificamos que, historicamente, as raízes da Sociologia escolar remontam ao contexto de declínio da Monarquia e início da República, ou seja, da transição do século XIX ao XX, marcado por diversas transformações importantes na sociedade brasileira, como, por exemplo, a abolição da escravidão, a ascensão das classes médias urbanas, o fortalecimento das oligarquias agrárias cafeeiras, a propagação das ideias positivistas e a implantação da nova ordem republicana, a partir de 1889.

Diante desse processo de transição, marcado por permanências e rupturas históricas, entendemos que introduzir uma nova disciplina na educação nacional, como a Sociologia, não foi uma tarefa fácil e enfrentou grandes desafios. Nesse cenário, figuras de destaque, como Rui Barbosa e Benjamin Constant¹³, por exemplo, defenderam a

¹² Por “Sociologia escolar”, referimo-nos à disciplina de Sociologia presente no Ensino Médio, a qual envolve as três grandes áreas das Ciências Sociais, a Antropologia, a Sociologia e a Ciência Política.

¹³ Rui Barbosa e Benjamin Constant compartilhavam a visão de que o sistema educacional deveria ser modernizado para atender às demandas de uma sociedade republicana. Marcaram os debates sobre educação na época e influenciaram a construção de políticas educacionais, assim como a própria identidade do sistema educacional brasileiro.

inclusão da Sociologia no ensino secundário, embora, de acordo com Silva (2010)¹⁴, essa proposta não tenha sido efetivada na época.

No entanto, Oliveira (2013)¹⁵, sugere que a disciplina pode ter sido introduzida, de forma não oficial, ainda no final do século XIX, no Atheneu Sergipense. Ressalte-se que, apesar dessas propostas não terem obtido êxito, suas iniciativas marcaram um importante ponto de partida, consolidando-se como pioneiras no processo de institucionalização da Sociologia escolar no Brasil.

Com relação à oficialização da Sociologia como disciplina obrigatória, entendemos que existe um certo consenso na área em torno da questão de que a disciplina se institucionalizou a partir de 1925, com a Reforma Rocha Vaz¹⁶. Analisando os primeiros manuais de Sociologia, Meucci (2000)¹⁷ toma a referida reforma educacional como pioneira, desenvolvendo a ideia de que o ingresso da Sociologia nas escolas de nível secundário precedeu a sua introdução na Universidade.

Oliveira (2013)¹⁸, refletindo sobre a construção do currículo de Sociologia na escola, também utiliza o marco legal de 1925 para repensar o histórico da Sociologia enquanto disciplina escolar e analisar a presença da Sociologia nos currículos escolares da primeira metade do século XX.

Mais tarde, em 1931, no governo provisório de Getúlio Vargas, em um esforço para atender às demandas da industrialização e modernização conservadora do Estado brasileiro, a Reforma Francisco Campos¹⁹ ampliou a inclusão da Sociologia para outros cursos complementares. Contudo, segundo os pesquisadores citados, essa obrigatoriedade

¹⁴ SILVA, Ileizi Luciana Fiorelli. O Ensino das Ciências Sociais/Sociologia no Brasil: histórico e perspectivas. In: MORAES, Amaury César (org.). *Sociologia: ensino médio. Coleção Explorando o Ensino*, v. 15. Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Básica, 2010.

¹⁵ OLIVEIRA, Amurabi. O currículo de Sociologia na escola: um campo em construção (e disputa). *Espaço do currículo*, v.6, n.2, p.355-366, mai./ago. 2013.

¹⁶ A Reforma Rocha Vaz foi uma reforma no sistema educacional brasileiro implementada em 1901, durante o governo de Campos Sales. Seu nome deriva do ministro da Justiça e Negócios Interiores à época, Epitácio Rocha Vaz, e teve como objetivo principal reorganizar o ensino secundário e adaptá-lo às demandas da República.

¹⁷ MEUCCI, Simone. A institucionalização da sociologia no Brasil: primeiros manuais e cursos. *Dissertação* (Mestrado em Sociologia) – Universidade Estadual de Campinas, Unicamp, 2000.

¹⁸ OLIVEIRA, Amurabi. Revisitando a história do ensino de sociologia na educação básica. *Scientiarum*, v.35, n.2, p.179-189, 2013.

¹⁹ Francisco Campos era Ministro da Educação e Saúde Pública do governo provisório de Getúlio Vargas e buscava reorganizar o sistema de ensino no Brasil, que deveria estar alinhado aos interesses da modernização industrial e da centralização do poder.

foi de curta duração, sendo eliminada com a Reforma Capanema²⁰, em 1942, ainda na Era Vargas, mais especificamente durante a ditadura do Estado Novo.

O período que se estendeu de 1942 a 1981, ou seja, de Vargas a Figueiredo, foi marcado pela ausência da Sociologia como disciplina obrigatória no ensino secundário, embora, segundo Moraes (2003)²¹, continuasse presente no curso normal, sob o nome de Sociologia Educacional.

A partir de 1981, com a crise da ditadura militar e a continuidade do processo de abertura política iniciada no governo Geisel, inicia-se um processo gradual de reinserção da Sociologia no currículo básico, impulsionado por esforços coletivos de educadores, políticos, estudantes e sociólogos em diferentes negociações nos estados brasileiros.

Na década de 1990, de Collor a FHC, inicia-se a implementação do projeto neoliberal no Brasil e a reorganização da rede pública de ensino, com mudanças significativas na matriz curricular. Disciplinas como Matemática e Português, por exemplo, ganharam prioridade, enquanto Filosofia e Sociologia passaram a ser trabalhadas de forma transversal no Ensino Médio, conforme as diretrizes da LDB.

O referido autor nos esclarece que, em 1995, a Sociologia foi incorporada às Diretrizes Curriculares Nacionais para o Ensino Médio (DCNEM), integrando a área de Ciências Humanas e suas Tecnologias e, em 1999, o Ministério da Educação apresentou os Parâmetros Curriculares Nacionais para o Ensino Médio (PCNEM), que incluíram competências relacionadas à Sociologia, Antropologia e Ciência Política.

Em 2002, iniciou-se uma revisão dos Parâmetros Curriculares Nacionais para o Ensino Médio, e, em 2004, já no governo Lula, o Ministério da Educação elaborou as Orientações Curriculares Nacionais (OCNs), documento que formalizou a obrigatoriedade da Sociologia nos currículos organizados por disciplinas.

Apenas em 2008, foi oficializada a obrigatoriedade da Filosofia e da Sociologia em todas as séries do Ensino Médio. Assim, a LDB passou a contemplar essas

²⁰ A Reforma Capanema, idealizada por Gustavo Capanema, Ministro da Educação e Saúde Pública, foi implementada a partir de 1942, reorganizando e padronizando o ensino secundário e técnico no Brasil.

²¹ MORAES, Amaury Cesar. Licenciatura em ciências sociais e ensino de sociologia: entre o balanço e o relato. *Tempo Social*, São Paulo, v. 15, n. 1, p. 5-20, abr., 2003.

disciplinas como parte essencial do currículo, consolidando uma conquista significativa para a valorização da Sociologia na educação brasileira.

Por fim, em 2017/2018, no governo Temer, com a Reforma do Ensino Médio e a consequente reconfiguração curricular, a Sociologia foi consolidada como parte integrante das Ciências Humanas e Sociais Aplicadas e inserida na Base Nacional Comum Curricular (BNCC).

A seguir, na tabela 1, sobre o processo de institucionalização da Sociologia escolar no Brasil, destacamos o período histórico, os eventos mais importantes e seus efeitos no ensino de Sociologia.

Tabela 1 – Processo de institucionalização da Sociologia escolar no Brasil

Ano/Período	Evento/Processo	Impacto no ensino de Sociologia
Da Monarquia à República (1882-1890).	<ul style="list-style-type: none"> - Projeto de Lei não aprovado de Rui Barbosa da disciplina “Elementos de Sociologia e direito constitucional” para a escola secundária. - Reforma Benjamin Constant inclui a disciplina de “Sociologia e Moral” nas escolas do Exército e no segundo semestre do sétimo ano das escolas ginásiais. A disciplina “Sociologia” também constava no currículo do curso Normal do Distrito Federal. - Indícios de introdução não oficial no Atheneu Sergipense. 	Discussão inicial sobre a inclusão da Sociologia no currículo, mas sem impacto imediato.
1925	Oficialização da Sociologia como disciplina obrigatória pela Reforma Rocha Vaz, aplicada no último ano do curso complementar para bacharéis em Ciências e Letras.	Primeira tentativa de inserção oficial do ensino de Sociologia, com alcance limitado devido à autonomia estadual.
1931	Reforma Francisco Campos expande a disciplina para outros cursos complementares.	Ampliação do alcance da Sociologia no ensino secundário, embora ainda com limitações estruturais.
1942	Reforma Capanema extingue a obrigatoriedade da Sociologia no ensino secundário.	Retração significativa da presença da Sociologia nas escolas, marginalizando a disciplina.
1942-1981	Período de ausência da Sociologia como disciplina obrigatória, mantendo-se no curso normal sob o nome de Sociologia Educacional.	Limitação da Sociologia ao curso de formação de professores, reduzindo sua influência no sistema educacional geral.

1981	Início do processo gradual de reinserção da Sociologia no currículo por meio de esforços de educadores, políticos, estudantes e sociólogos.	Retomada gradual da relevância da Sociologia, fortalecendo a mobilização para sua reintegração curricular.
1994	Redução da grade curricular enfraquece a presença da Sociologia; interpretação da LDB gera movimento para tornar a lei mais explícita.	Perda de espaço curricular para disciplinas consideradas secundárias, mobilizando esforços por maior clareza legislativa.
1995	Inclusão da Sociologia nas Diretrizes Curriculares Nacionais para o Ensino Médio (DCNEM), na área de Ciências Humanas e suas Tecnologias.	Reconhecimento formal da importância da Sociologia no Ensino Médio, incentivando sua implementação gradual.
1999	Lançamento dos Parâmetros Curriculares Nacionais para o Ensino Médio (PCNEM), abordando Sociologia, Antropologia e Ciência Política.	Criação de diretrizes que reforçam a interdisciplinaridade e estabelecem competências específicas para a Sociologia.
2001	Presidente Fernando Henrique Cardoso veta projeto que tornava a Sociologia obrigatória, alegando impacto financeiro e falta de profissionais qualificados.	Frustração de avanços na implementação nacional da Sociologia, destacando desafios estruturais e financeiros.
2004	Revisão dos Parâmetros Curriculares Nacionais para o Ensino Médio; elaboração das Orientações Curriculares Nacionais (OCNs).	Atualização curricular que fortaleceu os fundamentos para a Sociologia no Ensino Médio.
2006	Obrigatoriedade da Sociologia no Ensino Médio organizado por disciplinas.	Consolidação da disciplina como parte essencial do currículo, impulsionando sua implementação nos estados.
2008	Sociologia e Filosofia obrigatórias em todas as séries do Ensino Médio.	Presença definitiva da Sociologia no currículo escolar brasileiro.
2017-2018	Sociologia consolidada como parte das Ciências Humanas e Sociais Aplicadas e inserida na Base Nacional Comum Curricular (BNCC).	Fortalecimento e expansão da área e maior integração na formação dos estudantes.

Fonte: Elaboração a partir da bibliografia citada.

Com relação à autonomia da Ciência Política como disciplina específica, podemos verificar que é um processo relativamente recente, iniciando-se nos anos 1960 com a criação do primeiro programa de pós-graduação na Universidade Federal de Minas Gerais. Esse avanço, de acordo com Forjaz (1997)²², foi impulsionado por investimentos

²² FORJAZ, Maria Cecília Spina. A emergência da ciência política no Brasil: aspectos institucionais. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, v. 12, n. 35, p. 1-22, 1997.

da Fundação Ford, destinados à formação de cientistas políticos focados em compreender aspectos institucionais da política.

Keinert e Silva (2010)²³, nos informam que esses esforços ajudaram a desenvolver pesquisas sobre formas democráticas de organização social, gestão estatal, e implementação de políticas públicas, com ênfase em métodos quantitativos. Isso contrastou com a abordagem da escola francesa, predominante na Universidade de São Paulo, que formava intelectuais na Sociologia e Antropologia com perspectivas diferentes.

Vale ressaltar que o processo de inserção da Ciência Política na educação básica nacional enfrentou dificuldades que podem estar associadas ao processo de institucionalização e autonomia da disciplina em relação às demais áreas das Ciências Sociais, como Sociologia e Antropologia.

Nesse sentido, para compreender essa dinâmica, Bourdieu (2012)²⁴ nos orienta acerca dos campos sociais, que operam por meio de estruturas simbólicas, nas quais os agentes disputam posições e poder, e o reconhecimento dentro de um campo não pode ser compreendido isoladamente, pois ele é composto por diferentes interesses e posições. Além disso, o campo estabelece relações com outras áreas de conhecimento e com diversos atores ao longo do tempo.

Sob essa ótica, é possível perceber que a ausência de autonomia plena da Ciência Política em relação à Sociologia pode ser associada à disputa por posição e reconhecimento entre os dois campos no ambiente acadêmico e intelectual. Como ambos compartilham bases teóricas e metodológicas que os tornam interdependentes, isso tende a dificultar a delimitação de fronteiras claras e o estabelecimento da Ciência Política como um campo totalmente independente.

É importante destacar, nesse contexto, que assim como qualquer área de conhecimento se relaciona com outras, a Ciência Política precisa manter um diálogo constante com a Sociologia, seja para legitimar suas práticas, seja para se diferenciar. Essa relação acaba reforçando sua dependência, no âmbito da escola média, já que parte de sua legitimidade deriva do reconhecimento proveniente da Sociologia.

²³ KEINERT, Fábio Cardoso; SILVA, Dimitri Pinheiro. A gênese da ciência política brasileira. *Tempo Social*, v. 22, n. 1, p. 79-98, jun. 2010.

²⁴ BOURDIEU, Pierre. **O poder simbólico**. 4 ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2012.

Nessa perspectiva, entendemos que a teoria de Bourdieu oferece uma importante contribuição para que possamos compreender como as dinâmicas internas e externas de um campo social, como o da Ciência Política, por exemplo, influenciam sua capacidade de afirmar-se como uma área autônoma em relação à Sociologia.

Dessa forma, enquanto a Sociologia começou a ser ensinada no Ensino Médio nos anos 1930, consolidando-se posteriormente no ensino superior, a Ciência Política, de acordo com Marenco (2016)²⁵, permaneceu vinculada ao ensino das Ciências Sociais, identificadas como Sociologia escolar na educação básica.

Ressalte-se que, em tempos recentes, a inserção de uma disciplina de Ciência Política no Ensino Médio, parece ter se diluído com os novos ares da interdisciplinaridade propagados nas novas orientações vinculadas à Base Nacional Comum Curricular.

A seguir, na tabela 2, apresentamos o processo de inserção da Ciência Política na educação básica nacional, suas características e impactos no campo de estudo.

Tabela 2 – O processo de inserção da Ciência Política na educação básica nacional

Tema principal	Características	Impactos/efeitos
Origem da Ciência Política no Brasil	Anos 1960: criação do programa de pós-graduação na UFMG com apoio da Fundação Ford, introduzindo influências norte-americanas.	Estímulo ao desenvolvimento de cientistas políticos e ênfase em métodos quantitativos e pesquisa institucional.
Diferentes perspectivas	Escola americana (institucional e quantitativa) versus escola francesa (Sociologia e Antropologia, predominante na USP).	Diversidade teórica na formação acadêmica e nos enfoques de pesquisa em Ciências Sociais.
Inserção na educação básica	Vínculo inicial da Ciência Política com a Sociologia escolar, dificultando sua autonomia como disciplina específica.	Dependência da interdisciplinaridade e menor visibilidade no currículo.
Sociologia vs. Ciência Política no Ensino Médio	Sociologia inserida nos anos 1930 e consolidada posteriormente; Ciência Política permanece como parte das Ciências Sociais.	Maior reconhecimento e espaço para a Sociologia, enquanto a Ciência Política ficou restrita ao nível superior.

²⁵ MARENCO, André. Cinco décadas de ciência política no Brasil: institucionalização e pluralismo. In: AVRITZER, Leonardo; MILANI, Carlos; BRAGA, Maria do Socorro (Org.). **A ciência política no Brasil: 1960-2015**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2016.

Desafios no Ensino Médio	Enfoque na valorização de temas como democracia, cidadania e teorias políticas para aproximar a disciplina da realidade dos estudantes.	Necessidade de fortalecimento da Ciência Política para dialogar melhor com a formação cidadã.
Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN)	Inclusão de conceitos políticos em disciplinas como História, Geografia, Filosofia e Sociologia.	Diluição da Ciência Política, reduzindo a demanda por uma disciplina específica.

Fonte: Elaboração a partir da bibliografia citada.

2.2 Revisão de literatura: a importância do ensino de política para a cidadania.

Nesta seção, apresentamos uma discussão, a partir da literatura especializada, sobre o ensino de política na educação básica. Pretendemos apresentar a importância do ensino de política para o exercício da cidadania, identificando projetos, temas, propostas, abordagens e selecionando questões de pesquisa.

O objetivo é identificar as articulações entre o ensino de política e a sua importância para a construção e o exercício de uma cidadania ativa e crítica, ancorando-nos em pesquisas que partem de concepções segundo as quais o ensino de política pode fortalecer a democracia ao equipar os estudantes com instrumentos de letramento político (COSSON, 2010)²⁶ e pode disseminar valores democráticos, de participação e também de tolerância à diversidade e às diferenças, num aprendizado de cooperação.

Buscamos apoio no referencial teórico que se baseia no pressuposto de que uma educação para democracia define que o ensino da Ciência Política não se fundamenta apenas na distinção entre governantes e governados, mas na ideia de ação em comum acordo, ação em conjunto, sendo reflexo da condição plural do indivíduo e fim em si mesma (ARENKT, 2006)²⁷. Nessa perspectiva, o ensino da Ciência Política, dentro dos quadros das Ciências Sociais, possibilita o avanço de uma cultura política mais democrática (FEIJÓ, 2017)²⁸ ao propiciar a formação de cidadãos mais politizados e que

²⁶ COSSON, Rildo. Letramento político: por uma pedagogia da democracia. **Cadernos Adenauer, Educação Política: reflexões e práticas democráticas**, Rio de Janeiro. Ano XI, n.3, 2010.

²⁷ ARENDT, Hannah. **O Que é Política?** Trad. Reinaldo Guarany. 6 ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2006.

²⁸ FEIJÓ, Fernanda. Ciências Sociais e ensino médio: formação para a vida civil e cultura política democrática. Araraquara-SP, 2017. **Tese** (Doutorado em Ciências Sociais) Faculdade de Ciências e Letras, Universidade Paulista Júlio de Mesquita Filho/Araraquara, Araraquara, 2017.

compreendam os movimentos políticos de forma mais ampla: conceitos e teorias relativos ao funcionamento dos sistemas de governo, das relações de poder e da própria dinâmica do jogo político, permitindo, desde cedo, que os jovens estudantes compreendam como a política funciona.

Assim, a contribuição pedagógica do ensino de Ciência Política está na sua possibilidade de formar indivíduos que compreendem uma perspectiva analítica sobre as questões políticas que o cercam e também o reconhecimento dos direitos historicamente conquistados.

É importante destacar que estudos da área da Ciência Política nos apontam caminhos para o debate a respeito da cidadania como sendo uma possibilidade para a realização dos objetivos dessa competência²⁹ (BODART; FIGUEIREDO, 2021)³⁰, que envolve habilidades como a análise crítica da realidade política, a participação em processos democráticos e a compreensão das responsabilidades que acompanham os direitos civis e políticos dos indivíduos.

A referida competência, estabelecida na Base Nacional Comum Curricular (BNCC), realiza-se quando os indivíduos percebem a importância do seu papel no processo democrático e se veem como agentes de transformação da realidade social. Dessa forma, o ensino de política pode ser uma das ferramentas mais importantes nesse sentido, pois amplia a visão crítica sobre o sistema político e social no qual estamos inseridos.

Nesse sentido, podemos pressupor que o ensino de política pode fortalecer a democracia ao proporcionar aos estudantes um aprendizado contínuo e um cotidiano de conhecimentos que possam colocar luz à organização e ao funcionamento das instituições políticas e como estas influenciam a dinâmica social e o arranjo democrático, de modo que os indivíduos possam ver a democracia não só como um regime político, mas apreciá-la também em seu cotidiano, desenvolvendo uma cultura democrática que possa

²⁹ A Base Nacional Comum Curricular (BNCC), define a competência “responsabilidade e cidadania” como fundamental para que os estudantes possam compreender, exercer e promover direitos e deveres individuais e coletivos, com base nos princípios da justiça, da liberdade, da democracia, da solidariedade e do respeito ao outro e ao bem comum. O objetivo é formar sujeitos que, ao final da educação básica, possam atuar de maneira responsável e comprometida com o exercício da cidadania.

³⁰ BODART, Cristiano das Neves; FIGUEIREDO, César Alessandro Sagrillo – **Ciência Política para o Ensino Médio**. Editora Café com Sociologia, 2021.

influenciar os seus valores, sua linguagem e seu agir em sociedade. De acordo com Bodart, Macedo e Peixoto:

O desafio do ensino de Ciência Política é valorizar o conhecimento da política, de suas instâncias de poder, dos atores políticos, bem como das teorias políticas clássicas e contemporâneas que os estruturam, de modo a aproximar os(as) estudantes da realidade vivida pelos(as) estudantes. A contribuição pedagógica do ensino de Ciência Política está, precisamente, na sua possibilidade de capacitar os(as) estudantes a uma leitura crítica das relações políticas e seus assuntos correlatos, com o objetivo final de qualificar sua participação na sociedade, de forma ativa e crítica (BODART; MACEDO; PEIXOTO, 2022, p. 6-22).³¹

O ensino de política, portanto, tem a função de disseminar entre os jovens, valores democráticos, de tolerância à diversidade e às diferenças, num aprendizado de cooperação permanente. Importa ressaltar, finalmente, que o ensino de política na educação básica pode ser uma importante ferramenta de estímulo ao interesse dos jovens pela política em si, motivando-os ao envolvimento com questões relacionadas à participação e a uma cidadania ativa.

Como ponto de partida, na perspectiva do ensino de política e sua contribuição para a cidadania, é fundamental que apontemos para a CF – 88, *Constituição Federal de 1988*³², conhecida como “Constituição Cidadã”. Promulgada no contexto de redemocratização da sociedade brasileira, a Carta Magna estabelece no Brasil o Estado Democrático de Direito, e propõe, em seu artigo 205, o preparo para exercício da cidadania como um objetivo da educação nacional. Dessa forma, pode-se concluir que o ensino de Ciência Política passa a assumir uma posição fundamental para alcançar este objetivo.

Com relação à produção bibliográfica no campo científico sobre o tema, podemos destacar textos específicos e obras mais abrangentes sobre a importância do ensino de política para o exercício da cidadania, como por exemplo, o texto de Elizabeth Campos (2023), *Ciência Política na educação básica: construção de aprendizagens essenciais significativas*; a obra do sociólogo Cristiano Bodart (2014), *Política na Escola: A Prática da Educação Política no Ensino Médio* e o texto de Maria Victória Benevides (1996), *Educação para a democracia*.

³¹ BODART, Cristiano, das Neves; MACEDO, Joana da Costa; PEIXOTO, Fábio Costa. A Importância do Ensino de Ciência Política no Brasil. **CABECS**, v. 2, n. 2, p. 6-22, 2022.

³² BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF: Senado Federal, 1988.

Essas e outras produções variam de acordo com os objetivos, a abordagem e a metodologia, mas convergem sobre a importância do ensino da política na promoção da cidadania e da democracia. Essas e outras obras encontram-se disponíveis para consulta nos bancos de teses e dissertações da CAPES, no Google Acadêmico, nos repositórios digitais das universidades e nas revistas especializadas da área de Ciências Sociais.

São produções sobre o ensino de política e sua relação com a cidadania e o fortalecimento da democracia enquanto paradigma de educação. Toda essa literatura tem mobilizado fundamentos variados para destacar o ensino de política também de maneira diversa, dando ênfase à apreensão do conhecimento científico, ao posicionamento crítico ou ainda ao reconhecimento dos direitos e deveres como cidadãos, possibilitando a ação no mundo social e a sua transformação.

A tese de doutorado de Fernanda Feijó (2017)³³, *Ciências Sociais e ensino médio: formação para a vida civil e cultura política democrática*, insere-se em um debate maior sobre a necessidade de uma educação política qualificada, que ajude a formar cidadãos capazes de questionar e influenciar o funcionamento das instituições. A tese apresenta as Ciências Sociais para jovens estudantes da educação básica, associando a formação política na escola ao fortalecimento da democracia e da cidadania.

Para Feijó, a educação para a cidadania democrática visa preparar os indivíduos para participar ativamente da vida pública e política. Isso inclui a promoção de valores democráticos, habilidades de participação e um entendimento dos direitos e responsabilidades civis. A pesquisa de Feijó destaca a necessidade de conectar o currículo de Ciências Sociais com a cultura política democrática, o que inclui ensinar sobre instituições políticas, processos eleitorais e direitos humanos.

Destaca-se também a obra de Humberto Dantas (2017)³⁴, *Educação política: sugestões de ação a partir de nossa atuação*, que tem o objetivo de contribuir com o debate sobre educação política no Brasil, apontar conteúdos, indicar alternativas e expor desafios observados a partir da prática. Aborda temas como educação política,

³³ FEIJÓ, Fernanda. Ciências Sociais e ensino médio: formação para a vida civil e cultura política democrática. Araraquara-SP, 2017. Tese (Doutorado em Ciências Sociais) Faculdade de Ciências e Letras, Universidade Paulista Júlio de Mesquita Filho/Araraquara, Araraquara, 2017.

³⁴ DANTAS, Humberto. **Educação política:** sugestão de ação a partir de nossa atuação. Rio de Janeiro: Fundação Konrad Adenauer, 2017.

democracia, ética na política, cidadania, políticas públicas e participação política, destacando a importância de uma compreensão profunda dos mecanismos democráticos e dos direitos e deveres dos cidadãos para a construção de uma sociedade mais justa e participativa.

A pesquisa de Dantas sugere que a educação política deve ser integrada com outras disciplinas, como História e Sociologia, para fornecer uma compreensão mais abrangente e contextualizada dos processos políticos. Essa abordagem interdisciplinar, na visão do autor, pode ajudar os alunos a ver as conexões entre diferentes áreas do conhecimento e como elas se relacionam com questões políticas.

Ressalte-se também a obra do sociólogo Cristiano Bodart (2014)³⁵ *Política na Escola: A Prática da Educação Política no Ensino Médio*, que aborda a importância e os desafios da educação política nas escolas de Ensino Médio. O autor propõe uma reflexão sobre como as práticas educativas podem ser transformadas para incluir a política como um componente fundamental do currículo escolar. Bodart argumenta que a educação política é crucial para a formação de cidadãos conscientes de seus direitos e deveres e que a escola deve desempenhar um papel central na formação política dos estudantes, preparando-os para participar da vida democrática.

Fundamental, nessa perspectiva, é o texto de Maria Victória Benevides (1996)³⁶, *Educação para a democracia*. Na perspectiva de Benevides, ensinar e educar para a democracia é o grande desafio de um projeto sociológico de ensino da política para jovens do Ensino Médio. As contribuições de Benevides são relevantes por associar a educação política ao exercício da cidadania no Brasil, seja na formação de educadores, implementando programas de formação contínua para promover a cidadania ativa e a participação democrática, seja no desenvolvimento de currículos que integrem a educação para os direitos humanos e a participação cidadã.

Para a autora, a crítica a uma educação voltada exclusivamente para o mercado de trabalho é central, e o processo de formação dos jovens estudantes deve

³⁵ BODART, Cristiano. **Política na Escola: A Prática da Educação Política no Ensino Médio**. São Paulo: Paco Editorial, 2014.

³⁶ BENEVIDES, Maria Victoria de Mesquita. Educação para a democracia. **Lua Nova**, São Paulo, n. 38, p. 223-237, 1996.

ultrapassar o modelo tecnicista e instrumental, buscando o desenvolvimento integral do ser humano como sujeito histórico.

O texto de Elizabeth Campos (2023)³⁷, *Ciência Política na educação básica: construção de aprendizagens essenciais significativas*, explora a importância de introduzir a Ciência Política no currículo da educação básica, mostrando como o ensino de política para a cidadania tem um impacto positivo no engajamento cívico dos jovens. Sua pesquisa aborda temas relacionados à qualidade da democracia e às práticas de governança, buscando identificar desafios e oportunidades para o fortalecimento das instituições democráticas.

A autora sugere a utilização de metodologias pedagógicas interativas, como debates, simulações de processos eleitorais e trabalhos colaborativos, para que os alunos possam vivenciar e entender melhor as dinâmicas políticas. Essa perspectiva se alinha com correntes educacionais que defendem a educação política como essencial para o fortalecimento da democracia, proporcionando aos estudantes as ferramentas necessárias para se tornarem agentes de transformação social.

Apresentamos também a dissertação de mestrado de Jefferson Caetano (2020)³⁸, *O lugar da política nos livros didáticos de Sociologia do PNLD 2018*. O autor parte da ideia de que os livros didáticos e as apostilas são as principais ferramentas de consulta dos professores, e analisa como a política é apresentada nesses materiais.

Para o autor, é importante identificar como a Sociologia escolar desenvolve essa tarefa de abordar e analisar os conceitos e temas da Ciência Política. Ele argumenta que uma abordagem robusta e crítica da política nos livros didáticos é essencial para a formação de cidadãos conscientes.

Ressalte-se o texto de Joana da Costa Macedo e Roberson Gonçalves Maturano (2020)³⁹, *O ensino de ciência política na educação básica e a educação política*

³⁷ CAMPOS, Elizabeth. Ciência Política na educação básica: construção de aprendizagens essenciais significativas. *Cadernos da Associação Brasileira de Ensino de Ciências Sociais*, 6(2), 23–33, 2023.

³⁸ CAETANO, Jefferson Rafael Raiz Ribeiro. *O lugar da política nos livros didáticos de Sociologia do PNLD 2018*. Campina Grande, 2020. **Dissertação de Mestrado**.

³⁹ MACEDO, Joana da Costa; MATURANO, Roberson Gonçalves. O ensino de ciência política na educação básica e a educação política como pedagogia para a cultura democrática. *Latitude*, Maceió, v. 14, n. 1, 2020.

como pedagogia para a cultura democrática, refletindo sobre a relação entre ensino de política e aperfeiçoamento da democracia. A obra também explora como a educação política pode ser efetivamente integrada ao currículo de Sociologia. Expõe como a Ciência Política pode ser introduzida de forma acessível e relevante para os alunos mais jovens, destacando conceitos fundamentais como democracia, cidadania, participação política e direitos humanos.

Na mesma perspectiva, destaca-se o texto de Jesus Marmanillo Pereira (2015)⁴⁰, *Ciência Política no Ensino Médio: Reconhecimento, diálogos e itinerários da institucionalização de uma área*. Após delinear uma etapa da institucionalização da Ciência Política, que corresponde a determinados debates e ações orientadas para a inserção dessa área no Ensino Médio, o autor enfatiza o processo de construção da identidade social e política do estudante, de modo a viabilizar o exercício da cidadania plena no contexto do Estado Democrático de Direito. Investiga diferentes metodologias e práticas pedagógicas para o ensino de Ciência Política, propondo abordagens que tornem o aprendizado mais dinâmico e relevante para os estudantes.

Destaca-se também o artigo de Wallace Ferreira e Alberto Alvadia Filho (2017)⁴¹, *A serpente pedagógica: o projeto Escola Sem Partido e o ensino de Sociologia no Brasil*, analisando aspectos importantes da conjuntura recente. Os autores têm se dedicado ao estudo do projeto "Escola Sem Partido", projeto que visa limitar o que seus defensores consideram ser a "doutrinação ideológica" nas escolas, promovendo uma educação mais "neutra" e "imparcial". O trabalho analisa as implicações e consequências dessa proposta para o sistema educacional brasileiro e avalia os impactos potenciais sobre o ensino nas escolas, especialmente no que tange à liberdade acadêmica dos professores e à formação crítica dos estudantes.

Apontamos, nesse caminho, o artigo de Fernanda Feijó (2020)⁴², *Quando o Parlamento Jovem torna-se parte da aula de sociologia do ensino médio que visa a educação política*. A autora destaca a importância da prática política na formação cidadã

⁴⁰ PEREIRA, Jesus Marmanillo. Ciência Política no Ensino Médio: Reconhecimento, diálogos e itinerários da institucionalização de uma área. **Revista Em Debate** (UFSC), Florianópolis, v. 13, p. 75-95, 2015.

⁴¹ FERREIRA, Wallace; ALVADIA FILHO, Alberto. A serpente pedagógica: o projeto Escola Sem Partido e o ensino de Sociologia no Brasil. **e-Mosaicos**, Rio de Janeiro, v. 6, n. 12, p. 64-80, set. 2017.

⁴² FEIJÓ, Fernanda. Quando o Parlamento Jovem torna-se parte da aula de sociologia do ensino médio que visa a educação política. In: BODART, Cristiano das Neves. O ensino de sociologia e de filosofia no Brasil. **Editora Café com Sociologia**, 2020.

do estudante, indicando que alunos que participam de programas de educação cívica tendem a ser mais ativos politicamente, demonstrando maior participação em eleições e envolvimento em atividades comunitárias.

Ao integrar o Parlamento Jovem ao currículo, a autora sugere que os alunos possam desenvolver habilidades críticas, como argumentação, negociação e cooperação, além de uma maior consciência sobre o impacto de suas ações na sociedade. Ao participar dessas atividades, os estudantes podem se sentir mais motivados a se engajarem politicamente fora da sala de aula. A simulação dos processos legislativos gera uma maior sensibilização para os problemas sociais, e eles passam a entender que suas ações, como futuros eleitores e cidadãos, podem influenciar o cenário político e social do país.

Na perspectiva da análise dos documentos oficiais e o ensino de Ciência Política, destaca-se o texto de André Rocha Santos (2016)⁴³, *Os Conhecimentos de Ciência Política no Ensino Médio: considerações acerca dos documentos oficiais*. O autor formula considerações sobre a articulação entre política e cidadania nos documentos oficiais e ampliando a concepção de política, entendida como algo também presente no cotidiano, e permitindo uma reflexão sobre as relações de poder que estruturam o contexto social brasileiro atual.

Santos examina como os Parâmetros Curriculares Nacionais (PCNs) e as Diretrizes Curriculares Nacionais (DCNs) abordam a inserção da Ciência Política nas disciplinas do Ensino Médio, observando que, embora temas relacionados à cidadania, democracia e participação política sejam mencionados, não há uma disciplina específica de Ciência Política no currículo obrigatório. Em vez disso, esses conteúdos são frequentemente tratados dentro de disciplinas como Sociologia, História e Filosofia.

O ensino da política, nessa configuração, fica fragmentado, disperso e tratado de maneira superficial, dificultando a compreensão integral do sistema político, das instituições democráticas e do papel do cidadão. O autor discute a importância da criação de uma disciplina específica de Ciência Política no currículo do Ensino Médio, que

⁴³ SANTOS, André Rocha. Os Conhecimentos de Ciência Política no Ensino Médio: considerações acerca dos documentos oficiais. **Revista Café com Sociologia** v.5, n. 3. p. 43-55, Ago/Dez. 2016.

permita um estudo mais estruturado e qualificado do campo, sem deixar de reconhecer o valor de abordagens interdisciplinares.

Nessa perspectiva, entendemos ser muito relevante a discussão de Santos dentro de uma configuração mais ampla de educação política, onde a formação cidadã se apresenta como objetivo central do Ensino Médio. A nossa proposta neste trabalho, por exemplo, caminha nessa direção, de contribuir na produção de um material didático específico sobre o conteúdo Ciência Política para o Ensino Médio, complementar aos livros didáticos nas coleções de Ciências Humanas e Sociais Aplicadas do PNLD 2021.

Compreendemos que, sem uma presença mais organizada desses conteúdos no currículo, a educação política dos jovens estudantes do Ensino Médio pode ficar comprometida, haja vista que o ensino dos conteúdos específicos da Ciência Política, de forma estruturada, pode capacitá-los melhor para uma participação cidadã ativa.

Assim, o texto de André Rocha Santos apresenta-se como um referencial importante no processo de construção de um currículo mais estruturado e na elaboração de um material didático específico que contemple os conteúdos da Ciência Política, que é a nossa proposta neste trabalho.

Ressalta-se também a obra organizada por Marcello Baquero (2018)⁴⁴, *A juventude e os desafios da democracia no Brasil*, que busca entender como os jovens percebem, se envolvem e participam dos processos democráticos, examinando-se as atitudes e comportamentos políticos da juventude, buscando identificar fatores que influenciam seu engajamento cívico e político. A obra analisa as opiniões e os sentimentos dos jovens em relação ao sistema democrático, confiança nas instituições políticas e na eficácia da democracia.

Sobre a relação entre democracia e livro didático, considera-se a dissertação de mestrado de Raoni de Sousa (2019)⁴⁵, *Democracia nos livros de Sociologia para o Ensino Médio*. O autor parte do princípio de que o livro didático é uma ferramenta importante no processo de formação dos estudantes, e sua abordagem dos conceitos,

⁴⁴ BAQUERO, Marcello (Org.). *A juventude e os desafios da democracia no Brasil*. Porto Alegre: Escritos Editora, 2018.

⁴⁵ SOUSA, Raoni. *Democracia nos livros didáticos de Sociologia para o Ensino Médio*. Campinas, SP, 2019. Dissertação de Mestrado.

teorias e temas da política pode influenciar a compreensão e o envolvimento dos jovens com a sociedade e as instituições políticas.

Sousa defende a ideia de que o processo de construção da democracia passa pela sala de aula e pelo livro didático. Nesse sentido, é fundamental analisar como esses livros abordam o conceito de democracia, em razão de haver variadas concepções de democracia em disputa, cada uma sustentando um projeto político específico.

O referido autor empreende uma análise fundamental de como as visões de democracia são apresentadas nos livros didáticos, suas implicações pedagógicas e as potencialidades desses livros na formação de uma cidadania ativa e crítica. Um dos aspectos discutidos pelo autor é a necessidade de os livros didáticos de Sociologia contemplarem diferentes visões de democracia, indo além do modelo liberal clássico.

Isso inclui a discussão de conceitos de democracia participativa, democracia deliberativa e democracia direta, além de visões críticas que questionam as limitações do sistema democrático vigente. A questão mais importante, para o autor, é se os livros didáticos de Sociologia para o Ensino Médio fornecem ou não os subsídios necessários para um ensino crítico sobre e para a democracia, assim como identificar discursos e narrativas que possam fortalecê-la.

Destaca-se a produção didática de Cristiano Bodart e César Figueiredo (2021)⁴⁶, *Ciência Política para o Ensino Médio*, que usa como referência a Base Nacional Comum Curricular (BNCC) e traz alguns planos de aula no sentido de debater Ciência Política com os alunos. Oferecem uma proposta inovadora para o ensino de Ciência Política, voltada especificamente para estudantes do Ensino Médio, visando à compreensão de conceitos essenciais, como Estado, governo, democracia, poder e participação política.

Além dos conceitos clássicos, os autores também abordam temas contemporâneos relevantes, como as crises democráticas, o avanço do populismo, as redes sociais e seu impacto na política, e o crescimento das *fake news*. A obra também aborda questões sobre política presentes no Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM),

⁴⁶ BODART, Cristiano das Neves; FIGUEIREDO, César Alessandro Sagrillo – **Ciência Política para o Ensino Médio**. Editora Café com Sociologia, 2021.

e possui uma linguagem acessível aos jovens, configurando-se como uma inovação no ensino de política na educação básica.

Merece destaque a obra de Ana Maria de Araújo Souza (2010)⁴⁷, *Educação para a cidadania: Teorias e Práticas*. A autora analisa como a educação pode transcender o ensino de conteúdos tradicionais para incluir questões relacionadas aos direitos, à justiça e à participação ativa na vida pública.

Souza defende que a educação para a cidadania não deve ser vista apenas como um conteúdo curricular isolado, mas como uma prática transversal, que permeia todas as disciplinas e atividades escolares. Souza também explora a relação entre a teoria e prática da cidadania, discutindo as dificuldades e os desafios enfrentados pelos professores ao tentar implementar práticas de educação cidadã em contextos de desigualdade social.

É importante destacar a obra de Miguel Gonzalez Arroyo (2000)⁴⁸, *Educadores e Educandos: Trajetórias e Currículos*, onde o autor discute a construção de currículos que integrem a educação política e cidadã, destacando a importância de considerar as trajetórias de vida dos educandos para uma educação significativa e transformadora. O autor valoriza o protagonismo dos estudantes no processo educativo, incentivando-os a serem agentes ativos em sua aprendizagem. Arroyo acredita que os educandos devem ter voz e vez na construção do conhecimento.

É pertinente, nesse cenário, o artigo de João Loureiro e Cátia Cavalcanti (2014)⁴⁹, *Educação Política e Participação Cidadã no Brasil: Perspectivas e Desafios*. O foco está nas oportunidades e nos desafios enfrentados pelo Brasil no desenvolvimento de uma cultura que valorize a participação e o exercício da cidadania.

Os autores empreendem uma revisão das políticas públicas e programas de educação política no Brasil e discutem suas potencialidades e desafios na promoção da cidadania, argumentando que a formação política deve ser integrada ao sistema

⁴⁷ SOUZA, Ana Maria de Araújo. *Educação para a Cidadania: Teorias e Práticas*. São Paulo: Cortez, 2010.

⁴⁸ ARROYO, Miguel Gonzalez. *Educadores e Educandos: Trajetórias e Currículos*. Petrópolis: Vozes, 2000.

⁴⁹ LOUREIRO, João; CAVALCANTI, Cátia. "Educação Política e Participação Cidadã no Brasil: Perspectivas e Desafios." *Revista Brasileira de Educação*, v. 19, n. 56, 2014, p. 563-583.

educacional e à vida social para que os cidadãos possam compreender melhor o funcionamento das instituições democráticas e se engajarem de forma mais crítica e responsável nos processos decisórios.

Merece destaque ainda a obra de Jaime Pinsky e Carla Bassanezi Pinsky (2010)⁵⁰, *Como se Ensina Política?* O livro reúne artigos de diversos autores que discutem diferentes abordagens e metodologias para o ensino de política, oferecendo exemplos práticos e experiências de sala de aula. Tendo como objetivo discutir práticas e metodologias para ensinar política em diversos contextos educacionais, especialmente no Ensino Médio, o livro é organizado em capítulos escritos por diferentes autores, cada um trazendo sua perspectiva e experiência sobre o ensino de política.

Indica-se a tese de Angela Santos (2015)⁵¹, *O Ensino de Política no Ensino Médio: Uma Análise Crítica*. A tese investiga as práticas de ensino de política, analisando currículos, metodologias e a percepção dos estudantes sobre a importância do tema. Santos faz uma análise crítica do currículo do Ensino Médio no Brasil, observando que, embora existam disciplinas como História e Sociologia que abordam aspectos políticos, o ensino de política não ocorre de forma sistemática. A autora argumenta que, em muitos casos, os conteúdos políticos são abordados de maneira superficial, sem explorar o potencial transformador que eles podem ter na formação da cidadania.

Em seguida, na tabela 3, apresentamos um resumo esquemático da referida revisão de literatura.

Tabela 3 – A importância do ensino de política para a cidadania

Autor/a	Obra em destaque	Relevância
Fernanda Feijó (2017).	Ciências Sociais e Ensino Médio: formação para a vida civil e cultura política democrática.	Enfatiza a conexão entre o ensino de Ciências Sociais e a formação política, promovendo valores democráticos e habilidades cívicas para fortalecer a democracia e cidadania.

⁵⁰ PINSKY, Jaime e PINSKY, Carla Bassanezi (Orgs.) - **Como se Ensina Política?** São Paulo: Contexto, 2010.

⁵¹ SANTOS, Angela. "O Ensino de Política no Ensino Médio: Uma Análise Crítica" (**Tese de Doutorado**, Universidade de São Paulo, 2015).

Humberto Dantas (2017).	Educação política: sugestões de ação a partir de nossa atuação.	Propõe uma educação política integrada com disciplinas como Sociologia e História, destacando a necessidade de compreender os mecanismos democráticos e os direitos e deveres dos cidadãos.
Cristiano Bodart (2014).	Política na Escola: A Prática da Educação Política no Ensino Médio.	Argumenta que a escola deve incluir a política como componente curricular, capacitando jovens para uma participação cidadã ativa e consciente.
Maria Victória Benevides (1996).	Educação para a democracia.	Associa a educação política ao exercício da cidadania e critica a educação voltada apenas para o mercado de trabalho, defendendo o desenvolvimento integral dos jovens.
Elizabeth Campos (2023).	Ciência Política na educação básica: construção de aprendizagens essenciais significativas.	Sugere metodologias interativas para o ensino de Ciência Política, promovendo maior engajamento cívico e compreensão das dinâmicas políticas.
Jefferson Caetano (2020).	O lugar da política nos livros didáticos de Sociologia do PNLD 2018.	Analisa como a política é apresentada nos livros didáticos, defendendo abordagens críticas e robustas para a formação de cidadãos conscientes.
Joana da Costa Macedo e Roberson Gonçalves Maturano (2020).	O ensino de ciência política na educação básica e a educação política como pedagogia para a cultura democrática.	Reflete sobre a integração da Ciência Política no currículo de Sociologia, abordando temas como democracia, cidadania e direitos humanos.
Jesus Marmanillo Pereira (2015).	Ciência Política no Ensino Médio: Reconhecimento, diálogos e itinerários da institucionalização de uma área.	Explora metodologias para o ensino de Ciência Política, destacando a construção da identidade social e política dos estudantes.
Walace Ferreira e Alberto Alvadia Filho (2017).	A serpente pedagógica: o projeto Escola Sem Partido e o ensino de Sociologia no Brasil.	Analisa os impactos do projeto Escola Sem Partido na educação, destacando possíveis prejuízos à liberdade acadêmica e formação crítica dos estudantes.
André Rocha Santos (2016).	Os Conhecimentos de Ciência Política no Ensino Médio: considerações acerca dos documentos oficiais.	Discute a abordagem fragmentada da política nos currículos do Ensino Médio e propõe uma disciplina específica de Ciência Política.

Marcello Baquero (2018).	A juventude e os desafios da democracia no Brasil.	Investiga o engajamento político dos jovens e os fatores que influenciam sua percepção e participação nos processos democráticos.
Raoni de Sousa (2019).	Democracia nos livros de Sociologia para o Ensino Médio.	Analisa como diferentes visões de democracia são apresentadas nos livros didáticos e suas implicações pedagógicas.
Cristiano Bodart e César Figueiredo (2021).	Ciência Política para o Ensino Médio.	Propõem planos de aula inovadores baseados na BNCC, com foco em temas contemporâneos como fake news e crises democráticas.
Ana Maria de Araújo Souza (2010).	Educação para a cidadania: Teorias e Práticas.	Defende a educação para a cidadania como prática transversal, integrando questões de direitos, justiça e participação pública em todas as disciplinas.
Miguel Gonzalez Arroyo (2000).	Educadores e Educandos: Trajetórias e Currículos.	Destaca a importância do protagonismo dos estudantes e a integração de suas trajetórias de vida na educação política.
João Loureiro e Cátila Cavalcanti (2014).	Educação Política e Participação Cidadã no Brasil: Perspectivas e Desafios.	Revisam políticas públicas e programas de educação política, defendendo sua integração ao sistema educacional para promover cidadania crítica e responsável.
Jaime Pinsky e Carla Bassanezi Pinsky (2010).	Como se Ensina Política?	Reúnem metodologias e experiências práticas para o ensino de política, explorando abordagens inovadoras para envolver os alunos.
Angela Santos (2015).	O Ensino de Política no Ensino Médio: Uma Análise Crítica.	Argumenta que, em muitos casos, os conteúdos políticos são abordados de maneira superficial, sem explorar o potencial transformador que eles podem ter na formação da cidadania.

Fonte: Elaboração a partir da revisão de literatura sobre ensino de política e cidadania.

Observa-se que essas produções se apresentam como relevantes e significativas no que diz respeito à importância do ensino de política para o exercício da cidadania e o fortalecimento da democracia. São produções das Ciências Sociais, com ênfase no ensino de política, que, com diferentes abordagens, enfocam aspectos diversos

do ensino de política e refletem sobre sua importância para o exercício de uma cidadania ativa e crítica no quadro maior da democracia.

Seja com ênfase no currículo, na questão cívica ou nos desafios à cidadania, essas obras buscam ampliar a concepção de política, entendida como algo também presente no cotidiano, promovendo também uma reflexão sobre as relações de poder, que estruturam o contexto social brasileiro.

Na perspectiva dos materiais didáticos de Sociologia para o Ensino Médio, o ensino de política aparece de forma associada ao exercício da cidadania. Os livros didáticos adotados pelas escolas públicas brasileiras, que serão analisados em outro momento neste trabalho, costumam dividir a categoria política em eixos, como “Poder”, “Estado”, “Movimentos Sociais” e “Cidadania”. Alguns materiais costumam abordar “Democracia, Cidadania e Direitos Humanos” como unidades específicas, e outros enfatizam a política institucional.

Verifica-se, assim, que as obras destacadas reforçam a ideia de que a cidadania ativa começa na educação básica. Elas promovem a noção de que os jovens estudantes devem ser incentivados a entender o funcionamento das instituições políticas e a importância da participação, o que ajuda a formar cidadãos mais comprometidos com a democracia. Esses estudos, ao abordarem a política de forma pedagógica, tornam mais acessível o conhecimento sobre o funcionamento do sistema político, e ajudam a desmistificar conceitos políticos que muitas vezes parecem distantes da realidade dos estudantes.

Ao discutirem a formação de professores e a construção das mais diversas metodologias para ensinar política de maneira eficaz, ajudam a preparar os educadores para lidar com os desafios da sala de aula, fornecendo-lhes ferramentas e estratégias apropriadas para o ensino da Ciência Política. Assim, a bibliografia comentada com diferentes abordagens e metodologias, apontam para a formação de cidadãos ativos e democraticamente responsáveis, constituindo-se como essenciais para que possamos enfrentar os desafios do mundo contemporâneo.

Entendemos que alguns conteúdos próprios da Ciência Política, notadamente o estudo das instituições e dos processos políticos ainda não são suficientemente

abordados. O funcionamento e a estrutura das instituições políticas, como partidos, parlamentos e administrações públicas, assim como processos eleitorais e formulação de políticas públicas, ainda carecem de aprofundamento.

Destacamos, porém, o texto de Fernanda Feijó (2020)⁵², sobre o Parlamento Jovem e sua integração ao ensino de Sociologia para promover uma educação política mais envolvente e prática. Envolvendo e simulando atividades parlamentares com estudantes, proporciona a estes a oportunidade de discutir temas relevantes para a sociedade, elaborar propostas de políticas públicas e vivenciar a prática democrática. Feijó destaca o potencial dessas metodologias para criar uma conexão mais profunda entre os alunos e os conceitos políticos, preparando-os para uma participação mais ativa e informada na sociedade.

Nessa perspectiva, entendemos que, para que esse processo aconteça, é essencial a construção de currículos que contemplem a dignidade do ensino da política, que possam incorporar metodologias que vão além do tradicional, focando na vivência prática dos valores democráticos e promovendo a autonomia política de indivíduos, capacitando-os para enfrentar os desafios de uma sociedade em constante transformação.

2.3 O ensino de Ciência Política na escola.

No que concerne ao ensino de Ciência Política na escola, é importante observar que essa questão tem sido debatida na perspectiva do conhecimento das Ciências Sociais, mais especificamente, no componente curricular de Sociologia, que é a responsável pela educação política no Ensino Médio, por meio do ensino do conteúdo de Ciência Política.

Desse modo, o objetivo é oferecer aos estudantes uma base cognitiva sobre o conhecimento político, entendido tanto como a noção de poder e suas disputas, quanto pelo conhecimento da esfera institucional. Nessa perspectiva, a educação política é instrumento fundamental para o desenvolvimento das habilidades cognitivas e,

⁵² FEIJÓ, Fernanda. Quando o Parlamento Jovem torna-se parte da aula de sociologia do ensino médio que visa a educação política. In: BODART, Cristiano das Neves. *O ensino de sociologia e de filosofia no Brasil*. Editora Café com Sociologia, 2020.

principalmente, das capacidades relacionadas aos conhecimentos e às informações sobre as questões que dizem respeito à esfera pública.

Sabe-se que a própria Constituição Federal de 1988, determina que a educação possui como uma de suas finalidades o preparo para o exercício da cidadania. Dessa forma, a escola, como instituição, configura-se como o espaço próprio para a sua promoção, devendo pautar-se por uma educação que estimule a conscientização, o desenvolvimento da argumentação e da participação crítica dos jovens na sociedade.

É fundamental, nesse contexto, destacar a concepção segundo a qual a educação, numa democracia, além de contribuir para formar valores republicanos, também deve focar na formação de senso crítico para a tomada de decisões conscientes e responsáveis na esfera pública e a educação dos jovens deve prepará-los para exercer sua cidadania, seja na condição de governante, seja na de governado.

E essa educação deve ter início já na escola, de modo que esteja incluída na matriz curricular obrigatória. Segundo Benevides, a escola continua sendo a única instituição cuja função oficial e exclusiva é a educação. É evidente que existem outros espaços para a educação do cidadão, dos partidos aos sindicatos, às associações profissionais, aos movimentos sociais, aos institutos legais da democracia direta. Mas a escola não deve substituir a militância, pois forma cidadãos ativos e livres (BENEVIDES, 1996, p.234)⁵³.

Nessa perspectiva, para formar cidadãos ativos e livres, como defende Benevides, é fundamental consolidar o ensino de Ciência Política na educação básica, ressaltando-se, mais uma vez, que, no Brasil, essa é uma tarefa específica da disciplina escolar Sociologia. O documento oficial Parâmetros Curriculares Nacionais para o Ensino Médio (2000), no que diz respeito a essa disciplina, incluiu explicitamente o conhecimento de elementos da área de Ciência Política como um conteúdo disciplinar a ser contemplado juntamente dos conteúdos de Sociologia e de Antropologia.

De acordo com os Parâmetros Curriculares Nacionais para o Ensino Médio, a Ciência Política possui quatro temas que devem ser abordados no Ensino Médio: *relações de poder, Estado, movimentos sociais e cidadania*. Os PCNEM definem a

⁵³ BENEVIDES, Maria Victoria de Mesquita. **Educação para a democracia**. Luá Nova, São Paulo, 1996.

especificidade do lugar da política, como ela se constitui e o entendimento das relações de poder. De acordo com esse documento oficial,

[...] Outro objetivo é ampliar a concepção de política, entendida como algo também presente no cotidiano, e permitir uma reflexão sobre as relações de poder, que estruturam o contexto social brasileiro atual. Ampliar a noção de política, enquanto um processo de tomada de decisões sobre os problemas sociais que afetam a coletividade permite ao aluno, por um lado, perceber como o poder se evidencia também nas relações sociais cotidianas e nos vários grupos sociais com os quais ele próprio se depara: a escola, a família, a fábrica etc.. E por outro, dimensionar o erro de assumir uma postura que negue a política enquanto uma prática socialmente válida, uma vez que no discurso do senso comum ela é vista apenas como mera enganação. Até mesmo porque negar a política seria contrariar a lógica da cidadania, que supõe a participação nos diversos espaços da sociedade. Neste aspecto, as Ciências Sociais contribuem para uma reflexão que tenta identificar práticas políticas mais éticas, muito embora o contexto brasileiro seja profundamente marcado por práticas paternalistas, clientelísticas, fisiológicas etc. O estudo do conceito de Estado deve considerar que o homem é um ser histórico e cultural, que está sempre ligado a uma determinada ordem normativa e política. Dentro do campo do Direito, da Política e da própria Economia, o conceito de Estado aparece enquanto uma instância que, ao mesmo tempo, racionaliza a distribuição do poder legítimo dentro de uma nação e desenvolve sistemas econômicos complexos para distribuir bens, muitas vezes de maneira desigual (BRASIL, 2000, p.41)⁵⁴.

Dessa forma, observa-se que os Parâmetros Curriculares Nacionais, enquanto documento oficial da educação nacional, demonstram a importância de se compreender a organização do Estado, bem como as relações de poder como competência fundamental para a formação do aluno do Ensino Médio. A Base Nacional Comum Curricular (BNCC), por sua vez, indica a forma pela qual a política deve ser abordada no Ensino Médio.

Questões em torno do bem comum, dos regimes políticos e das formas de organização em sociedade, das lógicas de poder estabelecidas em diferentes grupos, das teorias em torno do Estado e suas estratégias de legitimação e a tecnologia interferindo nas formas de organização da sociedade são alguns dos temas que estimulam a produção de saberes nessa área. (BRASIL, 2018, p. 556)⁵⁵.

Podemos observar que os PCNEM e a BNCC, documentos oficialmente reconhecidos da educação nacional, definem o lugar da Ciência Política como área

⁵⁴ BRASIL, **Parâmetros Curriculares Nacionais**. Ciências Humanas e suas tecnologias. Brasília: MEC, 2000.

⁵⁵ BRASIL. **Base Nacional Comum Curricular**: Ensino Médio. Brasília: MEC/Secretaria de Educação Básica, 2018.

relevante e autônoma das Ciências Humanas e Sociais Aplicadas no Ensino Médio. O lugar da Ciência Política também é definido na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB/96), onde a Sociologia é vista como disciplina que pode colaborar no preparo para o exercício da cidadania. Nesse mesmo sentido, destacamos também as Orientações Curriculares Nacionais para o Ensino Médio (OCNEM), que demonstram a importância dos estudos de política nas aulas de Sociologia.

Na perspectiva da materialização do ensino de Ciência Política na escola, destaca-se a importância conferida aos livros didáticos de Sociologia aprovados no Plano Nacional do Livro Didático (PNLD)⁵⁶, cujos conteúdos deveriam abranger, com mais profundidade, temas, conceitos e teorias relacionados ao ensino da política.

Todavia, é importante ressaltar que os conteúdos de Ciência Política estão presentes nesses livros didáticos. Assim, a Ciência Política, como área-tronco das Ciências Sociais, e como conteúdo de ensino na escola básica, apresenta-se tanto como um tema específico como transversal, uma vez que permeia todas as áreas da vida social.

É nesse contexto que podemos contemplar, numa perspectiva articulada, as diversas dimensões e os diversos conceitos do ensino de política na educação básica. Nesse sentido é que, de acordo com Bridi, Araújo e Motim:

A abordagem proposta é de que nenhuma das dimensões sociais – a cultura, a política, a economia, apenas para enunciar algumas – sejam compartmentalizadas ou subordinadas entre si, mas que delas se possa fazer uma leitura conjunta. O desafio está em compreender como essas dimensões atuam e se inter-relacionam, articulando-se de modo concomitante. Por exemplo, o poder e a dominação não se localizam apenas no aparelho de Estado ou no nível econômico. Fazem parte do cotidiano dos homens em sociedade, em função de um processo de disciplinarização que permeia todas as relações sociais, desde o trabalho, a família, a escola, a religião, a mídia impressa e televisiva e até mesmo as formas mais simples de lazer. (BRIDI; ARAÚJO; MOTIM, 2009, p. 110)⁵⁷.

Nessa perspectiva, também é importante destacar que alguns temas e conceitos das Ciências Humanas e Sociais Aplicadas aparecem nos documentos oficiais contextualizando os seus objetivos, tais como “cidadania” e “democracia”. Esse fato

⁵⁶ O Programa Nacional do Livro Didático (PNLD) foi regulamentado em 1985 e é administrado pelo Governo Federal. Desde a edição de 2012, quando a Sociologia passou a ser contemplada, os livros didáticos desse componente curricular apresentavam conteúdos de Ciência Política, além de Antropologia e Sociologia.

⁵⁷ BRIDI, Maria Aparecida e ARAÚJO, Silvia Maria e MOTIM, Benilde Lenzi. **Ensinar e aprender Sociologia no ensino médio**. São Paulo: Contexto, 2009.

reflete um dos obstáculos do ensino de Ciência Política no Ensino Médio que deve ser destacado: uma diversidade de conceitos, teorias e temas definidos, dentro de um período de tempo específico e reduzido.

Assim, definir o lugar do ensino da Ciência Política na escola implica analisar uma série de relações para um melhor entendimento da questão, desde os discursos oficiais do Estado brasileiro, presentes nos documentos da educação nacional, até as disputas e relações de poder no processo de construção do currículo, bem como a dinâmica cotidiana da escola e das práticas docentes em sala de aula.

As relações de poder desempenham um papel fundamental no processo de construção do currículo escolar. Esse processo é influenciado por diversos fatores que moldam o que e como é ensinado. Refletindo sobre a dinâmica de produção de currículo numa perspectiva sociológica, Meucci e Bezerra indicam que:

De forma muito resumida e esquemática, no processo educativo o poder encontra-se associado ao procedimento de seleção. Uma vez que o estoque de conhecimentos ao nosso alcance tende ao incomensurável, definir o conteúdo considerado válido para ser ensinado pressupõe a capacidade de se estabelecer aquilo que é legítimo (MEUCCI; BEZERRA, 2014)⁵⁸

Nesse sentido, observa-se que reformas curriculares são caracterizadas por tensões e disputas que refletem a visão de um determinado grupo social sobre o que deve ser considerado conhecimento legítimo.

É assim que o currículo escolar reflete e reforça ideologias dominantes na sociedade, onde o sistema educacional pode tanto reproduzir quanto desafiar as desigualdades, configurando-se como produto de disputas em torno do modelo de educação que os grupos sociais desejam implementar na sociedade, e apresentando as concepções dominantes de educação, sociedade, Estado e ensino vigentes em um determinado contexto social.

É, portanto, nesse território, moldado por relações de poder e por lutas de representação, que diferentes grupos sociais lutam por espaço para que suas identidades

⁵⁸ MEUCCI, Simone. BEZERRA, R.G. Sociologia e educação básica: hipóteses sobre a dinâmica de produção de currículo. *Revista de Ciências Sociais*, v. 45, n.1, Fortaleza, 2014.

e narrativas sejam representadas (APPLE, 2006; ARROYO, 2013; BERNSTEIN, 1996; SILVA, 2007).

Entendemos que esse tipo de análise é fundamental para compreender as reformas educacionais como parte de um processo mais amplo de construção social e política, e não apenas como um ajuste técnico-administrativo. É também uma base para discutir como as práticas pedagógicas e o modelo de educação podem realmente contribuir para o fortalecimento da democracia, a promoção da justiça social e o desenvolvimento de uma cidadania plena.

Dessa forma, entendemos que o processo de inclusão do ensino de política no currículo escolar, não deve limitar-se ao ensino sobre o funcionamento de governos ou os fundamentos das ideologias políticas, ou mesmo sobre a importância de se compreender a questão do funcionamento e do exercício do poder. Sob o paradigma da democracia, o ensino de política deve estar atento a como qualificar e capacitar os jovens estudantes com o conhecimento e as habilidades necessárias para que possam participar de formaativa e consciente da vida coletiva.

Nessa perspectiva, o processo de ensino de política nas escolas por meio dos conteúdos de Ciência Política, enfrenta desafios que vão desde a qualidade do livro didático de Sociologia até o preparo e o comprometimento do professor com uma educação política sob o paradigma da democracia, principalmente num contexto de intensa polarização política⁵⁹, que afeta diretamente o ambiente escolar.

Percebemos que, dessa maneira, o ensino de política é visto como "doutrinação" por diferentes grupos, o que, muitas vezes, gera tensão em sala de aula, notadamente com relação aos conceitos e temas diretamente vinculados a ideologias políticas, eleições, direitos humanos e funcionamento do Estado.

⁵⁹ A polarização política no Brasil se caracteriza por uma crescente radicalização das posições políticas, que geralmente se agrupam em torno de visões de mundo conservadoras e progressistas. No Brasil, esse fenômeno se intensificou a partir das manifestações de 2013, passando pela eleição de 2018 e culminando em 2022, quando as eleições presidenciais foram marcadas por um forte antagonismo entre o ex-presidente Jair Bolsonaro (PL) e o presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT). Com essa dinâmica, o campo político enfrenta dificuldades não apenas para promover debates construtivos, mas também para construir consensos que são fundamentais em processos democráticos.

Ressalte-se ainda que, o fato de a Ciência Política não ser uma disciplina obrigatória ou estruturada no currículo escolar brasileiro, poderá implicar na ausência de ferramentas qualificadas para analisar discursos políticos, políticas públicas ou processos eleitorais.

Nesse caso, muitos estudantes ficam suscetíveis, especialmente no ambiente das redes sociais, onde, muitas vezes, informações distorcidas são disseminadas rapidamente. Nesse sentido, entendemos que a ausência da Ciência Política como disciplina obrigatória no currículo escolar é uma lacuna que compromete a formação integral dos estudantes, a qualidade da democracia e a participação política das futuras gerações.

Dessa forma, entendemos ser fundamental que o processo de formação de professores, desde as licenciaturas na área de Humanas, assim como as Ciências Sociais, seja orientado pela reflexão em torno desses conteúdos, munindo-os de instrumentais metodológicos e pedagógicos efetivos para a tarefa de ensinar sobre a política e a democracia. De acordo com Arroyo (2000)⁶⁰, referindo-se à identidade dos professores e o seu papel político dentro da escola, é fundamental que se compreenda a prática docente como uma prática política, que pode contribuir para a transformação social.

Diante desse cenário, entendemos ser relevante a produção de um material didático específico sobre o lugar da Ciência Política no ensino de Sociologia, que possa servir como recurso pedagógico e ferramenta potencializadora da relação entre professores e estudantes.

Na falta de materiais didáticos adequados que contemplem os conteúdos específicos da Ciência Política para o Ensino Médio, a produção de um caderno/módulo para auxiliar os professores, apresenta-se como um referencial importante para preencher esta lacuna, no sentido de facilitar o entendimento e o aprofundamento dos conteúdos da Ciência Política, organizando-os e apresentando-os de forma clara, estruturada e acessível aos estudantes, e utilizando linguagem adequada ao Ensino Médio, no sentido de tornar conceitos complexos mais comprehensíveis.

⁶⁰ ARROYO, Miguel G. **Ofício de Mestre:** Imagens e Auto-Imagens. Rio de Janeiro: Vozes, 2000.

Dessa maneira, entendemos que esse material didático deverá estimular a reflexão política e o pensamento crítico dos/as estudantes, oferecendo textos de autores/as importantes da Ciência Política, sugestões de atividades, exemplos práticos e questões selecionadas do Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM) no que diz respeito ao campo da política. Em formato de caderno, deverá apresentar-se como subsídio aos professores para trabalhar os temas e os conceitos próprios da Ciência Política.

A proposta é que o caderno *O lugar da Ciência Política no ensino de Sociologia* seja produzido, não exclusivamente, com base nas habilidades e competências dispostas na Base Nacional Comum Curricular (BNCC), mas que possa contemplar, por exemplo, conceitos, teorias e temas da Ciência Política apresentados em eixos temáticos, como por exemplo, conceitos de política e sua história; política como princípios e valores (cidadania, democracia e direitos humanos); política como instituições (Estado, governo e partidos) e política como comportamento e relação social (respeito, tolerância, diversidade e alteridade). O caderno também poderá ser útil para auxiliar os/as professores/as a fazer a chamada transposição didática⁶¹, levando em consideração todas as dificuldades enfrentadas pelo ensino de Sociologia.

Diante do cenário exposto, acreditamos que a elaboração de um material didático adequado ao estudo da Ciência Política e voltado para a educação básica se mostra cada vez mais necessário para promover uma educação cidadã. Ao abordar de forma clara, acessível e contextualizada os conceitos, teorias e temas desse campo, esse material, quando bem trabalhado, tem o potencial de capacitar os estudantes do Ensino Médio a compreenderem a complexidade do cenário político e a se posicionarem de maneira consciente e ativa na sociedade.

Além disso, um material bem estruturado e atualizado contribui para o desenvolvimento do pensamento crítico, essencial para a formação de cidadãos participativos, capazes de exercer seu papel de maneira responsável em uma democracia. Portanto, entendemos que a elaboração de um material didático está diretamente ligada ao direito que os estudantes têm ao conhecimento desse campo. E no contexto de

⁶¹ Transposição didática é um conceito desenvolvido pelo educador francês Yves Chevallard (1991), que se refere ao processo de transformação do conhecimento científico em conhecimento ensinável nas escolas. No caso da Ciência Política, a transposição didática se manifesta na forma de adaptação dos conceitos políticos complexos, como democracia, cidadania e participação política, para serem ensinados a jovens estudantes de forma acessível e significativa, utilizando debates, simulações e metodologias ativas.

sociedades democráticas, esse tipo de material é essencial para capacitar os jovens para o exercício da cidadania.

No que diz respeito à escola pública em que trabalho desde 2018, a Escola de Ensino Médio Dona Luíza Távora – Pio XII, podemos caracterizá-la como sendo uma instituição regular da rede estadual de ensino, localizada na Rua Ana Gonçalves, 947, no Bairro São João do Tauape, em Fortaleza. Em 2024, a escola atendeu cerca de 594 alunos distribuídos nos três turnos de funcionamento. Conta com uma pequena biblioteca e um laboratório de informática, e enfrenta desafios significativos, como a escassez de recursos e a ausência de iniciativas extracurriculares em áreas como esportes, artes e tecnologia. Entendemos que esses fatores contribuem para restringir o desenvolvimento pleno dos alunos e reforçam um sentimento de incerteza em relação ao futuro.

Além disso, questões como violência, fome e insegurança no ambiente familiar têm impacto direto no desempenho escolar, comprometendo a formação integral dos estudantes. Para superar essas barreiras, é essencial que se invista em uma educação de qualidade, capaz de ir além do ensino básico. Isso inclui a implementação de projetos educacionais inclusivos que valorizem a história e a identidade dos alunos, proporcionando-lhes oportunidades concretas de crescimento pessoal e coletivo. Somente assim será possível construir um ambiente escolar que inspire esperança e prepare os jovens para enfrentarem os desafios da vida com confiança e autonomia.

Dessa forma, entendemos que, em uma realidade de recursos escassos e incertezas, o estudo da política pode estimular os alunos a compreenderem as estruturas de poder e a se engajarem em mudanças que favoreçam sua comunidade, tanto dentro quanto fora da escola. A introdução de temas como direitos humanos e democracia, por exemplo, pode ajudar os jovens a desenvolver estratégias para superar desafios estruturais, ampliando suas perspectivas de futuro e contribuindo para o desenvolvimento de competências socioemocionais, como trabalho em equipe e resolução de conflitos.

Por fim, acreditamos que ao incluir a Ciência Política no currículo da escola, é possível oferecer aos alunos ferramentas importantes para transformarem suas realidades, construindo caminhos de autonomia e protagonismo em suas vidas.

3 ANALISANDO OS DOCUMENTOS E LIVROS DIDÁTICOS.

No contexto contemporâneo, são muitos os desafios relacionados ao Ensino Médio brasileiro, notadamente aqueles relativos ao currículo, à formação de jovens com diferentes interesses, à precarização do trabalho docente, assim como questões relativas ao abandono e à evasão escolar. A reforma do Ensino Médio de 2017⁶², por exemplo, procurou discutir alguns desses problemas, mantendo as mesmas finalidades definidas na Lei de Diretrizes e Bases (LDB, Lei 9.394/1996), mas alterando a carga horária mínima e flexibilizando o currículo.

Todavia, Kuenzer (2017),⁶³ refletindo sobre o impacto das políticas neoliberais no ensino, critica esse modelo de reforma educacional, mostrando que a reforma de 2017 privilegiou uma formação técnica apressada e superficial, focada na preparação imediata para o mercado de trabalho.

A autora argumenta que, ao enfatizar uma educação instrumental voltada para atender às demandas econômicas de curto prazo, o modelo reformista sacrifica o desenvolvimento crítico e integral dos estudantes, afastando-os de uma educação que promova a cidadania ativa e o pensamento reflexivo.

Nessa perspectiva, é importante ressaltar que, no horizonte desse Ensino Médio tão desafiador, que ocupa um papel significativo no debate educacional brasileiro, os documentos oficiais que orientam a educação nacional e os livros didáticos, desempenham um papel relevante, pois fundamentam o trabalho docente, definem conteúdos curriculares, planos de ensino, assim como competências e habilidades que devem ser seguidas em todo o país.

Dessa forma, nesta seção, nosso objetivo é analisar a presença da Ciência Política nesses documentos, bem como nos livros didáticos das coleções de CHSA do PNLD 2021, pois entendemos que estamos diante de um campo do saber indispensável para a consolidação de uma cultura democrática na escola e para o fortalecimento da cidadania ativa entre os jovens estudantes. Sua abordagem, tanto nos documentos oficiais

⁶² A lei nº 13.415, de 16 de fevereiro de 2017, reconfigura o Ensino Médio brasileiro, com alterações em sua carga horária (3.000 horas) e currículo, que deverá ser composto pela Base Nacional Comum Curricular (60% da carga horária) e por itinerários formativos (40% da carga horária), organizados por meio da oferta de diferentes arranjos curriculares. A meta é que, progressivamente, as escolas possam oferecer a formação em tempo integral, com uma carga horária de até 1.400 horas por ano, aumentando o tempo de permanência do aluno na escola.

⁶³ KUENZER, Acácia Zeneida. Trabalho e escola: A flexibilização do Ensino Médio no contexto do regime de acumulação flexível. *Educação e Sociedade*, Campinas, v.38, n.139, p.331-354, 2017.

quanto nos livros didáticos, é essencial para promover a compreensão das estruturas políticas e das relações de poder, bem como dos processos democráticos.

3.1 A Ciência Política nos documentos oficiais da educação.

A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB/96) é um dos principais marcos legais da educação brasileira e define a educação como um processo orientado para a formação integral do indivíduo, preparando-o para o exercício da cidadania e promovendo a compreensão da responsabilidade social e política.

De acordo com o Artigo 2º, a educação deve “inspirar-se nos princípios de liberdade e nos ideais de solidariedade humana,” o que contribui para a construção de uma cultura democrática. Além disso, o Artigo 3º lista princípios que devem guiar o ensino, como a “liberdade de aprender, ensinar, pesquisar e divulgar o pensamento, a arte e o saber” (inciso II), a “pluralidade de ideias e de concepções pedagógicas” (inciso III), e o “respeito à liberdade e o apreço à tolerância” (inciso IV). Esses fundamentos promovem um ensino que valoriza a compreensão e a prática de princípios democráticos.

Para o Ensino Médio, o Artigo 35 destaca o objetivo de desenvolver competências que possibilitem ao estudante o “domínio dos conhecimentos de filosofia e das ciências humanas e sociais” e a “compreensão dos fundamentos científico-tecnológicos dos processos produtivos,” aspectos essenciais para a formação política e democrática dos jovens. A LDB, assim, incentiva uma educação voltada para a participação cidadã, o pensamento crítico e o entendimento dos processos políticos e sociais, mas não menciona especificamente o termo Ciência Política.

No Plano Nacional de Educação (PNE) de 2014, as palavras "democracia", "política" e "ciência política" aparecem em contextos específicos. Democracia, por exemplo, está principalmente ligada à promoção de uma gestão democrática nas escolas e ao incentivo de valores democráticos na educação.

A palavra Política é usada para descrever as políticas públicas educacionais voltadas para a ampliação do acesso e a melhoria da qualidade da educação. A política educacional no PNE é abordada de forma prática, voltada para a execução de ações e diretrizes no sistema educacional. E a expressão Ciência Política não aparece diretamente no PNE, concentrando-se mais nos objetivos e diretrizes de caráter educacional e cívico.

No que se refere às diretrizes curriculares nacionais, uma nova configuração foi construída, a chamada Base Nacional Comum Curricular (BNCC), que, segundo

Fiorelli Silva e Alves Neto (2020)⁶⁴, apresenta-se como uma política pública definidora do currículo para a educação básica. A BNCC tem como princípio a abordagem interdisciplinar por área do conhecimento, com enfoque no desenvolvimento de competências e habilidades. Essa nova configuração é estruturada de modo a propor uma formação geral, comum a todos os estudantes, assim como a inserção de itinerários formativos, organizados em torno de uma ou mais áreas de conhecimento.

Na BNCC, a palavra "democracia" é mencionada para destacar o desenvolvimento de habilidades que promovam a participação crítica e consciente dos estudantes, alinhada aos princípios democráticos e éticos. Ela incentiva os alunos a discutirem e analisarem questões políticas e sociais, compreendendo as transformações históricas e as dinâmicas de poder que moldam a sociedade. A ênfase na cidadania ativa e no respeito à diversidade aparece especialmente nas competências de Ciências Humanas e Sociais Aplicadas para o Ensino Médio.

O termo Política é utilizado em vários contextos na BNCC, focando na compreensão das estruturas de poder e dos processos históricos que influenciam a vida social. A "linguagem política" é introduzida para que os estudantes possam entender conceitos como democracia, república e autoritarismo, reconhecendo suas implicações históricas e contemporâneas. A expressão Ciência Política não é usada explicitamente.

No entanto, a BNCC aborda conceitos relacionados ao estudo da política de maneira indireta, ao promover a análise crítica das instituições políticas e do papel dos indivíduos na sociedade. Assim, a formação cidadã e a compreensão dos fenômenos políticos são vistas como essenciais para o desenvolvimento integral dos alunos, embora haja algumas críticas sobre a necessidade de um aprofundamento maior na historicidade e complexidade desses temas.

As Diretrizes Curriculares Nacionais (DCNs) abordam explicitamente "Democracia" e "Política" em diferentes etapas e áreas da educação básica. Essas diretrizes complementam a LDB e a BNCC, orientando as escolas na implementação de uma educação que promova valores democráticos e a compreensão da política, com ênfase na formação cidadã e na responsabilidade social.

As Diretrizes Curriculares Nacionais (DCNs) também ressaltam a importância de preparar os estudantes para o exercício da cidadania e o entendimento dos

⁶⁴ FIORELLI SILVA, I. L.; ALVES NETO, H. F. O processo de elaboração da Base Nacional Comum Curricular (BNCC) no Brasil e a Sociologia (2014 a 2018). *Revista Espaço do Currículo*, v. 13, n. 2, p. 262-283, 2020.

processos políticos e sociais, incentivando a valorização dos princípios democráticos, como participação, respeito à diversidade, e pluralidade de ideias. No Ensino Médio, as DCNs aprofundam essas discussões, estabelecendo que o currículo deve incluir conteúdos e práticas que incentivem o entendimento das estruturas políticas, das instituições democráticas e do papel do cidadão. A área de Ciências Humanas, por exemplo, é indicada como uma das principais para tratar de questões como democracia, direitos humanos, pluralidade cultural e organização política.

Com relação aos Parâmetros Curriculares Nacionais (PCNs), destacamos a importância de temas como democracia e Ciência Política. Os PCNs enfatizam a necessidade de entender a democracia não apenas como um sistema político, mas também como um conjunto de valores e práticas que promovem a participação cidadã, a igualdade e os direitos humanos.

O tratamento de temas como democracia e Ciência Política nos PCNs visa formar cidadãos informados e ativos, capazes de contribuir para a construção de uma sociedade mais justa e democrática. Vale destacar que a temática “Cidadania” é a mais presente em todos os documentos oficiais da educação nacional.

Com relação ao Documento Curricular Referencial do Ceará (DCRC), percebemos que ele se apresenta como um guia estratégico para a educação básica no estado, fundamentado nas diretrizes da Base Nacional Comum Curricular (BNCC). O DCRC tem como propósito alinhar as propostas pedagógicas e os conteúdos trabalhados nas escolas estaduais, de modo a atender às particularidades locais e promover uma educação que reflete as características culturais, sociais e econômicas da região.

O documento destaca a importância de desenvolver competências socioemocionais e formar uma consciência cidadã, incentivando a participação ativa e a compreensão das responsabilidades sociais e políticas. Além disso, o DCRC incorpora princípios de inclusão e respeito à diversidade, valorizando diferenças culturais, raciais, de gênero e sociais, para garantir que todos os estudantes tenham acesso a uma educação inclusiva, essencial na construção de uma sociedade mais justa. No entanto, ele não menciona explicitamente a expressão "Ciência Política."

Para um melhor entendimento, apresentamos, a seguir, a tabela 4, que permite observar a ênfase que cada documento dá aos aspectos de Política, Democracia e Ciência Política, evidenciando como a formação cidadã e o desenvolvimento de uma consciência crítica são abordados como temas transversais na educação básica, ainda que a expressão Ciência Política não seja mencionada diretamente em alguns desses documentos.

Tabela 4 – A presença e o tratamento dos termos Política, Democracia e Ciência Política em documentos oficiais da educação nacional

Documento	Política	Democracia	Ciência Política
LDB (Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional)	Refere-se à política educacional e às diretrizes de gestão democrática. Promove a formação integral e a cidadania.	Enfatiza a gestão democrática nas escolas, a formação cidadã e o respeito à pluralidade cultural e social.	Não menciona explicitamente, mas promove o desenvolvimento de consciência crítica e cidadania ativa.
PNE (Plano Nacional de Educação)	Trata das diretrizes políticas de implementação de metas educacionais e de gestão descentralizada.	Fomenta uma educação que respeite os princípios democráticos, destacando a participação social e a gestão democrática.	Não menciona diretamente, mas prioriza a formação crítica e cidadã.
BNCC (Base Nacional Comum Curricular)	Propõe o desenvolvimento de competências relacionadas à participação política e à cidadania ativa.	Define a democracia como princípio essencial na formação cidadã e aborda temas como direitos e deveres.	Não menciona explicitamente, mas inclui objetivos de compreensão e análise de processos sociais e políticos.
PCNs (Parâmetros Curriculares Nacionais)	Orienta o desenvolvimento de uma postura crítica e ativa diante de questões políticas e sociais.	Apresenta a democracia como valor a ser desenvolvido, com foco na participação e no respeito à diversidade.	Não menciona explicitamente, mas incorpora noções gerais de cidadania e participação.
DCNs (Diretrizes Curriculares Nacionais)	Destaca a política como um meio para a formação de cidadãos autônomos e críticos.	Foca na democracia como um valor transversal, essencial para a convivência e participação cidadã.	Não há menção direta, mas sugere uma formação que inclua noções políticas e sociais.
DCRC (Documento Curricular Referencial do Ceará)	Enfatiza a participação política e a responsabilidade social, incentivando o desenvolvimento de uma consciência cidadã.	Fomenta o aprendizado e a prática de princípios democráticos, reforçando o respeito à diversidade.	Não menciona explicitamente, mas promove o desenvolvimento crítico e a compreensão dos processos políticos e sociais.

Fonte: Elaboração a partir dos documentos oficiais da educação nacional.

3.2 A Ciência Política nos livros didáticos.

Partindo da perspectiva de que os documentos definem os objetivos de aprendizagem, as competências e habilidades que devem ser desenvolvidas, e os livros didáticos concretizam essas orientações em atividades, textos e recursos visuais, entendemos que todos os aspectos legais analisados, das mais variadas formas, repercutem diretamente naquilo que se exige para o processo de composição desses

materiais destinados às escolas públicas de todo o país⁶⁵ e influenciam diretamente o conteúdo, a abordagem e a forma como os temas são tratados.

Maiçara (2020)⁶⁶, refletindo sobre a natureza dos livros didáticos, entende que são publicações que registram o pensamento de seus autores, produzidos e situados numa determinada configuração sócio-histórica, apresentando-se como instrumentos importantes no processo de ensino e aprendizagem nas escolas, com o objetivo de se compreender um determinado objeto do conhecimento definido como disciplina escolar.

Segundo a autora, uma característica importante da produção de livros didáticos no Brasil é a dinâmica do mercado editorial, influenciada e direcionada pelo Ministério da Educação que, com mecanismos de poder do Estado, avalia, seleciona, compra e distribui esses materiais para as escolas públicas de todo o país.

Dessa maneira, os livros didáticos se apresentam como a materialização em sala de aula, das concepções de educação conectadas às relações políticas e institucionais de um determinado contexto. Nessa perspectiva, na avaliação de Meucci, os livros didáticos

[...] não dizem apenas respeito ao fenômeno escolar, mas são também recursos valiosos para o entendimento de processos sociais relacionados à vida intelectual mais abrangente. São meio privilegiado que permite vislumbrar certas dinâmicas de produção e repercussão social do repertório cultural e científico em uma determinada sociedade (MEUCCI, 2020, p.3).⁶⁷

Assim, Meucci (2020) fortalece ideia de que os livros didáticos desempenham um papel essencial tanto na educação quanto na compreensão de processos sociais mais amplos, destacando sua influência na produção e circulação do conhecimento cultural e científico em uma sociedade.

Por serem objetos de múltiplas facetas, são pesquisados enquanto mercadoria, na lógica capitalista, mas também como produtos culturais, suportes de conhecimentos e de métodos de ensino das diversas disciplinas escolares e, do mesmo modo, como instrumentos de valores ideológicos ou culturais. Ainda segundo a autora, os livros

⁶⁵ No caso dos livros didáticos de Sociologia, desde 2010, o formato era especificado no edital do Programa Nacional de Livros Didáticos (PNLD), que selecionava e distribuía esses materiais para os estudantes das escolas públicas. Porém, as constantes reformas na organização do Ensino Médio, vêm impondo a descaracterização de disciplinas, de forma que, a partir do PNLD 2021, as obras passaram a ser organizadas por áreas do conhecimento, não mais por disciplinas, sendo visível, com isso, uma perda de espaço para a Sociologia.

⁶⁶ MAIÇARA, Julia Polessa. O ensino de Sociologia e o livro didático. In: BRUNETTA, Antonio Alberto; BODART, Cristiano das Neves; CIGALES, Marcelo Pinheiro. **Dicionário do Ensino de Sociologia**. Maceió: Editora Café com Sociologia, p. 210-214, 2020.

⁶⁷ MEUCCI, Simone. Os livros didáticos da perspectiva da sociologia do conhecimento: uma proposição teórico-metodológica. **Revista Brasileira de História da Educação**, v. 20, p. 3-18, 2020.

didáticos, de uma maneira geral, configuram-se como ferramentas importantes na compreensão da história da educação, do pensamento pedagógico, das disciplinas, das culturas escolares e da própria história do livro e da leitura.

A autora observa que os livros didáticos de Sociologia, especificamente, buscam articular temas, teorias e conceitos das Ciências Sociais, visando apresentar as principais referências das disciplinas Sociologia, Antropologia e Ciência Política, possibilitando, assim, o exame da relação entre escola, mercado, sociedade e Estado.

Diante dessas considerações, para um melhor entendimento dos diversos aspectos que giram em torno da produção dos livros didáticos, utilizamos as propostas metodológicas de Meucci (2020) que, ancoradas na Sociologia do Conhecimento e inspiradas na perspectiva teórica de Norbert Elias⁶⁸, permitem uma abordagem com potencial de selecionar e compreender conteúdos disciplinares em determinados contextos.

Tendo em vista que o processo de elaboração dos livros didáticos envolve uma série de etapas e a participação de diversos atores, até chegar na sala de aula, Meucci desenvolve três eixos de análise que ajudam a entender o impacto desses materiais na estruturação da educação e como eles moldam e mantêm certas práticas pedagógicas dentro das escolas ao longo do tempo.

Os conceitos são os seguintes: *sistematização*, *institucionalização* e *rotinização*. Esses conceitos podem ser aplicados para entender como um campo de conhecimento é produzido, utilizado e legitimado dentro do sistema educacional, facilitando a padronização do ensino e a transmissão de conhecimentos de maneira estável e eficaz. A metodologia de Meucci pode ser sintetizada da seguinte maneira:

A ‘sistematização’ refere-se ao processo da constituição e articulação entre produtores e receptores do conhecimento. [...] ‘institucionalização’ é a definição de uma estrutura organizada com regras fixas que se traduz, ora como aparato legal com a finalidade de validar meios e regras para certificação, ora como um gênero próprio de abordagem e de demonstração. [...] a ‘rotinização’ [...] diz respeito à propriedade de manter a articulação dos agentes e a ossatura organizacional e formal em condições que possibilitam a repercussão regular sedimentando um estatuto estável ao campo do conhecimento. (MEUCCI, 2020, p.5-6)⁶⁹

⁶⁸ Do ponto de vista da Sociologia Configuracional, baseada em Norbert Elias, o entendimento de Meucci é que a configuração permite compreender as conexões entre os livros, os conteúdos e o campo de conhecimento enquanto processos sociais, ou seja, enquanto dinâmicas próprias da sociedade.

⁶⁹ MEUCCI, Simone. Os livros didáticos da perspectiva da sociologia do conhecimento: uma proposição teórico-metodológica. *Revista Brasileira de História da Educação*, v. 20, p. 3-18, 2020.

Esses processos são interdependentes e se realizam, segundo Meucci, de forma simultânea e indissociável para a consolidação e legitimação de um campo de conhecimento, garantindo sua estabilidade e seu papel contínuo na produção e organização disciplinar dos saberes. São operações essenciais para entender como um campo de conhecimento é validado e perpetuado, evidenciando que o processo de construção de um campo do saber vai muito além da simples criação de conteúdo, envolvendo sua organização, validação e rotinização.

Nessa perspectiva, a análise do livro didático, sob a perspectiva de seu papel como política pública, envolve reconhecer a interseção entre educação e mercado editorial. A dinâmica de recrutamento de autores, as relações entre agências reguladoras e o delineamento das políticas de distribuição são mecanismos importantes para compreender o processo complexo que envolve a produção de material didático no Brasil.

Há uma tensão entre mercado e Estado, com o mercado editorial influenciando diretamente o perfil de autoras e autores selecionados para os livros, enquanto as políticas públicas, como o PNLD, a BNCC e o próprio ENEM, orientam os critérios de produção e distribuição, afetando o acesso ao material e sua diversidade. Esses fatores não apenas definem quem pode ser autor, mas também quais conteúdos chegam às escolas, influenciando o processo de ensino-aprendizagem.

Merece destaque, no caso da distribuição de livros no Brasil, o Programa Nacional do Livro Didático, hoje, denominado Programa Nacional do Livro e do Material Didático (PNLD)⁷⁰. Ao avaliar, adquirir e distribuir materiais didáticos para alunos das escolas públicas, não apenas garante o acesso a determinados campos do saber, mas também influencia o mercado editorial. Como destacado por Meucci (2014)⁷¹, o PNLD é um exemplo de política pública que mobiliza recursos significativos, impactando a economia do setor editorial e, ao mesmo tempo, padronizando o acesso ao conhecimento em nível nacional.

Dessa maneira, destacamos a importância de se compreender o livro didático além de seu uso pedagógico, considerando também seu papel dentro de um sistema mais amplo de políticas públicas que moldam tanto o mercado quanto a prática educativa no

⁷⁰ O PNLD foi formalmente criado pelo Decreto nº 91.542, de 19 de agosto de 1985, no contexto da redemocratização da sociedade brasileira, configurando-se como uma política pública do Estado brasileiro, executada pelo Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE) e pelo Ministério da Educação, destinada a disponibilizar obras didáticas, pedagógicas e literárias de forma sistemática, regular e gratuita às escolas públicas de todo o país.

⁷¹ MEUCCI, Simone. Notas sobre o pensamento social brasileiro nos livros didáticos de Sociologia. *Revista Brasileira de Sociologia*, vol. 2, nº 3, p. 209-233, 2014.

Brasil. Entendemos, assim, que a produção e a distribuição de livros didáticos não é apenas uma questão de mercado, mas também diz respeito a decisões políticas e educacionais, impactando o acesso ao conhecimento e a formação dos estudantes.

Com relação à formalização do conteúdo nesses materiais, destacamos o envolvimento tanto da definição oficial dos conceitos e temas quanto da forma como estes são apresentados, articulando a dimensão textual, visual e linguística. Além disso, a análise da formalização do conteúdo inclui a forma como os estudantes interagem com o livro. A manipulação do livro envolve a facilidade de uso, a clareza da organização dos capítulos, seções e exercícios, e como o material gráfico e textual contribui para o entendimento.

Entender as formas de apresentação dos conteúdos, tanto textuais quanto visuais, ajuda a identificar como a linguagem e as técnicas de exposição contribuem para legitimar esses saberes dentro do currículo. Ressalte-se que a maneira como os conceitos são explicados, justificados e sequenciados, desempenha um papel fundamental na construção de um campo disciplinar, pois facilita sua aceitação e compreensão tanto por professores quanto por alunos.

Acerca do significado e da consistência do saber representado nos livros didáticos, trata-se de investigar não apenas o conteúdo em si, mas como ele é estruturado e mantido ao longo do tempo, considerando os desafios e as possibilidades da sociedade em que está inserido. Dessa maneira, é importante avaliar se os saberes representados têm o potencial de responder aos desafios do mundo contemporâneo, ou se eles permanecem inalterados, independentemente das transformações na sociedade.

Diante dessas considerações, a análise dos livros didáticos precisa considerar se o conhecimento ali presente está preparado para responder aos desafios do mundo contemporâneo, como, por exemplo, as mudanças nas formas de trabalho, as transformações culturais e o papel crescente da cidadania global.

O desafio é equilibrar a preservação de conteúdos essenciais com a inclusão de novos saberes que refletem essas transformações, garantindo uma educação que prepare os estudantes para o presente e o futuro. Nesse caso, a análise desse aspecto busca compreender como o conhecimento é atualizado para dialogar com novos desafios

sociais, políticos e culturais, bem como as condições de permanência e validade desse saber no currículo escolar (YOUNG, 2011)⁷²

Dessa maneira, entendemos que os livros didáticos possibilitam uma análise relevante sobre como o conhecimento é formalizado, quais conteúdos são privilegiados, e como os alunos interagem com esse conhecimento dentro do contexto escolar.

Assim, esses materiais se apresentam como ferramentas importantes tanto para a análise da educação quanto para a própria construção do saber. Por fim, entendemos que os livros didáticos não são apenas um recurso pedagógico, mas também um objeto de estudo relevante para a análise crítica da educação, já que influenciam a construção do saber escolar.

A partir dessas considerações, emergem novas questões em torno das disputas pelo currículo, como por exemplo, sobre quais conhecimentos devem ser garantidos pela escola. O livro didático, embora não determine a prática docente, exerce um direcionamento considerável, podendo contribuir ou prejudicar na qualidade do ensino. Nesse sentido, observamos que a influência do livro didático sobre o currículo é tão marcante que, de acordo com Engerroff,

[...] o livro didático participa da formação do currículo, na medida em que ele é produto e produtor de uma seleção de saberes, conferindo legitimidade a estes e, concomitantemente, legitima por estas significações o ensino de Sociologia (ENGERROFF, 2017, p.62).⁷³

Ressalte-se que, pensar ou analisar currículos, é uma questão que vai muito além do próprio currículo formal. Além da distribuição de conteúdo, há, nas escolas, um currículo oculto, uma transmissão implícita de normas, valores e expectativas sociais que moldam as atitudes e comportamentos dos alunos de acordo com as demandas da sociedade e da economia. Isso pode reforçar desigualdades, ao naturalizar as diferenças sociais e econômicas como parte do sistema educacional, transmitindo expectativas que correspondem às classes sociais dos alunos.

Apple (2006), no trecho abaixo, exemplifica como os currículos formal e oculto podem se complementar na formação diferenciada de classes sociais:

⁷² YOUNG, Michael, F. D. O Futuro da educação em uma sociedade de conhecimento: o argumento radical em defesa de um currículo centrado em disciplinas. *Revista Brasileira de Educação*, São Paulo, v. 16, n. 48, p. 609-623, set./dez. 2011.

⁷³ ENGERROFF, Ana Martina Baron. **A sociologia no ensino médio:** a produção de sentidos para a disciplina através dos livros didáticos. Dissertação (Mestrado em Sociologia Política) - Universidade Federal de Santa Catarina, Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Programa de Pós-graduação em Sociologia Política, Florianópolis, 2017.

[...] uma função tácita da escolarização parece ser o ensino de propensões e valores diferentes para diferentes populações escolares. Se se considera que um grupo de alunos possui futuros membros de uma classe profissional e administrativa, as escolas e o currículo parecem se organizar em torno de conceitos como flexibilidade, escolha, pesquisa, etc. Se, por outro lado, a destinação provável dos alunos for a de trabalhadores sem habilitação ou semi-habilitados, a experiência escolar tende a enfatizar a pontualidade, a organização, a formação de hábitos, etc. Essas 35 expectativas são reforçadas pelos tipos de currículo e testes que as escolas dão e pelos rótulos afixados a diferentes tipos de alunos. Assim, os conhecimentos formal e informal ensinados nas escolas, os procedimentos de avaliação, etc., precisam ser analisados em conexão com outros aspectos, ou não perceberemos boa parte de sua real significação. Essas práticas cotidianas estão ligadas a estruturas econômicas, sociais e ideológicas que se encontram fora dos prédios escolares. (APPLE, 2006, p. 105)⁷⁴.

De acordo com essa perspectiva, as escolas funcionam como instituições que ajudam a manter as desigualdades, formando alunos para ocupar diferentes lugares na estrutura socioeconômica. Ou seja, além do conteúdo formal do currículo, a educação também pode reforçar normas, valores e comportamentos que preparam os alunos para posições distintas no mercado de trabalho e na sociedade, de acordo com sua origem social e econômica. Assim, a escola, por meio dos conteúdos e das práticas pedagógicas, frequentemente reforça valores que favorecem a aceitação das estruturas sociais e políticas existentes.

No entanto, para superar essa perspectiva, Apple (2008)⁷⁵ também argumenta sobre a importância da educação como processo que começa no diálogo crítico, pautado na capacidade de gerar um currículo inserido na cultura local, envolvendo o pensamento crítico e a transformação social. Nesse sentido, entendemos que a escola, deve ter a responsabilidade de proporcionar uma educação que promova a análise das estruturas políticas, econômicas e sociais, permitindo que os alunos compreendam o mundo ao seu redor de forma crítica.

Entendemos que, mesmo reconhecendo os aspectos excludentes que ainda existem no sistema educacional, é importante que a escola se apresente como um espaço de transformação social, onde o conhecimento seja utilizado para capacitar os jovens estudantes a exercerem a cidadania de forma ativa. Para que isso ocorra, é fundamental que o currículo e a prática pedagógica estejam ancorados na realidade concreta dos alunos

⁷⁴ APPLE, Michael. **Ideologia e currículo**. 3. ed. Porto Alegre: Artmed, 2006.

⁷⁵ APPLE, Michael; BURAS, Kristen. **Currículo, poder e lutas educacionais**: com a palavra, os subalternos. Porto Alegre: Artmed, 2008.

e da sociedade em que estão inseridos. Dessa forma, a educação pode cumprir seu papel social de forma mais justa e equitativa.

Dessa maneira, entendemos que a inserção dos conceitos, teorias e temas da Ciência Política no Ensino Médio, como conteúdo didático específico, é de fundamental importância na perspectiva de que a escola possa desempenhar um papel transformador na formação desses jovens. Ao incorporar os conteúdos específicos da Ciência Política no currículo, a escola contribui, significativamente, para ampliar o entendimento dos jovens estudantes sobre a sociedade, o exercício do poder e os mecanismos democráticos, oferecendo ferramentas para capacitá-los ao exercício da cidadania.

A partir dessa compreensão, as propostas metodológicas de Meucci (2020) mostram-se relevantes ao serem aplicadas ao exame do lugar da política nas coleções de Ciências Humanas e Sociais Aplicadas do PNLD 2021, possibilitando a análise de diferentes abordagens e perspectivas sobre a produção e circulação de saberes políticos nesses materiais didáticos. Ao adotar essas propostas, é possível explorar como os livros didáticos abordam os conceitos e temas da política, suas especificidades e suas estratégias na apresentação desses saberes aos estudantes.

3.3 As coleções didáticas de CHSA do PNLD 2021.

É importante destacar, no primeiro momento, que, para empreendermos uma análise dos conceitos e temas da Ciência Política como conteúdo didático nas coleções de Ciências Humanas e Sociais Aplicadas do PNLD 2021, torna-se necessário compreender que a BNCC trouxe uma mudança significativa na forma como os conteúdos de Sociologia passaram a ser apresentados.

Em vez de serem tratados em livros especializados, os conteúdos de Sociologia passaram a ser incluídos em obras interdisciplinares de Ciências Humanas e Sociais Aplicadas, juntamente a disciplinas como Geografia, Filosofia e História. Contudo, essa alteração suscitou preocupações entre os educadores, especialmente quanto à qualidade e ao aprofundamento dos conteúdos de Sociologia dentro desses materiais integrados.

Vale ressaltar que, tradicionalmente, os livros de Sociologia eram estruturados a partir dos conhecimentos das três grandes áreas das Ciências Sociais (Sociologia, Antropologia e Ciência Política), permitindo que os professores

organizassem suas disciplinas ao longo dos três anos do Ensino Médio com uma divisão clara e específica entre esses campos. No entanto, ao integrar os conteúdos em uma obra didática, corre-se o risco de a Sociologia (assim como as demais disciplinas) perder sua profundidade e especificidade, pois os conteúdos podem ser diluídos ou simplificados para se ajustarem à lógica interdisciplinar exigida pela BNCC.

Dessa forma, entendemos que o sucesso dessa abordagem está fortemente vinculado à qualidade dos livros didáticos, e, no caso específico da definição do lugar da Ciência Política no ensino de Sociologia, o sucesso depende, em grande parte, da capacidade dos sistemas educacionais de fomentar o desenvolvimento do pensamento crítico, reflexivo e questionador em relação à realidade social e política.

Diante desse cenário, o presente capítulo tem como objetivo central examinar o lugar dos conceitos e temas da Ciência Política nos livros didáticos de Ciências Humanas e Sociais Aplicadas, notadamente nas 14 coleções didáticas aprovadas pelo PNLD 2021. Observamos que, no total, são nove editoras, cujas coleções de livros utilizadas nas escolas refletem amplamente a influência do capital privado na esfera pública, ao fornecerem materiais didáticos por meio do PNLD.

As coleções são as seguintes: Conexões, Contexto e Ação, Diálogo, Diálogos em Ciências Humanas, Humanitas.doc, Identidade em Ação, InterAção Humanas, Conexão Mundo, Moderna Plus, Multiversus Ciências Humanas, Módulos para o Novo Ensino Médio, Palavras de Ciências Humanas e Sociais Aplicadas, Prisma Ciências Humanas e Ser Protagonista.

Inicialmente, entendemos ser importante que possamos ter uma visão panorâmica dessas coleções. Assim, apresentamos, a seguir, uma síntese das suas informações na tabela 4, notadamente a distribuição dos conteúdos nos seis volumes que compõem cada coleção. Em seguida, na tabela 5, identificamos os autores das coleções e suas formações acadêmicas, pois entendemos ser importante que os livros didáticos sejam elaborados por profissionais qualificados, que compreendam bem as teorias, conceitos, metodologias e debates fundamentais da área abordada, especialmente em campos específicos como a Ciência Política, que exige, dentre muitos aspectos, um entendimento complexo de estruturas políticas, do exercício do poder, das instituições e das teorias da democracia.

Tabela 5 - Distribuição dos conteúdos das 14 coleções didáticas de CHSA - PNLD 2021

Ciências Humanas e Sociais Aplicadas - PNLD 2021														
Vol.	Conexões	Contexto e Ação	Diálogo	Diálogos em Ciências Humanas	Humanitas. doc	Identidade em Ação	InterAção Humanas	Conexão Mundo	Moderna Plus	Multivers us Ciências Humanas	Módulos para o Novo Ensino Médio	Palavras de Ciências Humanas e Sociais	Prisma Ciências Humanas	Ser Protagonista
1	Ciência, cultura e sociedade	Grandes transformações	Ser humano, cultura e sociedade	Compreender o mundo	Tempo e espaço	Indivíduo, sociedade e cultura	A formação das sociedades e das civilizações no Brasil e no mundo	Liberdade e vida social	Natureza em transformação	Indivíduo, natureza e sociedade	O mundo em que vivemos: origens, trabalho e a invenção da liberdade	Mundo do trabalho: indivíduo e sociedade	Cidadania e Ética	
2	População, territórios e fronteiras	Territórios, paisagens e relações sociais	Trabalho, tecnologia e natureza	Mundo em movimento	Territórios, territorialidades e fronteiras	Trabalho e tecnologia	O trabalho e a transformação da vida humana	Fronteiras físicas e culturais	Globalização, emancipação e cidadania	Populações, territórios e fronteiras	Os tempos e espaços das cidades	Mundo Contemporâneo: tensões, conflitos e cooperação	Política e Ética em Ação: cidadania e democracia	Economia e Trabalho
3	Sociedade e meio ambiente	Sociedade e natureza	Relações de poder: território, Estado e nação	Consciência ambiental	Indivíduo, sociedade e natureza	Transformações da natureza e impactos socioambientais	O poder econômico e a construção da autonomia dos povos e países	Sociedade e natureza	Trabalho, ciência e tecnologia	Sociedade, natureza e desigualdade	Territórios e fronteiras	Brasil diverso: povos e paisagens	Brasil da Diversidade: sociedade e direitos	Política e Relações de Poder
4	Ética e cidadania	Trabalho e sociedade	Lutas sociais e reflexões sobre a existência	Importância do Trabalho	Política e mundo do trabalho	Política e território	Sociedade brasileira: conflitos, tensões e a juventude	Trabalho e sociedade	Poder e política	Trabalho, tecnologia e desigualdade	Brasil em formação: entre o rural e o urbano	Espaços em Transformação: desigualdades e conflitos	Território e Fronteira	
5	Estado, poder e democracia	Desigualdade e poder	América: povos, territórios e dominação colonial	Convívio democrático	Sociedade, cultura e política	Dinâmicas e fluxos	O Brasil e o mundo na atualidade	Convivência s e conflitos	Sociedade, política e cultura	Ética, cultura e direitos	Relações de poder e conflitos	Mundo em rede: democracia, cidadania e direitos	Sustabilidade e em Ação: sociedade e natureza	Sociedade e Cultura
6	Trabalho e transformação social	Cultura, ciência e tecnologia	Dilemas das repúblicas latino americanas	Construção da cidadania	Diversidade, cidadania e direitos humanos	Ética, cidadania e direitos humanos	As sociedades humanas, seus desafios e percursos	Política e cidadania	Conflitos e desigualdades	Política, conflitos e cidadania	Culturas e diferenças	Estado, população e meio ambiente: discussões necessárias	Mundo em Movimento: globalização, conflitos e pandemia	Conhecimento Científico e Tecnologia
Editora	Moderna	Scipione	Moderna	Ática	Saraiva	Moderna	Editora do Brasil	Editora do Brasil	Moderna	FTD	AJS	Palavras Projetos Editoriais	FTD	SM Educação

Fonte: Elaboração com base no Guia do Livro Didático do PNLD-2021⁷⁶.⁷⁶Disponível em: http://www.pnld.nees.ufal.br/pnld_2021_didatico/componente-curricular/pnld-2021-obj2-ciencias-humanas-sociais-aplicadas Acesso em: 01 out. 2024.

De acordo com Ralejo (2014)⁷⁷, para que o livro didático chegue ao seu resultado final, é necessário passar por uma série de acordos, negociações e disputas até sua concretização, envolvendo atores como o próprio Estado, as editoras e os autores.

Nesse sentido, quando observamos a tabela 2, por exemplo, sobre a distribuição dos conteúdos didáticos de CHSA, a concretização final desse processo foi a simplificação desses conteúdos à lógica interdisciplinar exigida pela BNCC, o que faz com que levantemos algumas questões bem específicas e práticas relacionadas ao uso dessas coleções no cotidiano da escola e no trabalho dos/as professores/as, notadamente no aspecto do planejamento.

Dessa maneira, entendemos ser importante observar a questão de como os/as professores/as poderão organizar a divisão dos capítulos, considerando que cada professor/a possui carga horária e dias de aula distintos nas escolas, muitas vezes sem a oportunidade de um planejamento colaborativo.

Outra questão que consideramos importante é observar que, como cada disciplina possui uma abordagem específica sobre seus objetos de estudo, planejar de forma eficaz a abordagem de determinados conteúdos, sem uma separação clara entre os capítulos ou obras, acaba fragmentando os conteúdos e comprometendo a sequência didática.

Diante desse cenário, entendemos que, com a adoção dessas coleções didáticas pelas escolas públicas, a distribuição das disciplinas, suas novas configurações, assim como os novos temas, alteram completamente a dinâmica do trabalho docente, sendo que o uso fragmentado de um livro didático em colaboração com outros/as colegas se torna um grande desafio, pois pode afetar a autonomia dos/as professores/as em relação ao currículo escolar e ao processo de ensino e aprendizagem.

Assim, mesmo reconhecendo as contribuições que essas coleções podem oferecer na construção do conhecimento dos/as estudantes, não podemos deixar de observar que, diante do exposto, também podem dificultar a organização curricular da escola e o trabalho docente.

Na tabela 6, a seguir, descrevemos a formação acadêmica dos/as 89 autores/as das 14 coleções de CHSA do PNLD 2021, importante aspecto no processo de construção dessas obras.

⁷⁷ RALEJO, A. S. **Autoria de livros didáticos:** desafios e possibilidades da produção do conhecimento histórico escolar. Dissertação (Mestrado em Educação) – Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2014.

Tabela 6 – Coleções de CHSA e suas respectivas autorias - PNLD 2021

Coleção	Autores/as
Conexão Mundo (Editora do Brasil, 2020).	- Leandro Alves Gomes (Bacharel e Licenciado em Geografia); - Natália Salan Marpica (Doutora em Sociologia); - Priscila D’Almeida Manfrinati (Mestra em Ciências Humanas); - Sabina Maura Silva (Doutora em Educação).
Conexões (Editora Moderna, 2020).	- Gilberto Cotrim (Mestre em História); - Ângela Correia da Silva (Mestra em Educação); - Ruy Lozano (Licenciado em Ciências Sociais); - Alexandre Alves (Doutor em História); - Letícia Fagundes de Oliveira (Mestra em História); - Marília Moschkovich (Doutora em Educação).
Contexto e Ação (Editora Scipione, 2020).	- Igor José de Renó Machado (Doutor em Ciências Sociais); - Henrique Amorim (Doutor em Ciências Sociais); - Fabiana Sanches Grecco (Doutora em Ciência Política); - Leandro Galastri (Doutor em Ciência Política); - Cassiano Terra Rodrigues (Doutor em Filosofia); - Glaydson José da Silva (Doutor em História).
Diálogo (Editora Moderna, 2020).	- Julieta Romeiro (Doutora em Sociologia); - Maria Raquel Apolinário (Bacharel e Licenciada em História); - Ricardo Melani (Mestre em Filosofia); - Silas Martins Junqueira (Bacharel e Licenciado em Geografia).
Diálogos em Ciências Humanas (Editora Ática, 2020).	- Cláudio Vicentino (Bacharel em Ciências Sociais); - Eduardo Campos (Mestre em Educação); - Eustáquio de Sene (Doutor em Geografia).
Humanitas.doc (Editora Saraiva, 2020).	- Ronaldo Vainfas (Doutor em História); - Sheila de Castro Faria (Doutora em História); - Jorge Ferreira (Doutor em História).
Identidade em Ação (Editora Moderna, 2020).	- Leandro Karnal (Doutor em História); - Luiz Estevam de Oliveira Fernandes (Doutor em História); - Isabela Backx (Doutora em História); - Felipe de Paula Góis Vieira (Doutor em História); - Marcelo Abreu (Doutor em História); - Alice de Martini (Mestra em Sustentabilidade); - Eliano Freitas (Doutor em Geografia); - Rogata Soares Del Gaudio (Doutora em Educação); - Cristina Costa (Doutora em Antropologia).

InterAção Humanas (Editora do Brasil, 2020).	<ul style="list-style-type: none"> - Judith Nuria Maida (Graduada em Geografia); - Adhemar Marques (Especialista em História); - Amarildo Diniz (Graduado em Geografia); - Flávio Berutti (Mestre em História); - Júlia O'Donnell (Doutora em Antropologia); - Maurício Prada (Doutor em História); - Paulo Crispim Alves de Souza (Mestre em Ciências Humanas e Sociais); - Paulo Edison de Oliveira (Mestre em Ciências Sociais); - Pedro M. C. Oliveira (Graduado em Geografia); - Silvia Panazzo (Graduada em História e Pedagogia); - Vitor H. Schvartz (Pós-doutor em Filosofia).
Moderna Plus (Editora Moderna, 2020).	<ul style="list-style-type: none"> - Patrícia Ramos Braick (Mestra em História); - Myriam Becho Mota (Mestra em Relações Internacionais); - Lygia Terra (Licenciada em Geografia); - Regina Aratijo (Doutora em Geografia); - Raul Borges Guimarães (Doutor em Geografia); - Maria Lúcia de Arruda Aranha (Bacharel e Licenciada em Filosofia); - Afrânio Silva (Mestre em Ciência Política); - Bruno Loureiro (Bacharel e Licenciado em Ciências Sociais); - Cassia Miranda (Mestra em Filosofia); - Fátima Ferreira (Doutora em Educação); - Lier Pires Ferreira (Doutora em Direito); - Marcela M. Serrano (Doutora em Ciências Sociais); - Marcelo Araújo (Doutor em Antropologia); - Marcelo Costa (Mestre em Sociologia); - Martha Nogueira (Mestra em Ciências Sociais); - Otair Fernandes de Oliveira (Doutor em Ciências Sociais); - Paula Menezes (Mestre em Sociologia); - Raphael M. Corrêa (Mestre em Planejamento Urbano); - Rodrigo Pain (Doutor em Ciências Humanas); - Rogério Lima (Doutor em Ciências Humanas); - Tatiana Bukowitz (Mestra em Sociologia); - Thiago Esteves (Mestre em Ciências Sociais); - Vinícius Mayo Pires (Mestre em Sociologia e Antropologia).
Multiversos Ciências Humanas (FTD, 2020).	<ul style="list-style-type: none"> - Alfredo Boulos Júnior (Doutor em Educação); - Edilson Adão Cândido da Silva (Mestre em Geografia); - Laercio Furquim Júnior (Mestre em Geografia).
Módulos para o Novo Ensino Médio (Editora AJS, 2020).	<ul style="list-style-type: none"> - Roberto Catelli Júnior (Doutor em Educação); - André La Savia (Doutor em Filosofia); - Ana Paula Gomes Seferian (Doutora em Educação);

	<ul style="list-style-type: none"> - Michele Escoura (Doutora em Ciências Sociais); - Paulo Tadeu da Silva (Doutor em Filosofia); - Robson Rocha (Mestre em Geografia).
Palavras de Ciências Humanas e Sociais Aplicadas (Palavras, 2020).	<ul style="list-style-type: none"> - Arno Aloísio Goettems (Mestre em Geografia); - Cândido Grangeiro (Mestre em História); - Antônio Luís Joia (Graduado em Geografia); - Cosme Freire Marins (Doutor em Educação).
Prisma Ciências Humanas (FTD, 2020).	<ul style="list-style-type: none"> - Angela Rama (Mestra em Geografia); - Gislane Azevedo (Mestra em História); - Isabela Gorgatti (Bacharela em Geografia); - Leandro Calbente (Bacharel em História e Filosofia); - Reinaldo Seriacopi (Bacharel em Letras e Jornalismo).
Ser protagonista (SM Educação, 2020).	<ul style="list-style-type: none"> - Flávio Manzatto de Souza (Bacharel e Licenciado em Geografia); - Valéria Vaz (Licenciada em História e Bacharel em Letras).

Fonte: Elaboração com base no Guia do Livro Didático do PNLD-2021.

A tabela 6, ao descrever a titulação acadêmica dos 89 autores das 14 coleções de CHSA, nos possibilita evidenciar uma diversidade de experiências e métodos na produção e na abordagem dos conteúdos. De início, verificamos que, dos 89 autores, 23 são das Ciências Sociais, e as obras com as maiores representações dessa área em seu conjunto de autores são, respectivamente, Moderna Plus e Contexto e Ação.

Notamos também que os autores graduados em Ciências Sociais apresentam maior qualificação em cursos de mestrado (8) e doutorado (12) do que o conjunto médio dos autores dos livros de CHSA. As maiores representações da História (ao todo são 19 autores) estão, respectivamente, nas obras InterAção Humanas, Humanitas.doc, Ser protagonista e Identidade em Ação.

A Geografia, que ao todo, conta com 18 autores, aparece melhor representada em Diálogos em Ciências Humanas, e a Filosofia, também como componente curricular das CHSA, é a área menos representada, ausente em 9 coleções e com apenas 7 autores.

Em seguida, na tabela 7, apresentamos esses dados.

Tabela 7 - Titulação dos/as autores/as das coleções de CHSA - PNLD 2021

Áreas	Graduação	Especialização	Mestrado	Doutorado	Pós-Doutorado
Ciências Sociais	3		8	12	
História	1	1	6	11	
Geografia	9		5	4	
Filosofia	1		2	3	1
Educação			2	8	
Ciência Humanas e Sociais			2	2	
Sustentabilidade			1		
Planejamento Urbano			1		
Relações Internacionais			1		
Direito				1	
Letras e Jornalismo	1				
História e Filosofia	1				
História e Letras	1				
História e Pedagogia	1				
TOTAL	18	1	28	41	1

Fonte: Página de identificação de cada coleção de CHSA - Guia do Livro Didático do PNLD-2021.

Considerando ser a proposta do PNLD 2021 que as obras contemplam igualmente os quatro componentes curriculares que constituem as CHSA, os dados permitem indicar que as editoras, em sua maioria, não estiveram atentas no sentido de buscar um equilíbrio na composição das autorias das obras, levando a uma representação desproporcional dos componentes curriculares.

Esse desequilíbrio na autoria pode levar, por exemplo, à desvalorização de certas áreas do conhecimento, tornando as conexões entre as disciplinas menos claras para os alunos e afetando a compreensão de temas complexos.

Além disso, essa situação dificulta a atuação dos docentes que possuem formação disciplinar, pois ao trabalharem com essas coleções para a preparação de suas aulas, podem sentir dificuldade em planejar um conteúdo que não foi devidamente elaborado em termos de diversidade de abordagens, e isso tem potencial para afetar negativamente a qualidade do ensino nas escolas.

3.4 O lugar da Ciência Política nas coleções de CHSA (PNLD 2021).

Nesta seção, passamos a analisar os conteúdos de Ciência Política presente nas coleções didáticas de CHSA aprovadas pelo PNLD 2021. Antes, apresentamos, na tabela 8, os autores das coleções que possuem formação em Ciência Política.

Tabela 8 – Autores/as com titulação em Ciência Política (CHSA – PNLD 2021)

Autores	Titulação	Coleção
Afrânio de Oliveira Silva.	Mestre em Ciência Política (UFRJ).	Moderna Plus (Ed. Moderna, 2020).
Fabiana Sanches Grecco.	Doutora em Ciência Política (Unicamp).	Contexto e Ação (Ed. Scipione, 2020).
Leandro de Oliveira Galastri.	Doutor em Ciência Política (Unicamp).	Contexto e Ação (Ed. Scipione, 2020).

Fonte: Guia do Livro Didático do PNLD-2021.

Identificamos apenas 3, entre os 89 autores das coleções didáticas: Afrânio de Oliveira Silva, Fabiana Sanches Grecco e Leandro de Oliveira Galastri. Observando o Lattes⁷⁸ desses autores, verificamos que Afrânio de Oliveira Silva, além de autor de livros didáticos para o Ensino Fundamental e Médio, é mestre em Ciência Política pela Universidade Federal do Rio de Janeiro, com pesquisa sobre democracia, capital social e gestão pública. Atualmente é professor adjunto da UERJ e do Colégio Pedro II.

Fabiana Sanches Grecco é doutora em Ciência Política pela Universidade Estadual de Campinas, com formação em Direitos Humanos e escrita de livros didáticos. No doutorado, sua pesquisa abordou as implicações políticas da economia feminista. E o terceiro autor é Leandro de Oliveira Galastri, doutor em Ciência Política pela Universidade Estadual de Campinas, com pesquisa sobre revisionismo latino e marxismo, analisando as teorias de Georges Sorel e Antonio Gramsci.

Entendemos que essa situação, em que entre um total de 89 autores, em 14 coleções, apenas 3, em duas coleções, têm formação em Ciência Política, pode ter algumas consequências, especialmente em termos de diversidade de perspectivas e impacto sobre o campo de estudo, no caso, a Ciência Política.

⁷⁸ <https://buscatextual.cnpq.br/buscatextual/busca.do?metodo=apresentar> Acesso em 08 out. 2024.

De acordo com Barros (2016)⁷⁹, um dos aspectos essenciais para delimitar o campo científico é o conceito e cada área do conhecimento possui seus próprios conceitos, originados de teorias específicas. Como o campo da Ciência Política carece dos conceitos próprios para o seu devido tratamento analítico, entendemos que esses poucos autores podem não explorar todas as nuances dos conceitos e temas próprios desse campo, levando ao surgimento de lacunas no seu conhecimento.

Dessa forma, entendemos que existe a possibilidade de questões importantes do conteúdo da Ciência Política serem ignoradas ou pouco exploradas nas coleções, até pela própria configuração do PNLD 2021, que foi construído não mais tendo por base as disciplinas escolares, mas a área de conhecimento.

Questões centrais, como por exemplo, a compreensão dos sistemas políticos, as teorias da democracia, a participação cidadã e o papel das instituições, podem acabar sendo abordadas de maneira fragmentada ou insuficiente. A interdisciplinaridade, nessa perspectiva, pode resultar em uma diminuição do foco nos conteúdos específicos que formam a base do pensamento político, especialmente no Ensino Médio.

Esse cenário levanta preocupações sobre a formação cidadã dos alunos, uma vez que, dessa forma, há o risco de questões fundamentais da Ciência Política serem deixadas de lado ou abordadas de forma simplificada, o que compromete a construção de uma compreensão mais sólida e crítica sobre o funcionamento da política e da democracia no Brasil e no mundo.

Dessa maneira, entendemos que é fundamental refletir sobre como garantir que os conteúdos da Ciência Política recebam o devido destaque nas coleções aprovadas pelo PNLD, promovendo uma educação política que capacite os estudantes a compreender, criticar e participar de forma ativa na vida política e social.

Acerca dos/ autores/as citados/as nas coleções didáticas em análise, em relação aos temas da Ciência Política e suas diretrizes orientadoras, apresentamos a tabela 9, com o objetivo de evidenciarmos quais são, nessas coleções, as principais referências da Ciência Política de acordo com os conceitos e temas abordados.

⁷⁹ BARROS, José D'Ássunção. **Os conceitos:** seus usos nas ciências humanas. Petrópolis - RJ: Editora Vozes, 2016.

Tabela 9 - Autores/as citados/as nas coleções de CHSA em relação aos temas da Ciência Política e suas diretrizes orientadoras (PNLD 2021)

Coleção	Autor/a referência	Tema da Ciência Política	Eixo orientador
Conexões (Editora Moderna, 2020) – Volumes 4 e 5.	Lynn Hunt, John Locke, Montesquieu, Rousseau, Kant, Hans Jonas, John Rawls, Paul Krugman e David Runciman.	Direitos Humanos.	Entendimento mais amplo dos direitos humanos, desde os iluministas até os contemporâneos.
	José Murilo de Carvalho.	Cidadania e Participação.	Relação entre Estado e sociedade no Brasil, pensando a participação popular como base para uma cidadania plena.
	Max Weber, Hannah Arendt, Karl Marx, Pierre Bourdieu, Antonio Gramsci, Pierre Clastres e Jean Cohen.	Estado e Sociedade Civil.	Tensões entre o poder do Estado e a autonomia da sociedade civil, essenciais em debates contemporâneos sobre democracia, direitos humanos e desigualdades.
	Norberto Bobbio.	Democracia.	Regime democrático para preservar direitos e superar desigualdades.
	Cláudio Perani.	Movimentos Sociais.	Mobilizações sociais como formas de resistência na luta por direitos, justiça e democracia.
	Lúcia Rabello de Castro.	Juventude e Participação Política.	Juventude e participação política, suas demandas por reconhecimento, direitos e transformação social.
	Stuart Hall.	Nacionalismo.	Nacionalismo como construção cultural e histórica; narrativas e representações que definem identidades coletivas.
	Francisco Weffort.	Populismo.	Populismo como forma de relação direta entre líderes carismáticos e as massas.
	Norberto Bobbio e Michel Foucault.	Poder.	Perspectivas sobre o poder, seja com foco na regulação por direitos e instituições, seja como elemento difuso.

	Manuel Castells e Yuval Harari.	Política e Redes Sociais.	Política e redes sociais na reconfiguração da sociedade contemporânea.
Contexto e Ação (Editora Scipione, 2020) – Volume 5.	Maquiavel, Weber, Hobbes, Locke e Rousseau.	Estado.	Perspectivas sobre o Estado, refletindo diferentes contextos e concepções.
	Dalmo Dallari e Francisco Weffort.	Participação Política.	Participação política e sua importância para a consolidação da democracia.
	José Murilo de Carvalho.	Cidadania.	Cidadania como princípio que vai além do simples status legal, incorporando a ideia de direitos civis, políticos e sociais.
	Amartya Sen.	Liberdade Política.	Capacidade de um indivíduo de agir de acordo com sua vontade, conectando a liberdade diretamente ao desenvolvimento humano e à justiça social.
	Antonio Gramsci e Slavoj Zizek.	Totalitarismo.	Formas de poder que dominam as sociedades, seja na construção e manutenção da hegemonia ideológica, seja na alienação e no papel das ideologias na conformação das subjetividades.
	Locke, Rousseau, Hans Kelsen e John Rawls.	Democracia e Direitos Humanos.	Democracia na perspectiva da proteção e promoção dos direitos humanos, com ênfases diferentes nas garantias individuais e coletivas.
Diálogo (Editora Moderna, 2020) – Volumes 3, 4 e 6.	Aristóteles, John Locke, Jean-Paul Sartre, Merleau-Ponty, Hannah Arendt, Michel Foucault, Gilles Deleuze, Antony Giddens, Joseph-Achille Mbembe e Byung-Chul Han.	Liberdade, Poder e Política.	Visão multifacetada da política, da liberdade e do poder, refletindo sobre suas interações, limites e possibilidades nas sociedades modernas.

	Comte, Durkheim, Marx, Engels, Weber, Maquiavel, Hobbes, Locke, Rousseau, Montesquieu, Karl Mannheim e Bobbio.	Estado.	Estado como ferramenta de ordem, controle, poder, moralidade e transformação social.
	Hannah Arendt e Herbert Marcuse.	Totalitarismo.	Ameaça do totalitarismo à liberdade individual e ao pluralismo, na análise do fenômeno político e no controle ideológico nas sociedades capitalistas avançadas.
	Norberto Bobbio.	Democracia.	Democracia como sistema político que garante respeito aos direitos individuais, eleições livres e proteção às liberdades fundamentais.
	Hobbes, Locke, Jaime Pinsky e Thomas Marshall.	Cidadania.	Cidadania em diferentes perspectivas ao longo da história e em diferentes contextos.
	Não há.	Populismo.	O tema aparece como uma oportunidade de reflexão, sem direção clara ou apoio em um referencial teórico consistente.
Diálogos em Ciências Humanas (Editora Ática, 2020) – Volumes 5 e 6.	David Harvey.	Cidadania.	Cidadania como direito à cidade, enfatizando a participação ativa dos cidadãos na transformação do espaço urbano.
	Não há.	Democracia.	O tema aparece como um campo de reflexão, sem um objetivo definido e sem referencial teórico.

	Platão, Aristóteles, Hobbes, Locke, Rousseau, Maria Vitória Benevides, Boaventura de Souza Santos, Norberto Bobbio e Achille Mbembe.	Direitos Humanos.	Direitos humanos em diferentes contextos históricos, sociais e culturais.
	Não há.	Movimentos Sociais.	O tema aparece como uma oportunidade de reflexão, sem direção clara ou apoio em um referencial teórico consistente.
	Hannah Arendt.	Autoritarismo.	Regimes autoritários e destruição da esfera pública.
	Max Weber.	Estado.	Legitimização do Estado por meio de diferentes formas de dominação.
Humanitas.doc (Editora Saraiva, 2020) – Volumes 2, 4 e 6.	Não há.	Populismo.	O tema aparece como um campo de reflexão, sem um objetivo definido e sem referencial teórico.
	Não há.	Nacionalismo.	O tema aparece como um campo de reflexão, sem um objetivo definido e sem referencial teórico.
	Daniel Aarão Reis.	Autoritarismo.	Autoritarismo na história política brasileira e seus efeitos nas instituições, nas liberdades individuais e na construção da cidadania.
	Jaime Pinsky e José Murilo de Carvalho.	Cidadania.	Cidadania como espaço de disputa e transformação social.
	Adam Przeworski.	Social-Democracia.	Social-democracia, justiça, igualdade e práticas econômicas dentro de uma democracia liberal.
	George Woodcock e Eric Hobsbawm.	Anarquismo e Marxismo.	Alternativas ao sistema capitalista e às formas de opressão e hierarquia.

	Lynn Hunt, Fábio Konder Comparato.	Direitos Humanos.	Direitos humanos como essenciais para a garantia da liberdade, igualdade e dignidade no contexto global e nacional.
	Platão e Aristóteles.	Política e Democracia.	Política e democracia com ênfases diferentes sobre a sua natureza e eficácia.
	Maquiavel, Hobbes, Locke, Montesquieu, Rousseau e Stuart Mill, Bobbio, Levitzky e Ziblatt.	Estado.	Estado, poder, liberdade e democracia em diferentes perspectivas.
	Hannah Arendt e Walter Benjamin.	Totalitarismo.	Totalitarismo e impactos nas sociedades modernas.
Identidade em Ação (Editora Moderna, 2020) – Volumes 4 e 6	Aristóteles, Maquiavel, Hobbes, Locke, Rousseau, Montesquieu, Bobbio, Furet e Hobsbawm.	Política e Estado.	Natureza do poder e formação do Estado em diferentes contextos históricos e filosóficos.
	Arendt.	Totalitarismo.	Ascensão do nazifascismo e impactos no mundo contemporâneo.
	Platão, Aristóteles e Bobbio.	Democracia.	Democracia em diferentes perspectivas e em diferentes contextos históricos e filosóficos.
	Althusser, Marx, Engels, Bobbio, Faoro, Giddens, Foucault, Hegel, Ianni e Singer.	Estado.	Diferentes naturezas e funções do Estado em diferentes perspectivas e contextos.
	Maquiavel, Hobbes, Locke, Rousseau e Bobbio.	Soberania.	Significados da soberania como elemento de organização e legitimação do poder político.
	Bobbio, Castells e Gramsci.	Sociedade Civil.	Sociedade civil e dinâmica social e política.
	Weber.	Poder e Dominação.	Poder, dominação, imposição de vontade e

			legitimização da aceitação social.
	Touraine.	Movimentos Sociais.	Movimentos sociais como expressões da luta por autonomia e identidade.
	Aristóteles, Arendt, Beccaria, Bobbio, Bonavides, Montesquieu, Rousseau, Rawls e Sandel.	Justiça e Direitos Humanos.	Justiça, direitos humanos, dignidade, liberdade e igualdade em diferentes visões e contextos.
	Arendt, Bauman, Murilo de Carvalho, Canclini, Fernandes, Simmel e Weber.	Direitos e Cidadania.	Direitos, cidadania e processos históricos, sociais e políticos.
InterAção Humanas (Editora do Brasil, 2020) – Volume 5.	Carvalho, Bobbio e Hunt.	Cidadania e Direitos Humanos.	Transformação social, fortalecimento das instituições democráticas e cultura de valorização da igualdade e da dignidade de todos.
	Aristóteles e Bobbio.	Política	Política como prática ética e institucional, essencial para a convivência humana.
	Foucault e Bobbio.	Poder e Democracia.	Equilíbrio entre a crítica das práticas de poder e o fortalecimento das diversas instituições democráticas.
Moderna Plus (Editora Moderna, 2020) – Volumes. 2 e 4	Max Weber.	Poder.	Poder fundamentado na legitimidade e na aceitação por parte dos subordinados, central para compreender as estruturas políticas e sociais modernas.
	Aristóteles e Max Weber.	Política.	Ideia de que a política é ao mesmo tempo uma busca por valores universais e um campo de estratégias concretas para organização e manutenção da vida social.
	Não há.	Partidos Políticos.	O tema aparece como uma oportunidade de reflexão, sem direção

			clara ou apoio em um referencial teórico consistente.
	Aristóteles, John Keynes, Friedrich Hayek e Milton Friedman.	Estado.	Estado como promotor de justiça, liberdade e eficiência econômica, dependendo do contexto histórico e social.
	Boaventura de Sousa Santos, Locke, Hobbes, Marx e Engels, Rousseau, Montesquieu, Tocqueville, Stuart Mill, Benjamin Constant, Rosa Luxemburgo, Gramsci, Schumpeter, Macpherson e Robert Dahl.	Democracia.	Democracia como sistema complexo que exige equilíbrio entre participação, liberdades individuais, igualdade e instituições sólidas.
	Thomas H. Marshall, José Murilo de Carvalho, Wanderley Guilherme dos Santos, Maria Victoria Benevides e Inácio Cano.	Cidadania e Direitos Humanos.	Cidadania e direitos humanos como processos em construção, que demandam equilíbrio entre garantias institucionais, justiça, educação e combate à exclusão.
	Alain Touraine, Manuel Castells, Karl Marx, Engels e Lênin.	Movimentos Sociais.	Movimentos sociais como instrumentos de mudança ao desafiar estruturas de poder.
Multiversos Ciências Humanas (FTD, 2020) Volume 6	Fallers, Shils e Weffort.	Populismo.	Populismo como resposta às crises de representação, crítica às elites e discurso em favor da massa.
	Freyre, Viana, Cândido e Balandier.	Patriarcalismo e Poder.	Complexidade das estruturas sociais e políticas, especialmente no contexto brasileiro.
	Quijano, Bobbio, Maria Celina D'Araújo e Capelato.	Autoritarismo.	Diferentes dimensões do autoritarismo, desde suas raízes históricas até suas manifestações contemporâneas.
	Djamila Ribeiro.	Movimento Negro e Democracia.	Democracia e luta por direitos civis, igualdade e justiça social.
Módulos para o Novo Ensino Médio	Locke, Rousseau, Bentham e Mill.	Liberalismo.	Diferentes vertentes do liberalismo, com

(Editora AJS, 2020) – Volumes 4 e 5.			ênfases distintas sobre liberdade, direitos e o papel do Estado.
	Owen, Simon, Fourier, Marx, Engels, Lênin e Sader.	Socialismo.	Ideias socialistas, sociedade, economia e política.
	Proudhon e Bakunin.	Anarquismo.	Visões de uma sociedade sem Estado e sem hierarquias.
	Aristóteles, Hobbes, Locke, Rousseau, Arendt, Foucault, Holanda e Paine.	Poder e Liberdade.	Equilíbrio entre poder e liberdade como fundamental para a construção de sociedades justas e democráticas.
	Weffort.	Populismo.	Populismo como estratégia política que mobiliza as massas por meio de um discurso que apela diretamente ao povo.
Palavras de Ciências Humanas e Sociais Aplicadas (Palavras, 2020) – Volume 5.	Arendt, Bemjamim e Bloch.	Totalitarismo.	Totalitarismo e destruição das liberdades individuais.
	Hobsbawm, Benjamim, Elias e Boudieu.	Revolução.	Revolução como fenômeno complexo, disputas de poder e resistência.
	Bobbio, Lamounier e Young.	Representação Política.	Representação política e sua importância para o funcionamento das democracias.
	Murilo de Carvalho.	Cidadania.	Evolução da cidadania ao longo do tempo.
Prisma Ciências Humanas (FTD, 2020) – Volume 2.	Aristóteles e Bobbio.	Política.	Visões distintas sobre a política, refletindo suas respectivas épocas e contextos históricos.
	Murilo de Carvalho e Bobbio.	Cidadania.	Cidadania como um processo contínuo que envolve a luta por direitos, a inclusão social.
	Bobbio.	Democracia.	Pluralidade política e existência de instituições que assegurem o funcionamento da democracia.
	Não há.	Movimentos Sociais.	O tema aparece como uma oportunidade de reflexão, sem direção

			clara ou apoio em um referencial teórico consistente.
Ser Protagonista (SM Educação, 2020) – Volumes 1 e 3.	Platão e Aristóteles.	Política.	Política como elemento fundamental para a organização social e visões diferentes sobre como ela deve ser estruturada.
	Aristóteles e Bobbio.	Democracia.	Participação política, distribuição de poder e proteção dos direitos dos cidadãos.
	Hobbes e Foucault.	Poder.	Poder e suas implicações para a ordem social e individual.
	Murilo de Carvalho.	Cidadania.	Processos históricos e sociais que moldam a cidadania no Brasil.
	Não há.	Movimentos Sociais.	O tema aparece como um campo de reflexão, sem um objetivo definido e sem referencial teórico.

Fonte: Elaboração com base na análise dos temas da Ciência Política nas coleções de CHSA (PNLD – 2021).

A partir da tabela 9, observamos que as coleções incluem autores clássicos e contemporâneos, e temas recorrentes como Cidadania, Democracia, Poder e Direitos Humanos. Pensadores clássicos, tanto da Filosofia Política quanto da Ciência Política, como Aristóteles, Maquiavel, Hobbes e Rousseau, são referências para tratar dos fundamentos do Estado e da Política, enquanto autores contemporâneos, muito mais alinhados à Filosofia do Direito e à Filosofia Política, como Bobbio, Arendt e Foucault abordam questões como Democracia, Totalitarismo e Poder.

Autores cruciais para a Ciência Política, como Robert Dahl, por exemplo, são citados apenas uma vez em uma coleção, na *Moderna Plus*. Há uma forte ênfase em Direitos Humanos e Cidadania, com autores como o filósofo Norberto Bobbio e o historiador José Murilo de Carvalho aparecendo frequentemente. Notamos também que a temática do Estado e do Populismo recebe destaque com autores como Weber, Marx, Bourdieu, Gramsci e Francisco Weffort.

Temas como Movimentos Sociais e Partidos Políticos, aparecem sem referências autorais na *Prisma*, na *Ser Protagonista* e na *Moderna Plus*, e temas fundamentais da Ciência Política como Eleições/Voto, Sistemas Eleitorais, Formas e Sistemas de Governo, assim como Políticas Públicas, simplesmente não aparecem de forma estruturada e central, em nenhuma das 14 coleções analisadas.

Entendemos que, nesse caso, há uma desconexão com a realidade política, pois o desconhecimento sobre como o governo funciona e como são escolhidos os representantes pode gerar uma sensação de alheamento ou indiferença em relação à política. Sem entender esses processos, os jovens têm maior dificuldade em compreender o impacto das decisões políticas em suas vidas diárias e podem sair da escola com uma compreensão insuficiente sobre a importância do voto, do funcionamento das eleições e do papel dos sistemas de governo na sociedade.

Vale ressaltar que, grande parte desses autores citados nas coleções de CHSA, em relação aos temas da Ciência Política (PNLD 2021), são historiadores, filósofos, sociólogos, juristas e economistas. Poucos são, reconhecidamente, cientistas políticos, como Dahl, Lamounier e Weffort, por exemplo. Entendemos que embora a diversidade de campos de estudo possa contribuir para uma análise interdisciplinar, temas da política requerem a fundamentação na Ciência Política para garantir uma análise mais rigorosa e abrangente das dinâmicas políticas.

Como cientistas políticos possuem um conhecimento especializado em teorias, metodologias e contextos que fundamentam a política, sem esse conhecimento, a análise pode se tornar superficial ou fragmentada, deixando de lado aspectos essenciais, como, por exemplo, o impacto de políticas a longo prazo, complexidades institucionais e variações de sistemas políticos.

É importante mencionar que, mesmo que grande parte dos temas em destaque conte com diretrizes orientadoras, em uma avaliação mais cautelosa, percebemos que os conteúdos de Ciência Política nessas coleções acabam mostrando-se informativos e descritivos, ou limitando-se ao uso de conceitos e abordagens da Filosofia Política.

Nesse sentido, ancorados em Bernstein (1996)⁸⁰, para quem a educação pode reproduzir desigualdades sociais pelo controle sobre o conteúdo e pela forma de

⁸⁰ BERNSTEIN, Basil. **A estruturação do discurso pedagógico:** classes, códigos e controle. Petrópolis: Vozes, 1996.

transmissão do conhecimento, entendemos que não há, nas coleções didáticas de CHSA do PNLD 2021, uma verdadeira interdisciplinaridade, mas sim uma fragmentação de conteúdos dispersos em conceitos e temas que, na perspectiva da Ciência Política, não encontram um lugar bem definido no Ensino Médio, notadamente no componente curricular de Sociologia.

4 DIAGNÓSTICO DE TEMAS DE CIÊNCIA POLÍTICA ENSINO MÉDIO: DOCENTES DA REDE PÚBLICA ESTADUAL DA ÁREA DE CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS APLICADAS.

Sob a orientação da professora Monalisa Soares Lopes, desenvolvemos e aplicamos, entre janeiro e março de 2025, um formulário de pesquisa direcionado a docentes da área de Ciências Humanas e Sociais Aplicadas (CHSA) da Rede Pública Estadual. Nossa objetivo foi identificar quais temas de Ciência Política representam os maiores desafios em sala de aula ou despertam maior interesse dos/as professores/as para serem aprofundados com os/as estudantes.

Nesta seção, apresentamos os dados do “Diagnóstico de Temas de Ciência Política Ensino Médio”, proposto com as seguintes questões:

1. Quais disciplinas você leciona?
2. Qual é o modelo da escola onde você leciona?
3. Você trabalha com algum projeto ou eletiva que tenha relação com a Ciência Política?
4. Qual é o nível de dificuldade que você enfrenta ao ensinar temas relacionados à Ciência Política?
5. Em que consiste essa dificuldade no ensino de temas da Ciência Política?
6. O quanto você se sente preparado para enfrentar questões e debates sobre política em sala de aula?
7. Quais temas da Ciência Política você considera mais desafiadores para abordar em sala de aula e gostaria de se aprofundar? (Selecione até 5 opções).
8. Que tipos de materiais didáticos específicos você considera mais úteis para melhorar o ensino de Ciência Política? (Selecione 2 opções).
9. Você teria interesse em participar de cursos ou formações sobre o ensino de Ciência Política?

Quando perguntados sobre o componente curricular que lecionam, dos/as 73 docentes que responderam as questões do formulário, verificamos que 34 lecionam

Sociologia (46,6%), 21 lecionam História (28,8%), 10 lecionam Geografia (13,7%) e 8 lecionam Filosofia (11%). Sobre o modelo da escola em que trabalham, mais de 80% afirmaram que lecionam em escola regular.

Perguntados sobre o preparo ou qualificação de cada um/a para dar aula sobre temas da Ciência Política, 89% responderam que se sente razoavelmente preparado/a para enfrentar as questões sobre política em sala de aula. No entanto, 75,3% responderam que não trabalham com projeto ou eletiva na escola que tenha relação com o campo da Ciência Política. Aqueles/as que trabalham com alguma eletiva relacionada à Ciência Política somam 24,7%, notadamente em temas como “Cultura Política” e “Direitos Humanos”.

Acerca da pergunta sobre material didático adequado, 71,2% consideram a elaboração de uma cartilha/caderno como produto mais útil para melhorar o ensino de Ciência Política, e quando perguntados/as se teriam interesse em participar de alguma formação na área, 60,3% responderam que sim.

Em seguida, na tabela 10, apresentamos esses dados.

Tabela 10 - Diagnóstico de Temas de Ciência Política no Ensino Médio

Categoria	Dados
Componente curricular lecionado.	Sociologia (46,6%); História (28,8%); Geografia (13,7%); Filosofia (11%).
Modelo de escola.	Mais de 80% lecionam em escola regular.
Preparo para abordar temas de Ciência Política.	89% se sentem razoavelmente preparados.
Trabalho com projeto ou eletiva relacionada à Ciência Política.	75,3% não trabalham com projetos ou eletivas sobre o tema; 24,7% trabalham, com destaque para “Cultura Política” e “Direitos Humanos”.
Material didático considerado mais útil.	71,2% apontam a cartilha/caderno como a melhor opção.
Interesse em formação na área.	60,3% têm interesse em cursos ou formações sobre o ensino de Ciência Política.

Fonte: Elaborado a partir de pesquisa com professores da área de CHSA da Rede Pública Estadual, com o objetivo de diagnosticar os temas mais desafiadores da Ciência Política no Ensino Médio.

Entendemos que os dados revelam aspectos importantes sobre a presença e abordagem da Ciência Política no contexto escolar. O fato, por exemplo, de a maior parte dos/as professores/as que abordam temas de Ciência Política lecionarem Sociologia, sugere que a disciplina tem um papel fundamental na introdução desses temas, devido à sua natureza voltada para o estudo da sociedade e suas estruturas.

História e Geografia também aparecem como espaços relevantes para essa discussão, enquanto Filosofia aparece uma participação menor.

A maioria atua em escolas regulares, o que pode ser um indicador de limitações na flexibilidade curricular para aprofundar conteúdos de Ciência Política, e apesar de 89% se considerarem razoavelmente preparados/as para tratar do tema, esse dado pode indicar uma lacuna formativa, já que "razoavelmente preparado/a" não significa um domínio total do conteúdo. Isso reforça a necessidade de formações complementares para que possam abordar a Ciência Política com mais segurança.

Os dados também mostram que a maioria não trabalha com eletivas nesse campo de estudo, o que indica que a Ciência Política, embora abordada ocasionalmente nas disciplinas regulares, ainda não possui um espaço consolidado no Ensino Médio. Entre os/as que trabalham com eletivas, os temas mais frequentes são “Cultura Política” e “Direitos Humanos”, evidenciando uma preocupação com a participação cidadã e a conscientização social.

Com relação ao material didático, a cartilha/caderno foi apontada pela maioria dos/as docentes como a opção mais útil para o ensino de Ciência Política, revelando a preferência por materiais didáticos estruturados e de fácil acesso, em detrimento de outros recursos.

Consideramos que um aspecto extremamente importante do levantamento foi o fato de a maioria dos/as professores/as ter demonstrado interesse em cursos ou formações sobre o ensino de Ciência Política. Esse dado reforça a necessidade de capacitação docente e a demanda por iniciativas que promovam uma abordagem mais aprofundada desse campo do saber no Ensino Médio.

Acerca das principais dificuldades no ensino de temas da Ciência Política no Ensino Médio, os/as docentes apresentaram uma série de argumentos, como por exemplo, o desinteresse de grande parte dos/as alunos/as que não veem relevância na política ou a associam apenas à corrupção. Destaca-se também a questão da carga horária insuficiente, com apenas uma aula por semana, o que dificulta a abordagem aprofundada dos temas.

O material didático inadequado também foi um aspecto mencionado, no sentido de que os livros são considerados, muitas vezes, ora acadêmicos demais na linguagem, ora muito fragmentados por conta das reformas educacionais que resultaram na elaboração da BNCC, desconstruindo as disciplinas e dificultando o planejamento.

Os/as docentes também manifestaram dificuldades no que diz respeito às discussões em sala de aula, que, conforme seus relatos, frequentemente recaem sobre os posicionamentos políticos do/a próprio/a professor/a e dos/as estudantes, polarizando e reduzindo o debate político aos espectros direita ou esquerda.

Outro aspecto mencionado refere-se ao fato de alunos/as e famílias, muitas vezes, enxergarem o ensino de política como doutrinação, criando um ambiente tenso e desfavorável ao ensino de política em sala de aula.

Na tabela 11, a seguir, apresentamos esses dados.

Tabela 11 – Algumas dificuldades docentes no ensino de Ciência Política

Dificuldade docente mencionada
- Carga horária reduzida.
- Material didático inadequado.
- Desinteresse dos alunos.
- Ausência de uma cultura política na escola.
- Resistência dos alunos.
- Conflitos ideológicos.
- Dificuldade na abordagem didática.
- Fragmentação dos conteúdos.
- Pouca formação para o campo da política.
- Hostilidade à política.
- Associação da política à corrupção.
- Falta de senso crítico.
- Dificuldade com a neutralidade.
- Baixa participação em temas diversos.
- Falta de conexão com a realidade.
- Hostilidade de familiares.
- Dificuldade em abordar temas sensíveis.

Fonte: Elaborado a partir de pesquisa com professores da área de CHSA da Rede Pública Estadual, com o objetivo de diagnosticar os temas mais desafiadores da Ciência Política no Ensino Médio.

Dessa forma, entendemos que os dados revelam que a Ciência Política tem uma presença indireta no Ensino Médio, sendo trabalhada majoritariamente dentro da disciplina de Sociologia. Contudo, há desafios como a falta de projetos específicos, possíveis lacunas na formação dos/as professores/as e a necessidade de materiais didáticos mais acessíveis. O interesse por capacitação na área é um ponto positivo que pode ser explorado a fim de fortalecer o ensino da Ciência Política na educação básica.

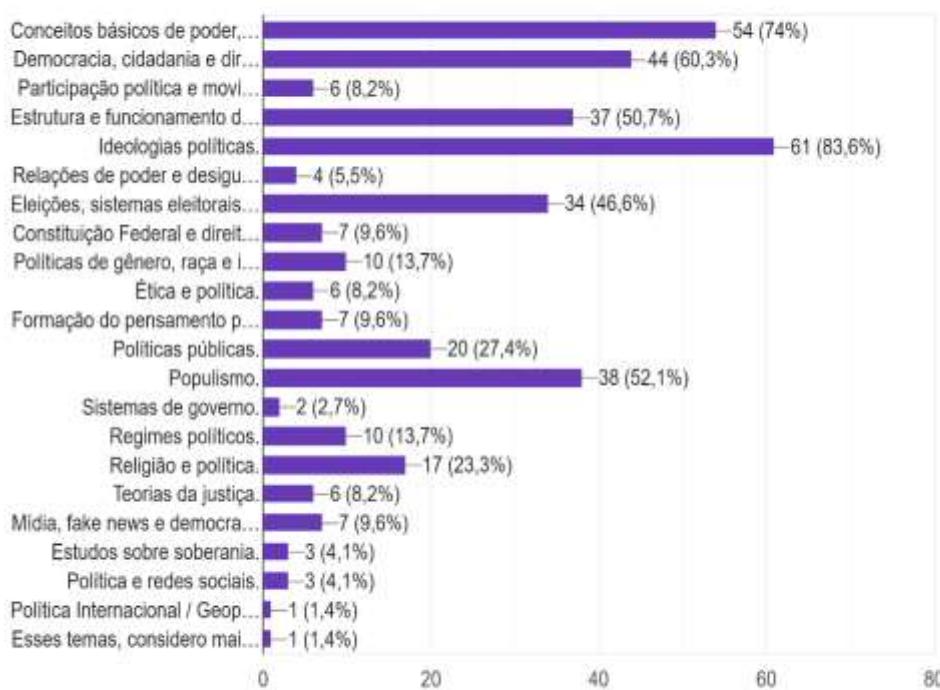
Uma outra pergunta da pesquisa destacou os temas da Ciência Política que são considerados como mais desafiadores e que gostariam de aprofundar para trabalhar melhor em sala de aula. Esse aspecto se configura como extremamente importante porque expressa com clareza, segundo a concepção de cada colega, os eixos temáticos centrais que norteiam os conteúdos mais desafiadores da Ciência Política.

Apresentamos, a seguir, o gráfico referente à questão formulada.

Gráfico 1 - Temas da Ciência Política que são considerados como mais desafiadores para abordar em sala de aula

Quais temas da Ciência Política você considera mais desafiadores para abordar em sala de aula e gostaria de se aprofundar para trabalhar melhor em sala de aula? (Selecione até 5 opções)

73 respostas



O gráfico apresenta as respostas de 73 docentes das CHSA sobre os temas mais desafiadores da Ciência Política para abordar em sala de aula. Podemos observar que os dados revelam uma preocupação com a complexidade conceitual e a polarização de certos assuntos dentro da Ciência Política.

O tema mais desafiador identificado foi "Ideologias políticas" (83,6%). Esse resultado pode ser interpretado sob diferentes perspectivas, como uma multiplicidade de abordagens teóricas. O estudo das ideologias políticas envolve uma grande diversidade de correntes de pensamento, desde o liberalismo, socialismo, comunismo e anarquismo, até visões mais contemporâneas, como neoliberalismo e social-democracia.

A pluralidade de interpretações pode tornar ainda mais desafiador para os docentes apresentarem o tema de forma equilibrada. A ascensão de discursos extremamente polarizados e de ódio nos últimos anos é também um fator, no nosso entendimento, que dificulta o ensino de ideologias políticas sem que haja uma certa resistência por parte dos estudantes e até mesmo, em alguns casos, da própria escola.

Entendemos também que a identificação dos docentes com determinada concepção ideológica, pode gerar, na abordagem do tema, uma certa insegurança. Acreditamos que a abordagem desse tema, tão caro à Ciência Política, pressupõe, não apenas conhecimento teórico, mas também estratégias didáticas eficazes para que os alunos compreendam suas origens, impactos e transformações ao longo da história.

Além de "Ideologias políticas", a pesquisa indica que os 5 temas que se destacaram também como desafiadores foram "Conceitos básicos de Estado, poder e política" (74%), "Democracia, cidadania e direitos humanos" (60,3%), "Populismo" (52,1%), "Estrutura e funcionamento do Estado brasileiro" (50,7%) e "Eleições, Sistemas Eleitorais e Partidos Políticos" (46,6%). Esses resultados refletem a complexidade teórica, a influência do contexto sociopolítico e os desafios didáticos na abordagem desses assuntos.

No que se refere ao eixo temático "Conceitos básicos de poder, Estado e política", entendemos que a alta porcentagem sugere que até mesmo os fundamentos da disciplina são considerados desafiadores. Isso pode estar relacionado à abstração desses conceitos e à necessidade de conectá-los a diferentes perspectivas teóricas e realidades concretas.

Já com relação ao eixo "Democracia, cidadania e direitos humanos", que envolve princípios normativos e questões sobre participação política, inclusão e direitos fundamentais, o desafio pode estar na necessidade de equilibrar diferentes visões, evitando simplificações. O "Populismo", por sua vez, é um tema polêmico e de múltiplas interpretações, o que pode gerar desafios na definição clara do termo e no equilíbrio da abordagem.

Acerca da temática “Estrutura e funcionamento do Estado brasileiro”, entendemos que o desafio está em compreender o funcionamento e a complexidade do sistema político-administrativo do Brasil, que envolve diversas instituições e normas. Além disso, mudanças frequentes na legislação e na organização dos poderes podem dificultar o ensino do tema de forma clara e atualizada.

Já o tema “Eleições, sistemas eleitorais e partidos políticos”, por exemplo, está diretamente ligado ao funcionamento da democracia e pode gerar debates acalorados em sala de aula. O funcionamento do sistema eleitoral exige um estudo mais detalhado, o que pode ser um obstáculo para os docentes. “Políticas públicas” (27,4%) e “Religião e política” (23,3%) também se apresentam como temas importantes em sala de aula, porém com percentuais bem menores.

Na tabela 12, a seguir, apresentamos esses dados.

Tabela 12 - Temas mais desafiadores da Ciência Política no Ensino Médio

Temas da Ciência Política	% dos docentes
1º - Ideologias políticas.	83,6%
2º - Conceitos básicos de política, Estado e poder.	74%
3º - Democracia, cidadania e direitos humanos.	60,3%
4º - Populismo.	52,1%
5º - Estrutura e funcionamento do Estado brasileiro.	50,7%
6º - Eleições, sistemas eleitorais e partidos políticos.	46,6%
7º - Políticas públicas.	27,4%
8º - Religião e política.	23,3%
9º - Política de gênero, raça e inclusão.	13,7%
10º - Regimes políticos.	13,7%
11º - Constituição Federal e direitos fundamentais.	9,6%
12º - Formação do pensamento político no Brasil.	9,6%
13º - Mídia, fake news e democracia.	9,6%
14º - Ética e política.	8,2%
15º - Participação política e movimentos sociais.	8,2%
16º - Teorias da justiça.	8,2%
17º - Relações de poder e desigualdades sociais.	5,5%
18º - Estudos sobre soberania.	4,1%
19º - Política e redes sociais.	4,1%
20º - Política internacional / Geopolítica.	1,4%

Fonte: Elaborado a partir de pesquisa com professores da área de CHSA da Rede Pública Estadual, com o objetivo de diagnosticar os temas mais desafiadores da Ciência Política no Ensino Médio.

De uma forma geral, entendemos que os temas mais desafiadores destacam a necessidade de estratégias didáticas eficazes e de um ensino que equilibre teoria e prática, permitindo que os/as alunos/as compreendam a relevância e a aplicação desses conceitos na realidade política contemporânea.

Na outra ponta do gráfico, alguns temas foram considerados menos problemáticos para os/as docentes. Entendemos que isso pode indicar, dentre vários aspectos, que os/as professores/as se sentem mais confortáveis para abordar temas que são menos controversos dentro da sala de aula. Os resultados da pesquisa evidenciam, em alguma medida, a necessidade que temos de instrumentos pedagógicos e estratégias didáticas mais eficazes para lidar com temas de maior complexidade e carga ideológica.

Nessa perspectiva, podemos observar que o ensino da Ciência Política enfrenta desafios significativos na explicação de conceitos fundamentais e temas ideologicamente sensíveis. O destaque para “Ideologias políticas” como o tema de maior desafio, por exemplo, reforça a necessidade de materiais didáticos e metodologias que permitam uma abordagem didaticamente eficaz.

4.1 A elaboração do material didático

Nos últimos anos, tem-se intensificado o debate sobre a importância da produção de materiais didáticos que dialoguem com a realidade dos estudantes. Com a criação do Mestrado Profissional de Sociologia em Rede Nacional (PROFSOCIO), em 2018, abriram-se novas possibilidades para a elaboração de materiais didáticos como parte do trabalho de conclusão do curso, promovendo um papel mais ativo na construção de alternativas que complementem os conteúdos trabalhados em sala de aula.

Nesta seção, apresentamos o processo que nos levou à elaboração do material didático, desde as preocupações iniciais até a sua produção. Iniciamos com a questão das coleções didáticas de CHSA do PNLD 2021.

No processo de análise das 14 coleções didáticas de CHSA do PNLD 2021, observamos que determinados conceitos e temas fundamentais da Ciência Política, como por exemplo, Estado, poder, sistema eleitoral e representação política, assim como o papel das instituições políticas, são abordados de maneira fragmentada ou insuficiente, prejudicando uma compreensão mais ampla e integrada desses assuntos. Ressalte-se também, que temas como Estado brasileiro, populismo, gênero e raça, e políticas públicas, não aparecem, de forma estruturada e central, em nenhuma das 14 coleções analisadas.

Entendemos que essas ausências estão diretamente ligadas ao próprio formato adotado pelo PNLD 2021, que organiza os materiais didáticos por áreas de conhecimento, o que leva à exclusão ou tratamento insuficiente e superficial de determinados conteúdos essenciais da Ciência Política. Dessa maneira, entendemos que essa configuração, ao limitar a abordagem sistemática dos conteúdos da Ciência Política, impacta diretamente na formação política e cidadã dos jovens estudantes, além de dificultar o trabalho docente, notadamente quanto ao planejamento.

Nessa perspectiva, como a nossa proposta é a produção de um material didático (caderno) específico de Ciência Política, torna-se relevante compreender a sua natureza. Carniel (2020)⁸¹, por exemplo, refletindo sobre esse tema, desenvolve a seguinte caracterização desses instrumentos pedagógicos:

[...] Apresentam-se, então, como instrumentos de ensino que materializam concepções de educação, de escola, de docência, de educando, de currículo, de conhecimento e de aprendizagem. No entanto, a sua produção e utilização também envolve os significados socialmente conferidos aos conjuntos de técnicas e de suportes materiais disponíveis e fomentados a cada momento. Afinal, são esses significados que contribuem para definir os valores atribuídos ao material didático no desenvolvimento das habilidades e das atenções que se espera transmitir às próximas gerações (CARNIEL, 2020, p. 215).

Por outro lado, considerando os desafios implicados na produção de um material didático, Carniel (2020)⁸² também nos lembra que:

[...] cada material didático expressa relações de poder na medida em que aproxima, nomeia, enquadra, contextualiza, representa, condiciona, enfatiza, sensibiliza, classifica e problematiza certos fenômenos, práticas, saberes ou sujeitos sociais em detrimento de outros. Desse modo, pode-se afirmar que cada artefato didático materializa perspectivas que serão invariavelmente parciais, localizadas, provisórias e engajadas em determinados projeto de conhecimento (CARNIEL, 2020, p. 218).

Dessa maneira, entendemos que um dos grandes desafios do processo de produção de materiais didáticos está na habilidade de desenvolver ferramentas que realmente atendam às necessidades pedagógicas do momento em que se vive, e isso exige, em grande parte, que pensemos a educação como um processo intelectual

⁸¹ CARNIEL, Fagner. O ensino de Sociologia e os materiais didáticos. In: BRUNETTA, Antonio Alberto (org.); BODART, Cristiano das Neves (org.); CIGALES, Marcelo Pinheiro (org.). **Dicionário do Ensino de Sociologia**. 1 ed. Maceió, AL: Editora Café com Sociologia, 2020, p. 215.

⁸² Idem, p. 218.

contínuo, que nos leva a questionar constantemente a relevância e a qualidade do que produzimos.

Assim, a partir do resultado da pesquisa realizada com professores/as de Ciências Humanas e Sociais Aplicadas da Rede Pública Estadual, entre janeiro e março de 2025, propomos a produção de um material didático (caderno) que possa definir o lugar da Ciência Política no ensino de Sociologia, organizando e apresentando os conteúdos definidos, de forma estruturada, clara e acessível, abordando de forma mais ampla os temas que são superficialmente tratados, ou mesmo ignorados nas coleções.

Para que o material didático seja eficaz e adequado às necessidades dos/as estudantes, propomos uma metodologia com atividades para reflexão e produção, que incentivem a aplicação dos conceitos e temas da Ciência Política, tendo a BNCC como referência.

Buscamos também inserir imagens e gráficos que possam ilustrar, complementar e enriquecer o texto, destacando aspectos visuais, como caixas de texto, cores e negritos para organizar e enfatizar conteúdos importantes. Na visualização de relações e processos, entendemos que as sugestões de filmes e documentários são fundamentais e, completando o material, temos uma seção específica para as questões do Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM) e de exames vestibulares, todas relacionadas ao campo político.

Ressalte-se que, a criação de um material didático focado na Ciência Política para o Ensino Médio, não apenas responde a uma demanda importante, mas também cumpre um papel fundamental na formação de uma educação cidadã. Além disso, o material pode ser uma ferramenta útil para auxiliar os professores na transposição didática, enfrentando as dificuldades específicas do ensino da Ciência Política.

Por fim, entendemos o material didático como uma ferramenta pedagógica complementar, que pode contribuir para assegurar o direito dos/as estudantes ao conhecimento sobre a importância da Ciência Política, bem como fortalecer a concepção de uma educação que os/as prepare para o exercício da cidadania em sociedades democráticas.

Na tabela 13, a seguir, listamos os eixos temáticos mais destacados na pesquisa e seus conteúdos correspondentes, para a elaboração do material didático de Ciência Política. Entendemos que, dessa forma, podemos ter uma linha condutora no processo de elaboração, permitindo uma maior clareza na abordagem dos conceitos e temas fundamentais desse campo do saber.

Tabela 13 - Eixos temáticos e conteúdos relevantes da Ciência Política

Eixo temático	Conteúdos relevantes da Ciência Política
Política, Estado e poder.	<ul style="list-style-type: none"> - O nascimento da política. - O surgimento do Estado moderno. - Estado, poder e dominação.
Democracia, Cidadania e Direitos Humanos.	<ul style="list-style-type: none"> - Democracia e suas crises. - Democracia e Estado de Direito. - Democracia e Direitos Humanos
Eleições, Sistemas Eleitorais e Partidos Políticos.	<ul style="list-style-type: none"> - Eleições e democracia. - Sistemas eleitorais. - Partidos políticos e democracia.
Estrutura e Funcionamento do Estado no Brasil.	<ul style="list-style-type: none"> - Organização dos poderes. - Federalismo brasileiro. - Princípios da Administração pública. - Constituição de 1988 e Estado de Direito. - Gestão e transparéncia no Estado.
Ideologias Políticas.	<ul style="list-style-type: none"> - Conceito e origens: Revolução Francesa (direita e esquerda) e Revolução Industrial (burguesia e proletariado). - Ideologias políticas contemporâneas: Liberalismo; conservadorismo; nacionalismo; socialismo; comunismo; anarquismo; fascismo.
Populismo.	<ul style="list-style-type: none"> - Conceito e características do populismo. - Populismo na política contemporânea. - Populismo e instituições democráticas.
Políticas Públicas.	<ul style="list-style-type: none"> - Princípios, ciclos e tipos de políticas públicas. - Políticas públicas e redução das desigualdades. - Gestão e avaliação de políticas públicas.
Religião e Política.	<ul style="list-style-type: none"> - Religião e Estado: constituição e laicidade. - Grupos religiosos e política.
Políticas de Gênero, Raça e Inclusão.	<ul style="list-style-type: none"> - Políticas públicas para a igualdade de gênero. - Políticas de combate ao racismo. - Educação, representatividade e combate às desigualdades.

Fonte: Elaborado a partir de pesquisa com professores da área de CHSA da Rede Pública Estadual, com o objetivo de diagnosticar os temas mais desafiadores da Ciência Política no Ensino Médio.

Com a definição desses eixos, buscamos garantir um direcionamento claro para a elaboração do material didático. Espera-se, assim, que o trabalho com esses temas contribua para tornar o ensino de Ciência Política mais acessível, relevante e conectado à realidade contemporânea.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Embora o ensino de Sociologia esteja garantido nas diretrizes curriculares do Ensino Médio brasileiro, sua efetiva implementação nas escolas públicas enfrenta dificuldades que não se restringem somente ao espaço da sala de aula, mas envolvem aspectos como as políticas educacionais, a organização curricular e a qualidade dos materiais didáticos.

Nesse contexto, destaca-se de forma preocupante, o lugar que a Ciência Política ocupa nas propostas pedagógicas. Apesar de ser um campo fundamental para a compreensão das estruturas de poder, da democracia, da cidadania e das instituições, a Ciência Política tem aparecido de maneira superficial, fragmentada e, muitas vezes, desvinculada da realidade vivida pelos estudantes.

Foi a partir desse cenário que este trabalho foi produzido, da percepção de que a Ciência Política, enquanto campo fundamental das Ciências Sociais, aparece de forma limitada, fragmentada e superficial nas 14 coleções de Ciências Humanas e Sociais Aplicadas aprovadas pelo PNLD 2021.

Nessa perspectiva, nosso objetivo, desde o início do mestrado, foi desenvolver um material didático específico de Ciência Política voltado para o Ensino Médio, como resposta a uma necessidade concreta. Com base no diagnóstico realizado junto a professores da Rede Pública Estadual, foram identificadas dificuldades recorrentes no ensino desse campo, o que orientou a estruturação de um caderno com linguagem acessível, atividades reflexivas, recursos visuais, conteúdos alinhados à BNCC, além de questões do ENEM e de vestibulares.

Os resultados obtidos com a pesquisa de campo junto aos professores evidenciaram, entre outros aspectos, a carência de materiais didáticos específicos, a dificuldade na abordagem de temas como ideologias políticas, participação política, partidos, eleições, democracia e funcionamento das instituições, além da necessidade de atividades e questões específicas de Ciência Política do ENEM e vestibulares.

Entendemos que esses dados reforçaram a urgência de um material que auxilie o docente na construção de aulas mais alinhadas às demandas sociais contemporâneas. O objetivo final é oferecer ao corpo docente de CHSA uma ferramenta prática que favoreça a compreensão de conceitos-chave da Ciência Política e estimule o exercício de uma cidadania crítica e ativa entre os/as estudantes.

Vale ressaltar que, iniciativas como esta, só se tornam viáveis graças ao papel desempenhado pelo Mestrado Profissional de Sociologia em Rede Nacional (PROFSOCIO), que tem promovido uma valiosa articulação entre pesquisa acadêmica e ensino escolar. Ao reconhecer a produção de materiais didáticos como parte integrante do processo formativo, o programa reafirma seu compromisso com uma Sociologia que dialoga com a realidade concreta da escola e com os desafios cotidianos enfrentados por professores/as da educação básica.

Ressalte-se que o desenvolvimento deste material nos proporcionou um significativo crescimento profissional, reforçando a importância da pesquisa aplicada como instrumento de transformação concreta da prática educativa. Entre os resultados mais relevantes, por exemplo, destacamos a possibilidade de integrar conteúdos de Ciência Política com as competências gerais da BNCC, promovendo aprendizagens mais contextualizadas.

Assim, o material didático aqui apresentado, intitulado *O lugar da Ciência Política no ensino de Sociologia*, busca contribuir para a valorização da Ciência Política no currículo escolar, não apenas como conteúdo disciplinar, mas como ferramenta formativa essencial à consolidação de uma cidadania democrática.

Reconhecemos que essa tarefa é contínua e necessária, e entendemos que fortalecer o campo da Ciência Política nas escolas é um gesto de resistência e esperança em tempos de instabilidade e incertezas.

Como nos lembra Hannah Arendt, educar é um ato de amor pelo mundo e um compromisso com sua continuidade e renovação a partir das novas gerações.

REFERÊNCIAS

ANTUNES, Ricardo (org.). **Uberização, trabalho digital e indústria 4.0.** 1. ed. São Paulo: Boitempo, 2020.

AZEVEDO, Fernando de. **Princípios de Sociologia:** pequena introdução ao estudo de sociologia geral. 11a edição. São Paulo: Duas Cidades, 1973.

APPLE, Michael; BURAS, Kristen. **Curriculum, poder e lutas educacionais:** com a palavra, os subalternos. Porto Alegre: Artmed, 2008.

APPLE, Michael. **Ideologia e currículo.** Porto Alegre: Artmed, 2006.

ARENDT, Hannah. A crise na educação. In: **Entre o passado e o futuro.** Tradução Mauro W. Barbosa de Almeida. 3ª reimpressão da 5ª ed. de 2000. São Paulo: Perspectiva, 2005.

ARENDT, Hannah. **O Que é Política?** Trad. Reinaldo Guarany. 6 ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2006.

ARROYO, Miguel. **Curriculum, território em disputa.** Petrópolis: Vozes, 2013.

ARROYO, Miguel Gonzalez. **Educadores e Educandos:** Trajetórias e Currículos. Petrópolis: Vozes, 2000.

ARROYO, Miguel G. **Ofício de Mestre:** Imagens e Auto-Imagens. Rio de Janeiro: Vozes, 2000.

BARROS, José D'Ássunção. **Os conceitos:** seus usos nas ciências humanas. Petrópolis - RJ: Editora Vozes, 2016.

BERNSTEIN, Basil. **A estruturação do discurso pedagógico:** classes, códigos e controle. Petrópolis: Vozes, 1996.

BAQUERO, Rute Vivian Angelo; BAQUERO, Marcello. Formação cidadã de jovens no contexto de um regime democrático híbrido. **Revista Debates.** Porto Alegre, v. 8, n. 2, 2014.

BENEVIDES, Maria Victoria de Mesquita. **Educação para a democracia.** Lua Nova, São Paulo, 1996.

BIANCHETTI, R. G. **Modelo Neoliberal e políticas educacionais.** 4. ed. São Paulo: Cortez, 2005.

BOBBIO, Norberto; et.al. **Dicionário de Política.** Editora UNB, Brasília, 1998.

BODART, Cristiano. **Política na Escola:** A Prática da Educação Política no Ensino Médio. São Paulo: Paco Editorial, 2014.

BODART, Cristiano das Neves; LOPES, Gleison Maia. A Ciência Política nas propostas curriculares estaduais de Sociologia para o Ensino Médio. **Cadernos da Associação Brasileira de Ensino de Ciências Sociais**, Rio de Janeiro, vol.1, n.1, 2017.

BODART, Cristiano das Neves. Ensino de Ciência Política: o que muda nos conteúdos com o novo PNLD? **Cadernos da Associação Brasileira de Ensino de Ciências Sociais. CABECS**, v.6, n. 2, p.47-75, 2022.

BODART, Cristiano das Neves; ESTEVES, Thiago de Jesus; TAVARES, Caio dos Santos. (2023). Os(As) autores(as) dos livros didáticos de Ciências Humanas e Sociais Aplicadas do PNLD-2021 e suas relações com a Sociologia Escolar. **Cadernos da Associação Brasileira de Ensino de Ciências Sociais**, v.5, n. 2, p. 89-162, 2021.

BODART, Cristiano, das Neves; MACEDO, Joana da Costa; PEIXOTO, Fábio Costa. A Importância do Ensino de Ciência Política no Brasil. **Cadernos da Associação Brasileira de Ensino de Ciências Sociais. CABECS**, v. 2, n. 2, 2022.

BODART, Cristiano das Neves; FIGUEIREDO, César Alessandro Sagrillo – Ciência Política para o Ensino Médio. **Editora Café com Sociologia**, 2021.

BOURDIEU, Pierre. **O Poder Simbólico**. .Bertand-Brasil: Rio de Janeiro, 2004.

BRASIL. **Base Nacional Comum Curricular:** Ensino Médio. Brasília: MEC/Secretaria de Educação Básica, 2018.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil.** Brasília, DF: Senado Federal, 1988.

BRASIL, **Parâmetros Curriculares Nacionais.** Ciências Humanas e suas tecnologias. Brasília: MEC, 2000.

BRIDI, Maria Aparecida e ARAÚJO, Silvia Maria e MOTIM, Benilde Lenzi. **Ensinar e aprender Sociologia no ensino médio.** São Paulo: Contexto, 2009.

CAETANO J. R. R. R. O lugar da política nos livros didáticos de sociologia do PNLD 2018. **Dissertação** (Mestrado em Sociologia) - Programa de Mestrado Profissional de Sociologia em Rede Nacional, Centro de Humanidades, Universidade Federal de Campina Grande, Paraíba, Brasil, 2020.

CARNIEL, Fagner. O ensino de Sociologia e os materiais didáticos. In: BRUNETTA, Antonio Alberto (org.); BODART, Cristiano das Neves (org.); CIGALES, Marcelo Pinheiro (org.). **Dicionário do Ensino de Sociologia**. 1 ed. Maceió, AL: Editora Café com Sociologia, 2020, p. 215.

CEARÁ. Secretaria da Educação do Estado do Ceará. **Documento Curricular Referencial do Ceará:** ensino médio. Fortaleza: SEDUC, 2019.

CHEVALLARD, Yves. **A Transposição Didática:** Do Saber Sábio ao Saber Ensinado. Tradução de Plínio Barbosa, Unijuí, RS, 1991.

COSSON, Rildo. Letramento político: por uma pedagogia da democracia. **Cadernos Adenauer, Educação Política: reflexões e práticas democráticas**, Rio de Janeiro. Ano XI, n.3, 2010.

ENGEROFF, Ana Martina Baron. A sociologia no ensino médio: a produção de sentidos para a disciplina através dos livros didáticos. **Dissertação** (Mestrado em Sociologia Política) - Universidade Federal de Santa Catarina, Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Programa de Pós-graduação em Sociologia Política, Florianópolis, 2017.

FEIJÓ, Fernanda. Ciências Sociais e ensino médio: formação para a vida civil e cultura política democrática. Araraquara-SP, 2017. **Tese** (Doutorado em Ciências Sociais) Faculdade de Ciências e Letras, Universidade Paulista Júlio de Mesquita Filho/Araraquara, Araraquara, 2017.

FEIJÓ, Fernanda. O ensino de Política. In: BRUNETTA, Antonio Alberto; BODART, Cristiano das Neves; CIGALES, Marcelo Pinheiro. **Dicionário do ensino de Sociologia**. Maceió: Editora Café com Sociologia, 2020.

FIORELLI SILVA, I. L.; ALVES NETO, H. F. O processo de elaboração da Base Nacional Comum Curricular (BNCC) no Brasil e a Sociologia (2014 a 2018). **Revista Espaço do Currículo**, v. 13, n. 2, p. 262-283, 2020.

FORJAZ, Maria Cecília Spina. A emergência da ciência política no Brasil: aspectos institucionais. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, v. 12, n. 35, p. 1-22, 1997.

FREITAS, L. C. **A Mercantilização da Educação:** Da Educação como Direito à Educação como Mercado. São Paulo: Cortez, 2012.

GIGLIO, Adriano. A sociologia na Escola Secundária: uma questão das Ciências no Brasil – anos 40 e 50. **Dissertação de Mestrado**. Rio de Janeiro, IUPERJ, 1999.

KRAWZYK, Nora. O ensino de Sociologia e a Política Educacional. In: BRUNETTA, Antonio Alberto; BODART, Cristiano das Neves; CIGALES, Marcelo Pinheiro. **Dicionário do ensino de Sociologia**. Maceió: Editora Café com Sociologia, 2020.

KEINERT, Fábio Cardoso; SILVA, Dimitri Pinheiro. A gênese da ciência política brasileira. **Tempo Social**, [S. l.] v. 22, n. 1, p. 79-98, jun. 2010.

KUENZER, Acácia Zeneida. Trabalho e escola: A flexibilização do Ensino Médio no contexto do regime de acumulação flexível. **Educação e Sociedade**, Campinas, v. 38, n.139, p.331-354, 2017.

LOUREIRO, João; CAVALCANTI, Cádia. "Educação Política e Participação Cidadã no Brasil: Perspectivas e Desafios." **Revista Brasileira de Educação**, v. 19, n. 56, 2014, p. 563-583.

MACEDO, Joana da Costa; MATURANO, Roberson Gonçalves. O ensino de ciência política na educação básica e a educação política como pedagogia para a cultura democrática. **Latitude**, Maceió, v. 14, n. 1, 2020.

MAIÇARA, Julia Polessa. O ensino de Sociologia e o livro didático. In: BRUNETTA, Antonio Alberto; BODART, Cristiano das Neves; CIGALES, Marcelo Pinheiro.

Dicionário do Ensino de Sociologia. Maceió: Editora Café com Sociologia, p. 210-214, 2020.

MARENCO, André. Cinco décadas de ciência política no Brasil: institucionalização e pluralismo. In: AVRITZER, Leonardo; MILANI, Carlos; BRAGA, Maria do Socorro (Org.). **A ciência política no Brasil: 1960-2015**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2016.

MEC. **Ciências Humanas e Sociais Aplicadas**. Guia Digital PNLD 2021. Brasília (DF): Ministério da Educação/Secretaria de Educação Básica/Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação, 2021. p. 115.

MEC. **PNLD**. Programa Nacional do Livro e do Material Didático. Brasília (DF). Ministério da Educação/Secretaria de Educação Básica/Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação, 2020.

MEUCCI, Simone. Os livros didáticos da perspectiva da sociologia do conhecimento: uma proposição teórico-metodológica. **Revista Brasileira de História da Educação**, v. 20, 2020.

MEUCCI, Simone. Notas sobre o pensamento social brasileiro nos livros didáticos de Sociologia. **Revista Brasileira de Sociologia**, vol. 2, n 3, p. 209-233, 2014.

MEUCCI, Simone. BEZERRA, R.G. **Sociologia e educação básica**: hipóteses sobre a dinâmica de produção de currículo. Revista de Ciências Sociais, v. 45, n.1, Fortaleza, 2014.

MORAES, Amaury Cesar. Licenciatura em Ciências Sociais e ensino de Sociologia: entre o balanço e o relato. **Tempo Social, revista de Sociologia da USP**. 2003.

OLIVEIRA, Amurabi. O currículo de Sociologia na escola: um campo em construção (e disputa). **Espaço do currículo**, v.6, n.2, p.355-366, mai./ago. 2013.

PEREIRA, Jesus Marmanillo. Ciência Política no Ensino Médio: Reconhecimento, diálogos e itinerários da institucionalização de uma área. **Revista Em Debate** (UFSC), Florianópolis, v. 13.

PINSKY J. (Org.) - **Como se ensina Política?** São Paulo: Contexto, 2010.

RALEJO, Adriana Soares. **Autoria de livros didáticos:** desafios e possibilidades da produção do conhecimento histórico escolar. 2014. Dissertação (Mestrado em Educação) – Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2014.

SANTOS, André da Rocha. Os conhecimentos de Ciência Política no Ensino Médio: considerações acerca dos documentos oficiais. **Revista Café com Sociologia**, 2016.

SANTOS, André da Rocha; LAURIANO, Alessa Coelho. Leviatã para jovens? O conceito de Estado nos livros didáticos de Sociologia. **Revista Interdisciplinar em Estudos de Linguagem**, São Paulo, v. 1, 2019.

SANTOS, Angela. "O Ensino de Política no Ensino Médio: Uma Análise Crítica" (**Tese de Doutorado**), Universidade de São Paulo, 2015.

SILVA, Ileizi Fioreli. **A Sociologia no ensino médio:** os desafios institucionais e epistemológicos para a consolidação da disciplina. Cronos, Natal, v. 8, n. 2, jul./dez. 2007.

SILVA, Ileizi Luciana Fiorelli. O Ensino das Ciências Sociais/Sociologia no Brasil: histórico e perspectivas. In: MORAES, Amaury César (org.). Sociologia: ensino médio. **Coleção Explorando o Ensino**, v. 15. Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Básica, 2010.

SOUZA, Ana Maria de Araújo. **Educação para a Cidadania:** Teorias e Práticas. São Paulo: Cortez, 2010.

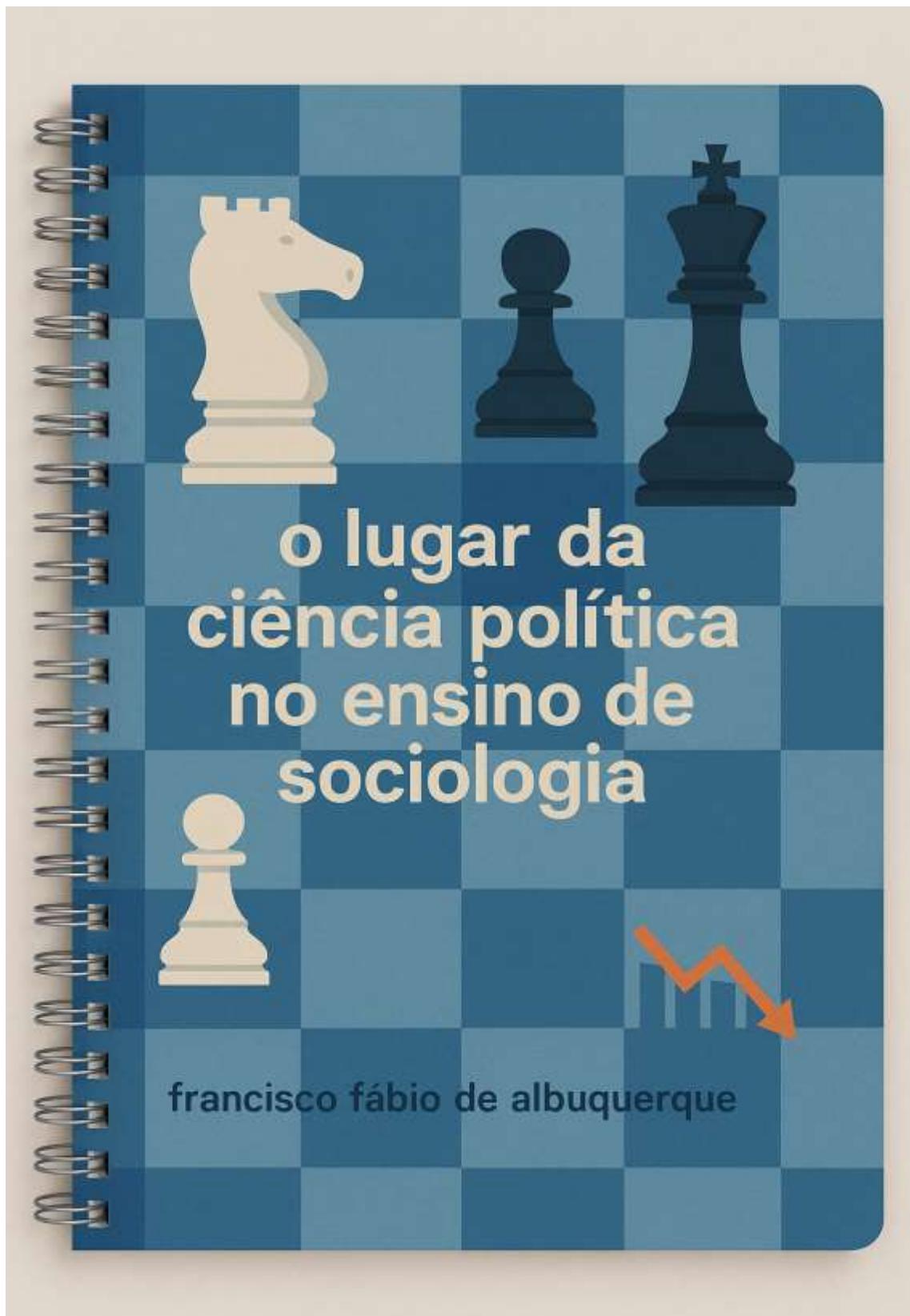
YOUNG, Michael, F. D. O Futuro da educação em uma sociedade de conhecimento: o argumento radical em defesa de um currículo centrado em disciplinas. **Revista Brasileira de Educação**, São Paulo, v. 16, n. 48, p. 609-623, set./dez. 2011.

ANEXO – MATERIAL DIDÁTICO (CADERNO)

Caros/as colegas docentes,

Este produto educacional foi elaborado tomando como base a pesquisa intitulada **O LUGAR DA CIÊNCIA POLÍTICA NO ENSINO DE SOCIOLOGIA**, resultado do Mestrado Profissional de Sociologia em Rede Nacional (PROFSOCIO), da Universidade Federal do Ceará, sob a orientação da Prof.^a Dra. Monalisa Soares Lopes.

- 1. POLÍTICA, ESTADO E PODER.**
 - 2. IDEOLOGIAS POLÍTICAS.**
 - 3. DEMOCRACIA, CIDADANIA E DIREITOS HUMANOS.**
 - 4. POPULISMO.**
 - 5. ESTRUTURA E FUNCIONAMENTO DO ESTADO BRASILEIRO.**
 - 6. ELEIÇÕES, SISTEMAS ELEITORAIS E PARTIDOS POLÍTICOS.**
 - 7. POLÍTICAS PÚBLICAS.**
 - 8. RELIGIÃO E POLÍTICA.**
 - 9. POLÍTICA DE GÊNERO, RAÇA E INCLUSÃO. ANEXO - DICAS DE SITES, FERRAMENTAS E MATERIAIS SOBRE CIÊNCIA POLÍTICA.**
- ANEXO - SITES, FERRAMENTAS E MATERIAIS SOBRE CIÊNCIA POLÍTICA.**



SUMÁRIO**APRESENTAÇÃO**

INTRODUÇÃO	101
1. POLÍTICA, ESTADO E PODER	103
2. IDEOLOGIAS POLÍTICAS	129
3. DEMOCRACIA, CIDADANIA E DIREITOS HUMANOS	168
4. POPULISMO	180
5. ESTRUTURA E FUNCIONAMENTO DO ESTADO BRASILEIRO	188
6. ELEIÇÕES, SISTEMAS ELEITORAIS E PARTIDOS POLÍTICOS	199
7. POLÍTICAS PÚBLICAS	216
8. RELIGIÃO E POLÍTICA	226
9. POLÍTICA DE GÊNERO, RAÇA E INCLUSÃO	236
ANEXO – SITES, FERRAMENTAS E MATERIAIS CIÊNCIA POLÍTICA ...	247

Apresentação

Este caderno foi produzido com o objetivo de apoiar o trabalho docente na área de Ciências Humanas e Sociais Aplicadas no Ensino Médio, oferecendo uma introdução acessível aos principais conceitos e temas da Ciência Política, com orientações contidas na Base Nacional Comum Curricular (BNCC). Seu objetivo é aproximar o estudo científico da política da realidade dos jovens, estimulando a reflexão crítica, o exercício da cidadania e a participação ativa na sociedade.

Caros/as estudantes e colegas docentes,

Este caderno apresenta aspectos conceituais, teóricos e temáticos da Ciência Política voltados para o Ensino Médio, em diálogo com a Base Nacional Comum Curricular (BNCC). Acreditamos que a Ciência Política, como campo das Ciências Sociais, nos ajuda a compreender o funcionamento das instituições, bem como os diferentes modelos de Estado e poder que moldaram a história e as sociedades ao longo do tempo. Por meio dela, aprendemos a analisar discursos políticos, discutir ideias e, principalmente, reconhecer nosso papel como cidadãos e cidadãs em um Estado democrático.

Ao longo deste caderno, organizado em nove eixos temáticos, você encontrará textos explicativos sobre obras clássicas e contemporâneas da Ciência Política, atividades, sugestões de filmes, vocabulário político, quadros para reflexão, além de seções especiais com questões do Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM) e de vestibulares relacionadas à política, tudo pensado para tornar a política mais próxima, compreensível e relevante em nosso cotidiano.

Esperamos que este material didático contribua para desenvolver as competências necessárias ao exercício da cidadania, dentro e fora da escola.

Vamos juntos nessa jornada de aprendizado e reflexão?

INTRODUÇÃO: DESAFIOS DA CIÊNCIA POLÍTICA

⇒ Vejamos algumas definições de autores reconhecidos da Ciência Política:

- **Maurice Duverger** define a Ciência Política como ciência da autoridade, dos governantes, do poder: estuda a sua origem, suas prerrogativas, extensão e os fundamentos da obediência.
- **Max Weber** explica que “Política significa [...] elevação para a participação no poder ou para a influência na sua repartição, seja entre os Estados, seja no interior de um Estado, entre grupos humanos que nele existem”.
- **Raymond Aron** explica que Política é o estudo das relações de autoridade entre os indivíduos e os grupos, da hierarquia de forças que se estabelecem no interior de todas as comunidades numerosas e complexas.
- **Georges Vedel** diz que “Se se puder definir Ciência Política, será pelo poder”. Ela tem por objeto “os fenômenos oriundos do poder, isto é, os fenômenos de comando que se estabelecem na sociedade”.
- **Robert Dahl** explica que o aspecto que distingue o aspecto político de outros aspectos da sociedade humana, é que ele consiste em “relações políticas”, que “implicam em governo, autoridade e poder”.
- **Harold Lasswell** define Ciência Política como a “disciplina empírica que estuda a formação e divisão do poder”.

(PETERSEN, Ana; CORSETTI, Eduardo; PEDROSO, Elisabeth Maria Kieling. **Ciência Política**: textos introdutórios. 4. ed. RS: EDIPUCRS, 1998. p. 13).

A Ciência Política, definida de diversas formas e por diversos autores, surge como uma ferramenta essencial para que possamos compreender as estruturas de poder, os mecanismos de decisão e os caminhos para a participação cidadã. Como um campo recente de estudo das Ciências Sociais, ela trata de temas fundamentais para a sociedade, como liberdades públicas, cidadania, direitos e deveres.

A Ciência Política também analisa aspectos relacionados ao estudo do poder, da democracia, das formas de Estado e de governo, e de quaisquer assuntos ligados à política e às sociedades modernas, sem ignorar o caminho histórico que nos trouxe até aqui, como os estudos sobre a formação do Estado e suas transformações ao longo do tempo.

Nesse processo, o papel do/a professor/a é fundamental. Mais do que transmitir conteúdo, ele/a atua também como facilitador/a do pensamento crítico,

incentivando o debate e a reflexão. Ao mediar discussões e conectar a teoria com a realidade, o/a professor/a inspira os/as estudantes a enxergarem seu potencial transformador e a se posicionarem como cidadãos e cidadãs ativos/as na sociedade.

Estudar Ciência Política, portanto, é essencial para que possamos nos situar no mundo. Mais do que saber votar, é sobre entender nosso papel e fazer parte das mudanças que queremos ver na sociedade. Com esse conhecimento, passamos a interpretar melhor o que acontece no mundo, no nosso país e na nossa cidade, fazendo escolhas mais conscientes e participando das decisões que impactam a nossa vida. Mais do que estudar o mundo, a Ciência Política nos ajuda a entender nosso papel dentro dele, pois a política também é sobre quem somos e o que escolhemos ser.

Para concluir, vejamos o que **Bodart, Macedo e Peixoto** nos dizem sobre isso:

👉 **O desafio do ensino de Ciência Política** é valorizar o conhecimento da política, de suas instâncias de poder, dos atores políticos, bem como das teorias políticas clássicas e contemporâneas que os estruturam, de modo a aproximá-los da realidade vivida pelos(as) estudantes. A contribuição pedagógica do ensino de Ciência Política está, precisamente, na sua possibilidade de capacitar os(as) estudantes a uma leitura crítica das relações políticas e seus assuntos correlatos, com o objetivo final de qualificar sua participação na sociedade, de forma ativa e crítica.

BODART, Cristiano, das Neves; MACEDO, Joana da Costa; PEIXOTO, Fábio Costa. A Importância do Ensino de Ciência Política no Brasil. CABECS, v. 2, n. 2, p. 6-22, 2022.

EIXO TEMÁTICO 1: POLÍTICA, ESTADO E PODER

BNCC – CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS APLICADAS

- ✓ **COMPETÊNCIAS:** 1 E 6
- ✓ **HABILIDADES:** EM13CHS101, EM13CHS102, EM13CHS103, EM13CHS602 E EM13CHS603.

Apresentar aspectos teóricos e conceituais sobre a natureza da política, a constituição do Estado moderno e as diversas formas de manifestação do poder.

1. O NASCIMENTO DA POLÍTICA

Sabemos que é muito comum algumas pessoas dizerem coisas como: "política não é para mim", "não me meto nessas coisas", "todo político é desonesto", "se aparece político na TV, desligo na hora", ou ainda "propaganda eleitoral é um tédio" e "política é sinônimo de corrupção". No dia a dia, a política costuma ser vista como algo distante, chato ou reservado apenas a profissionais, e muitas vezes, achamos que nosso envolvimento político se resume a votar de tempos em tempos.

Mas será que política é só isso mesmo? Será que ela não faz parte da nossa vida mais do que imaginamos? É importante observar que a política não acontece apenas em grandes campanhas, discursos partidários ou eleições, ela está presente em várias situações cotidianas, mesmo que nós não consigamos perceber.

Em um bairro, por exemplo, quando moradores se organizam para pedir melhorias, como a construção de um posto de saúde ou de uma escola, isso envolve negociação e tomada de decisões coletivas. Também nas redes sociais, grupos podem se mobilizar contra aumentos de tarifas ou outras questões públicas, pressionando por mudanças e influenciando decisões políticas.

No grêmio escolar, quando os alunos discutem e tomam decisões sobre eventos, como uma festa de final de ano, por exemplo, isso envolve reuniões, votações e negociações para garantir que todos participem. Esses exemplos mostram que a política está sempre presente, seja em decisões coletivas ou nas pequenas escolhas do dia a dia.

Diante das evidências, não há dúvida, política não é algo distante, ela está nas pequenas e grandes decisões do dia a dia, está em tudo e em todo lugar, no preço do lanche, na qualidade da escola, no transporte que usamos e até no futuro que sonhamos.

Estudar política é entender que nossas opiniões importam, que nosso voto tem peso e que nossas ações podem gerar mudanças reais. Participar das decisões que afetam a todos/as é usar com responsabilidade o poder que temos para mudar o presente e melhorar o futuro

Nesse sentido, é importante entender que a política, enquanto prática social e campo de reflexão, teve origem na **Grécia antiga**, por volta do século VI a.C., em um cenário marcado por intensas mudanças sociais, econômicas e culturais. Essas transformações impulsionaram uma nova maneira de pensar e organizar a vida em comunidade. O termo "política" deriva do grego **polis**, que significa "cidade", e **politiké**, que se refere ao que pertence à vida da cidade e de seus cidadãos.

É importante entender:

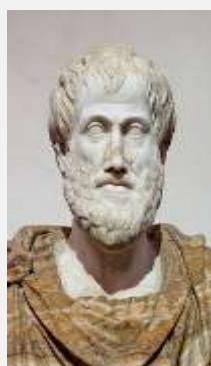
👉 Desde suas origens, a política se constitui como a arte de viver em sociedade e de organizar a esfera pública com base em decisões racionais, voltadas à construção do bem comum.

Em Atenas, por exemplo, nasceu o ideal da democracia direta, em que os cidadãos, homens livres, proprietários, maiores de idade e nascidos em Atenas, tinham o direito de votar, propor leis e participar dos tribunais. Contudo, é importante observar que mulheres, estrangeiros e escravizados, eram excluídos da vida política, ou seja, não possuíam cidadania.

O grande filósofo grego **Aristóteles** (384-322 a. C), por exemplo, via a política como uma dimensão natural da existência humana. Para ele, o ser humano é um "animal político" (*zoon politikon*), pois só encontra realização plena vivendo em comunidade e participando da vida pública. Em sua obra *Política*, ele defende a política como meio de alcançar o bem comum.

Vejamos o que o diz o próprio **Aristóteles**:

Imagen 1 – Aristóteles



[...] estabelecemos que, por natureza, o homem é um animal político. Os homens têm um desejo natural pela vida em sociedade, até mesmo quando não sentem necessidade de procurar ajuda. Todavia, o interesse comum os mantém unidos, desde que o interesse de todos contribua para a vida virtuosa de cada um.

ARISTÓTELES. Política. São Paulo: Nova Cultural, 2004. p. 222. (**Os pensadores**). Disponível em:

upload.wikimedia.org/wikipedia/commons/thumb/9/99/Aristoteles.png/439pxAristoteles.png? Acesso 01 março. 2025.

É importante entender:

👉 Mesmo com suas limitações históricas, a experiência grega ensina que a política é uma construção coletiva e racional, fundamentada no diálogo, na argumentação e na busca por justiça.

👉 A política foi criada para possibilitar o debate, a discussão e o questionamento da realidade de maneira pacífica. Através dela, foram estabelecidas regras, leis e normas, assim como direitos e deveres que orientam nossas ações.

👉 A política está tão presente na nossa vida que, mesmo quando não queremos nos envolver, estamos tomando uma atitude política, pois, ao escolher não agir, permitimos que as coisas permaneçam como estão, sem perceber a necessidade de mudança.

Atividades

- 1** Por que muitas pessoas costumam dizer frases como “política não é para mim” ou “política é sinônimo de corrupção”? O que essa forma de pensar revela sobre a maneira como a política é vista no dia a dia?
- 2** O texto afirma que a política está presente em várias situações cotidianas. Cite dois exemplos dessas situações e explique como elas envolvem práticas políticas.
- 3** A política teve origem na Grécia Antiga. Qual foi a contribuição dos gregos para o surgimento da política e da democracia? Quem era excluído da vida política naquela época?
- 4** Segundo Aristóteles, o ser humano é um “animal político”. O que ele queria dizer com essa expressão?

2. TEORIAS MODERNAS SOBRE O SURGIMENTO DO ESTADO

Para entender como funcionam os governos e os sistemas políticos, é importante conhecer as ideias dos pensadores que falaram sobre isso ao longo da história.

É importante entender:

👉 Estudar o surgimento do Estado moderno e as ideias dos filósofos e cientistas políticos nos ajuda a entender como os governos funcionam e porque obedecemos às leis, além de nos fazer pensar sobre liberdade, justiça e poder.

Nicolau Maquiavel



Imagem 2 – Nicolau Maquiavel

Disponível: upload.wikimedia.org/wikipedia/xplica/thumb/e/e2/Portrait_of_Niccol%C3%B2_Machiavelli_by_Santi_di_Tito.jpg.
Acesso 01 março 2025.

Nicolau Maquiavel (1469-1527) foi um pensador, diplomata e escritor italiano conhecido como o pai da **Ciência Política moderna**. Sua obra mais famosa, **O Príncipe**, é até hoje referência nos estudos sobre poder e política.

Maquiavel viveu na Itália do Renascimento, quando o país que conhecemos hoje como Itália era dividido em pequenos Estados, abalados por crises políticas. Ele analisou a política sem idealizações, observando a realidade concreta do poder, suas estratégias, contradições e jogos de interesse. Para ele, um bom governante deveria agir com inteligência e estratégia. Criador do chamado **realismo político**, Maquiavel foi o primeiro a afirmar que deveríamos analisar a política como ela é e não como deveria ser.

Maquiavel era aliado da família Médici em Florença e ajudou a restaurar seu poder na cidade. Ele analisou a política como ela se apresenta no mundo real, com todas as suas imperfeições. As suas reflexões continuam atuais e ajudam a entender os

bastidores do poder, das campanhas políticas e até das relações de liderança nos dias de hoje.

É importante entender:

 Em Maquiavel, a concepção de **realismo político** diz respeito à ideia, segundo a qual, a política deve focar no que é real, concreto e não em instâncias ideais, ou seja, a política é um fenômeno real e não ideal como queriam e desenvolviam os teóricos anteriores.

“O Príncipe”, de Maquiavel, é uma das obras mais influentes da política ocidental. Publicado em 1532, o livro reflete sobre a conquista, manutenção e consolidação do poder político, com base na observação da realidade e não em ideais utópicos, apresentando conceitos como capacidade, inteligência, coragem e astúcia de um governante, forças que o príncipe deve saber controlar ou aproveitar para seu benefício.

Não esqueça:

 **“O Príncipe”** é uma obra realista sobre o exercício do poder, que rompe com a visão idealista da política e propõe uma análise fria e pragmática das ações humanas.

Vejamos o que o filósofo Newton Bignotto escreveu:

 “A política, para Maquiavel, não pode ser confundida com a moral. Ela tem suas próprias regras, seu próprio campo de ação e exige decisões que, muitas vezes, desafiam as normas morais tradicionais” (BIGNOTTO, Newton. Maquiavel. São Paulo: **Publifolha**, 2000).

Para não esquecer:

 Maquiavel não é sobre ser mal, é sobre ser realista. Entender o jogo do poder ajuda a jogar melhor, sem perder seus valores.

Pequeno vocabulário de Maquiavel

- ✓ **Virtù:** Capacidade de agir com coragem, habilidade, astúcia e força para manter o poder.
- ✓ **Fortuna:** Circunstâncias imprevisíveis que afetam a vida humana e política.
- ✓ **Estado:** Entidade política que deve ser mantida e fortalecida pelo governante.
- ✓ **Príncipe:** Governante que sabe equilibrar virtù e fortuna para conquistar e manter o poder.
- ✓ **Realismo político:** Visão da política baseada na experiência, no conflito e no interesse.
- ✓ **Astúcia e força:** O governante ideal deve ser astuto para perceber armadilhas e forte para intimidar inimigos.
- ✓ **República:** Forma de governo valorizada por Maquiavel, na qual há participação mais ampla dos cidadãos e estabilidade baseada em instituições fortes.
- ✓ **Necessità:** Em tempos de crise, o governante deve agir rápido e com dureza para salvar o Estado.

Os contratualistas: Hobbes, Locke e Rousseau

No século XVI, as grandes navegações europeias proporcionaram o encontro com povos até então desconhecidos, e mais tarde, alguns pensadores interpretaram que esses povos, na ótica colonial chamados de “selvagens”, por viverem afastados da civilização, seguiam princípios do direito natural, como o direito de preservar a própria vida.

Essas ideias deram origem a uma corrente filosófica chamada **jusnaturalismo**, que buscava entender, numa perspectiva ocidental, como as pessoas passaram de uma vida sem governo, ou seja, o estado de natureza, para uma sociedade organizada, com leis e autoridades criadas pelos próprios seres humanos.

É importante entender:

 **O estado de natureza** é uma concepção hipotética que afirma ter existido um estágio, anterior à sociedade civil, em que os seres humanos viviam sem a existência de leis e de um poder no corpo social.

Nesse contexto, destacou-se uma abordagem teórica conhecida como **contratualismo**, defendendo que, para deixar de viver num cenário onde cada um agia por conta própria, o chamado estado de natureza, as pessoas fizeram um acordo, o **contrato social**, que seria uma espécie de pacto coletivo que dá origem à sociedade civil e ao Estado. Lembrando que cada pensador contratualista tinha sua própria visão sobre como era esse estado de natureza e como deveria ser o governo ideal. São eles: **Hobbes**, **Locke** e **Rousseau**.

Ao estudar essas ideias na sua obra *Teoria geral da política: a filosofia política e as lições dos clássicos*, **Norberto Bobbio**, filósofo italiano do século XX, identificou **três formas de entender o contratualismo**:

1. A mudança do estado de natureza para o estado civil ajuda a explicar como o ser humano deixou de viver de forma isolada e passou a viver em grupo.
2. O estado de natureza é uma ideia usada para pensar como seria a vida sem leis ou governo.
3. O contrato social é uma forma de garantir que, quem tem o poder, governe com responsabilidade e respeite os direitos das pessoas.

Thomas Hobbes



Imagen 3 – Thomas Hobbes

Disponível em: upload.wikimedia.org/wikipedia/109xplica/d/d8/Thomas_Hobbes_%28portrait%29.jpg. Acesso em 08 março 2025.

Thomas Hobbes (1588-1679) foi um importante filósofo inglês, reconhecido como um dos precursores da filosofia política moderna. Viveu em uma época marcada por guerras civis e instabilidade política, como a Guerra Civil Inglesa (1642–1651), que opôs o rei e o parlamento, resultando em uma grave crise.

Diante desse cenário, Hobbes acreditava que, sem um **poder forte** que impusesse regras, as pessoas viveriam em um “estado de natureza”, onde cada pessoa

busca apenas seus próprios interesses, daí a máxima: “**o homem é o lobo do homem**”. Para evitar o caos, Hobbes defendia a criação de um poder central forte que regulasse a convivência social. Assim, o ser humano cria o **Estado absoluto**, chamado **Leviatã**, e passa a seguir várias regras para conseguir viver melhor em sociedade.

Vejamos o que diz o próprio Hobbes:

👉 “E a definição da injustiça não é outra, senão o não-cumprimento de um pacto. E tudo o que não é injusto é justo. Portanto, para que as palavras ‘justo’ e ‘injusto’ possam ter lugar, é necessária alguma espécie de poder coercitivo, capaz de obrigar igualmente os homens ao cumprimento dos seus pactos, mediante o terror de algum castigo que seja superior ao benefício que esperam tirar do rompimento do pacto” (HOBBES, Thomas. **Leviatã**. São Paulo: Martins Fontes, 2003).

Hobbes defendia a importância do **contrato social**, que é um acordo entre as pessoas para criar um governo com um líder forte que tem todo o poder e as pessoas concordam em não se rebelar contra ele, abrindo mão de parte da sua liberdade para garantir a paz, a segurança e o bem de todos. Segundo Hobbes, somente um Estado forte pode garantir que as pessoas terão suas necessidades e desejos naturais atendidos.

Observe a ilustração seguinte:

Imagen 4 – Frontispício da obra Leviatã (1651), de Thomas Hobbes.



Frontispício da obra *Leviatã* (1651), de Thomas Hobbes.

Disponível: 110xplica.wikimedia.org/wiki/File:Leviathan_frontispiece_cropped_British_Library.jpg Acesso 01 março 2025.

O frontispício da obra ***Leviatã*** é uma ilustração que resume as principais ideias políticas de Hobbes.

Vejamos o seu significado:

👉 A imagem mostra um rei gigante formado por várias pessoas pequenas, representando o povo. Isso quer dizer que o poder do rei vem da união de todos. Ele segura uma espada em uma mão e um cajado na outra, símbolos do poder sobre as leis e a religião. Na parte de baixo da imagem, aparecem prédios como igrejas, tribunais e fortalezas, mostrando as instituições que organizam a sociedade. A ideia principal da imagem é que as pessoas concordam em entregar sua liberdade a um governante em troca de paz e segurança.

Dessa forma, o **pensamento de Thomas Hobbes** pode ser visto também como uma **base teórica para governos com muito poder concentrado**, semelhantes aos regimes totalitários.

Para concluir e não esquecer:

👉 Para Thomas Hobbes, o Estado é uma figura poderosa, criada por um contrato social, para garantir a ordem e a segurança, mesmo que para isso, seja necessário abrir mão de certas liberdades.

Crítica às ideias de Hobbes:

As ideias de Hobbes também podem ser usadas para justificar regimes totalitários.

- ✓ Hitler e Stálin usaram o argumento da “ordem” para controlar a população e eliminar opositores.
- ✓ Alguns governos modernos tentam aumentar seu poder dizendo que é “pelo bem do povo”, mas isso pode ameaçar a democracia.

💡 Para pensar: liberdade ou segurança?

- ✓ Você prefere mais liberdade ou mais segurança? Por quê?
- ✓ O que acontece quando o governo tem poder demais?
- ✓ Como equilibrar liberdade individual com o bem coletivo?

John Locke



Imagen 5 – John Locke / Disponível em: upload.wikimedia.org/wikipedia/112xplica/d/d1/JohnLocke.png. Acesso 08 março 2025.

John Locke (1632-1704) foi um importante pensador inglês do século XVII e é considerado um dos principais nomes do pensamento iluminista. Ele foi um dos principais filósofos contratualistas e ficou conhecido por defender o **empirismo**, a ideia de que só podemos conhecer o mundo por meio da experiência.

Como um dos principais pensadores do **liberalismo**, Locke também entendia que, no estado de natureza, as pessoas viviam em liberdade e igualdade, com o direito natural de buscar seu próprio bem. No entanto, a partir do momento em que começaram a acumular riquezas, surgiram conflitos, e para resolver isso, as pessoas fizeram um acordo, criando um contrato social para proteger especialmente a **propriedade privada**, garantir a **vida** e a **liberdade**.

É importante entender:

👉 Para Locke, o Estado só deve existir para proteger os direitos naturais (vida, liberdade e propriedade), manter a ordem e punir quem descumpe as leis.

Vejamos o que o próprio Locke diz:

👉 “Por os homens serem, como já se disse, por natureza livres, iguais e independentes, ninguém pode ser arrancado desta condição e sujeito ao poder político de outrem, sem o seu próprio consentimento. O único modo por meio do qual alguém se priva da sua liberdade natural e assume os vínculos da sociedade civil consiste no acordo com os outros homens para se juntarem e unirem numa só comunidade, para que possam viver uns com os outros de forma confortável, segura e pacífica no usufruto tranquilo das suas propriedades, e obter uma maior proteção contra os que

não são membros da sua comunidade” (LOCKE, John. **Dois tratados do governo civil.** Lisboa: Edições 70, 2006).

Assim, todos os seres humanos nascem livres, iguais, e que a única forma de alguém abrir mão dessa liberdade natural é por meio de um acordo com outras pessoas, unindo-se a elas para formar uma sociedade. O objetivo dessa união é permitir que vivam juntos de maneira confortável, segura e pacífica, protegendo suas propriedades e garantindo maior segurança contra ameaças externas.

Na visão de Celso Lafer, o contratualismo de Locke é uma garantia da liberdade do homem contra o poder absolutista:

 “A ideia de que os homens podem organizar o Estado e a sociedade de acordo com a sua vontade e a sua razão, pondo de lado a tradição e os costumes, foi a grande novidade da Ilustração. Ela trouxe a substituição do princípio de legitimidade dinástica que, na forma da monarquia hereditária, foi o legado que a Idade Moderna herdou da sociedade medieval, baseada nos costumes, pelo princípio da soberania popular, de origem contratualista” (LAFER, Celso. **A reconstrução dos direitos humanos: um diálogo com o pensamento de Hannah Arendt.** São Paulo: Companhia das Letras, 1988).

Com o pensamento iluminista e contratualista, surge a noção de soberania popular, onde o poder vem do povo, que escolhe como e por quem quer ser governado. Essa mudança foi essencial para o fim das monarquias absolutas e o início das democracias modernas. **Locke** também acreditava na razão e no **equilíbrio entre liberdade e segurança.**

Não esqueça:

 As ideias de John Locke serviram de base para as democracias modernas, a valorização dos direitos individuais e a defesa de um Estado limitado e responsável diante dos cidadãos.

Críticas a Locke:

- Críticos argumentam que, ao transformar a propriedade em um direito individual, Locke abriu caminho para a legitimação da desigualdade social e para a concentração de riquezas.

Para reflexão:

- Por que é perigoso quando um líder quer concentrar todo o poder

É importante conhecer o conjunto das ideias de John Locke:

👉 Direitos naturais – tolerância religiosa – separação entre o Estado e as igrejas – liberdade racional – governo representativo – separação de poderes – revolução contra a tirania – direito de propriedade.

Jean- Jacques Rousseau

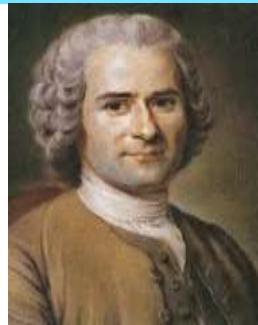


Imagen 6 – Jean- Jacques Rousseau

Disponível em: upload.wikimedia.org/wikipedia/114xplica/b/b7/Jean-Jacques_Rousseau_%28painted_portrait%29.jpg. Acesso em: 07 abril 2025

No século XVIII, na França, o filósofo **Jean-Jacques Rousseau** (1712-1778), que era suíço, também falou sobre o **contrato social**, a ideia de que a sociedade e o Estado surgem a partir de um acordo entre as pessoas. Para Rousseau, o ser humano, antes de viver em sociedade, estava no chamado estado de natureza, uma fase de liberdade, igualdade e inocência, onde não existiam propriedades nem autoridades.

Essa visão ficou conhecida como o “**mito do bom selvagem**”, pois Rousseau acreditava que a vida em sociedade foi o que corrompeu o ser humano. A grande mudança, segundo ele, aconteceu quando surgiu a propriedade privada, causando desigualdade, conflitos e levando a injustiças e violência.

Para tentar resolver essa questão, Rousseau propôs a ideia de um **contrato social**, defendendo a ideia de que as pessoas não deveriam entregar seu poder a um rei ou governante, e sim se unirem como cidadãos para buscar o bem comum, o que ele chamava de **vontade geral**.

Vejamos o que diz o próprio **Rousseau**:

👉 “Renunciar à liberdade é renunciar à qualidade de homem, aos direitos da humanidade, e até aos próprios deveres. Não há nenhuma reparação possível para quem renuncia a tudo. Tal renúncia é incompatível com a natureza do homem, e subtrair toda liberdade a sua vontade é subtrair toda moralidade de suas ações” (ROUSSEAU, Jean-Jacques. **O contrato social**. São Paulo: Martins Fontes, 1999).

O pensador contemporâneo, **Norberto Bobbio**, destaca:

👉 Rousseau é o primeiro pensador moderno a afirmar com radicalidade que o poder legítimo só pode emanar da vontade geral.” (BOBBIO, Norberto. **Teoria Geral da Política: A Filosofia Política e as Lições dos Clássicos**. Rio de Janeiro: Campus, 2000).

Não esqueça:

👉 Rousseau acreditava que só somos responsáveis pelos nossos atos quando escolhemos livremente, e que um governo legítimo deve garantir a liberdade dos cidadãos.

Segundo Rousseau, todos/as devem ser considerados/as cidadãos e cidadãs livres, sujeitos apenas às leis que eles próprios criaram para o bem comum, sendo que o mais importante é a **soberania popular**. O governante, nesse sentido, é apenas um representante que deve seguir a vontade geral e, caso não cumpra esse papel, o povo tem o direito de retirá-lo do poder.

É importante entender:

👉 As ideias de Rousseau sobre a soberania do povo inspiraram a Revolução Francesa, que acabou com a monarquia absolutista e contribuiu para a criação das democracias modernas.

Críticas a Rousseau:

- Quem decide o que é a *vontade geral*? Isso pode abrir margem para governos usarem o conceito de “vontade geral” para justificar ações violentas ou censuras.

OS CONTRATUALISTAS

Aspecto	Thomas Hobbes	John Locke	Jean-Jacques Rousseau
Obra principal	Leviatã.	Segundo Tratado sobre o Governo Civil.	Do Contrato Social.
Visão do ser humano	Egoísta, violento, busca sobrevivência.	Racional, capaz de convivência pacífica.	Bom por natureza, corrompido pela sociedade.
Estado de natureza	Guerra de todos contra todos.	Relativamente pacífico, mas sem garantias.	Livre, igualitário até surgir a propriedade.
Direitos naturais	Vida e autopreservação.	Vida, liberdade e propriedade.	Liberdade e igualdade.
Contrato social	Submissão total a um soberano.	Acordo para proteger direitos.	Acordo entre iguais para garantir o bem comum.
Forma de governo	Monarquia absoluta.	Governo com limites (constitucional).	Democracia direta (participação popular).
Papel do Estado	Impor ordem e segurança.	Proteger os direitos individuais.	Representar a vontade geral.
Foco principal	Segurança.	Liberdade com propriedade.	Igualdade e participação.

Pequeno vocabulário contratualista

- ✓ **Estado de natureza:** Condição hipotética onde os seres humanos vivem sem governo ou leis organizadas.
- ✓ **Contrato social:** Acordo (real ou hipotético) entre indivíduos para formar uma sociedade e um governo, estabelecendo direitos e deveres.
- ✓ **Soberania:** Poder supremo de decisão dentro de uma sociedade; em Rousseau, pertence ao povo.
- ✓ **Consentimento:** Ato de aceitar ou concordar com algo, base para a legitimidade do poder político.
- ✓ **Liberdade natural:** Liberdade total do indivíduo antes de entrar na sociedade (e que será limitada pelo contrato social).
- ✓ **Direitos naturais:** Direitos que todos têm apenas por serem humanos (como vida, liberdade e propriedade, especialmente em Locke).
- ✓ **Leviatã:** Imagem usada por Hobbes para representar o Estado soberano e forte para evitar o caos.
- ✓ **Vontade geral:** Em Rousseau, é a vontade coletiva que busca o bem comum, diferente da soma dos interesses individuais.
- ✓ **Propriedade privada:** Tema central em Locke e Rousseau; para Locke, deve ser protegida; para Rousseau, é a origem das desigualdades.

Atividades

- 1** Segundo Hobbes, como era a vida dos seres humanos no estado de natureza? Qual a função do contrato social, na visão dele?
- 2** Para Locke, qual era o papel do Estado em relação aos direitos naturais das pessoas? Por que ele defendia a limitação do poder do governante?
- 3** O que significava, para Rousseau, a ideia de “vontade geral”? Por que ele considerava a participação do povo essencial no governo?
- 4** Apesar de todos defenderem a teoria do contrato social, quais são as principais diferenças entre as ideias de Hobbes, Locke e Rousseau sobre o Estado e a liberdade?

3. ESTADO, PODER E DOMINAÇÃO

O Estado não deve ser confundido com o governo, embora essas duas palavras sejam frequentemente utilizadas como sinônimos fora dos contextos da Ciência Política. O governo é formado por indivíduos específicos que, em determinado momento, ocupam cargos de liderança dentro do Estado.

É importante entender:

 **Governos** mudam com certa frequência, ao passo que o Estado se mantém ao longo do tempo, sendo difícil e lenta a sua transformação.

 **Estado** é uma instituição social, ou seja, representa uma estrutura ou modelo coletivo que organiza como diferentes funções devem ser exercidas.

Para alguns sociólogos, o conceito de poder está intimamente ligado à ideia de autoridade. O sociólogo alemão **Max Weber**, por exemplo, entende autoridade como o exercício legítimo do poder, cuja legitimidade depende do reconhecimento e aceitação por parte daqueles que se submetem a essa autoridade.

Imagen 7 - Max Weber



Disponível em: www.estudantedefilosofia.com.br/filosofos/maxweber.php Acesso 26 Abril 2025.

Não esqueça:

 Em meio às suas análises de Estado e poder, Max Weber concebeu três tipos puros de dominação: legal, tradicional e carismática.

Vejamos suas características:

- **Dominação tradicional:** É um modo de dominação que se exerce em nome de determinada tradição, de forma que os indivíduos aceitam a dominação por respeitarem a tradição em que ela se baseia.

 Dominação tradicional em virtude da crença na santidade das ordenações e dos poderes senhoriais de há muito existentes. Seu tipo mais puro é o da dominação patriarcal. [...] O tipo daquele que ordena é o “senhor”, e os que obedecem são “súditos”, enquanto o quadro administrativo é formado por “servidores”. Obedece-se à pessoa em virtude de sua dignidade própria, santificada pela tradição: por fidelidade. O conteúdo das ordens está fixado pela tradição, cuja violação desconsiderada por parte do senhor poria em perigo a legitimidade do seu próprio domínio, que repousa exclusivamente na santidade delas (WEBER, Max. Sociologia. São Paulo: Ática, 2008. P. 131. - **Grandes Cientistas Sociais**, 13).

- **Dominação carismática:** Baseia-se na influência que uma determinada personalidade exerce sobre os indivíduos, que aceitam a dominação em função da força de convencimento dessa personalidade ou das emoções que ela é capaz de despertar.

 Dominação carismática em virtude de devoção afetiva à pessoa do senhor e de seus dotes sobrenaturais (carisma) e, particularmente: a faculdades mágicas, revelações ou heroísmo, poder intelectual ou de oratória. Obedece-se exclusivamente

à pessoa do líder por suas qualidades excepcionais, e não em virtude de sua posição estatuída ou de sua dignidade tradicional; e, portanto, também somente enquanto essas qualidades lhe são atribuídas, ou seja, enquanto seu carisma subsiste (WEBER, Max. Sociologia. São Paulo: Ática, 2008. P. 134-135. - **Grandes Cientistas Sociais**).

13).

- **Dominação legal:** Fundamenta-se no direito, no exercício do poder por meio de uma regulamentação racional das relações políticas, de acordo com um conjunto de regras que são aceitas pelos indivíduos.

👉 Sua ideia básica é: qualquer direito pode ser criado e modificado mediante um estatuto sancionado corretamente quanto à forma. [...] Obedece-se não à pessoa em virtude de seu direito próprio, mas à regra estatuída, que estabelece ao mesmo tempo a quem e em que medida se deve obedecer. Também quem ordena obedece, ao emitir uma ordem, a uma regra: à lei ou à norma formalmente abstrata (WEBER, Max. Sociologia. São Paulo: Ática, 2008. P. 128-129. - **Grandes Cientistas Sociais**, 13).

A dominação tradicional acontece, por exemplo, na Monarquia do Reino Unido, onde o rei representa uma tradição e tem forte atuação na nomeação do primeiro-ministro, convidando o líder do partido majoritário para formar o governo. Outro exemplo são as lideranças indígenas no Brasil, onde o chefe da tribo é respeitado por tradição.

A dominação carismática se dá, por exemplo, quando as pessoas seguem um líder por causa do seu carisma e da sua personalidade forte. Isso pode ser visto, por exemplo, em políticos como Javier Milei, na Argentina, ou Donald Trump, nos Estados Unidos, que conquistam o povo pela imagem e pelo jeito de falar, mais do que pelo respeito às leis ou às regras do jogo democrático. Também observamos esse aspecto em lideranças como Nicolas Maduro, na Venezuela.

Já a **dominação racional-legal** acontece quando a autoridade vem das leis e regras estabelecidas. É o que acontece em governos democráticos, onde presidentes/as, governadores/as e prefeitos/as são escolhidos/as por eleições e são obrigados/as a se submeterem às leis. Também é o que acontece em grandes empresas, onde cargos como o de diretor/a são definidos por contratos e regulamentos.

É importante compreender:

 **O Estado** é uma instituição que tem poder de governar um determinado povo que se localiza em um determinado lugar sob sua jurisdição. Portanto, os elementos do Estado são: população, território e governo.

 **O Estado** serve pra garantir que tenhamos direitos como saúde, educação, segurança e transporte. Quando ele falha, devemos cobrar. E quando você vota, estuda e participa, você também está fazendo o Estado acontecer!

Em seguida, destacamos diversos modelos de Estado:

- **O Estado absolutista:** Surgiu no contexto de transição do feudalismo ao capitalismo, entre os séculos XIV e XVI, caracterizado pela unidade territorial e pela concentração do poder nas mãos do Rei.
- **O Estado liberal:** Surgiu a partir das revoluções burguesas dos séculos XVII e XVIII, como oposição ao absolutismo, defendendo a liberdade individual, a propriedade privada e garantindo a ordem e as leis.
- **O Estado socialista:** Modelo político e econômico baseado nos princípios do marxismo, onde o Estado controla a economia para reduzir desigualdades sociais. Surgiu como resposta ao capitalismo, principalmente após a Revolução Russa de 1917.
- **O Estado totalitário:** Modelo político caracterizado pelo controle absoluto do governo sobre a sociedade. Nele, não há espaço para oposição e todas as esferas da vida são rigidamente controladas pelo Estado.
- **O Estado de bem-estar social:** Modelo onde o Estado assume um papel ativo na garantia de direitos sociais, como saúde, educação e previdência, buscando reduzir desigualdades e promover o bem-estar da população.
- **O Estado neoliberal:** Modelo que defende a diminuição da intervenção do governo na economia, dando mais espaço para o mercado e a iniciativa privada. Ele se caracteriza por políticas como privatizações, cortes de gastos públicos e redução de direitos sociais.
- **O Estado democrático de direito:** Aquele em que as leis valem para todos, os direitos fundamentais dos cidadãos são garantidos e protegidos e o poder é exercido de forma democrática, com participação popular, eleições livres e respeito à Constituição.

É importante destacar:



Imagen - 8
Achille
Mbembe

Na realidade atual, também é importante pensar nas ideias de autores como, por exemplo, o camaronês **Achille Mbembe**, que criou o conceito de **necropolítica**. Esse conceito busca destacar como o Estado pode controlar o corpo e a mente de pessoas que são marginalizadas na sociedade, como negros e negras. O objetivo é manter o poder nas mãos dos que já têm privilégio.

Segundo Mbembe, isso acontece de várias formas, como, por exemplo, colocar muitas pessoas negras na prisão e naturalizar a morte dessas pessoas, ou seja, a sociedade passa a ver essas mortes como algo normal. Isso pode acontecer com o uso direto da violência ou quando o Estado nega a essas pessoas direitos básicos, como acesso à saúde, educação e segurança.

Ao falar sobre a colonização europeia, por exemplo, Mbembe, inspirado em Michel Foucault, mostra que a violência e a exclusão sofridas pela população negra ajudaram a manter o sistema capitalista, e esse aspecto, como o primeiro experimento biopolítico da modernidade, nos faz entender melhor como o poder e a violência estão ligados.

Nas palavras do próprio Mbembe:

A formulação de Foucault, o biopoder parece funcionar mediante a divisão entre as pessoas que devem viver e as que devem morrer. Operando com base em uma divisão entre os vivos e os mortos, tal poder se define em relação a um campo biológico – do qual toma o controle e no qual se inscreve. Esse controle pressupõe a distribuição da espécie humana em grupos, a subdivisão da população em subgrupos e o estabelecimento de uma cesura biológica entre uns e outros. Isso é que Foucault rotula com o termo de ‘racismo’ (MBEMBE, Achille. **Necropolítica**: biopoder, soberania, estado de exceção, política da morte. Tradução de Renata Santini. São Paulo: N-1 Edições, 2018, p. 18).

Assim, a colonização serve para mostrar como o poder foi usado sobre a vida das pessoas, e ao falar da violência sofrida pelo povo negro nesse período, o autor mostra como essas desigualdades ajudaram a formar os Estados nacionais.

É importante destacar:

👉 Desde que o pensador francês Montesquieu propôs a separação dos poderes do Estado em sua obra *O Espírito das Leis*, o funcionamento do Estado passou a ter ainda mais responsabilidade diante das necessidades da população. O Brasil adota, desde 1891, o sistema tripartite, ou seja, três poderes.

Imagen 9 – Três poderes – caso brasileiro.

Lembrando que são três os poderes de um Estado democrático:



Disponível em: <https://www.sigalei.com.br/blog/os-3-poderes-do-brasil-papeis-e-responsabilidades> Acesso 09 Abril 2025.

Obs.: Esse modelo caracteriza o Estado brasileiro, onde o presidente acumula funções de chefe de Estado e de governo, e depende do Congresso para aprovar reformas e manter a estabilidade política. **O presidencialismo de coalizão** será abordado em outro eixo temático.

É fundamental compreender que, segundo o sociólogo Max Weber, o Estado é a instituição que detém o monopólio legítimo da violência física dentro de um território, ou seja, apenas ele pode usar a força de maneira autorizada para manter a

ordem e fazer cumprir as leis. Esse poder é exercido por meio de órgãos como, por exemplo, a polícia e o exército, e só é válido dentro dos limites territoriais reconhecidos. Sem esse controle exclusivo da força, o Estado perde sua legitimidade e autoridade.

No caso do Estado brasileiro, é importante destacar que diversas transformações aconteceram desde o período colonial, quando o Estado era vinculado aos interesses da metrópole, até o Império, que manteve um modelo autoritário e centralizador. Com a proclamação da República em 1889, iniciou-se um processo de mudança institucional, mas o poder continuou concentrado nas mãos das elites agrárias.

Ao longo do século XX, especialmente durante o Estado Novo e a ditadura militar, o autoritarismo se fortaleceu com fortes restrições às liberdades e à participação popular. A partir da redemocratização iniciada nos anos 1980, o país caminhou para a construção de um Estado mais aberto e comprometido com os direitos da população, processo consolidado com a Constituição de 1988, que estabeleceu o Estado Democrático de Direito como fundamento da vida política e social brasileira.

Texto Complementar

Implementação do Estado Democrático de Direito no Brasil

Matheus Silveira

No Brasil, o conceito de Estado Democrático de Direito ganhou um novo significado com a Constituição de 1988, que consolidou o processo de redemocratização após o fim do regime militar.

Antes disso, o país viveu períodos de exceção, como o autoritarismo da ditadura, quando as liberdades individuais e os direitos fundamentais foram restringidos. A Constituição de 1988, conhecida como a “Constituição Cidadã”, foi um marco na construção de um Estado democrático, que garante a soberania popular, a separação dos poderes e os direitos humanos, criando uma estrutura mais democrática e plural. Com ela, o Brasil reafirmou seu compromisso com o Estado Democrático de Direito, estabelecendo mecanismos de controle e participação popular.

Apesar das garantias constitucionais, o Estado Democrático de Direito no Brasil enfrenta desafios. A corrupção, a concentração de poder em mãos de poucos e o enfraquecimento das instituições democráticas são algumas das ameaças que desestabilizam esse atual sistema institucional.

Em tempos de crises políticas e econômicas, a democracia por vezes corre riscos, com tentativas de enfraquecer a separação dos poderes ou de restringir liberdades individuais, como a liberdade de imprensa ou de manifestação. Além disso, o discurso de ódio e a propagação de fake news têm gerado divisões na sociedade e diminuído a confiança nas instituições.

Disponível em: www.politize.com.br/estado-democratico-de-direito/ Acesso 08 Abril 2025.

Para refletir e produzir:

1. O que representou a Constituição de 1988 para o Brasil após o regime militar?
2. Quais os desafios enfrentados pelo Estado Democrático de Direito no Brasil atualmente?
3. De que forma as crises políticas e econômicas podem afetar a democracia no Brasil?

🎬 Sugestões de filmes/séries – Eixo Temático 1

🎬 O Senhor das Moscas (1990) – EUA.

Gênero: Drama / Aventura.

Direção: Harry Hook.

Questiona a visão de Rousseau sobre a bondade natural do homem.

🎬 O Experimento de Stanford (2015) – EUA.

Gênero: Drama Psicológico.

Direção: Kyle Patrick Alvarez.

Reflete a visão de Hobbes sobre a necessidade de ordem e autoridade.

🎬 Medici: Mestres de Florença (2016) – Itália / Reino Unido.

Gênero: Série / Drama Histórico.

Direção: Sergio Mimica-Gezzan.

Mostra o cenário de poder e intrigas que influenciaram Maquiavel.

🎬 O Ensaio sobre a Cegueira (2008) – Brasil / Canadá / Japão.

Gênero: Drama / Distopia.

Direção: Fernando Meirelles.

Contribui para refletir sobre a importância do contrato social para evitar o caos.

🎬 O Poço (2019) – Espanha.

Gênero: Ficção / Suspense.

Direção: Galder Gaztelu-Urrutia.

Questiona a cooperação social e a equidade na distribuição de recursos.

 **Parasita** (2019) – Coreia do Sul.

Gênero: Drama / Suspense.

Direção: Bong Joon-ho.

Explora desigualdades sociais e os acordos implícitos da convivência.

EIXO TEMÁTICO 1 – SEÇÃO ENEM / VESTIBULARES

01. Para Maquiavel, quando um homem decide dizer a verdade pondo em risco a própria integridade física, tal resolução diz respeito apenas a sua pessoa. Mas se esse mesmo homem é um chefe de Estado, os critérios pessoais não são mais adequados para decidir sobre ações cujas consequências se tornam tão amplas, já que o prejuízo não será apenas individual, mas coletivo. Nesse caso, conforme as circunstâncias e os fins a serem atingidos, pode-se decidir que o melhor para o bem comum seja mentir.

ARANHA, M. L. *Maquiavel: a lógica da força*. São Paulo: Moderna, 2006 (adaptado).

O texto aponta uma inovação na teoria política na época moderna expressa na distinção entre

- a) idealidade e efetividade da moral.
- b) nulidade e preservabilidade da liberdade.
- c) ilegalidade e legitimidade do governante.
- d) verificabilidade e possibilidade da verdade.
- e) objetividade e subjetividade do conhecimento.

02. Não ignoro a opinião antiga e muito difundida de que o que acontece no mundo é decidido por Deus e pelo acaso. Essa opinião é muito aceita em nossos dias, devido às grandes transformações ocorridas, e que ocorrem diariamente, as quais escapam à conjectura humana. Não obstante, para não ignorar inteiramente o nosso livre-arbítrio, creio que se pode aceitar que a sorte decida metade dos nossos atos, mas [o livre-arbítrio] nos permite o controle sobre a outra metade.

MAQUIAVEL, N. *O Príncipe*. Brasília: EdUnB, 1979 (adaptado).

Em *O Príncipe*, Maquiavel refletiu sobre o exercício do poder em seu tempo. No trecho citado, o autor demonstra o vínculo entre o seu pensamento político e o humanismo renascentista ao

- a) valorizar a interferência divina nos acontecimentos definidores do seu tempo.
- b) rejeitar a intervenção do acaso nos processos políticos.
- c) afirmar a confiança na razão autônoma como fundamento da ação humana.
- d) romper com a tradição que valorizava o passado como fonte de aprendizagem.
- e) redefinir a ação política com base na unidade entre fé e razão.

03. Nasce daqui uma questão: se vale mais ser amado que temido ou temido que amado. Responde-se que ambas as coisas seriam de desejar; mas porque é difícil juntá-las, é muito mais seguro ser temido que amado, quando haja de faltar uma das duas. Porque dos homens se pode dizer, duma maneira geral, que são ingratos, volúveis, simuladores, covardes e ávidos de lucro, e enquanto lhes fazes bem são inteiramente teus, oferecem-te o sangue, os bens, a vida e os filhos, quando, como acima disse, o perigo está longe; mas quando ele chega, revoltam-se.

MAQUIAVEL, N. **O príncipe**. Rio de Janeiro: Bertrand, 1991.

A partir da análise histórica do comportamento humano em suas relações sociais e políticas, Maquiavel define o homem como um ser

- a) munido de virtude, com disposição nata a praticar o bem a si e aos outros.
- b) possuidor de fortuna, valendo-se de riquezas para alcançar êxito na política.
- c) guiado por interesses, de modo que suas ações são imprevisíveis e inconstantes.
- d) naturalmente racional, vivendo em um estado pré-social e portando seus direitos naturais.
- e) sociável por natureza, mantendo relações pacíficas com seus pares.

04. O fim último, causa final e desígnio dos homens, ao introduzir uma restrição sobre si mesmos sob a qual os vemos viver nos Estados, é o cuidado com sua própria conservação e com uma vida mais satisfeita; quer dizer, o desejo de sair da mísera condição de guerra que é a consequência necessária das paixões naturais dos homens, como o orgulho, a vingança e coisas semelhantes. É necessário um poder visível capaz de mantê-los em respeito, forçando-os, por medo do castigo, ao cumprimento de seus pactos e ao respeito às leis, que são contrárias a nossas paixões naturais.

HOBBES, T. M. **Leviatã**. São Paulo: Nova Cultural, 1999 (adaptado).

Para o autor, o surgimento do estado civil estabelece as condições para o ser humano

- a) obter a situação de paz, com a garantia legal do seu bem-estar.
- b) aderir à organização política, almejando o estabelecimento do despotismo.
- c) aprofundar sua religiosidade, contribuindo para o fortalecimento da Igreja.
- d) internalizar os princípios morais, objetivando a satisfação da vontade individual.
- e) assegurar o exercício do poder, com o resgate da sua autonomia.

05. A natureza fez os homens tão iguais, quanto às faculdades do corpo e do espírito, que, embora por vezes se encontre um homem manifestamente mais forte de corpo, ou de espírito mais vivo do que outro, mesmo assim, quando se considera tudo isto em conjunto, a diferença entre um e outro homem não é suficiente considerável para que um deles possa com base nela reclamar algum benefício a que outro não possa igualmente aspirar.

HOBBES, T. **Leviatã**. São Paulo: Martins Fontes, 2003.

Para Hobbes, antes da constituição da sociedade civil, quando dois homens desejavam o mesmo objeto, eles

- a) entravam em conflito.
- b) apelavam aos governantes.
- c) recorriam aos clérigos.

- d) consultavam os anciãos.
- e) exerciam a solidariedade.

06. Sendo os homens, por natureza, todos livres, iguais e independentes, ninguém pode ser expulso de sua propriedade e submetido ao poder político de outrem sem dar consentimento. A maneira única em virtude da qual uma pessoa qualquer renuncia à liberdade natural e se reveste dos laços da sociedade civil consiste em concordar com outras pessoas em juntar-se e unir-se em comunidade para viverem com segurança, conforto e paz umas com as outras, gozando garantidamente das propriedades que tiverem e desfrutando de maior proteção contra quem quer que não faça parte dela.

LOCKE, J. Segundo tratado sobre o governo civil. **Os pensadores**. São Paulo: Nova Cultural, 1978.

Segundo a Teoria da Formação do Estado, de John Locke, para viver em sociedade, cada cidadão deve

- a) manter a liberdade do estado de natureza, direito inalienável.
- b) abrir mão de seus direitos individuais em prol do bem comum.
- c) abdicar de sua propriedade e submeter-se ao poder do mais forte.
- d) concordar com as normas estabelecidas para a vida em sociedade.
- e) renunciar à posse jurídica de seus bens, mas não à sua independência.

07. “No estado de natureza, todos os homens são livres e iguais, possuindo direitos à vida, à liberdade e à propriedade. O papel do Estado, portanto, deve ser o de garantir esses direitos, e sua autoridade só é legítima se for consentida pelos governados.”

Com base no pensamento de John Locke, o Estado deve

- a) impor sua vontade mesmo sem o consentimento dos cidadãos.
- b) atuar de forma absoluta, sem limites legais.
- c) representar os interesses do soberano e não do povo.
- d) submeter-se à vontade geral, mesmo contra direitos individuais.
- e) proteger os direitos naturais dos indivíduos com base em um contrato social.

08. “No contrato social, cada um de nós põe em comum sua pessoa e todo o seu poder sob a direção suprema da vontade geral; e, recebendo cada membro como parte indivisível do todo, formamos um corpo moral e coletivo.”

Com base na filosofia de Jean-Jacques Rousseau, o poder político legítimo se baseia

- a) na submissão dos indivíduos ao governante soberano.
- b) na imposição de leis por uma elite esclarecida.
- c) no direito natural à propriedade privada irrestrita.
- d) na participação de todos os cidadãos na construção da vontade geral.
- e) no controle do poder estatal por instituições religiosas.

09. Em quase todos os lugares, o peso esmagador dos impostos — *taille e gabelle* na França, *servicios* na Espanha — recaía sobre os pobres. Não existia a concepção jurídica de “cidadão” sujeito ao fisco pelo simples fato de pertencer à nação. Na prática, a classe senhorial estava efetivamente isenta de taxação direta, em toda parte.

(Perry Anderson. *Linhagens do Estado absolutista*, 2016.)

O excerto do livro *Linhagens do Estado absolutista* descreve a

- a) legalização das desigualdades tributárias, típicas da sociedade pós-industrial.
- b) exploração do operariado industrial, típica do capitalismo contemporâneo.
- c) situação de privilégios sociais, típicos do Antigo Regime da Idade Moderna.
- d) restrição à participação nas decisões políticas, típica da democracia antiga.
- e) manutenção dos poderes políticos da nobreza, típicos do Feudalismo medieval

10. “O Estado Democrático de Direito é aquele em que o poder do Estado é limitado pelos direitos dos cidadãos. Sua finalidade é coibir abusos do aparato estatal para com os indivíduos. Os direitos fundamentais conferem autonomia e liberdade aos indivíduos nas suas atividades cotidianas e limitam o poder do Estado sobre elas. Também são fundamentais a separação dos poderes em Executivo, Legislativo, Judiciário e a democracia política.”

Disponível em: <<https://mundoeducacao.uol.com.br/sociologia/estado-democratico-de-direito.htm>. Acesso em: 11 out. 2022).

A partir da leitura do texto acima e considerando que o Brasil, de acordo com a Constituição, é um Estado Democrático de Direito, assinale a alternativa que indica corretamente princípios e características de um regime democrático:

- a) Eleições indiretas e limitada organização política e partidária.
- b) Subordinação do poder judiciário ao poder executivo.
- c) Proibição da liberdade de ir vir e na circulação dos cidadãos.
- d) Os cidadãos possuem direitos, mas não têm deveres na sociedade.
- e) Liberdade de imprensa e liberdade de opinião dos indivíduos.

Referências do Eixo Temático 1

ARISTÓTELES. Política. São Paulo: Nova Cultural, 2004 (**Os pensadores**).

BOBBIO, Norberto. **Estado, governo, sociedade**: para uma teoria geral da política. 15 ed. Tradução Marco Aurélio Nogueira. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

BOBBIO, Norberto. **Teoria geral da política**: a filosofia política e as lições dos clássicos. Tradução Daniela Versiani. Rio de Janeiro: Campus, 2000.

BIGNOTTO, Newton. Maquiavel. São Paulo: **Publifolha**, 2000. (Coleção Folha explica).

HOBBES, Thomas. **Leviatã**. São Paulo: Martins Fontes, 2003.

LOCKE, John. **Dois tratados do governo civil**. Lisboa: Edições 70, 2006.

MAQUIAVEL, Nicolau. **O Príncipe**. Tradução Santana Dias. São Paulo: Companhia das Letras, 2010.

MBEMBE, Achille. **Necropolítica**. Tradução de Renata Santini. São Paulo: n-1 edições, 2018.

PETERSEN, Ana; CORSETTI, Eduardo; PEDROSO, Elisabeth Maria Kieling. **Ciência Política**: textos introdutórios. 4. ed. RS: EDIPUCRS, 1998.

ROUSSEAU, Jean-Jacques. **O contrato social**. São Paulo: Martins Fontes, 1999.

WEBER, Max. Sociologia. São Paulo: Ática, 2008. (**Grandes Cientistas Sociais**, 13).

WEFFORT, Francisco C. (Org.). **Os clássicos da política**: volume 1, São Paulo: Ática, 1996.

EIXO TEMÁTICO 2: IDEOLOGIAS POLÍTICAS

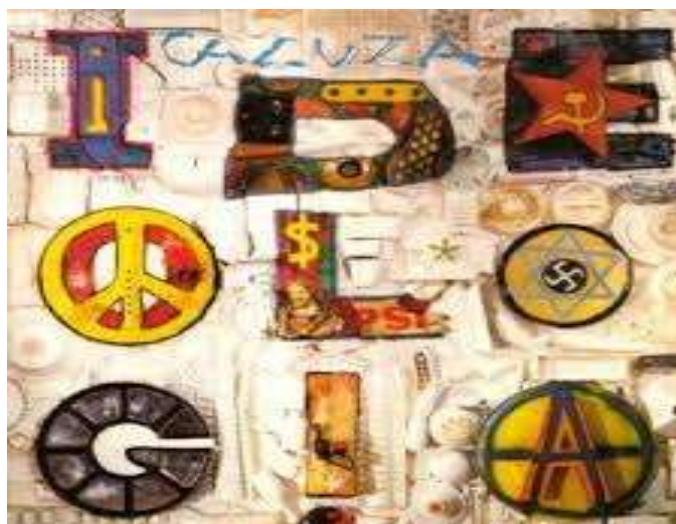
BNCC – CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS APLICADAS

- ✓ **COMPETÊNCIAS:** 1 E 6
- ✓ **HABILIDADES:** EM13CHS101, EM13CHS102, EM13CHS103, EM13CHS601 E EM13CHS603.

Proporcionar a compreensão de aspectos teóricos e conceituais das diferentes correntes ideológicas que moldam a política, a economia e a sociedade em diferentes contextos históricos.

1. O CONCEITO DE IDEOLOGIA

Imagen 10 – Álbum “Ideologia” – Cazuza.



Álbum “Ideologia”, de Cazuza. Disponível em: pt.wikipedia.org/wiki/Ideologia_%28%C3%A1lbum%29 Acesso 06 Abril 2025.

*Meu partido
É um coração partido
E as ilusões estão todas perdidas
Os meus sonhos foram todos vendidos
Tão barato que eu nem acredito
Ah, eu nem acredito
[...]
Ideologia, eu quero uma pra viver...*

A música ‘Ideologia’, do cantor e compositor brasileiro Cazuza, foi lançada em 1988, carregando um tom irônico e misturando crítica social com experiências pessoais, numa atmosfera de rebeldia e desesperança. Esse sentimento de busca por uma

ideia em que se apoia se relaciona com o próprio conceito de ‘ideologia’ que apresentamos a seguir.

Foi no final do século XVIII que um iluminista francês, Destutt de Tracy, criou o termo ‘ideologia’, com o objetivo de desenvolver uma ciência que pudesse explicar como as ideias surgem, se combinam e quais as suas consequências. No entanto, é importante observar que **o termo "ideologia" não tem um único significado**, podendo ser entendido como um conjunto de ideias e crenças compartilhadas por um grupo, principalmente ligadas à política e à forma como se interpreta o mundo.

Vejamos, a seguir, o significado do termo “ideologia” para alguns pensadores importantes:

Para **Karl Marx e Friedrich Engels**, alemães do século XIX, o termo **ideologia** tem, principalmente, um **sentido crítico e negativo**. Ele serve para mostrar uma visão falsa ou distorcida da realidade, que acaba ajudando a justificar relações de dominação e poder entre as pessoas. Essa **falsa consciência**, na visão de Marx e Engels, não acontece só na mente dos pensadores ou filósofos, existindo razões sociais que fazem com que as pessoas se enganem sobre a própria realidade. A principal razão é a **divisão social do trabalho e a divisão da sociedade em classes** que têm interesses opostos, permitindo que surjam ideias que distorcem a realidade para manter as desigualdades.

Vejamos o que dizem esses pensadores:

👉 A divisão do trabalho só se torna realmente divisão a partir do momento em que surge uma divisão entre trabalho material e trabalho espiritual. A partir deste momento, **a consciência pode realmente imaginar ser outra coisa diferente da consciência da práxis existente**, representar algo sem representar algo real – a partir de então, a consciência está em condições de emancipar-se do mundo e lançar-se à construção da teoria, da teologia, da filosofia, da moral etc. ‘puras’. (MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. **A ideologia alemã**: crítica da mais recente filosofia alemã em seus representantes Feuerbach, B. Bauer e Stirner, e do socialismo alemão em seus diferentes profetas. São Paulo: Boitempo, 2007.p. 35-36).

 Marx e Engels explicam que, quando o trabalho se divide entre atividades materiais e espirituais, a consciência pode criar teorias ou crenças que não mostram a realidade, permitindo o surgimento de teorias, discursos ou crenças que mascaram a realidade e justificam as desigualdades. A ideia de “meritocracia” em sociedades desiguais, por exemplo, costuma ser aceita como uma verdade quase inquestionável. O discurso recorrente de que “quem se esforça sempre vence”, faz parecer que pessoas pobres ou que não alcançam sucesso são culpadas por não terem se dedicado o bastante, quando, na realidade, essa narrativa esconde desigualdades estruturais, como o racismo, a falta de acesso à educação e a concentração de renda.

Um outro pensador importante no contexto do século XX é o italiano **Antonio Gramsci**. Adotando uma **visão positiva da ideologia**, a interpretação de **Gramsci** permite fazer uma ponte entre o uso mais comum do termo na Ciência Política e a visão crítica marxista tradicionalmente associada a ele.

Vejamos a posição de Gramsci:

 É necessário, por conseguinte, distinguir entre **ideologias historicamente orgânicas**, isto é, que são necessárias à uma determinada estrutura, e **ideologias arbitrárias**, rationalistas, “desejadas”. Na medida em que são historicamente necessárias, as ideologias têm uma validade que é a validade “psicológica”: elas organizam as massas humanas, formam o terreno sobre o qual os homens se movimentam, adquirem consciência de sua posição, lutam, etc. Na medida em que são “arbitrarias”, elas não criam senão “movimentos” individuais, polêmicos, etc. (**GRAMSCI, A. Concepção dialética da história**. 6. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1986, p.62-63).

Para Gramsci, as **ideologias orgânicas** são aquelas que surgem da realidade vivida pelas pessoas, como, por exemplo, ideias que nascem dentro de movimentos sociais ou sindicatos que lutam por direitos trabalhistas. Essas ideologias ajudam a organizar o pensamento, entender o que está acontecendo na sociedade e unir as pessoas para buscar mudanças.

Já as **ideologias arbitrárias** são criadas sem conexão com a vida real da maioria das pessoas, e embora possam mobilizar indivíduos, esse processo costuma ser mais isolado e individualizante, sem gerar grandes movimentos coletivos. Por exemplo,

ideias como a de que a Terra é plana ou que vacinas implantam chips nas pessoas, são ideologias arbitrárias porque surgem sem base na experiência coletiva ou nas necessidades concretas, e muitas vezes apenas confundem ou isolam indivíduos.

Portanto, para Gramsci, enquanto as ideologias orgânicas fortalecem a consciência coletiva e estimulam a ação social transformadora, as ideologias arbitrárias tendem a desviar a atenção dos problemas reais, dificultando a construção de mudanças que beneficiem a maioria.

Destacamos também o pensador húngaro **István Mészáros**, que explicando como Karl Marx entendia a ideologia, afirma que esta não tem apenas um lado negativo ou positivo, podendo ser as duas coisas. **Por um lado, a ideologia pode enganar as pessoas**, escondendo as verdadeiras causas dos problemas, criando uma ilusão e fazendo com que tudo pareça natural, mesmo quando há muita injustiça. **Por outro lado, a ideologia pode ter um papel positivo**, podendo ajudar as pessoas a questionarem a realidade e buscarem mudanças.

Com a palavra, o próprio Mészáros:

 Na verdade, a ideologia aparece, na **concepção marxiana**, não em um sentido unilateral, mas com conotações diametralmente opostas. Em um sentido ela é apresentada, em sua negatividade, como uma força mistificadora e contraproducente, que, em grande medida, impede o desenvolvimento social. Por outro lado, no entanto, ela também é vista como um fator positivo vital - servindo ao propósito de superar determinadas restrições e resistências sociais - sem cuja ativa contribuição as potencialidades produtivas da situação histórica dada não poderiam se desdobrar e afirmar a si mesmas (MÉSZÁROS, I. Transformações materiais e formas ideológicas. In: MÉSZÁROS, I. **Estrutura social e formas de consciência II**: a dialética da estrutura e da história. São Paulo: Boitempo, 2011. p. 141).

Também o filósofo italiano **Norberto Bobbio**, em seu “Dicionário de política”, mostrou que a ideologia pode ser entendida em dois sentidos diferentes. No primeiro, chamada de "**sentido fraco**", a ideologia é apenas um conjunto de ideias e valores que ajudam a orientar as ações políticas das pessoas. Já no segundo sentido, o "**sentido forte**", a ideologia é vista como algo que distorce e mascara a realidade, principalmente as desigualdades entre as classes sociais, como pensava Karl Marx, e

nesse caso, a ideologia funciona como uma espécie de ilusão que favorece quem está no poder e fortalece as relações de dominação.

Vejamos a preliminar do verbete ‘Ideologia’ no Dicionário de política:

👉 No seu **significado fraco**, Ideologia designa um conjunto de ideias e de valores respeitantes à ordem pública e tendo como função orientar os comportamentos políticos coletivos. O **significado forte** tem origem no conceito de Ideologia de Marx, entendido como falsa consciência das relações de domínio entre as classes, e se diferencia claramente do primeiro porque mantém, no próprio centro, diversamente modificada, corrigida ou alterada pelos vários autores, a noção da falsidade: a Ideologia é uma crença falsa. No significado fraco, Ideologia é um conceito neutro, que prescinde do caráter eventual e mistificante das crenças políticas. No significado forte, Ideologia é um conceito negativo que denota precisamente o caráter mistificante de falsa consciência de uma crença política (BOBBIO, Norberto; MATTEUCCI, Nicola; PASQUINO, Gianfranco (orgs.). **Dicionário de Política**. 5. ed. Brasília: Editora UnB, 2000, p. 584).

Assim, percebemos que a palavra ‘ideologia’ pode ter vários significados, dependendo da abordagem de quem está explicando. O pensador esloveno, **Slavoj Žižek**, por exemplo, afirma que ‘ideologia’ pode designar qualquer coisa, dependendo do contexto.

Vejamos o que Žižek afirma:

👉 ‘Ideologia’ pode designar qualquer coisa, desde uma atitude contemplativa que desconhece sua dependência em relação à realidade social, até um conjunto de crenças voltado para a ação; desde o meio essencial em que os indivíduos vivenciam suas relações com uma estrutura social até as ideias falsas que legitimam um poder político dominante (ŽIŽEK, Slavoj. **Um mapa da ideologia**. Tradução Vera Ribeiro. Rio de Janeiro. 1996, p.9).

Žižek mostra que a palavra **‘ideologia’ pode ter muitos sentidos**, podendo ser algo que molda nossas ideias sem que percebamos, ou mesmo um conjunto de crenças para agir no mundo, servindo também para manter quem está no poder.

Mesmo diante dessas interpretações, é possível estabelecer um conceito de ‘Ideologia’ para que possamos nos orientar.

Assim, para não esquecer, podemos afirmar que:

 **Ideologia** é um conjunto de ideias, valores e crenças que ajuda as pessoas a entenderem o mundo e a agir na sociedade, influenciando o modo de pensar, de se comportar e de tomar decisões. Está presente no nosso dia a dia, na política, na mídia e nas conversas, mostrando diferentes formas de ver e organizar a vida em grupo.

Agora, vamos conhecer algumas das principais **ideologias políticas contemporâneas**, como surgiram, o que defendem e como ainda influenciam a sociedade. Destacamos as seguintes: liberalismo, socialismo, comunismo, anarquismo, nacionalismo, conservadorismo e fascismo.

2. IDEOLOGIAS POLÍTICAS CONTEMPORÂNEAS

LIBERALISMO

 O liberalismo é, como teoria econômica, defensor da economia de mercado; como teoria política, é defensor do Estado que governe o menos possível ou, como se diz hoje, do Estado mínimo (BOBBIO, N. “Liberalismo velho e novo”. In: **O futuro da democracia**. Trad. Marco Aurélio Nogueira. São Paulo: Paz e Terra, 2000, p.128).

Você já deve ter observado que, quando um economista liberal se pronuncia, costuma defender que o Estado deve ter menos presença na vida das pessoas, e que somente assim, o mercado pode funcionar com mais liberdade, promovendo crescimento e gerando empregos. Os que não concordam com essa ideia argumentam que, se o governo reduz sua atuação sem oferecer alternativas, isso pode aumentar as desigualdades sociais.

Diante disso, vale a pena conhecer melhor a **ideologia liberal**, que não se manifesta apenas na economia, mas também no aspecto político.

O liberalismo, ligado à ascensão da burguesia, começou a ganhar força entre os séculos XVII e XVIII, em um período marcado por grandes transformações,

como o Iluminismo e as revoluções que ajudaram a derrubar o Antigo Regime, como a Revolução Inglesa e a Revolução Francesa.

Os liberais acreditavam que:

- ✓ Cada pessoa deveria ter liberdade para tomar suas próprias decisões.
- ✓ Todos/as deveriam ser iguais perante a lei.
- ✓ A propriedade privada deveria ser protegida.
- ✓ O comércio deveria ser livre, sem muita interferência do Estado.

No início da época moderna, essas ideias estavam associadas aos interesses da burguesia, que queria crescer sem depender da permissão do rei. Para os liberais, é o **mercado** que deve organizar a sociedade.

E por falar em **mercado**, é importante observar que:

👉 Para **Adam Smith**, o **mercado** é onde as pessoas trocam produtos e serviços de forma livre, cada uma buscando o que é melhor para si mesmo. Ele acreditava que o **mercado deve ser livre**, pois a **livre concorrência** faz as empresas melhorarem seus produtos e diminuírem preços, beneficiando a sociedade.

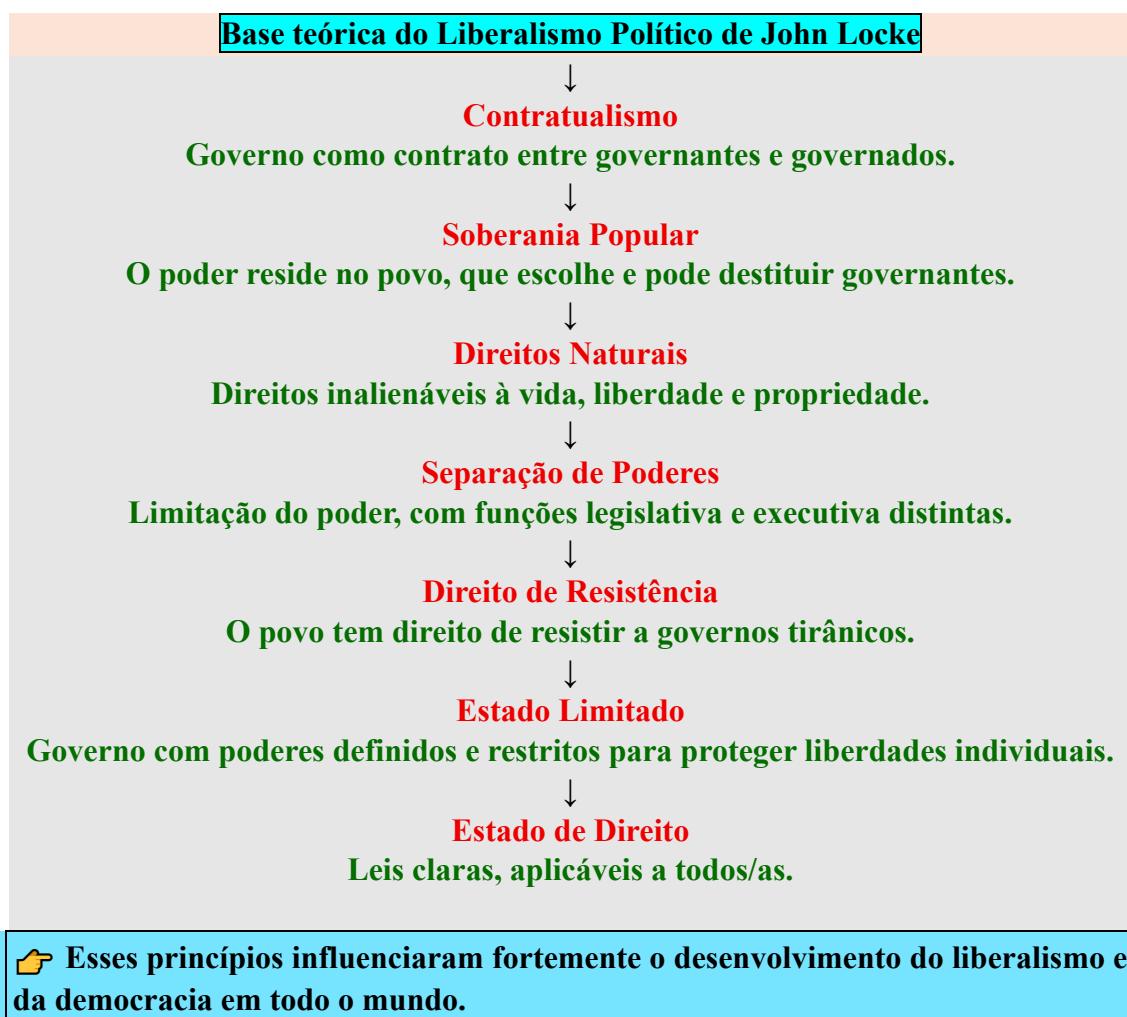
O liberalismo pode ser visto de formas diferentes:

- ✓ **Político** – quando foca nas liberdades civis e políticas.
- ✓ **Econômico** – quando defende o livre mercado.

Não esqueça:

👉 **John Locke** foi um filósofo inglês que defendeu o direito à vida, liberdade e propriedade. **Adam Smith**, economista escocês, defendeu que o mercado se regula sozinho pela "mão invisível". Ambos ajudaram a formar as bases do **liberalismo político e econômico, respectivamente**.

Imagen 11 – Liberalismo político de John Locke: base teórica.



É importante perceber que **os princípios do liberalismo político de John Locke continuam fundamentais nas democracias contemporâneas**. Sua defesa do contratualismo, por exemplo, inspira a legitimidade dos governos eleitos e o respeito ao voto popular. A noção de direitos naturais, por sua vez, fundamenta movimentos em defesa dos direitos humanos, enquanto a separação dos poderes permanece crucial para prevenir abusos e proteger as instituições democráticas.

Além disso, o direito de resistência legitima protestos contra governos autoritários em diversas partes do mundo, e o conceito de Estado limitado orienta os debates sobre os limites do poder estatal e a proteção das liberdades individuais. Por fim, o princípio do Estado de Direito assegura que leis claras sejam aplicadas de maneira igualitária tanto aos governantes quanto a todos os cidadãos e cidadãs.

Importante entender:

👉 **A ideia liberal de autonomia individual**, isto é, a liberdade de cada pessoa para tomar decisões sobre sua própria vida sem coerção do Estado ou de terceiros, foi ampliada posteriormente, especialmente no liberalismo moderno, incluindo o reconhecimento dos **direitos relacionados ao corpo e às livres escolhas**. Por isso, muitos autores e movimentos contemporâneos que têm por base o liberalismo político, defendem esses **direitos como parte essencial da liberdade individual**.

Imagen 12 – Liberalismo econômico de Adam Smith: base teórica

Base teórica do Liberalismo Econômico de Adam Smith



Disponível em: /macacogeografico.wordpress.com/wp-content/uploads/etapas-capitalismo-fundo-branco.png / Acesso 12/04/2025

A base teórica do liberalismo econômico de Adam Smith fundamenta muitas das **práticas do mercado contemporâneo**. A defesa das leis da concorrência e da oferta e demanda explica como os preços são determinados pelas necessidades dos

consumidores, enquanto o princípio do “laissez faire” sustenta a mínima intervenção estatal como caminho para o crescimento econômico.

Já o conceito da “mão invisível”, sugere que os interesses individuais podem gerar benefícios coletivos, estimulando o consumo e a circulação de capital. Na ótica do liberalismo econômico, esses elementos são essenciais para compreender as dinâmicas do mercado e a influência das estratégias de marketing sobre a intenção de compra dos consumidores.

Autores clássicos do liberalismo:

- ✓ **John Locke** (1632–1704): Conhecido como o "pai do liberalismo clássico", defendia que todos têm **direitos naturais** à vida, à liberdade e à propriedade.
- ✓ **Barão de Montesquieu** (1689–1755): Defendia a **separação dos poderes** (Executivo, Legislativo e Judiciário) como forma de evitar abusos de poder e garantir a liberdade.
- ✓ **Adam Smith** (1723–1790): Um dos fundadores do **liberalismo econômico**, defendendo o livre mercado, onde a economia se regula sozinha através da concorrência e da chamada “mão invisível”.
- ✓ **John Stuart Mill** (1806–1873): Defensor das **liberdades civis** e da liberdade de expressão.
- ✓ **Alexis de Tocqueville** (1805–1859): Estudou a **democracia** nos Estados Unidos, valorizando a liberdade. Também alertava para perigos como o individualismo excessivo e a tirania da maioria, quando a opinião da maioria pode oprimir minorias.

Críticas ao liberalismo:

- ✓ **Karl Marx** criticava o liberalismo por funcionar como um instrumento de dominação a serviço da burguesia, perpetuando a exploração da classe trabalhadora.
- ✓ **Anarquistas** veem o Estado liberal como opressor, pois mesmo limitado, mantém estruturas de poder coercitivas.

As Contribuições de Mises, Hayek e Friedman:

Ludwig von Mises, Friedrich Hayek e Milton Friedman foram pensadores que defenderam a economia baseada no livre mercado, na propriedade privada e em um Estado com menos intervenção. Suas ideias ajudaram a construir o liberalismo moderno e influenciaram o surgimento do neoliberalismo no século XX.

No século XX, especialmente a partir dos anos 1980, surgiu uma nova forma de pensar o liberalismo, o **neoliberalismo**, que manteve a ideia de liberdade no âmbito do mercado, mas passou a defender com mais força a redução do papel do Estado na economia.

NEOLIBERALISMO

O neoliberalismo é uma forma mais recente do liberalismo que ganhou destaque com os governos de Margaret Thatcher, no Reino Unido, e Ronald Reagan, nos Estados Unidos. A ideia principal é que o mercado deve ter liberdade para funcionar sem muita interferência do governo. É a ideia do **Estado mínimo**.

Algunas propostas do neoliberalismo:

- ✓ Privatização de empresas públicas.
- ✓ Redução dos gastos do governo.
- ✓ Menos impostos para empresas.
- ✓ Leis trabalhistas mais flexíveis.
- ✓ Abertura ao comércio internacional.

Obs.: É importante observar que essas propostas se tornaram praticamente uma exigência do **contexto globalizado** em que vivemos.

Século XX: John Rawls

☞ No século XX, destacamos o filósofo **John Rawls** (1921-2002). Ele defende que a **justiça deve ser entendida como equidade**, ou seja, garantir que todas as pessoas tenham as mesmas chances na vida. Para isso, ele apresenta dois princípios que deveriam orientar as instituições da sociedade.

O primeiro é o **princípio da liberdade igual**, que diz que todas as pessoas devem ter as mesmas liberdades básicas, como liberdade de expressão, de religião e o direito a um julgamento justo. O segundo é o **princípio da diferença**, que permite algumas desigualdades, mas só se elas ajudarem os mais pobres e não atrapalharem a igualdade de oportunidades.

De acordo com John Rawls, para funcionar de verdade, uma ideia de justiça precisa fazer parte da cultura e do pensamento de uma sociedade, ajudando a unir as pessoas e a garantir uma convivência pacífica.

Sobre isso, vejamos o que diz John Rawls em sua obra Liberalismo Político:

👉 Isso é um sinal de que, se quisermos encontrar uma base de concordância pública, devemos buscar uma maneira de organizar ideias e princípios conhecidos numa **concepção de justiça política** que expresse essas ideias e princípios de um modo diferente do anterior. A **justiça como equidade** procura realizar esse intento valendo-se de uma ideia organizadora fundamental no interior da qual todas as ideias e princípios possam ser sistematicamente conectados e relacionados. Essa ideia organizadora é a sociedade concebida como um sistema equitativo de **cooperação social** entre pessoas livres e iguais vistas como membros plenamente cooperativos da sociedade ao longo de toda a vida (Rawls, J. **O liberalismo político**, São Paulo: Ática, 2000, p. 51).

Não esqueça:

👉 **John Rawls** não defende que todos tenham os mesmos resultados, mas sim que as regras do jogo sejam justas, o que **exige intervenções ativas do Estado para corrigir desvantagens estruturais**. Exemplos: sistema de cotas, programas de transferência de renda, bolsas de estudo etc.

Para refletir e produzir:

1. Segundo o liberalismo político, qual o papel do Estado na garantia das liberdades civis e políticas dos indivíduos?
2. Como o princípio da separação dos poderes pode contribuir para evitar abusos e proteger a liberdade individual?
3. Como as liberdades civis contribuem para garantir os direitos e a dignidade das pessoas em uma sociedade? Cite exemplos.

Não esqueça:

👉 **Hoje em dia**, os liberais costumam ser divididos em dois grupos principais: um mais à direita, com ideias conservadoras, neoliberais ou libertárias; e outro mais à esquerda, com propostas mais progressistas ou igualitárias. Muitas vezes, o debate entre esses grupos foca mais em temas econômicos do que em questões políticas.

SOCIALISMO

👉 Em geral, o **Socialismo** tem sido historicamente definido como **programa político das classes trabalhadoras que se foram formando durante a Revolução Industrial**. A base comum das múltiplas variantes do Socialismo pode ser identificada na transformação substancial do ordenamento jurídico e econômico fundado na propriedade privada dos meios de produção e troca, numa organização social na qual: a) **o direito de propriedade seja fortemente limitado**; b) **os principais recursos econômicos estejam sob o controle das classes trabalhadoras**; c) **a sua gestão tenha por objetivo promover a igualdade social** (e não somente jurídica ou política), através da intervenção dos poderes públicos (BOBBIO, Norberto; MATTEUCCI, Nicola; PASQUINO, Gianfranco (orgs.). **Dicionário de Política**. 5. ed. Brasília: Editora UnB, 2000, p. 1196-1197).

É importante observar, de acordo com a definição acima, que o socialismo surgiu durante a Revolução Industrial como um programa político das classes trabalhadoras. Seu objetivo era limitar a propriedade privada e defender o controle dos principais recursos pelos trabalhadores/as, utilizando o Estado como instrumento para reduzir as desigualdades sociais.

Foi no final do século XVIII que Revolução Industrial mudou profundamente a vida na Europa, transformando a economia e a organização da sociedade. As condições nas fábricas eram difíceis, com jornadas longas, salários baixos e nenhuma proteção, onde crianças e idosos também eram explorados. Assim, essa nova realidade gerou desigualdades e conflitos sociais que marcaram o século XIX.

Diante dessas desigualdades, surgiram ideias e movimentos que buscavam alternativas ao sistema industrial e capitalista. Entre eles, estava o **socialismo**, que defendia uma **sociedade mais igualitária, com melhor distribuição de riquezas e condições de vida mais justas para os trabalhadores**.

Os primeiros pensadores do socialismo foram **Saint-Simon, Charles Fourier e Robert Owen**. Cada um tinha suas próprias ideias, mas todos queriam uma sociedade mais justa e sem tantas desigualdades. Essa primeira fase ficou conhecida como **socialismo utópico**. Mais tarde, surgiu o **socialismo científico**, com os alemães **Karl Marx e Friedrich Engels**, que buscavam entender o funcionamento do capitalismo e como ele poderia ser transformado.

Os socialistas utópicos acreditavam que a indústria poderia ajudar no crescimento da economia e melhorar a vida das pessoas. Eles não achavam que era preciso acabar com o capitalismo para construir uma sociedade mais justa e igualitária.

Já para **Karl Marx** (1818-1883), não bastava imaginar uma sociedade ideal, era preciso entender como a sociedade funcionava de verdade, com base na economia e na luta entre as classes sociais. Junto com Engels, escreveu o **Manifesto Comunista** em 1848, um dos textos mais importantes do socialismo. Nele, defendia que a história é marcada por conflitos entre opressores e oprimidos, e que o capitalismo seria superado por meio de uma **revolução** liderada pelos trabalhadores. Essa revolução, segundo Marx, seria o caminho para construir uma sociedade sem classes.

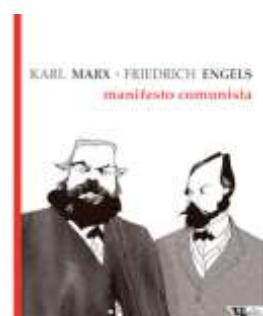
Imagen 13 – O Capital



"O Capital", de Karl Marx, foi publicado pela primeira vez em 14 de setembro de 1867, considerada uma das obras mais influentes das Ciências Humanas. Faz **uma análise do capitalismo e uma crítica à economia política moderna**.

Disponível em: blogdabotempo.com.br/2014/11/24/lancamento-boitempo-o-capital-livro-ii-de-karl-marx/ Acesso 21 Abril 2025.

Imagen 14 – O Manifesto Comunista



No final de fevereiro de 1848, foi publicado em Londres o **Manifesto Comunista**, de **Karl Marx e Friedrich Engels**. Esse texto continua sendo reconhecido por intelectuais das mais diversas correntes de pensamento.

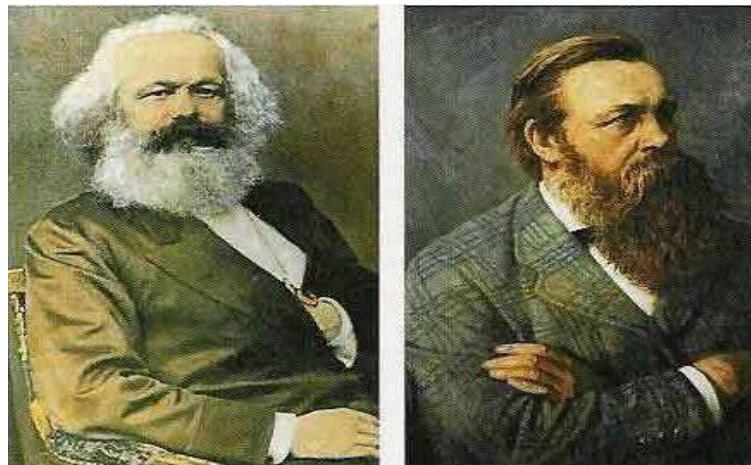
Disponível em: www.boitempoeditorial.com.br/produto/manifesto-comunista-152683?srsltid=AfmBOoqqesTdwGzfG_u2mjqjbjRLzUH1dzVG1Dd00lYnth7Py6lqvfk/ Acesso 21 Abril 2025.

“A história de todas as sociedades até hoje é a história da luta de classes.” (MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. **Manifesto do Partido Comunista**. Tradução de Nélio Schneider. São Paulo: Boitempo, 2010, p. 25).

O socialismo marxista defende:

- ✓ **A socialização dos meios de produção:** Todas as formas de produção, como as indústrias, por exemplo, passam a pertencer à sociedade, sendo controladas pelo Estado.
- ✓ **Abolição da propriedade privada:** Controle do Estado sobre a divisão igualitária da renda.
- ✓ **Economia planificada:** Todos os setores econômicos passam a ser controlados e dirigidos pelo Estado, que determinará a regulação do mercado como um todo.

Imagen 15 – Marx e Engels



Disponível em: www.idcommunism.com/2016/08/karl-marx-friedrich-engels-manifesto-of.html Acesso 17 Abril 2025.

Não esqueça:

👉 O **socialismo marxista** foi uma tentativa de entender e transformar a sociedade a partir da realidade concreta das relações entre burguesia e operários. Marx e Engels acreditavam que, para alcançar uma sociedade mais justa, era necessário mudar profundamente a forma como a economia e o poder estavam organizados. Suas ideias influenciaram movimentos sociais, revoluções e debates políticos em todo o mundo, e continuam sendo estudadas até hoje como uma importante crítica ao sistema capitalista.

 **Entre a sociedade capitalista e a sociedade comunista** situa-se o período de transformação revolucionária de uma na outra, a que corresponde um período de transição política em que o Estado não poderá ser outra coisa que não a **ditadura revolucionária do proletariado** (MARX, Karl. *Crítica do programa de Gotha*. Porto: Portucalense, 1971, p.31).

É importante destacar que, nesse contexto, o termo ‘**ditadura**’ não se refere necessariamente a um regime autoritário como os que conhecemos hoje, mas sim ao domínio político de uma classe sobre outra em um momento de ruptura social. Esse **período de transição** seria temporário e se encerraria quando a sociedade alcançasse o comunismo, fase em que, segundo a teoria marxista, o próprio Estado deixaria de existir.

O que foi o socialismo real?

O termo “socialismo real” foi usado pelos próprios governos socialistas do século XX para se referirem aos seus sistemas políticos e econômicos, em oposição ao socialismo apenas “teórico”. Ele surgiu principalmente na União Soviética e se espalhou por outros países, como Cuba, Vietnã, Alemanha Oriental e países do Leste Europeu.

Esses regimes tinham **características comuns**:

- ✓ Economia planificada (o Estado controlava toda a produção e distribuição).
- ✓ Propriedade estatal dos meios de produção (fábricas, terras e empresas).
- ✓ Partido único (comunista).
- ✓ Controle da imprensa e censura.
- ✓ Repressão a opositores políticos.

Esses regimes acabaram enfrentando problemas graves, como crises econômicas, escassez de produtos básicos, falta de liberdade política, autoritarismo e repressão. A maior parte dessas experiências entrou em crise no final dos anos 1980, com a queda do Muro de Berlim (1989) e o fim da União Soviética (1991).

Algumas críticas ao socialismo:

- ✓ **Problemas econômicos:** Sem mercado e preços livres, o Estado tem dificuldade para organizar a economia.
- ✓ **Concentração de poder:** O socialismo costuma exigir um Estado muito forte, o que pode limitar liberdades e levar ao autoritarismo.

Socialismo e comunismo: qual a diferença?

 No socialismo, o governo continua existindo e passa a controlar a produção e a distribuição de bens. Já o comunismo, na visão de Marx, seria uma fase seguinte, mais avançada, onde não existiriam mais desigualdades sociais, e o próprio Estado deixaria de existir. A sociedade se organizaria de forma justa, e os trabalhadores seriam donos do que produzem e dos meios usados para produzir.

É fundamental entender que **o socialismo nunca foi um movimento único ou homogêneo**. Sempre existiram e continuam existindo **diversos projetos socialistas**, que se diferenciam quanto às estratégias, aos valores centrais e às formas de organização política.

Alguns defendem transformações graduais dentro da democracia, buscando ampliar direitos sociais, reduzir desigualdades e garantir acesso a serviços básicos, como por exemplo, saúde, educação e moradia. Outros ainda apostam em mudanças mais profundas nas estruturas econômicas, questionando a lógica do mercado e propondo maior controle social sobre grandes empresas e recursos naturais.

Essa diversidade também aparece nas **lutas políticas contemporâneas**, que envolvem sindicatos, movimentos sociais, partidos de esquerda e organizações de base, articulando pautas como direitos trabalhistas, justiça econômica, combate ao racismo e à opressão de gênero, proteção ambiental e construção de sociedades mais solidárias e igualitárias. Nesse cenário, **os projetos socialistas continuam a inspirar debates sobre alternativas ao modelo capitalista**, defendendo a ideia de que é possível construir formas mais justas de organização social e econômica.

Com relação ao **comunismo**, diversos pensadores marxistas afirmaram que nenhum país o concretizou como previsto na teoria. **Leon Trotsky**, revolucionário russo, criticou a burocratização da União Soviética, e **Rosa Luxemburgo**, teórica polonesa, alertou que a liberdade e a participação popular eram essenciais para um socialismo verdadeiro.

Herbert Marcuse e Erich Fromm, filósofos alemães, também criticaram regimes que se diziam socialistas, apontando que não realizavam os princípios de igualdade e autogestão. E **Cornelius Castoriadis**, pensador grego, destacou que alguns países ditos comunistas se tornaram burocráticos e distantes do socialismo idealizado, que deveria abolir as classes sociais e o Estado.

Imagen 16 – Foice e martelo



Para refletir e produzir:

1. O que você acha que motiva a criação de sistemas políticos como o socialismo e o comunismo? Eles surgem como resposta a quais problemas?
2. Que pautas estão presentes nas lutas políticas contemporâneas ligadas aos projetos socialistas? Qual a sua relevância?
3. O que Rosa Luxemburgo considerava essencial para a construção de um socialismo verdadeiro?

Onde entram “esquerda” e “direita” nessa história?

Com certeza, você já ouviu esses termos nas notícias, nas redes sociais ou em conversas do dia a dia. Essas palavras aparecem em debates, manchetes e até em memes, mas nem sempre com o significado correto.

Vamos entender o que essas posições defendem, como elas se relacionam com o socialismo, o comunismo e o capitalismo, e por que entender isso é importante para a vida em sociedade.

Para começar, é importante saber a origem histórica:

👉 A divisão entre esquerda e direita na política começou no século XVIII, durante a **Revolução Francesa**, na Assembleia de 1789. Na época, quem apoiava o Antigo Regime sentava-se à direita do rei, enquanto os que queriam mudanças e uma nova forma de governo, ficavam à esquerda.

É importante saber:

👉 Ao falar em esquerda e direita na política, é importante lembrar que dentro de cada lado existem diferenças e disputas. Nem todos da esquerda pensam igual, e o mesmo vale para a direita. Isso mostra que o espectro político é amplo e diverso.

Para o pensador italiano **Norberto Bobbio**:

👉 “**Direita**” e “**esquerda**” não são conceitos absolutos. São conceitos relativos. Não são conceitos substantivos ou ontológicos. Não são qualidades intrínsecas ao universo político. São lugares do “espaço político”. Representam uma determinada topologia política, que nada tem a ver com a ontologia política (...). Em outros termos, direita e esquerda não são palavras que designam conteúdos fixados de uma vez para sempre. Podem designar diversos conteúdos conforme os tempos e as situações. (BOBBIO, Norberto. **Direita e esquerda**. Razões e significados de uma distinção política. 2. ed. São Paulo: UNESP, 2001, p.108).

Bobbio destaca que os conceitos de "direita" e "esquerda" são relativos e históricos, não fixos ou universais. Eles representam posições dentro de um espaço político que varia conforme o contexto. Assim, seus significados mudam com o tempo e as circunstâncias sociais.

Um exemplo dessa mudança é a defesa do livre mercado, hoje associada à direita, mas no século XIX era uma bandeira liberal ligada à esquerda, que combatia os privilégios da aristocracia e do Estado absolutista. Isso mostra como os conteúdos dessas posições mudam com o tempo. Outro exemplo é o nacionalismo, que no século XIX, era associado à esquerda, pois buscava a autodeterminação dos povos contra impérios, e já no século XX, passou a ser frequentemente ligado à direita, em regimes autoritários e conservadores.

No cenário político atual, o professor Glauco Peres, do departamento de Ciência Política da Universidade de São Paulo, afirma que:

👉 Agendas de costumes, como a liberdade do direito ao corpo com relação ao aborto e de identidade de gênero, bem como a redução de desigualdades, por exemplo, são agendas mais ligadas à esquerda. A direita, por sua vez, prega a manutenção da ordem e a força na segurança pública, a propriedade privada e a meritocracia (Entrevista ao G1 Política, em 07/07/2024).

Imagen 17 – Espectro político direita-esquerda Imagem 17 – Espectro político direita-esquerda



www.ensinarhistoria.com.br

Disponível em: ensinarhistoria.com.br/esquerda-e-direita-rotulos/ Acesso 29 Abril 2025.

Alguns exemplos de regimes de extrema esquerda e extrema direita:

- **Extrema esquerda:** URSS (Stalin); China (Mao); Camboja (Pol Pot) - autoritários/ditatoriais, com controle estatal da economia e repressão a opositores.
- **Extrema direita:** Alemanha nazista (Hitler); Itália Fascista (Mussolini); Espanha (Franco) - nacionalismo, militarismo, limitação das liberdades civis e repressão a opositores.

ANARQUISMO

Logo de início, deixamos claro que **o anarquismo como movimento político organizado, tem baixa incidência na realidade contemporânea**, ou seja, não existem hoje sociedades ou Estados inteiros estruturados sob princípios anarquistas. Nenhum país moderno funciona sem governo ou hierarquias formais, como o anarquismo propõe em sua forma mais radical.

No entanto, ideias anarquistas ainda inspiram correntes contemporâneas como, por exemplo, o **anarcocapitalismo e o anarcofeminismo**. A primeira corrente defende a abolição do Estado e a liberdade total de mercado, propondo que todos os serviços, inclusive segurança e justiça, sejam oferecidos por empresas privadas. A segunda corrente une a crítica ao Estado e às hierarquias à luta contra o patriarcado, defendendo uma sociedade igualitária e livre de opressões de gênero, com relações sociais baseadas na igualdade, no respeito às diferenças e na autonomia das mulheres.

Vejamos o que **Pierre Proudhon** nos diz:

👉 **Anarquia**, ausência de mestre, de soberano, tal é a forma de governo de que todos os dias nos aproximamos e que o hábito inveterado de tomar **o homem por regra e a sua vontade por lei** nos faz olhar com o cúmulo da desordem e a expressão do caos. Conta-se que, tendo um burguês de Paris do século XVII ouvido dizer que em Veneza não havia rei, esse bom homem não podia crer e julgou morrer a rir com a primeira

notícia de uma coisa tão ridícula. Tal é o nosso preconceito: tantos quantos somos queremos um chefe ou chefes (...). A propriedade e a realeza estão em decadência desde o princípio do mundo; como o homem procura a justiça na igualdade, a sociedade procura a ordem na anarquia (PROUDHON, P. J. **O que é propriedade?** Lisboa, Estampa, 1975, p.239).

O **Dicionário de política, de Bobbio**, explica o anarquismo da seguinte forma:

O termo Anarquismo, ao qual frequentemente é associado o de "anarquia", tem uma origem precisa do grego *anarcia*, sem Governo: através deste vocábulo se indicou sempre uma sociedade, livre de todo o domínio político autoritário, na qual o homem se afirmaria apenas através da própria ação exercida livremente num contexto sociopolítico em que todos deverão ser livres. Anarquismo significou, portanto, a **libertação de todo o poder superior**, fosse ele de ordem ideológica (religião, doutrinas, políticas, etc.), fosse de ordem política (estrutura administrativa hierarquizada), de ordem econômica (propriedade dos meios de produção), de ordem social (integração numa classe ou num grupo determinado), ou até de ordem jurídica (a lei). A estes motivos se junta o impulso geral para a liberdade. Daí provém o rótulo de libertarismo, atribuído ao movimento, e de libertário, empregado para designar o que adere ao libertarismo (BOBBIO, Norberto; MATTEUCCI, Nicola; PASQUINO, Gianfranco (orgs.). **Dicionário de Política.** 5. ed. Brasília: Editora UnB, 2000, p.23).

Essa ideologia rejeita qualquer forma de poder superior, seja político, econômico, ideológico ou jurídico. Por isso, o movimento também é chamado de "libertário", e a definição reforça o ideal anarquista de uma sociedade baseada na liberdade total e na rejeição de hierarquias.

Pierre-Joseph Proudhon (1809–1865), por exemplo, foi um pensador francês do anarquismo no século XIX que via no capitalismo e no Estado as principais causas dos problemas sociais. Para Proudhon, **a propriedade privada era um roubo**, pois concentrava nas mãos de poucos aquilo que deveria pertencer a todos.



A obra **Sistema das Contradições Econômicas ou Filosofia da Miséria**, de Pierre-Joseph Proudhon, é uma crítica profunda ao capitalismo e às injustiças sociais. Nela, o autor analisa as contradições da economia liberal e propõe alternativas baseadas na justiça e na autogestão.

Imagen 18 – Filosofia da Miséria/Disponível em: www.anarquista.net/filosofia-da-miseria-de-pierre-joseph-proudhon-livro/ Acesso 28 Abril 2025.

Outro importante ideólogo do anarquismo foi o russo **Mikhail Bakunin** (1814–1876). Influenciado por Proudhon e Marx, Bakunin entendia **o Estado era sempre opressor** e os camponeses eram os verdadeiros produtores explorados pelo sistema.

Imagen 19 - Mikhail Bakunin



Disponível em: brasilescola.uol.com.br/sociologia/mikhail-bakunin.htm/Acesso 28 Abril 2025.

Não esqueça:

👉 A principal diferença entre **anarquismo e comunismo** está na forma como cada um concebe o papel do Estado na transformação da sociedade. O comunismo, proposto por Marx, acredita que o Estado deve ser usado como ferramenta temporária para organizar a revolução, controlar os meios de produção e, só depois, desaparecer. Já o **anarquismo rejeita qualquer forma de Estado desde o início**, pois o vê como opressor por natureza. Para os anarquistas, a liberdade só é possível com a eliminação imediata do Estado e com a autogestão direta do povo.

Críticas ao anarquismo:

Críticos apontam a falta de propostas para áreas essenciais como justiça e educação, e sem coordenação, pode abrir espaço para novas formas de dominação.

Imagen 20 – Símbolo do Anarquismo



A imagem mostra o símbolo clássico do anarquismo: a **letra "A"** de "anarquia" dentro de um círculo, representando a luta contra toda forma de autoridade. É um **ícone de rebeldia, autonomia e oposição ao Estado.**

Disponível em: guiadoestudante.abril.com.br/estudo/anarquismo-definicoes-comparacoes-e-contexto/Acesso 29 Abril 2025.

Leitura Complementar

Anarcocapitalismo: o que é a ideologia que o novo presidente argentino diz seguir?

Especialistas ouvidos pela BBC News Brasil dividem-se entre aqueles que acreditam ser essa ideologia uma contradição em termos e os que vêm o **anarcocapitalismo** como uma versão extrema do neoliberalismo praticado principalmente nos anos 1980 e 1990 em países latino-americanos. (Edison Veiga 24/11/2023)

Da junção da anarquia com o capitalismo vem o termo anarcocapitalismo. Em outras palavras, seria uma filosofia político-econômica que defende a total abolição do Estado dentro de um sistema capitalista. O termo veio à tona nos últimos dias por conta da eleição de **Javier Milei**, que será o novo presidente da Argentina.

Durante a campanha, ao defender propostas radicais de redução drástica do poder estatal, ele se apresentou como um anarcocapitalista, ou ancap, na versão reduzida. Especialistas ouvidos pela BBC News Brasil dividem-se entre aqueles que acreditam ser essa ideologia uma contradição em termos e os que veem o anarcocapitalismo como uma versão extrema do neoliberalismo praticado principalmente nos anos 1980 e 1990 em países latino-americanos.

Os pesquisadores dizem que mesmo que Milei se autoproclame um anarcocapitalista ele não conseguiria implantar um sistema de governo assim, justamente porque uma pessoa eleita para ser chefe do Executivo do país não pode abrir mão da prerrogativa de ser a autoridade máxima da nação constituída sob esses moldes.

Essa corrente defende na verdade a extinção completa do Estado e que a sociedade seja baseada no livre-mercado e em relações pacíficas entre as pessoas", pontua a cientista política **Camila Rocha, autora do livro Menos Marx, Mais Mises -**

O Liberalismo e a Nova Direita no Brasil. "Então a ideia é que todas as pessoas têm direito à propriedade privada e isso é o que organiza a sociedade para os anarcocapitalistas."

Rocha enfatiza que os ancaps são "completamente contrários à cobrança de impostos" e esta é uma "das principais defesas que eles fazem". Segundo a cientista política, se trata de uma corrente "idealista, no sentido de que até o presente momento não há nenhum país anarcocapitalista".

Disponível em: g1.globo.com/mundo/noticia/2023/11/24/anarcocapitalismo-o-que-e-a-ideologia-que-o-novo-presidente-argentino-diz-seguir.ghtml Acesso 29 Abril 2025.

Para refletir e produzir:

1. O que é o anarcocapitalismo e como ele difere do anarquismo clássico?
2. Por que especialistas consideram o anarcocapitalismo uma ideologia contraditória?

NACIONALISMO

Você já pensou no que significa “amar o seu país”? Torcer pela seleção brasileira na copa do mundo, cantar o hino nacional em eventos importantes, ou sentir orgulho de ser brasileiro? São expressões comuns de um sentimento chamado **nacionalismo**.

Porém, da mesma forma que o nacionalismo pode unir um povo em torno de sua cultura, história e valores, também pode ser usado para justificar guerras, excluir minorias e criar rivalidades perigosas. Ao longo da história, esse sentimento, ou ideologia, foi combustível tanto para movimentos de independência quanto para regimes autoritários.

Inicialmente, vejamos o que o historiador Eric Hobsbawm afirma sobre o nacionalismo, na segunda metade do século XIX, criar um sentimento compartilhado entre as pessoas de uma mesma nação, podendo ser usado para fins políticos:

👉 (...) nessa época, para as classes médias italianas e alemãs a língua provia então um argumento central para a criação de Estado unificado nacional, e isso não tinha acontecido em lugar nenhum na primeira metade do século XIX. (HOBSBAWM, E. **Nações e nacionalismos desde 1780**: programa, mito e realidade. São Paulo: Editora Paz e Terra, 2008, p.127

Hobsbawm mostra que, no século XIX, a língua foi usada como base para unir povos e formar Estados nacionais, especialmente entre italianos e alemães. E nesse sentido, ele nos alerta que:

👉 (...) a história é a matéria-prima para as ideologias nacionalistas ou étnicas ou fundamentalistas, tal como as pápulas para o vício da heroína. **O passado é um elemento essencial, talvez o elemento essencial nessas ideologias** (HOBSBAWM, E. Dentro e fora da História. In: **Sobre História**. São Paulo: Companhia das Letras, 2005, p. 13-21).

No entanto, **Norberto Bobbio**, no seu Dicionário de política, nos informa que:

👉 A *fraternité* é o grande ideal coletivo da Revolução Francesa. É nela que se fundamenta a **ideia de nação**, reflexo ideológico de se pertencer a um Estado em que a classe dirigente quer impor a todos os cidadãos a unidade de língua, de cultura e de tradições e, por esta razão, busca transferir ao nível do Estado aqueles sentimentos de adesão que os homens sempre tiveram com relação à sua comunidade natural ((BOBBIO, Norberto; MATTEUCCI, Nicola; PASQUINO, Gianfranco (orgs.). **Dicionário de Política**. 5. ed. Brasília: Editora UnB, 2000, p.800)).

Diante disso, podemos afirmar que:

👉 **O nacionalismo** é uma ideologia que valoriza a **identidade, a cultura e os interesses de uma nação**, defendendo que ela deve ter autonomia e um Estado próprio. Essa ideologia pode unir fortemente um povo, mas também pode ser usado para justificar guerras, excluir ou oprimir outros grupos e povos.

O **lado negativo** do nacionalismo aparece quando ele ultrapassa o orgulho pela própria cultura e se transforma em intolerância. Nesse caso, o nacionalismo pode alimentar a ideia de que o próprio país ou povo é superior aos outros, gerando **preconceito contra estrangeiros, imigrantes ou culturas diferentes**. Esse tipo de pensamento pode levar à **exclusão social, ao racismo, à xenofobia** e até a conflitos entre nações.

Imagen 21 – Manifestação nazista



A imagem mostra uma grande **manifestação nazista na Alemanha**, com forte uso de símbolos e propaganda para reforçar o nacionalismo extremo. Ela evidencia como o regime de Hitler usava o culto à massa e à autoridade para controlar e mobilizar a população.

Disponível em: infoescola.com/historia/nazismo/
<https://www.infoescola.com/historia/nazismo/> Acesso 30 Abril 2025.

Durante a (1964-1985), o **nacionalismo ufanista** foi usado para promover uma imagem positiva do regime e esconder suas violações de direitos humanos. O governo exaltava o patriotismo, a ordem e o progresso, associando o regime à defesa da nação contra ameaças internas e externas. Esse discurso buscava legitimar a repressão e manipular a percepção pública sobre os abusos cometidos.

Imagen 22 – Propaganda ditadura militar brasileira



A imagem mostra slogans e propagandas da ditadura militar brasileira, como "**Brasil: ame-o ou deixe-o**" e "Pra frente Brasil", usados para **estimular o nacionalismo e silenciar críticas ao regime**. O uso do futebol e de símbolos patrióticos buscava unir o povo em torno de uma ideia de orgulho nacional, enquanto o governo escondia a repressão e a censura.

Disponível em: resistenciaamarquivo.wordpress.com/2014/05/10/ufanismo-e-milagre-economico-em-tempos-de-chumbo/ Acesso

30 Abril 2025.

Diante disso, é importante entender que, embora o nacionalismo possa promover união e valorização cultural, ele também pode ser perigoso quando usado para dividir, excluir ou oprimir.

Atualmente, o nacionalismo continua presente em várias partes do mundo:

- ✓ **Nos Estados Unidos**, Donald Trump, com o lema “America First”, reforça a ideia de que o país deve priorizar seus próprios interesses, defendendo

fronteiras rígidas, combatendo a imigração e se afastando de acordos internacionais.

- ✓ **No Brasil**, nas últimas décadas, símbolos nacionais como a bandeira e o hino, foram usados em discursos políticos para promover um sentimento de “patriotismo verdadeiro”, muitas vezes com o objetivo de silenciar críticas e dividir a população.
- ✓ **Na Índia**, o governo de Narendra Modi tem promovido um nacionalismo ligado à religião hindu, o que tem causado exclusão e perseguição de minorias, como os muçulmanos.
- ✓ **Na Rússia**, o presidente Vladimir Putin utiliza o discurso nacionalista para justificar a invasão da Ucrânia, alegando proteger o povo e a cultura russos.
- ✓ **Na Hungria**, o primeiro-ministro Viktor Orbán defende políticas nacionalistas que promovem a ideia de proteger a “cultura húngara tradicional” contra influências externas.
- ✓ **Na China**, o governo promove a ideia de uma China forte e unida sob a liderança do Partido Comunista para justificar ações internas e pressionar regiões como Taiwan e Hong Kong.

Para refletir e produzir:

1. Como o nacionalismo pode fortalecer a identidade de um país e, ao mesmo tempo, gerar conflitos internos ou externos?
2. Quais são as diferenças entre o nacionalismo do século XIX e as formas de nacionalismo que vemos no mundo atualmente?

CONSERVADORISMO

Você já ouviu alguém dizer: "No meu tempo era melhor"? Ou então: "Não se mexe em time que está ganhando"? Essas frases podem revelar mais do que simples opiniões, refletindo, por exemplo, uma forma de ver o mundo que valoriza a **estabilidade**, a **tradição** e a **continuidade**. Essa forma de pensar está no centro de uma das correntes ideológicas mais influentes da história, **o conservadorismo**, que é contra revoluções e propostas de mudanças.

Para começar, é importante dizer que é comum entre os pensadores apontar que o livro escrito em 1790, “Reflexões sobre a Revolução na França”, de **Edmund Burke** (1729-1797), é o ponto de partida do **conservadorismo clássico**, defendendo os valores culturais e simbólicos da aristocracia feudal, classe que foi enfraquecida pela Revolução Francesa. Para Burke, que era político inglês, essa revolução foi um ataque às instituições e tradições do Antigo Regime.

Vejamos a crítica de **Edmund Burke** à Revolução Francesa:

 Parece que me encontro diante de uma grande crise não apenas francesa, mas europeia. Considerando-se bem todas as circunstâncias, a **Revolução Francesa** é a mais **espantosa** que aconteceu até agora no mundo. As coisas mais surpreendentes foram produzidas, em mais de um caso, pelos meios mais absurdos e ridículos; nos modos mais ridículos, e, aparentemente, pelos mais vis instrumentos. Tudo parece **fora do natural** neste estranho **caos de leviandade e ferocidade**, onde todas as espécies de **crimes** misturam-se com todas as espécies **loucuras**. Em vista dessa **monstruosa** cena tragicômica, necessariamente as paixões mais opostas se sucedem e às vezes se misturam, fazendo-nos passar do desprezo à indignação, do riso às lágrimas, do desprezo ao horror. (BURKE, Edmund. **Reflexões sobre a revolução na França**. Tradução José Miguel Nanni Soares. São Paulo: EDIPRO, 2014, p. 32).

Percebemos que Burke achava a Revolução Francesa confusa e assustadora, cheia de erros, equívocos e violência. Para ele, tudo parecia fora do normal e feito por pessoas sem preparo, e isso causava nele sentimentos como indignação, tristeza e medo. Nesse sentido, o conservadorismo de Burke não deixa de ser uma **reação da aristocracia contra as mudanças** empreendidas pela Revolução.

É fundamental entender que **o conservadorismo não é uma ideologia homogênea**. Enquanto algumas vertentes valorizam a preservação de costumes, tradições religiosas e normas morais, outras defendem principalmente a ordem social e o liberalismo econômico. Além disso, as ideias保守adoras podem variar muito conforme o contexto cultural e histórico de cada país, reunindo desde posições moderadas até correntes mais autoritárias.

Alguns pensadores nos ajudam a compreender melhor a **diversidade do conservadorismo**:

- ✓ Segundo o pensador americano **Russell Kirk**, no seu livro “A mentalidade conservadora”, o pensamento conservador começa com a ideia de que existe uma **ordem maior**, como uma verdade espiritual ou moral, que ajuda a organizar a vida em sociedade. Assim, muitos problemas políticos estão ligados a questões de certo e errado, como na religião e na moral. A divisão entre classes sociais, por exemplo, apresenta-se como algo natural, que faz parte da diversidade da sociedade.
- ✓ O filósofo britânico **Roger Scruton**, em sua obra “Como ser um conservador”, defende que a sociedade precisa de valores firmes para se manter de pé, como a **família, a tradição, a religião e o senso de comunidade**, e que mudanças rápidas e radicais podiam ser perigosas, porque poderiam destruir aquilo que foi construído com esforço ao longo do tempo.
- ✓ Segundo **Samuel Huntington**, em seu texto “O Conservadorismo como Ideologia”, o conservadorismo é um conjunto de ideias que busca **preservar os valores já existentes** em certos grupos da sociedade, valorizando a prudência.

Assim podemos afirmar que:

<p> O conservadorismo valoriza a prudência na política, preferindo manter e melhorar instituições já testadas em vez de grandes mudanças.</p>
<p> Na economia, o pensamento conservador defende que o governo deve gastar com responsabilidade e evitar dívidas desnecessárias. Valoriza o esforço individual, o trabalho e o direito à propriedade privada. Acredita que mudanças econômicas devem acontecer aos poucos, com cuidado, e desconfia de propostas muito rápidas ou radicais.</p>
<p>Críticas ao Conservadorismo:</p>
<ul style="list-style-type: none"> ✓ Karl Marx critica o conservadorismo por defender a manutenção das classes sociais e do sistema capitalista. ✓ Pierre Bourdieu critica o conservadorismo por manter estruturas sociais desiguais, como o acesso desigual à educação e à cultura.

- ✓ **Noam Chomsky** vê o conservadorismo como uma forma de proteger os interesses das elites econômicas, limitando políticas que ajudem os mais pobres.
- ✓ **Amartya Sen** defende o desenvolvimento humano e critica visões conservadoras que ignoram saúde, educação e igualdade de oportunidades.

Conservadorismo no Brasil nos últimos anos:

Nos últimos anos, o conservadorismo ganhou força no Brasil, especialmente com o apoio de setores religiosos e militares. Políticas voltadas para a **família tradicional, economia de mercado e segurança pública** se tornaram prioridade em várias pautas legislativas. A crescente **influência das igrejas evangélicas**, se opôs fortemente às ideias progressistas, resultando em um ambiente político marcado por intensos debates e divisões.

Para refletir e produzir:

1. O que o conservadorismo busca preservar em uma sociedade e por que isso é considerado importante por seus defensores?
2. De que forma o conservadorismo pode entrar em conflito com ideias de mudança social ou progresso?
3. Você acha que o conservadorismo pode contribuir para a estabilidade de um país? Em que situações isso pode ser positivo ou negativo?

FASCISMO

Imagen 23 – A ferocidade do fascismo.



Disponível em: www.1.folha.uol.com.br/paineldeleitor/2022/07/laerte-nos-avisou-sobre-o-crescimento-do-fascismo-diz-leitor.shtml Acesso 02/05/2025.

O que essa mensagem tem em comum com a ideologia fascista? Você já ouviu alguém ser chamado de “fascista” numa discussão, na TV ou nas redes sociais? O que isso realmente significa?

É importante entender:

 O **fascismo** não é apenas um xingamento. É uma ideologia poderosa, que liderou governos totalitários, provocou guerras, perseguições e deixou milhões de mortos. Surgiu no início do século XX, mas suas ideias ainda aparecem hoje, muitas vezes com nova aparência.

Historicamente, o início do fascismo costuma ser marcado no dia 23 de março de 1919, quando **Benito Mussolini** fundou, na cidade de Milão, o grupo chamado **Fasci Italiani di Combattimento**. Esse movimento reunia ex-combatentes da Primeira Guerra Mundial descontentes com a situação política e econômica da Itália naquele período.

Segundo **Robert Paxton**, a palavra fascismo tem sua origem etimológica na expressão italiana fascio, que quer dizer um feixe:

 Em termos mais remotos, a palavra remetia ao **fasces latino**, um machado cercado por um feixe de varas que era levado diante dos magistrados, nas procissões

púlicas romanas, para significar a **autoridade e a unidade do Estado**. (PAXTON, R. **Anatomia do fascismo**. Tradução de Patrícia Zimbres e Paula Zimbres. SP: Paz e Terra. 2007, p. 15).

Imagen 24 - “Fascio”.

Não esqueça:



☞ A palavra “fascista” vem de **fascio littorio**, um antigo símbolo da Roma antiga. Ele era formado por um feixe de varas amarradas em volta de um machado, com a lâmina aparecendo nas pontas. Esse símbolo era carregado por um lictor, uma espécie de guarda que acompanhava os juízes e mostrava que uma ordem seria cumprida. **Mussolini** usou esse símbolo antigo para dar ao fascismo a imagem de um “passado glorioso” da Itália. As varas juntas representavam a **união e a força do povo**, e o machado simbolizava **o poder do líder**, o chamado "Duce" (palavra italiana para "chefe" ou "líder").

Disponível em: ensinarhistoria.com.br/linha-do-tempo/fasci-italiani-di-combattimento-semente-do-partido-fascista/ Acesso 03/05/2025.

Imagen 25 - Benito Mussolini



Disponível em: bbc.com/portuguese/geral-54033476/ Acesso 03/05/2025.

Mussolini e seus aliados começam a agir como um partido político na Itália, mesmo sem ter propostas muito claras. Com o tempo, foram ganhando apoio, especialmente entre empresários, militares e pessoas que tinham medo do comunismo, e usando a violência e a intimidação, cresceram na política italiana.

Em 1922, organizam a **Marcha sobre Roma**, uma demonstração de poder que pressionou o rei da Itália a convidar Mussolini a fazer parte do governo. Assim, o **Partido Fascista** chega ao poder e, logo depois, transforma a Itália em uma .

De acordo com **Norberto Bobbio**, no seu “Dicionário de Política”, a ideologia fascista apresenta as seguintes características:

👉 Em geral, se entende por **Fascismo** um **sistema autoritário** de dominação que é caracterizado: pela monopolização da representação política por parte de um , hierarquicamente organizado; por uma ideologia fundada no , na , no desprezo dos valores do individualismo liberal e no , em , dentro de um sistema de tipo corporativo; por , a alcançar em nome da luta das nações pobres contra as potências plutocráticas; pela e pelo seu enquadramento em organizações tendentes a uma socialização política planificada, funcional ao regime; pelo , mediante o ; por um aparelho de baseado no ; por um crescente no âmbito de uma economia que continua a ser, fundamentalmente, de tipo privado; pela tentativa de integrar nas estruturas de controle do partido ou do Estado, de acordo com uma , a totalidade das relações econômicas, sociais, políticas e culturais. (BOBBIO, Norberto; MATTEUCCI, Nicola; PASQUINO, Gianfranco (orgs.). **Dicionário de Política.** 5 ed, vol 1, Editora UnB, 2000, p.466).

A ideologia fascista na produziu , que chegou ao poder em 1933, implantou um regime , que controlava a mídia, reprimia opositores e exaltava a . Seu governo promoveu perseguições em massa, especialmente contra judeus, comunistas, ciganos e outras minorias, resultando no Holocausto, que matou cerca de seis milhões de judeus.

Não esqueça:

➤ O , levou o mundo para a Segunda Guerra Mundial.

Lembre-se:

As ideias fascistas estão vivas ao redor do mundo:

- ✓ **Europa:** partidos de extrema-direita têm crescido em países como Itália, Hungria, França e Alemanha.
- ✓ **Américas:** grupos extremistas também atuam nos Estados Unidos e em países da América Latina, inclusive no Brasil.
- ✓ **Líderes** que atacam a imprensa, desrespeitam direitos humanos, perseguem minorias ou exaltam a violência, podem ter discursos neofascistas.
- ✓ Muitas vezes se apresentam como “salvadores da pátria” e usam símbolos patrióticos para ganhar apoio.

Para refletir e produzir:

1. Por que o fascismo é considerado uma ameaça à democracia e aos direitos humanos?
2. De que forma a ideologia fascista ainda pode aparecer nos dias de hoje, mesmo sem esse nome? Que características ideológicas devemos observar com atenção?
3. Como o fascismo lida com a diversidade de opiniões e com a liberdade de expressão?

Sugestão de filmes – Eixo Temático 2

🎬 **O Jovem Karl Marx** (2017) – França / Alemanha / Bélgica.

- Gênero: Drama / Histórico.
- Direção: Raoul Peck.
- Retrata o nascimento do pensamento socialista.

🎬 **A Vida dos Outros** (2006) – Alemanha.

- Gênero: Drama / Suspense político.
- Direção: Florian Henckel von Donnersmarck.
- Questiona os efeitos autoritários do socialismo real na Alemanha Oriental.

🎬 **Tempos de Escuridão** (*Darkest Hour*, 2017) – Reino Unido / EUA.

- Gênero: Drama / Histórico / Guerra.
- Direção: Joe Wright.
- Mostra como o discurso nacionalista foi usado por Winston Churchill.

EIXO TEMÁTICO 2 – SEÇÃO ENEM / VESTIBULARES

01. "Um comerciante está acostumado a empregar o seu dinheiro principalmente em projetos lucrativos, ao passo que um simples cavalheiro rural costuma empregar o seu em despesas. Um frequentemente vê seu dinheiro afastar-se e voltar às suas mãos com lucro; o outro, quando se separa do dinheiro, raramente espera vê-lo de novo. Esses hábitos diferentes afetam naturalmente os seus temperamentos e disposições em toda espécie de atividade. O comerciante é, em geral, um empreendedor audacioso; o cavalheiro rural, um tímido em seus empreendimentos..." (Adam Smith, *A RIQUEZA DAS NAÇÕES*, Livro III, capítulo 4)

Neste pequeno trecho, Adam Smith

- a) contrapõe lucro à renda, pois geram rationalidades e modos de vida distintos.
- b) mostra as vantagens do capitalismo comercial em face da estagnação medieval.
- c) defende a lucratividade do comércio contra os baixos rendimentos do campo.
- d) critica a preocupação dos comerciantes com seus lucros e dos cavalheiros com a ostentação de riquezas.
- e) expõe as causas da estagnação da agricultura no final do século XVIII.

02. "Nos séculos XVIII e XIX, o termo liberalismo geralmente se referia a uma filosofia de vida pública que afirmava o seguinte princípio: sociedades e todas as suas partes não necessitam de um controle central administrador porque as sociedades normalmente se administram através da interação voluntária de seus membros para seus benefícios mútuos. Hoje não podemos chamar de liberalismo essa filosofia porque esse termo foi apropriado por democratas totalitários. Em uma tentativa de recuperar essa filosofia ainda em nosso tempo, damos a ela um novo nome: liberalismo clássico." (Rockwell, Lew. *O que é o Liberalismo Clássico*. IBM.)

O autor do texto argumenta que o termo “liberalismo clássico” reabilita a tradição de ideias políticas e econômicas dos séculos XVIII e XIX. Entre os representantes dessa tradição, estão

- a) Lenin, Mikhail Bakunin e Voltaire.
- b) Karl Marx, Vilfredo Pareto e John M. Keynes.
- c) Adam Smith, David Ricardo e John Locke.
- d) Rousseau, Louis Blanqui e Diderot.
- e) Edmund Burke, Max Weber e Trotsky.

03. O socialismo é uma doutrina político-econômica que emergiu no século XIX como uma crítica às desigualdades geradas pelo capitalismo. Seu objetivo central é promover uma sociedade mais igualitária, baseada na propriedade coletiva dos meios de produção e na distribuição equitativa da riqueza.

Com base nisso, analise as afirmações abaixo:

- I. O socialismo defende a superação da propriedade privada dos meios de produção, substituindo-a pela propriedade coletiva ou estatal.

II. Uma das principais críticas socialistas ao capitalismo é a concentração de renda e a exploração da classe trabalhadora.

III. O socialismo prega a manutenção da economia de mercado e da livre concorrência como formas de garantir a justiça social.

Está correto apenas o item

- a) I
- b) II
- c) I e II
- d) II e III
- e) I, II e III

04. O anarquismo é uma corrente política que se desenvolveu a partir do século XIX, baseada na crítica à autoridade e na busca por uma sociedade sem hierarquias ou dominação. Anarquistas propõem formas de organização social baseadas na autogestão, na cooperação voluntária e na liberdade individual, rejeitando tanto o Estado quanto o capitalismo como fontes de opressão.

Nesse sentido, o anarquismo se diferencia de outras correntes políticas principalmente por

- a) defender a centralização do poder nas mãos do Estado como forma de garantir a justiça social.
- b) propor reformas graduais dentro do sistema capitalista para reduzir as desigualdades sociais.
- c) aceitar a existência de partidos políticos como instrumentos legítimos de transformação social.
- d) recusar qualquer forma de autoridade imposta, buscando uma sociedade autônoma, descentralizada.
- e) considerar a religião e a moral tradicional como bases necessárias para a organização da sociedade.

05. O comunismo, enquanto teoria social e política, propõe a construção de uma sociedade sem classes, baseada na abolição da propriedade privada dos meios de produção e na distribuição igualitária dos recursos. Desenvolvido por pensadores como Karl Marx e Friedrich Engels, o comunismo critica as desigualdades estruturais do capitalismo e defende a coletivização da economia como caminho para a emancipação humana.

Com base nessas ideias, o comunismo tem como objetivo principal

- a) garantir a manutenção das liberdades individuais por meio da democracia representativa.
- b) promover o crescimento econômico por meio da livre concorrência e da iniciativa privada.
- c) eliminar as desigualdades sociais por meio da propriedade coletiva e do fim das classes sociais.
- d) estabelecer um Estado forte e permanente como gestor central da economia

capitalista.

- e) permitir a coexistência entre o sistema de mercado e a propriedade privada dos meios de produção.

06. O conservadorismo é uma corrente de pensamento político que valoriza a preservação das tradições, instituições e costumes estabelecidos ao longo do tempo. Para os conservadores, mudanças sociais devem ocorrer de forma lenta e cautelosa, evitando rupturas bruscas que possam desestabilizar a ordem social. Essa visão costuma defender a importância da autoridade, da família e da religião como pilares fundamentais da sociedade.

Com base nessas características, o conservadorismo

- a) busca a revolução como meio legítimo de transformação da ordem política vigente.
- b) defende a ruptura com as tradições culturais como caminho para o progresso.
- c) propõe a eliminação das hierarquias sociais em favor da igualdade absoluta.
- d) valoriza a estabilidade social e a manutenção das instituições tradicionais.
- e) rejeita completamente qualquer tipo de influência religiosa na política.

07. O nacionalismo é uma ideologia política que enfatiza a valorização da identidade nacional, a defesa da soberania do Estado e o sentimento de pertencimento a uma nação. Essa ideologia pode assumir diferentes formas ao longo da história, desde movimentos de independência e unificação nacional até discursos excludentes que reforçam a superioridade de um povo sobre os demais.

O nacionalismo pode ser compreendido como

- a) uma ideologia que busca a eliminação das fronteiras nacionais em prol de um governo mundial.
- b) uma corrente política que defende a internacionalização da economia e das culturas.
- c) uma forma de pensamento que promove a submissão cultural de um povo a outro.
- d) uma ideologia que pode tanto fortalecer a identidade coletiva quanto justificar práticas autoritárias.
- e) uma doutrina que rejeita qualquer forma de identificação com a cultura e os símbolos nacionais.

08. O fascismo foi uma ideologia autoritária que surgiu na Europa no início do século XX, especialmente com os regimes de Benito Mussolini, na Itália, e Adolf Hitler, na Alemanha. Caracteriza-se por um nacionalismo extremo, culto à liderança, repressão à oposição política, uso da propaganda de massa e desprezo pela democracia liberal e pelos direitos individuais.

O fascismo pode ser definido como

- a) uma doutrina que promove a participação popular direta e a ampliação dos direitos civis.
- b) um sistema político baseado na descentralização do poder e na autonomia das comunidades locais.
- c) uma ideologia que defende o pluralismo político e o respeito às minorias.

- d) um regime autoritário que valoriza a obediência ao Estado, o nacionalismo exacerbado e a eliminação das liberdades democráticas.
- e) uma proposta econômica voltada para o livre mercado e a concorrência internacional.

Referências do Eixo Temático 2

- BOBBIO, Norberto. **Direita e esquerda: razões e significados de uma distinção política.** 2. ed. São Paulo: UNESP, 2001.
- BOBBIO, Norberto. Liberalismo velho e novo. In: _____. **O futuro da democracia.** Trad. Marco Aurélio Nogueira. São Paulo: Paz e Terra, 2000.
- BOBBIO, Norberto; MATTEUCCI, Nicola; PASQUINO, Gianfranco (orgs.). **Dicionário de política.** 5. ed. Brasília: Editora UnB, 2000.
- BOBBIO, Norberto et al. **O marxismo e o Estado.** Rio de Janeiro: Graal, 1979.
- BURKE, Edmund. **Reflexões sobre a revolução na França.** Trad. José Miguel Nanni Soares. São Paulo: EDIPRO, 2014.
- ENGELS, Friedrich. **Do socialismo utópico ao socialismo científico.** 7. ed. São Paulo: Global Editora, 1985.
- GRAMSCI, Antonio. **Concepção dialética da história.** 6. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1986.
- HOBSBAWM, Eric. Dentro e fora da história. In: _____. **Sobre história.** São Paulo: Companhia das Letras, 2005.
- HOBSBAWM, Eric. **Nações e nacionalismos desde 1780: programa, mito e realidade.** São Paulo: Paz e Terra, 2008.
- HUNTINGTON, Samuel P. O conservadorismo como ideologia. **American Political Science Review**, v. 51, n. 2, 1957. Disponível em: <https://www.ige.unicamp.br/lagere-gri/wp-content/uploads/sites/59/2022/05/HUNTINGTON-CONSERVADORISMO-COMO-IDEOLOGIA.pdf> Acesso 30 Abril 2025.
- KIRK, Russell. **A mentalidade conservadora: de Edmund Burke a T. S. Eliot.** Trad. Márcia Xavier de Brito. São Paulo: É Realizações, 2020.
- MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. **A ideologia alemã:** crítica da mais recente filosofia alemã em seus representantes Feuerbach, B. Bauer e Stirner, e do socialismo alemão em seus diferentes profetas. São Paulo: Boitempo, 2007.
- MARX, Karl. **Crítica do programa de Gotha.** Porto: Portucalense, 1971.
- MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. **Manifesto do Partido Comunista.** Trad. Nélia Schneider. São Paulo: Boitempo, 2010.
- MÉSZÁROS, István. **Estrutura social e formas de consciência II: a dialética da estrutura e da história.** São Paulo: Boitempo, 2011.
- PAXTON, R. **Anatomia do fascismo.** Tradução de Patrícia Zimbres e Paula Zimbres. SP: Paz e Terra. 2007.
- PROUDHON, Pierre-Joseph. **O que é propriedade?** Lisboa: Estampa, 1975.
- RAWLS, John. **O liberalismo político.** Trad. Álvaro Cabral. São Paulo: Ática, 2000.
- SANTOS, Boaventura de Sousa. **A difícil democracia: reinventar as esquerdas.** São Paulo: Boitempo, 2016.

- SCRUTON, Roger. **Como ser um conservador.** Trad. Bruno Garschagen. 1. ed. Rio de Janeiro: Record, 2015.
- SHORTEN, Andrew. **Ideologias políticas.** Trad. Maria Lúcia Machado. Rio de Janeiro: Zahar, 1995.
- SMITH, Adam. **A riqueza das nações.** Trad. Luiz João Baraúna. São Paulo: Nova Cultural, 1996.
- ŽIŽEK, Slavoj (org.). **Um mapa da ideologia.** Trad. Vera Ribeiro. Rio de Janeiro: Contraponto, 1996.

EIXO TEMÁTICO 3: DEMOCRACIA, CIDADANIA E DIREITOS HUMANOS

BNCC – CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS APLICADAS

- ✓ **COMPETÊNCIAS:** 5 E 6
- ✓ **HABILIDADES:** EM13CHS501, EM13CHS502, EM13CHS602, EM13CHS603 E EM13CHS605.

Proporcionar a compreensão de aspectos teóricos e conceituais relacionados à democracia, à cidadania e aos direitos humanos, promovendo a reflexão sobre a importância da participação ativa nos processos democráticos, bem como o reconhecimento e a defesa dos direitos fundamentais.

1. O QUE É DEMOCRACIA E POR QUE ISSO IMPORTA?

Como já vimos no eixo temático 1, a democracia surgiu em Atenas, no século V antes de Cristo. Lá, apenas homens livres, nascidos de pais cidadãos, maiores de idade e com determinada renda ou propriedades, eram reconhecidos como cidadãos e podiam participar das decisões políticas, votando e ocupando cargos públicos. Mulheres, escravizados e estrangeiros eram excluídos desses direitos e não tinham voz nas questões políticas. Com o tempo, esse sistema político de democracia direta desapareceu, mas a ideia de que o povo deve participar das decisões voltou a ganhar força muitos séculos depois.

No século XVIII, a Revolução Francesa foi um marco importante, ao defender ideias de liberdade e igualdade, com a conquista de direitos civis e políticos como base dos governos democráticos. Ao longo do tempo, a democracia se consolidou em vários países por meio do voto, da separação dos poderes e das constituições, garantindo mais inclusão e representação.

Agora, vamos colocar uma situação hipotética para você refletir sobre o valor da democracia. Pense no seguinte: sua turma está organizando uma gincana escolar e vários/as alunos/as querem ajudar a planejar, dar ideias e escolher as provas. Mas, no fim, só um pequeno grupo decide tudo, sem ouvir ninguém. Os outros são apenas “convidados” a obedecer. Você consideraria essa forma de condução democrática? Provavelmente, não.

Esse exemplo ajuda a entender por que a democracia é tão importante:

☞ A democracia é um sistema político onde todos/as devem ter o direito de participar das decisões que afetam suas vidas. Mais do que votar, democracia envolve diálogo, respeito às diferenças, responsabilidade coletiva e liberdade de expressão.

A democracia é um sistema em que as pessoas devem ter voz nas decisões importantes. Ela vai além do voto, valorizando o diálogo, a liberdade, o respeito entre diferentes opiniões e o agir com responsabilidade.

O cientista político norte-americano, **Robert Dahl**, por exemplo, entende que participação, debate e igualdade, são exatamente os elementos que fazem uma democracia forte. Dahl acredita que uma democracia precisa garantir liberdade de expressão, direito ao voto para todos/as, acesso a fontes de informação diferentes e participação igual nas decisões. Ele chama de **Polarquia** a democracia realmente existente a partir do século XX, apontando algumas instituições indispensáveis para o seu funcionamento, como, por exemplo, liberdade de expressão, eleições livres e justas e direito de concorrer a cargos eletivos.

Dahl entende que a democracia é um sistema político superior aos demais, pois, dentre muitas vantagens, evita que o poder seja exercido por uma ou por poucas pessoas.

Vejamos o que o que **Robert Dahl** nos diz:

☞ O problema fundamental e mais persistente na política talvez seja **evitar o domínio autocrático**. Em toda a história registrada, incluindo esse nosso tempo, líderes movidos por megalomania, paranoia, interesse pessoal, ideologia, nacionalismo, fé religiosa, convicções de superioridade inata, pura emoção ou simples impulso exploraram as excepcionais capacidades de coerção e violência do Estado para atender a seus próprios fins. Os custos humanos do governo despótico rivalizam com os custos da doença, da fome e da guerra (DAHL, Robert. **Sobre Democracia**. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2009, p.59).

Robert Dahl afirma que o problema mais persistente da política é impedir que um líder tenha poder demais. Ao longo da história, muitos governantes usaram a força do Estado para impor suas vontades, causando grande dor e sofrimento à sociedade, e por isso é essencial limitar o poder para proteger as pessoas.

É importante destacar:

 **Robert Dahl** defende que a democracia é essencial para **evitar abusos de poder**, com regras que protegem os **direitos e a liberdade** das pessoas.

Nesse sentido, a cidadania é fundamental para proteger a democracia. Quando as pessoas participam ativamente da vida política, votando, se informando, debatendo ideias e fiscalizando os/as governantes, ajudam a evitar que o poder fique concentrado nas mãos de poucos.

Destacamos também, quando se trata de democracia, o cientista político italiano, **Giovanni Sartori**, importante teórico da democracia, que defende a democracia liberal representativa e destaca a importância da **educação cívica** para formar cidadãos politicamente competentes. Para Sartori, a qualidade da democracia depende mais das instituições e da cultura política do que da simples participação popular, destacando que eleições, por si só, não garantem a democracia, sendo preciso haver liberdades reais e controle do poder.

2. DEMOCRACIA PARTICIPATIVA E DIREITOS HUMANOS

 De acordo com **Carole Pateman**, cientista política britânica, a teoria da democracia participativa “é construída em torno da afirmação central de que os indivíduos e suas instituições não podem ser considerados isoladamente” (PATEMAN, Carole. *Participação e Teoria Democrática*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992, p.60).

É importante observar, inicialmente, que a teoria da **democracia participativa**, desenvolvida por **Carole Pateman**, sustenta que a participação política não deve se restringir apenas ao momento eleitoral, mas envolver a todos/as de forma ativa e contínua nas decisões que impactam suas vidas. Essa concepção está intimamente relacionada aos direitos humanos, uma vez que a participação política constitui um direito fundamental, assegurado no artigo 21 da Declaração Universal dos Direitos Humanos.

Essa abordagem se torna ainda mais importante diante da **crise da democracia representativa**, caracterizada pelo distanciamento entre eleitores e

representantes, pela baixa confiança nas instituições e pela percepção de que o voto, por si só, não garante uma influência efetiva da população nas decisões políticas.

Nesse contexto, ampliar a participação fortalece não apenas a legitimidade democrática, mas também outros direitos essenciais, como igualdade, liberdade de expressão e acesso à informação. Dessa forma, a **ampliação da representação política**, como, por exemplo, a incorporação de **políticas afirmativas** para mulheres, populações negras e outros grupos vulneráveis, contribui para que todos/as possam exercer de forma plena seus direitos civis e políticos, tornando a democracia mais inclusiva e efetiva.

Nesse contexto, é importante observar:

 Apesar de avanços, a representação feminina ainda é muito menor do que a masculina tanto na Câmara quanto no Senado. Isso mostra que o Brasil ainda enfrenta **desigualdade de gênero na política**, com as mulheres ocupando menos de 20% das cadeiras no Congresso. É um desafio para fortalecer a representatividade e a igualdade na democracia.

Nesse sentido, as contribuições de **Anne Phillips**, cientista política britânica, são fundamentais. Reconhecida por suas obras sobre **democracia, igualdade e representação**, ela defende que, para que a democracia seja realmente justa, é essencial haver maior diversidade nos espaços de poder, especialmente em termos de gênero, raça e classe social.

Em sua obra *A Política da Presença* (2003), Phillips argumenta que não basta garantir direitos formais, é necessário que grupos historicamente excluídos, como as mulheres, por exemplo, também estejam presentes nas instituições de decisão, pois diferentes experiências trazem diferentes perspectivas para a formulação de políticas públicas.

Nessa perspectiva, partindo do princípio de que a cidadania é essencial para proteger a democracia, é importante compreender que todos/as têm direitos que devem ser respeitados cotidianamente, como o direito à vida, à educação, à saúde, à liberdade, à igualdade, ao trabalho, ao lazer, à diversidade e, sobretudo, ao reconhecimento de seus direitos. Esses são os chamados **direitos humanos**.

É importante entender, de acordo com **Maria Victória de Mesquita Benevides**:

 **Direitos humanos** são aqueles comuns a todos sem distinção alguma de etnia, nacionalidade, classe social, nível de instrução, religião, opinião política, orientação sexual, ou de qualquer tipo de julgamento moral. São aqueles que decorrem do reconhecimento da **dignidade intrínseca de todo ser humano** (Disponível em: cchla.ufpb.br/redhbrasil/wp-content/uploads/DEMOCRACIA-E-DIREITOS-HUMANOS.pdf Acesso 01/05/2025).

Por isso, a luta pelos direitos humanos faz parte da construção e da manutenção da democracia. Garantir que todas as pessoas tenham seus direitos respeitados, bem como oportunidades iguais é responsabilidade de toda a sociedade, não apenas dos/as governantes. Também é importante que tenhamos clareza que os direitos humanos, como afirma o pensador alemão **Jurgen Habermas**, se diferenciam dos direitos morais:

 **Os direitos humanos diferenciam-se dos direitos morais** entre outras coisas por estarem orientados para uma institucionalização – portanto, devem ser criados – e para isso necessitam de uma formação da **vontade comum democrática**, enquanto pessoas agindo moralmente consideram, sem mediações adicionais, um ao outro como sujeitos que de saída estão imersas em uma rede de deveres e direitos morais” (HABERMAS, J. O conceito de dignidade humana e a utopia realista dos direitos humanos, in: **Sobre a constituição da Europa**, São Paulo: Ed. Unesp, 2012, Tradução de Werle, D., Repa, L., Melo, R. S. 2012, p. 19).

Para **Habermas**, os direitos humanos precisam ser organizados por leis e instituições dentro de uma democracia. Já os direitos morais vêm da relação entre as pessoas, baseados no respeito e na consciência individual. Enquanto os direitos morais são pessoais, **os direitos humanos exigem decisão coletiva e reconhecimento público**.

No entanto, a falta de efetividade dos direitos humanos é um desafio urgente para toda a humanidade. Segundo **Norberto Bobbio**, os direitos humanos são essenciais para a convivência democrática, e sem uma base ética que respeite a **dignidade humana**, não será possível torná-los reais nem consolidar a democracia.

Vejamos o que nos diz **Bobbio**:

👉 Uma coisa é um direito; outra, promessa de um direito futuro. Uma coisa é um direito atual; outra, um direito potencial; uma coisa é ter um direito que é, enquanto reconhecido e protegido; outra, é ter um direito que deve ser, mas que, para ser, ou para que passe do dever ser ao ser, precisa transformar-se, de objeto de discussão de uma assembleia de especialistas, em objeto de decisão de um órgão legislativo dotado de poder de coerção (BOBBIO, N. **A era dos direitos**. Rio de Janeiro: Campus, 1992, p. 81).

Imagen 26 – Dia internacional direitos humanos/Disponível em:[SenadoFederal/photos/a-declaracao-universal-dos-direitos-humanos-foi-adotada-e-proclamada-pela-assemb/](https://www.senado.gov.br/photos/a-declaracao-universal-dos-direitos-humanos-foi-adotada-e-proclamada-pela-assemb/) Acesso 01/05/2025.



A Declaração Universal dos Direitos humanos foi adotada e proclamada pela Assembleia Geral das Nações Unidas em 10 de dezembro de 1948.

No dia 15 de setembro é comemorado o Dia Internacional da Democracia, e em 10 de dezembro, o dia dos Direitos Humanos. Essas datas foram instituídas pela Organização das Nações Unidas (ONU).

A relação entre democracia e direitos humanos está definida no artigo 21º da Declaração Universal dos Direitos Humanos:

- ✓ Todo ser humano tem o direito de tomar parte no governo de seu país diretamente ou por intermédio de representantes livremente escolhidos.
- ✓ Todo ser humano tem igual direito de acesso ao serviço público do seu país.
- ✓ **A vontade do povo será a base da autoridade do governo; essa vontade será expressa em eleições periódicas e legítimas, por sufrágio universal, por voto secreto ou processo equivalente que assegure a liberdade de voto.**

Todas as pessoas têm o direito de participar do governo, diretamente ou escolhendo representantes. Também têm o mesmo direito de acesso a cargos públicos, e o governo deve refletir a vontade do povo, expressa por meio de eleições livres e justas.

 No ano de 2002, a Comissão de Direitos Humanos da ONU declarou que os elementos essenciais à democracia são:

- ✓ Respeito dos direitos humanos e das liberdades fundamentais;
- ✓ Liberdade de associação;
- ✓ Liberdade de expressão e de opinião;
- ✓ Acesso ao poder e ao seu exercício, de acordo com o Estado de Direito;
- ✓ Realização de eleições livres, honestas e periódicas por sufrágio universal e voto secreto, reflexo da expressão da vontade do povo;
- ✓ Um sistema pluralista de partidos e organizações políticas;
- ✓ Separação de poderes;
- ✓ Independência da justiça;
- ✓ Transparência e responsabilidade da administração pública;
- ✓ Meios de comunicação social livres, independentes e pluralistas.

Assim, para existir um sistema democrático, é preciso garantir o respeito aos direitos de todos/as, com liberdade para pensar, falar e se organizar. Também é fundamental que as pessoas possam escolher seus representantes em eleições livres e justas, e o exercício do poder não seja concentrado. Outro aspecto importante é que a justiça seja independente e o governo seja transparente.

 No Brasil, os direitos humanos são garantidos pela Constituição de 1988, também chamada de "Constituição Cidadã", que estabelece o **Estado democrático de direito**.

No entanto, devemos destacar que nas últimas décadas, a democracia tem enfrentado desafios como, por exemplo, a desinformação, a corrupção e a intolerância política. Esses problemas enfraquecem a confiança das pessoas nas instituições e comprometem o futuro da democracia.

Na obra “*Como as Democracias Morrem*”, **Levitsky e Ziblatt**, professores de Ciência Política na Universidade de Harvard, explicam, por exemplo, que democracias podem morrer por dentro através do enfraquecimento das instituições. Alertam também para líderes eleitos que desrespeitam regras democráticas e atacam a imprensa livre. Esses autores defendem que a tolerância mútua e o respeito às normas

são vitais para a democracia, que para que sejam fortes, exigem instituições fortes, cultura política e vigilância cidadã.

Texto Complementar

Eduardo Bittar

Há inúmeros desafios a serem enfrentados pelo Brasil no campo das **políticas públicas de direitos humanos**, e estes desafios estão espalhados em diversas dimensões, envolvendo direitos civis e políticos, direitos sociais, econômicos, culturais e ambientais, qualificados pelos temas da violência, da segurança, do encarceramento em massa, da fome, da pobreza, das desigualdades socioeconômicas abissais, das vítimas da ditadura civil-militar, das mulheres, da população LGBT, dos defensores dos direitos humanos, da situação das comunidades indígenas e da proteção ao meio ambiente.

Nem os direitos humanos de primeira dimensão estão plenamente consolidados, pois a vida se mantém em estado de periclitante ameaça, as liberdades se veem profundamente ameaçadas, enquanto já batem às portas as novas levas de demandas contemporâneas por direitos humanos de quarta dimensão, relativos a questões de biotecnologia e engenharia genética, e de quinta dimensão, relativos às tecnologias da informação e ao ciberespaço.

Os relatórios pesquisados registram que os índices do Brasil, em sua grande generalidade, se encontram em franca disparidade na América Latina e são, em termos mundiais, escandalosos. Não por outro motivo, se o Brasil havia recebido 169 recomendações pelo sistema ONU (dentro do 2º Ciclo de Revisão Periódica Universal 2012-2016), mais recentemente, em maio de 2017, acabou por receber novas 246 recomendações da ONU em matéria de direitos humanos, a serem realizadas e cumpridas pelo país, durante o breve período dos próximos quatro anos, no 3º Ciclo de Revisão Periódica Universal 2017-2021.

As questões concernentes às recomendações envolvem temas tais quais: pobreza; desigualdades socioeconômicas; discriminação de gênero, etnia, religião, deficiência, orientação sexual e identidade de gênero; proteção de crianças contra a violência, exploração sexual, trabalho infantil; direito à terra; direitos dos povos indígenas e quilombolas; uso excessivo da força; combate à tortura; defensores de direitos humanos. Estes parecem ser, portanto, os graves e centrais temas sensíveis dos

déficits emergenciais no âmbito das políticas públicas de direitos humanos no Brasil contemporâneo.

Disponível em: jornal.usp.br/revistausp/democracia-e-politicas-publicas-de-direitos-humanos-a-situacao-atual-do-brasil/Acesso
01/05/2025.

Para refletir e produzir:

1. Como as desigualdades sociais e a pobreza estão ligadas à violação dos direitos humanos no Brasil?
2. Quais grupos sociais são citados no texto como os mais afetados pela falta de políticas públicas de direitos humanos?
3. O que representa o número de recomendações feitas pela ONU ao Brasil? O que isso revela sobre a situação do país?
4. Como a participação política, de acordo com Carole Pateman, se relaciona com os direitos humanos previstos na Declaração Universal?

Sugestões de filmes – Eixo Temático 3:

As Sufragistas (2015) – Reino Unido.

- Gênero: Drama / Histórico.
- Direção: Sarah Gavron.
- Retrata a luta das mulheres britânicas pelo direito ao voto no início do século XX.

Democracia em Vertigem (2019) – Brasil.

- Gênero: Documentário / Político.
- Direção: Petra Costa.
- Analisa a polarização política no Brasil a partir do impeachment de Dilma Rousseff.

Hotel Ruanda (2004) – Reino Unido / África do Sul / Itália.

- Gênero: Drama / Histórico.
- Direção: Terry George.
- Denuncia a omissão da comunidade internacional diante do genocídio em Ruanda.

EIXO TEMÁTICO 3 – SEÇÃO ENEM / VESTIBULARES

01. A democracia é um sistema político que se caracteriza pela participação popular na tomada de decisões. Entre as formas de participação democrática, destaca-se o direito ao voto, que garante aos cidadãos a escolha de seus representantes.

Considerando esse contexto, assinale a alternativa que apresenta um princípio fundamental da democracia:

- a) A concentração do poder nas mãos de um líder escolhido sem eleições.
- b) A exclusão de determinados grupos sociais do processo eleitoral.
- c) A garantia da liberdade de expressão e do direito ao voto para todos os cidadãos.
- d) A imposição de decisões políticas sem consulta popular.
- e) A limitação da participação dos cidadãos nas decisões políticas.

02. A democracia moderna sustenta-se em princípios que garantem a dignidade humana e o respeito aos direitos fundamentais, previstos em documentos internacionais como a Declaração Universal dos Direitos Humanos. Contudo, em muitos países, o exercício pleno desses direitos enfrenta desafios, como a desigualdade social, a discriminação e a violação dos direitos civis e políticos.

Nesse contexto, analise as afirmativas a seguir:

I. A efetivação dos direitos humanos depende diretamente da participação democrática dos cidadãos nos processos políticos e sociais.

II. A consolidação da democracia exige a garantia da igualdade formal e material entre todos os indivíduos, eliminando barreiras que impedem o acesso à cidadania plena.

III. Regimes democráticos podem legitimar práticas que restringem os direitos humanos, desde que essas medidas sejam aprovadas por maioria simples em votações populares.

Está correto o item:

- a) I, apenas.
- b) II e III, apenas.
- c) I e II, apenas.
- d) III, apenas.
- e) I, II e III.

03. A democracia implica na garantia da participação cidadã e no respeito aos direitos humanos universais. No entanto, em muitos países, desigualdades sociais e econômicas dificultam o acesso igualitário a esses direitos, gerando desafios para a construção de uma democracia plena.

Considerando o texto, qual a alternativa que melhor reflete um desafio para a democracia na promoção dos direitos humanos?

- a) A participação dos cidadãos é irrelevante para a efetivação dos direitos humanos.
- b) As desigualdades sociais e econômicas dificultam o acesso igualitário aos direitos humanos.
- c) A democracia funciona independentemente da proteção dos direitos humanos.
- d) A exclusão de minorias fortalece a democracia.
- e) Direitos humanos são garantidos automaticamente em todas as democracias.

04. A cidadania contemporânea ultrapassa a simples participação eleitoral, abrangendo também o exercício efetivo dos direitos sociais, econômicos e culturais. Ela pressupõe a capacidade dos indivíduos de influenciar políticas públicas e promover a justiça social, sendo fundamental para a construção de sociedades mais inclusivas e democráticas.

O conceito ampliado de cidadania

- a) limita-se ao ato de votar em eleições periódicas.
- b) envolve apenas os direitos civis e políticos, não os sociais ou culturais.
- c) implica participação ativa na construção de políticas públicas e na promoção da justiça social.
- d) refere-se à manifestação individual, sem influência sobre políticas públicas.
- e) não está relacionada à inclusão social ou à democracia.

05. Robert Dahl apresentou o conceito de "poliarquia" para descrever democracias reais, caracterizadas por um alto grau de participação e contestação política. Segundo ele, para que um sistema seja uma poliarquia, é necessário que os cidadãos tenham liberdade para formar opiniões, acessar informações e competir por cargos políticos.

A "poliarquia" de Robert Dahl é

- a) um sistema autoritário onde as decisões são tomadas por um grupo restrito.
- b) uma forma idealizada de democracia, sem participação popular.
- c) uma democracia real que assegura participação ampla e liberdade de contestação política.
- d) um regime onde a competição política é proibida para manter a ordem.
- e) um sistema que limita o acesso à informação para evitar conflitos.

Referências do Eixo Temático 3:

BOBBIO, Norberto. **A era dos direitos**. Rio de Janeiro: Campus, 1992.

DAHL, Robert. **Sobre a democracia**. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2009.

HABERMAS, Jürgen. O conceito de dignidade humana e a utopia realista dos direitos humanos. In: _____. **Sobre a constituição da Europa**. São Paulo: Ed. Unesp, 2012.

Tradução de Werle, D.; Repa, L.; Melo, R. S.

BENEVIDES, Maria Victória de Mesquita. **Democracia e direitos humanos**.

Disponível em:cchla.ufpb.br/redhbrasil/wp-content/uploads/DEMOCRACIA-E-DIREITOS-HUMANOS.pdf. Acesso em: 01 maio 2025.

LEVITSKY, Steven; ZIBLATT, Daniel. **Como as democracias morrem**. Tradução de Renato Aguiar. São Paulo: Zahar, 2018.

PATEMAN, Carole. **Participação e Teoria Democrática**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992.

SARTORI, Giovanni. **Teoria da democracia I: o debate contemporâneo**. 5. ed. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1994.

EIXO TEMÁTICO 4: POPULISMO

BNCC – CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS APLICADAS

- ✓ **COMPETÊNCIA:** 6
- ✓ **HABILIDADES:** EM13CHS602 E EM13CHS603.

Proporcionar a compreensão de aspectos teóricos e conceituais relacionados ao populismo enquanto fenômeno político e sua diversidade de experiências.

1. O CONCEITO DE POPULISMO

Em momentos de crise, é comum que muitas pessoas procurem líderes que prometam soluções rápidas e falem de forma simples e direta. Esses políticos costumam dizer que são os verdadeiros representantes do povo e se apresentam como se estivessem contra tudo o que está aí. Ao longo da história, e notadamente nos últimos anos, vários líderes têm surgido dessa forma.

Mas é preciso ter cuidado, porque nem sempre quem fala o que queremos ouvir está realmente comprometido/a com mudanças reais. Algumas vezes, esses discursos servem mais para ganhar apoio do que para resolver os problemas sociais de verdade. Por isso, é importante olhar além das promessas e pensar de forma crítica antes de escolher nossos representantes.

De forma que, mesmo não havendo muito consenso entre os pesquisadores em torno do conceito de populismo, é possível afirmar que:

👉 Esse estilo de fazer política, em que o líder se apresenta como a verdadeira voz do povo, prometendo soluções fáceis para problemas complexos e falando contra as elites ou contra as instituições, é chamado de **populismo**.

O populismo pode acontecer em diferentes momentos da história, **tanto na direita quanto na esquerda**, e geralmente é usado para concentrar poder e atacar a democracia. Vejamos o que a cientista política italiana, **Nadia Urbinati** nos diz:

👉 (...) Assim, independentemente da conotação ideológica que possa ter o apelo ao povo, à direita ou à esquerda, vou argumentar que o **populismo** é estruturalmente marcado por uma parcialidade radical na interpretação do povo e da maioria; isso implica que, se um movimento populista chega ao poder, **pode ter um impacto desfigurante nas instituições, no estado de direito e na divisão de poderes**

que conformam a democracia constitucional (URBINATI, Nadia. “A teoria política do populismo”. Tradução de Javier Amadeo e Guilherme Tadeu de Paula. In: Exilium, São Paulo, v. 2, n. 3, 2021, p.302).

A autora nos esclarece que o populismo, seja de direita ou esquerda, sempre enxerga "o povo" de forma parcial. Quando chega ao poder, pode enfraquecer as instituições, as leis e a divisão dos poderes da democracia.

Ainda nesse contexto, é importante destacar a análise da socióloga **Monalisa Soares Lopes** e do sociólogo **Emanuel Freitas da Silva**, ambos integrantes do Laboratório de Estudos sobre Política, Eleições e Mídia (LEPEM) da Universidade Federal do Ceará:

 Nessa perspectiva, as **experiências populistas** não se limitariam necessariamente a conteúdos de esquerda e/ou de direita. Há, no entanto, um aspecto que perpassa os populismos historicamente situados e os que **ganharam visibilidade mais recentemente**, especialmente **os de linhagem conservadora e de extrema-direita: o caráter autoritário** (LOPES, M. S; SILVA, E. F. “Acabou, porra!”: Jair Bolsonaro e a retórica do populismo autoritário. **Tensões Mundiais**, Fortaleza, v. 17, n. 34, 2021, p.128).

Segundo essa visão, o **populismo** não é algo exclusivo da esquerda ou da direita, podendo aparecer em diferentes posições da política. Mas muitos populismos, principalmente os mais recentes e ligados à extrema-direita, têm em comum uma forma **autoritária de governar**, com pouco espaço para o diálogo e a oposição.

Com base nas reflexões de **Federico Finchelstein**, apresentadas em *Do fascismo ao populismo na História* (2019) e citadas por **Lopes e Silva**, o populismo é caracterizado como uma forma de democracia autoritária que surge após a Segunda Guerra Mundial, em um contexto de fracasso dos regimes fascistas.

Finchelstein argumenta que existe uma **ligação histórica entre fascismo e populismo**, evidenciada nas origens fascistas de líderes como Perón, na Argentina, e Vargas, no Brasil, que foram figuras centrais na construção do populismo latino-americano. Segundo o autor, a partir de 2003, emerge o populismo neoclássico de esquerda e o populismo neoclássico de direita e extrema direita, com experiências recentes em diversos países.

No Brasil, o populismo pode ser compreendido no contexto da crise política que se inicia com a Revolução de 1930, expressa pela crise das oligarquias e pelo processo de democratização do Estado que sempre se apoiou em algum tipo de autoritarismo. Nesse sentido, o cientista político **Francisco Weffort** articula seus argumentos da seguinte maneira:

 O populismo foi, sem dúvida, manipulação de massas, mas a manipulação nunca foi absoluta. Se o fosse, estaríamos obrigados a aceitar a visão liberal elitista que, em última instância, vê no populismo uma espécie de aberração da história alimentada pela emotionalidade das massas e pela falta de princípio dos líderes. Em realidade, o populismo é algo mais complicado que a mera manipulação e sua complexidade política não faz mais que ressaltar a complexidade das condições históricas em que se forma. O populismo foi um modo determinado e concreto de manipulação das classes populares, mas foi também um modo de expressão de suas insatisfações. Foi, **ao mesmo tempo, uma forma de estruturação do poder para os grupos dominantes e a principal forma de expressão política de emergência popular** no processo de desenvolvimento industrial e urbano (WEFFORT, F. **O populismo na política brasileira**. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1989).

Assim, para Weffort, o populismo não deve ser visto apenas como algo negativo e manipulador, mas também como uma forma de dar voz ao povo, por meio do carisma de um líder que representa suas demandas.

Ao contrário de Weffort, que usa o conceito de populismo para analisar fenômenos políticos específicos, o teórico argentino **Ernesto Laclau**, em *A Razão Populista* (2013), criou seu conceito de populismo para desenvolver uma teoria mais ampla sobre como se constrói o político em geral.

Para Laclau, o populismo não é uma ideologia específica (de esquerda ou direita), mas sim uma lógica política, um jeito de articular e unir demandas diversas em torno de uma identidade comum, criando a ideia de “povo” que se opõe a uma elite ou a um poder estabelecido. Com isso, ele quer mostrar que o populismo é um mecanismo para formar maiorias políticas em contextos democráticos, e não apenas algo negativo ou associado a regimes autoritários.

2. CARACTERÍSTICAS DO POPULISMO

Muito embora não haja consenso entre os pesquisadores sobre o fenômeno do populismo, entendemos ser esclarecedora a caracterização elaborada por **Federico Finchelstein**, historiador argentino, das diversas experiências populistas na história.

Lopes e Silva, do LEPEM – UFC, analisando discursos populistas autoritários, referem-se a Finchelstein para mencionar a experiência brasileira recente.

Nesse sentido, **Finchelstein** entende que o populismo:

- Defende uma democracia que parece democrática, mas na prática é autoritária, mesmo sem ser uma ditadura;
- Transforma a política em algo parecido com uma religião, com crenças fortes e líderes quase sagrados;
- Acredita que vitórias nas eleições são momentos históricos, como se estivessem mudando completamente o país;
- Segue um líder visto como um salvador, alguém carismático que diz representar o povo;
- Vê os adversários políticos como inimigos do povo, traidores da nação;
- Tem pouco respeito pelas leis e pela separação entre os poderes, como Judiciário, Legislativo e Executivo;
- Valoriza um nacionalismo extremo, colocando o país acima de tudo;
- Enxerga o líder como o próprio povo, como se ele fosse a única voz legítima da população;
- Diz que o movimento político e seus líderes representam todo o povo, ignorando quem pensa diferente;
- Rejeita a política tradicional e costumes políticos, dizendo que tudo isso é parte do problema;
- Fala em nome do povo e contra as elites, como se só ele soubesse o que o povo quer;
- Diz que está defendendo a verdadeira democracia, contra inimigos reais ou imaginários;
- Acredita que o povo é uma coisa só, e que quem está com a maioria nas eleições, tem razão em tudo;
- Desconfia da imprensa independente, atacando jornalistas que criticam o governo;

- É contra o pluralismo, ou seja, não respeita ideias diferentes nem adversários políticos;
- Insiste na cultura popular e no entretenimento como símbolos nacionais.

(FINCHELSTEIN, F. **Do fascismo ao populismo na História**. São Paulo: Almedina, 2019, p.135-136).

Procurando entender como ideias autoritárias, nacionalistas e personalistas se transformam ao longo do tempo e influenciam as democracias, Finchelstein destaca que o populismo surge como resposta à crise das instituições democráticas em representar o povo, alimentando-se da desilusão com a política tradicional. Assim, as lideranças populistas se colocam como a única voz legítima da vontade popular.

O populismo pode surgir em diferentes países e momentos, tanto em governos de esquerda quanto de direita.

Vejamos alguns exemplos:

- ✓ **Getúlio Vargas:** conhecido como “pai dos pobres”, usava uma linguagem próxima do povo e criou direitos trabalhistas, mas também concentrou muito poder em suas mãos, chegando mesmo a se tornar ditador.
- ✓ **Juan Perón,** na Argentina, falava como representante dos trabalhadores e usava a figura de "pai do povo", misturando democracia com autoritarismo.
- ✓ **Hugo Chávez,** na Venezuela, criticava a elite e dizia governar em nome do “povo verdadeiro”, mas enfraqueceu instituições democráticas.
- ✓ **Nicolás Maduro,** na Venezuela, também se apoia em um discurso nacionalista e popular, mas tem sido acusado de autoritarismo e repressão a opositores.
- ✓ **López Obrador,** no México, se apresenta como defensor dos pobres contra as elites corruptas. Usa uma linguagem simples e direta, com forte apelo popular.
- ✓ **Donald Trump,** nos Estados Unidos, com a ideia de “América grande novamente”, diz que luta contra o “sistema corrupto”, usa um tom direto e divide a sociedade entre “patriotas” e “inimigos internos”.
- ✓ **Jair Bolsonaro,** que falava contra a “velha política” e dizia representar o povo “de verdade”, adotando uma postura de confronto com a mídia, o Legislativo e o Judiciário.
- ✓ **Tayyip Erdogan,** na Turquia, usa um discurso que mistura nacionalismo, religião e a ideia de representar o verdadeiro povo turco.

- ✓ **Narendra Modi**, na Índia, é um líder nacionalista hindu, que combina um discurso tradicionalista com críticas às elites seculares e liberais.
- ✓ **Viktor Orbán**, na Hungria, critica imigrantes, a União Europeia e a imprensa independente, concentrando poder e restringindo liberdades em nome da vontade do "povo húngaro verdadeiro".

Obs.: Esses nomes ajudam a mostrar que o populismo não está ligado a uma única ideologia, mas sim a **uma forma de liderança e comunicação**, especialmente em tempos de crise, insatisfação ou desconfiança com a política tradicional.

Para refletirmos com seriedade:

👉 Vivemos em um mundo com muitas crises, conflitos e desconfiança da política. Nesses momentos, é comum surgirem líderes que prometem **soluções simples para problemas complexos** e dizem que falam diretamente em nome do povo.

Estudar o populismo nos ajuda a:

- ✓ Reconhecer discursos políticos que tentam manipular o sentimento popular;
- ✓ Refletir sobre a importância de instituições sólidas e do pluralismo político;
- ✓ Exercitar a cidadania crítica, sem cair em discursos fáceis ou perigosos.

Lembre-se:

👉 A democracia precisa de todos/as nós, mas também precisa de **regras, respeito e diálogo**.

Para refletir e produzir:

1. O que caracteriza um discurso populista? Cite duas características com suas próprias palavras.
2. Por que o populismo pode ser considerado uma resposta a uma crise de representação, segundo Finchelstein?
3. Na sua opinião, o populismo fortalece ou enfraquece a democracia? Justifique sua resposta.

Sugestões de filme – Eixo Temático 4:

 **O Dilema das Redes** (2020) – Estados Unidos.

- Gênero: Documentário.
- Direção: Jeff Orlowski.
- Investiga como as redes sociais alimentam o crescimento de discursos populistas.

EIXO TEMÁTICO 4 – SEÇÃO ENEM / VESTIBULARES

01. O populismo é um fenômeno político que se caracteriza pela defesa de uma relação direta entre líder e povo, muitas vezes contrapondo “o povo” às elites tradicionais. Embora possa fortalecer a participação popular, o populismo também pode ameaçar instituições democráticas ao concentrar poder e enfraquecer os mecanismos de controle e equilíbrio.

Com base no texto, um risco associado ao populismo está na(o)

- a) fortalecimento das instituições democráticas por meio da ampliação do diálogo entre líderes e cidadãos.
- b) concentração de poder nas mãos de um líder, que pode enfraquecer os mecanismos de controle democrático.
- c) promoção da pluralidade política e o fortalecimento dos partidos tradicionais.
- d) afastamento do povo das decisões políticas, limitando sua participação.
- e) garantia da independência dos poderes Executivo, Legislativo e Judiciário.

02. O populismo pode ser compreendido como um fenômeno que mobiliza o sentimento popular contra as elites, utilizando retóricas que simplificam questões complexas e frequentemente desconsideram os mecanismos institucionais e democráticos. Esse estilo político pode favorecer a polarização social e enfraquecer o sistema de freios e contrapesos, gerando riscos para a estabilidade democrática.

Quais os impactos do populismo na democracia?

- a) O populismo fortalece as instituições democráticas ao promover o diálogo construtivo entre líderes e elites.
- b) A mobilização popular contra as elites contribui para o aprofundamento do consenso e da pluralidade política.
- c) A simplificação das questões complexas e o enfraquecimento dos mecanismos institucionais podem levar à polarização e fragilização da democracia.
- d) O populismo reduz a polarização social ao promover a inclusão de diversos grupos políticos.
- e) O respeito irrestrito aos mecanismos institucionais impede a mobilização popular nas democracias.

03. Nas últimas décadas, diversas democracias têm presenciado o avanço de lideranças populistas que se apresentam como únicas representantes legítimas da vontade do povo.

Muitas vezes, esses líderes atacam instituições como o Judiciário, a imprensa e os parlamentos, sob o argumento de que são obstáculos à verdadeira soberania popular. Esse fenômeno tem gerado preocupações quanto à erosão das normas democráticas e ao enfraquecimento da separação dos poderes.

São consequências do avanço de lideranças populistas,

- a) o fortalecimento do sistema de freios e contrapesos por meio do aumento da confiança nas instituições.
- b) o aprofundamento da democracia por meio da valorização do debate político e do pluralismo.
- c) a redução da participação popular em razão da apatia provocada por governos tecnocráticos.
- d) o enfraquecimento das instituições democráticas em função da centralização do poder e da deslegitimação das instâncias de controle.
- e) a expansão dos direitos civis por meio da ampla cooperação entre os três poderes.

04. Em contextos populistas, é comum que líderes políticos desacreditem instituições como o parlamento, a imprensa e o Judiciário, alegando representar exclusivamente a vontade do povo. Esse discurso pode comprometer o equilíbrio entre os poderes e enfraquecer as garantias democráticas.

É um risco associado a esse tipo de populismo:

- a) Maior transparência e fortalecimento institucional.
- b) Ampliação do debate público com inclusão de minorias.
- c) Concentração de poder e ameaça à separação dos poderes.
- d) Fortalecimento da imprensa como mediadora neutra.
- e) Valorização do papel do Judiciário nas democracias.

Referências do Eixo Temático 4

ARAÚJO, Rafael Rezende Borges de. Reflexões sobre populismo e democracia no pensamento de Ernesto Laclau e Chantal Mouffe. **Revista Mediações** – UEL e-ISSN 2176-6665, v. 26, n. 2, p. 347-367 2021.

FINCHELSTEIN, F. **Do fascismo ao populismo na História**. São Paulo: Almedina, 2019.

LACLAU, Ernesto. **A razão populista**. São Paulo: Três Estrelas, 2013.

LOPES, M. S; SILVA, E. F. “Acabou, porra!”: Jair Bolsonaro e a retórica do populismo autoritário. **Tensões Mundiais**, Fortaleza, v. 17, n. 34, 2021.

URBINATI, Nadia. “**A teoria política do populismo**”. Tradução de Javier Amadeo e Guilherme Tadeu de Paula. In: Exilium, São Paulo, v. 2, n. 3, 2021.

EIXO TEMÁTICO 5: ESTRUTURA E FUNCIONAMENTO DO ESTADO BRASILEIRO

BNCC – CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS APLICADAS

- ✓ **COMPETÊNCIAS:** 2 E 6
- ✓ **HABILIDADES:** EM13CHS204, EM13CHS601, EM13CHS602 E EM13CHS603

Proporcionar a compreensão de aspectos teóricos e conceituais relacionados à estrutura e funcionamento do Estado brasileiro, de modo a promover a capacidade de análise das instituições políticas, conforme os princípios da Constituição de 1988.

1. BREVE INTRODUÇÃO À FORMAÇÃO DO ESTADO BRASILEIRO

A **construção do Estado brasileiro** teve um marco inicial importante com a chegada da família real portuguesa em 1808 e a instalação do governo de D. João VI no Rio de Janeiro. Esse processo incluiu momentos decisivos, como a Independência em 1822, a consolidação do Império e a proclamação da República, em 1889.

A partir daí, o Brasil passou por diferentes fases políticas e institucionais. A partir de 1930, com a chegada de Getúlio Vargas ao poder, o Estado brasileiro assumiu um papel central na organização política, econômica e social do país, concentrando poderes, promovendo a industrialização e a intervenção na economia.

Após períodos de alternância democrática, o golpe militar de 1964 deu início a uma ditadura marcada pelo autoritarismo e pelo fortalecimento do Estado como agente controlador. Com a redemocratização na década de 1980, o Estado brasileiro passou por uma profunda transformação, consolidada na **Constituição de 1988**, que o redefiniu como um **Estado democrático de direito**, comprometido com a cidadania, os direitos humanos e a descentralização do poder.

2. ESTRUTURA E FUNCIONAMENTO DO ESTADO BRASILEIRO

Você já parou para pensar na gestão da educação pública, na elaboração das leis ou na organização das eleições? Já pensou na demarcação das terras indígenas, na proteção dos direitos humanos ou na segurança pública?

Pois bem, tudo isso envolve o Estado brasileiro, uma estrutura que garante o funcionamento da sociedade e organiza o poder, afetando diretamente a vida de todos/as nós. Saber como o Estado funciona é essencial para compreender o papel da

escola, o acesso a direitos como saúde, educação e segurança, e como todos/as nós podemos participar das decisões que afetam nossa vida.

É importante entender:

 Vivemos em uma sociedade onde a maior parte das normas, regras e dos serviços, são organizados por **instituições públicas que fazem parte do Estado**. Quando entendemos essa estrutura, conseguimos perceber como as leis são criadas, quem administra os recursos públicos e de que forma podemos cobrar nossos direitos e exercer nossos deveres como cidadãos e cidadãs.

2.1 O Estado

O Estado é uma organização formada por instituições que controlam e administram uma sociedade dentro de um território. Ele tem o poder de criar leis, garantir direitos, oferecer serviços e manter a ordem.



Para existir, o Estado precisa de três elementos básicos:

- ✓ **Povo** – as pessoas que fazem parte da sociedade.
- ✓ **Território** – o espaço físico onde esse povo vive.
- ✓ **Governo soberano** – quem organiza o funcionamento da sociedade.



Não confunda Estado, governo e nação

- ✓ **Estado**: é permanente e representa a estrutura legal e política de um país.
- ✓ **Governo**: é temporário e representa as pessoas que administram o Estado.
- ✓ **Nação**: é o pertencimento de um povo, com cultura e história.



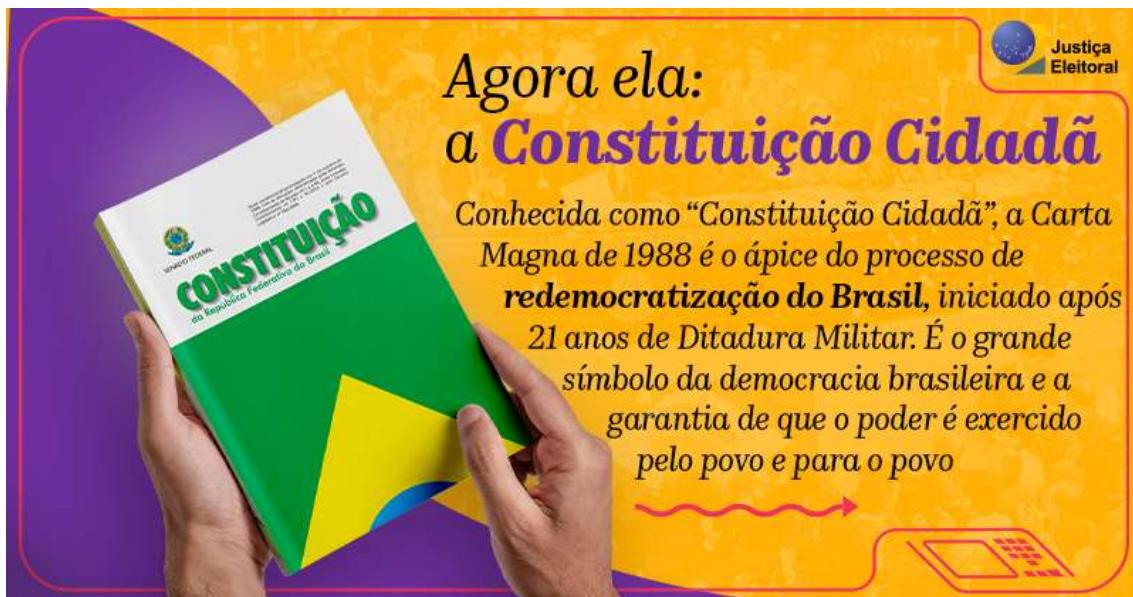
E o que a escola pública tem a ver com isso?

A escola pública é uma instituição do Estado, criada para garantir o direito à educação. É um direito conquistado, e que pode e deve ser defendido por todos/as.

Ainda que o governo seja soberano, a titularidade desse poder é do povo:

 **Art. 1º §u - CF 88** – Todo o poder emana do povo, que o exerce por meio de representantes eleitos ou diretamente, nos termos desta Constituição.

Imagen 27 – Constituição de 1988



Disponível em: x.com/TSEjusbr/status/1375050573360287745/Acesso 02/05/2025.

2.2 A Constituição de 1988

É a Constituição de 1988 que estabelece os fundamentos da República Federativa do Brasil. Vejamos artigo primeiro dos seus princípios fundamentais:

DOS PRINCÍPIOS FUNDAMENTAIS

Art. 1º A República Federativa do Brasil, formada pela união indissolúvel dos Estados e Municípios e do Distrito Federal, constitui-se em Estado democrático de direito e tem como fundamentos:

I – a soberania; II – a cidadania; III – a dignidade da pessoa humana; IV – os valores sociais do trabalho e da livre iniciativa; V – o pluralismo político.

Parágrafo único. Todo o poder emana do povo, que o exerce por meio de representantes eleitos ou diretamente, nos termos desta Constituição.

Disponível em: www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm/Acesso 03/05/2025.

A Constituição de 1988 define o Brasil como uma República Federativa e um Estado democrático de direito, o que significa que o poder deve ser exercido com base em leis e com participação popular. Essa declaração que compõe o parágrafo único do artigo 1º, por exemplo, remete a uma noção de poder comum às chamadas democracias representativas, onde o povo transfere a seus representantes o poder de legislar e administrar o Estado.

Essa ideia mostra apenas uma parte do poder, a que envolve a política e o Estado. No Brasil, por causa da grande diversidade e do sistema eleitoral, formam-se muitos partidos políticos, impossibilitando que haja um governo de um só partido. Por isso, o presidente precisa fazer alianças, no chamado "**presidencialismo de coalizão**".

É o que escreve **Luís Gustavo Faria Guimarães**:

👉 Ao analisar as especificidades do **modelo brasileiro**, Abranches previa – já em 1988 – que seria ‘improvável a emergência de governos sustentados por um só partido majoritário’, haja vista a heterogeneidade da população, as desigualdades regionais, as assimetrias do pacto federativo e o sistema proporcional para as eleições legislativas, que tende à fragmentação partidária na composição do Parlamento. Nesse sentido, por haver essa combinação singular entre o sistema multipartidário, o voto proporcional e um ‘presidencialismo imperial’, Abranches constatou a necessidade, quase iminente, de composição do Poder Executivo com base em **grandes coalizões de sustentação político-parlamentar**. A esse arranjo institucional Sérgio Abranches denominou de ‘**presidencialismo de coalizão**’ (GUIMARÃES, Luís Gustavo Faria. **O presidencialismo de coalizão no Brasil**. 1. ed. São Paulo: Blucher Open Access, 2020, p.138).

Art. 2º São Poderes da União, independentes e harmônicos entre si, o Legislativo, o Executivo e o Judiciário.

O **artigo 2º** da Constituição estabelece que todos os Poderes devem cooperar para garantir o bom funcionamento do Estado.

Imagen 28 - Interrelações entre os três poderes da República.



Imagen 29 – Diferenças entre Senado e Câmara



Disponível em: x.com/SenadoFederal/status/1701188848724619740 Acesso 03/05/2025.

<p>Art. 3º Constituem objetivos fundamentais da República Federativa do Brasil:</p>
<p>I - construir uma sociedade livre, justa e solidária; II - garantir o desenvolvimento nacional; III - erradicar a pobreza e a marginalização e reduzir as desigualdades sociais e regionais; IV - promover o bem de todos, sem preconceitos de origem, raça, sexo, cor, idade e quaisquer outras formas de discriminação.</p>

O artigo 3º da Constituição de 1988 reflete um projeto de país baseado em justiça, igualdade e inclusão. A concretização desses objetivos depende, em grande parte, de vontade política, participação popular e políticas públicas eficazes.

Art. 4º A República Federativa do Brasil rege-se nas suas relações internacionais pelos seguintes princípios:

I - independência nacional; II - prevalência dos direitos humanos; III - autodeterminação dos povos; IV - não-intervenção; V - igualdade entre os Estados; VI - defesa da paz; VII - solução pacífica dos conflitos; VIII - repúdio ao terrorismo e ao racismo; IX - cooperação entre os povos para o progresso da humanidade; X - concessão de asilo político.

Parágrafo único. A República Federativa do Brasil buscará a integração econômica, política, social e cultural dos povos da América Latina, visando à formação de uma comunidade latino-americana de nações.

O Brasil, segundo a Constituição, deve seguir princípios como paz, direitos humanos e cooperação internacional. É importante que a sociedade cobre das autoridades coerência e compromisso com esses princípios.

Vejamos como a Constituição define a organização do Estado brasileiro:

DA ORGANIZAÇÃO DO ESTADO

CAPÍTULO I

DA ORGANIZAÇÃO POLÍTICO-ADMINISTRATIVA

Art. 18. A organização político-administrativa da República Federativa do Brasil compreende a União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios, todos autônomos, nos termos desta Constituição.

§ 1º Brasília é a Capital Federal.

§ 2º Os Territórios Federais integram a União, e sua criação, transformação em Estado ou reintegração ao Estado de origem serão reguladas em lei complementar.

§ 3º Os Estados podem incorporar-se entre si, subdividir-se ou desmembrar-se para se anexarem a outros, ou formarem novos Estados ou Territórios Federais, mediante aprovação da população diretamente interessada, através de plebiscito, e do Congresso Nacional, por lei complementar.

§ 4º A criação, a incorporação, a fusão e o desmembramento de Municípios preservarão a continuidade e a unidade histórico-cultural do ambiente urbano, far-se-ão por lei estadual, obedecidos os requisitos previstos em lei complementar estadual, e dependerão de consulta prévia, mediante plebiscito, às populações diretamente interessadas.

Esse capítulo define como o Brasil é política e administrativamente organizado. Cada ente federativo (União, Estados, Distrito Federal e Municípios) tem seus próprios governos, leis e responsabilidades, mas todos devem respeitar os princípios da Constituição. O poder é descentralizado, com competências próprias para cada esfera, o que fortalece o federalismo e permite maior participação local na gestão pública.

Também é de fundamental importância observarmos a organização da administração pública na Constituição de 1988:

DA ORGANIZAÇÃO DO ESTADO

CAPÍTULO VII

DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

Art. 37. A administração pública direta e indireta de qualquer dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios obedecerá aos princípios de legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência

Os princípios que orientam a atuação da administração pública, devem assegurar que o poder público atue com responsabilidade.

- ✓ **Legalidade:** o gestor público só pode fazer o que a lei permite.
- ✓ **Impessoalidade:** as ações devem ser neutras, sem beneficiar pessoas ou grupos específicos.
- ✓ **Moralidade:** exige conduta ética, além do que é apenas legal.
- ✓ **Publicidade:** os atos precisam ser transparentes e acessíveis à população.
- ✓ **Eficiência:** busca-se usar bem os recursos e oferecer serviços de qualidade.

Mecanismos de controle e fiscalização: Tribunais de Contas e Controladorias.

Estado brasileiro: conceitos fundamentais para o debate público.

Antonio Lassance

Estado

- A palavra “Estado” vem do latim “status” – estado, situação, condição. Maquiavel, em “O Príncipe”, transportou definitivamente a noção de “status” para o campo político.

Entes federados

- Ente (do latim “entis”): aquele que é, que existe. A parte de um todo, tal como o parente é parte de uma família, e assim como a entidade é a representação de alguém, um grupo ou coletividade. São entes federados, ou seja, partes constitutivas da federação, a União (na esfera federal), os 26 estados, o Distrito Federal (DF) e cada um dos 5.568 municípios.

Distrito Federal e a Capital

- Uma capital (do latim “capitalis”, que por sua vez vem de “caput”, cabeça) é o centro onde as decisões de um reino ou de uma república são tomadas e onde suas maiores autoridades exercem suas funções. O tratamento dado ao território responsável por abrigar as capitais sempre denotou, muito claramente, a importância magnânima desse lugar para a organização do poder.

Administração pública e regulação da atuação do setor privado

- O Estado administra tudo aquilo que faz diretamente, com meios próprios: seus servidores, recursos financeiros e físicos ou pela contratação do serviço de terceiros. Regulação é tudo aquilo que o Estado não faz por conta própria, mas atribui ou permite ser realizado por agente privado. O Estado, portanto, administra e regula.

Órgãos do Poder Legislativo

- O Poder Legislativo é exercido no Brasil, em âmbito Federal, pelo Congresso Nacional, em processos decisórios separados por meio de dois órgãos (ou Casas, como também se costuma chamar): a Câmara dos Deputados e o Senado Federal (artigo 44 da

Constituição). Deputados e senadores são atores políticos eleitos. Por terem funções de Estado, são agentes públicos.

Órgãos do Poder Executivo

- O Poder Executivo, em âmbito federal, é exercido pelo presidente da República. Este é um poder unipessoal, exercido exclusivamente pelo agente público eleito para o cargo de presidente. Ministros são seus auxiliares. A presidência da República, ao contrário do que costumava dizer um ex-presidente, não é uma instituição. É o órgão que abriga administrativamente o presidente para que este exerça suas funções.

Órgãos do Poder Judiciário

- O Poder Judiciário é exercido por juízes, em varas e juizados (a chamada primeira instância), desembargadores (em órgãos colegiados de segunda instância) e ministros, nos tribunais superiores e no Supremo Tribunal Federal. Suas decisões podem ser monocráticas (dadas por um único magistrado) ou colegiadas, quando adotadas pelos órgãos colegiados, em maioria de votos.

Disponível em: pp.nexojornal.com.br/glossario/2022/03/21/estado-brasileiro/ Acesso 03/05/2025

Para refletir e produzir:

1. Quais são as principais funções do Estado brasileiro na garantia dos direitos fundamentais dos cidadãos?
2. De que forma o Estado brasileiro se organiza para equilibrar os poderes Executivo, Legislativo e Judiciário?
3. Como o Estado brasileiro pode atuar para reduzir as desigualdades sociais e promover maior inclusão social?

Sugestão de filmes – Eixo Temático 5:



A Constituição Brasileira - 30 Anos da Cidadania (2018) – Brasil.

- Gênero: Documentário.
- Direção: Belisário Franca.
- Celebra os 30 anos da Constituição de 1988.

EIXO TEMÁTICO 5 – SEÇÃO ENEM / VESTIBULARES

01. A Constituição Federal de 1988, conhecida como “Constituição Cidadã”, foi um marco para a democracia brasileira, garantindo direitos fundamentais e a organização do Estado democrático de direito. Entre as principais conquistas dessa Constituição estão a ampliação dos direitos sociais, civis e políticos.

A Constituição de 1988 estabelece

- a) o direito exclusivo do presidente da República de legislar sobre educação e saúde.
- b) a proibição de qualquer forma de manifestação cultural ou religiosa no território nacional.
- c) o reconhecimento da diversidade étnica e cultural da população brasileira, garantindo direitos aos povos indígenas.
- d) a restrição do direito ao voto apenas para maiores de 21 anos, excluindo jovens e analfabetos.
- e) a permissão para que o Estado exerça censura prévia sobre os meios de comunicação social.

02. A Constituição de 1988 é chamada de “Constituição Cidadã” por garantir direitos importantes. Representa um direito previsto nela

- a) o reconhecimento da diversidade étnica e cultural da população brasileira, garantindo direitos aos povos indígenas.
- b) o presidente pode legislar sozinho sobre saúde.
- c) manifestações culturais são proibidas.
- d) só maiores de 21 anos podem votar.
- e) o Estado pode censurar a imprensa antes da publicação.

03. A evolução do Estado brasileiro passou por diferentes fases, desde o período colonial até a contemporaneidade, refletindo mudanças políticas, econômicas e sociais. Entre essas fases, destaca-se a transição para o Estado Democrático de Direito com a Constituição de 1988.

Qual das alternativas a seguir melhor representa uma característica do Estado brasileiro após a promulgação da Constituição de 1988?

- a) a consolidação dos direitos sociais e políticos, promovendo a cidadania e a participação popular.
- b) a centralização do poder nas mãos do presidente, sem controle dos demais poderes.
- c) a restrição da liberdade de expressão para garantir a ordem pública.
- d) a suspensão dos direitos dos povos indígenas para facilitar a expansão econômica.
- e) o fim da democracia representativa, substituída por regimes autoritários.

04. A democracia é um sistema político baseado na participação popular e na garantia de direitos individuais e coletivos, tendo o Estado como sua estrutura organizadora. No Brasil, a Constituição de 1988 reforça os princípios democráticos como base do Estado.

Qual das alternativas abaixo expressa um princípio fundamental da democracia no Estado brasileiro?

- a) a separação dos poderes Executivo, Legislativo e Judiciário para garantir o equilíbrio e evitar abusos.
- b) a concentração do poder político no Executivo para maior eficiência governamental.
- c) a censura prévia dos meios de comunicação para proteger a imagem do governo.
- d) a exclusão de minorias políticas do processo eleitoral para garantir a estabilidade.
- e) a suspensão temporária dos direitos civis em períodos de crise econômica.

Referências do Eixo Temático 5

BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil de 1988. Brasília, DF: Presidência da República, [2024].

GUIMARÃES, Luís Gustavo Faria. **O presidencialismo de coalizão no Brasil.** 1. ed. São Paulo: Blucher Open Access, 2020.

NEXO-www.pp.nexojornal.com.br/glossario/2022/03/21/estado-brasileiro/Acesso 03/05/2025.

EIXO TEMÁTICO 6: ELEIÇÕES, SISTEMAS ELEITORAIS E PARTIDOS POLÍTICOS

BNCC – CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS APLICADAS

- ✓ **COMPETÊNCIA:** 6
- ✓ **HABILIDADES:** EM13CHS602 E EM13CHS603

Proporcionar a compreensão dos conceitos fundamentais sobre eleições, sistemas eleitorais e partidos políticos, destacando sua importância para a democracia, a representação popular e a participação cidadã.

1. INTRODUÇÃO AO SISTEMA ELEITORAL BRASILEIRO

Todos os dias vemos notícias sobre política, mas em época de eleições, mais ainda. Propaganda eleitoral na televisão, candidatos prometendo muita coisa, partidos políticos formando coligações... Assim, entender algumas questões é importante, como por exemplo: o que é um sistema eleitoral? O que os partidos políticos representam? Vamos entender como as regras do jogo político influenciam nossa vida, e como podemos influenciar as regras.

Imagen 30 – Urna eletrônica Justiça Eleitoral Brasil



Disponível em: www.tre-ac.jus.br/comunicacao/noticias/2024/Abril/auditoria-e-fiscalizacao-dos-sistemas-eleitorais-ocorrem-antes-durante-e-apos-eleicao/ Acesso 04/05/2025.

👉 A **urna eletrônica** da Justiça Eleitoral é utilizada em todo o Brasil desde 1996, e tem como objetivo tornar o processo de votação mais rápido, seguro e acessível, com recursos como o teclado em braile e a emissão de som para eleitores com deficiência visual.

Imagen 31 – Título Eleitoral

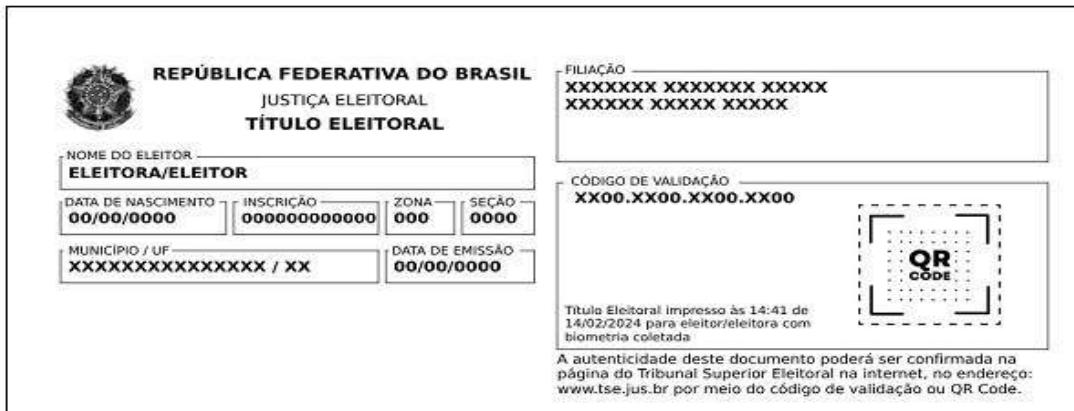


Disponível em: tre-rj.jus.br/institucional/memorial-da-justica-eleitoral-gaucha/acervo-titulos-eleitorais-na-historia/Acesso

04/05/2025.

 O **título de eleitor** criado em 1986 segue em vigor. Foi elaborado com base na Lei nº 7.444, de 20 de dezembro de 1985, que também regulamentou a revisão do eleitorado brasileiro e a implementação do processamento eletrônico de dados no alistamento dos cidadãos (Disponível em: tre-rj.jus.br/institucional/memorial-da-justica-eleitoral-gaucha/acervo-titulos-eleitorais-na-historia/Acesso 04/05/2025).

Imagen 32 – Título Eleitoral impresso



Disponível em: tre-rj.jus.br/comunicacao/noticias/2024/Julho/quer-imprimir-o-titulo-em-casa-saiba-como-fazer-pela-internet/Acesso 04/05/2025.

👉 Atualmente, o título eleitoral é impresso em papel comum, pelo próprio eleitor. A emissão do documento no formato de papel-moeda foi descontinuada pela Justiça Eleitoral de forma gradativa a partir de 2019. Possui um QR Code que o valida como documento oficial. (Disponível em: tre-rj.jus.br/comunicacao/noticias/2024/Julho/quer-imprimir-o-titulo-em-casa-saiba-como-fazer-pela-internet/ Acesso 04/05/2025).

2. SISTEMA ELEITORAL BRASILEIRO

👉 A **Constituição de 1988** disciplinou as condições de alistamento eleitoral e de **elegibilidade** (capacidade de ser eleito) em seu **artigo 14**. O voto é obrigatório para os maiores de 18 anos e facultativo para analfabetos, maiores de 70 anos e jovens maiores de 16 e menores de 18 anos. Apenas estrangeiros e conscritos (convocados para o serviço militar obrigatório) não podem alistar-se como eleitor e votar. Já para ser **elegível** são necessários a nacionalidade brasileira, a alfabetização, o pleno exercício dos direitos políticos, o alistamento, o domicílio eleitoral na circunscrição, a filiação partidária e uma idade mínima estabelecida para cada cargo (Disponível em: tre-sp.jus.br/comunicacao/noticias/2023/Outubro/35-anos-da-constituicao-direitos-politicos-voto-direto-e-eleicao-em-dois-turnos/ Acesso 04/05/2025).

As **eleições** são uma forma organizada de escolher quem vai assumir responsabilidades em um grupo ou no governo. Quando os países começaram a mudar, deixando de ser controlados por reis, rainhas e famílias ricas, e passaram a adotar **sistemas de governo mais democráticos**, as eleições ganharam mais importância. A partir daí, votar se tornou uma ferramenta essencial para escolher representantes e promover mais **participação e legitimidade nas decisões políticas**.

É importante entender:

👉 **Sistema eleitoral** é o conjunto de critérios utilizados para definir os vencedores em um processo eleitoral, a fórmula de disputa, portanto, do jogo eleitoral (Disponível em: [/eje.tre-ba.jus.br/pluginfile.php/18118/mod_resource/content/12/cartilha-final2/cartilha-sistemas-eleitorais.html/](http://eje.tre-ba.jus.br/pluginfile.php/18118/mod_resource/content/12/cartilha-final2/cartilha-sistemas-eleitorais.html) Acesso 03/05/2025).

👉 A **Lei 9.504/97**, chamada de **Lei das Eleições**, ajuda a garantir que as eleições no Brasil sejam justas, definindo regras sobre como os candidatos devem se registrar, como podem usar dinheiro nas campanhas, fazer propaganda, formar alianças

entre partidos e outros detalhes importantes (Disponível em: direito.idp.edu.br/idp-learning/direito-eleitoral/lei-das-eleicoes/Acesso 03/05-2025).

As **eleições no Brasil** acontecem de acordo com o sistema eleitoral, que é regulado pelo **Tribunal Superior Eleitoral** (TSE), órgão máximo da **Justiça Eleitoral** com atuação em todo o país. Segundo o **artigo 14 da Constituição**, a soberania popular é exercida por meio do sufrágio universal e do voto direto e secreto, com valor igual para todos.

CONSTITUIÇÃO DE 1988 – ARTIGO 14

⇒ O voto é obrigatório para pessoas com idade entre 18 e 70 anos.

O voto é opcional para:

- Analfabetos;
- Pessoas com 16 ou 17 anos;
- Pessoas com mais de 70 anos.

Para se candidatar a um cargo político no Brasil, é preciso:

- Ter nacionalidade brasileira (nato ou naturalizado);
- Estar filiado a um partido político (não existe candidatura independente);
- Estar em pleno exercício dos direitos políticos;
- Ter domicílio eleitoral na região onde pretende concorrer há pelo menos um ano antes da eleição;
- Ter a idade mínima exigida para o cargo, conforme abaixo:
 - a) trinta e cinco anos para Presidente e Vice-Presidente da República e Senador;
 - b) trinta anos para Governador e Vice-Governador de Estado e do Distrito Federal;
 - c) vinte e um anos para Deputado Federal, Deputado Estadual ou Distrital, Prefeito, Vice-Prefeito e juiz de paz;
 - d) dezoito anos para Vereador.

Nas eleições existem regras definidas para escolher os/as vencedores/as, e cada sistema tem seu jeito próprio de funcionar. O **sistema eleitoral brasileiro**, por exemplo, é dividido em **majoritário e proporcional**, e o/a vencedor/a da eleição dependerá do sistema adotado. Se o sistema eleitoral for majoritário, o/a vencedor/a será o/a mais/a votado/a. Se o sistema for proporcional, pode ser que alguém com menos votos seja eleito/a e alguém com mais votos perca a disputa.

Nas eleições para **prefeito/a, governador/a, senador/a e presidente/a**, é o sistema **majoritário**, vence quem recebe mais votos. Já para **vereador/a e deputado/a** (estadual, distrital e federal), é o sistema **proporcional**, sendo eleitos/as vários/as candidatos/as para representar diferentes ideias e grupos sociais, pois o sistema busca dar espaço também aos grupos menores não só aos mais votados/as. Dessa forma, mais pessoas podem participar das decisões políticas do país.

Imagen 33 – Sistemas eleitorais no Brasil



Disponível em: x.com/TSEjusbr/status/1821257680562114638/Acesso 03/05/2025.

Para não esquecer:

👉 Enquanto o **sistema majoritário** é adotado para cargos do poder executivo e para o senado, o **sistema proporcional** é aplicado para a eleição de deputados e vereadores.

É importante destacar que no **sistema proporcional**, usado para eleger **vereadores e deputados**, as vagas são divididas entre os partidos conforme a quantidade de votos que eles recebem, isto é, os partidos com mais votos ganham mais cadeiras. A ideia é que o número de representantes de cada partido seja parecido com o apoio que ele teve nas eleições. Por isso, nem sempre os candidatos mais votados são os que entram, pois depende também dos votos no partido.

Nas eleições para **vereadores e deputados**, o número de votos que um candidato precisa para se eleger depende do total de votos válidos, das vagas disponíveis e dos votos que seu partido recebeu. O **quociente eleitoral** mostra **quantos votos um partido precisa para conseguir uma cadeira**. Em geral, um candidato também precisa ter pelo menos 10% desse número para poder ser eleito.

Vejamos a regra na divisão de vagas dos deputados:

Imagen 34 – Cálculo quociente eleitoral

DIVISÃO DE VAGAS DOS DEPUTADOS
1ª ETAPA - QUOCIENTE ELEITORAL

REGRA
os votos válidos são divididos pelo total de vagas em disputa. O resultado é o quociente eleitoral

1 é calculado o quociente eleitoral

$$\frac{\text{total de votos válidos}}{\text{nº de vagas em disputa}} = \text{quociente eleitoral}$$

exemplo: $\frac{1,5 \text{ mil de votos}}{15 \text{ vagas}} = 100$

neste exemplo, cada 100 votos dá direito a 1 deputado

quem participa desta etapa

- partidos com 100% ou mais do quociente eleitoral
- candidatos com 10% ou mais do quociente eleitoral

*as frações são desconsideradas
fonte: Cientista político Alexandre Basílio, ADI 7.263, código eleitoral, lei nº 12.211 de 1º de outubro de 2021

PODER 360

 O **quociente eleitoral** é a quantidade de votos necessária para que um partido político, ou uma federação partidária, conquiste uma cadeira de vereador ou deputado nas eleições (Disponível: eje.tre-ba.jus.br/pluginfile.php/18118/mod_resource/content/12/cartilha-final2/cartilha-sistemas-eleitorais.html/Acesso 03/05/2025).

 O **quociente partidário** serve para saber quantas cadeiras um partido vai ocupar. Ele é calculado dividindo os votos do partido pelo quociente eleitoral. Esse cálculo é feito separadamente para cada cargo, como deputado estadual e federal ((Disponível:eje.tre-ba.jus.br/pluginfile.php/18118/mod_resource/content/12/cartilha-final2/cartilha-sistemas-eleitorais.html/Acesso 03/05/2025).

Entenda aspectos importantes sobre o voto:

 **Voto branco e voto nulo não anulam a eleição.** É mentira o que falam na internet. Se a maioria dos votos for branca ou nula, ou se a maioria dos eleitores nem for votar, não importa, o que vale são os votos dados aos candidatos e seus partidos (Disponível [em:eje.tre-ba.jus.br/pluginfile.php/18118/mod_resource/content/12/cartilha-final2/cartilha-sistemas-eleitorais.html](http://eje.tre-ba.jus.br/pluginfile.php/18118/mod_resource/content/12/cartilha-final2/cartilha-sistemas-eleitorais.html)/Acesso 03/05/2025)

 **O voto de legenda** é quando o eleitor não escolhe um candidato, mas sim o partido. Em vez de digitar o número completo de um candidato, ele digita só o número do partido na urna, ajudando a conseguir mais vagas (cadeiras) para eleger seus representantes (Disponível [em:eje.tre-ba.jus.br/pluginfile.php/18118/mod_resource/content/12/cartilha-final2/cartilha-sistemas-eleitorais.html](http://eje.tre-ba.jus.br/pluginfile.php/18118/mod_resource/content/12/cartilha-final2/cartilha-sistemas-eleitorais.html)/Acesso 03/05/2025).

Atenção para um projeto em curso e seus impactos:

A Câmara dos Deputados aprovou em 06 de maio de 2025, o **PLP 177 de 2023**. O texto cumpre decisão do STF, que determinou ao Congresso criar uma lei para **redistribuir o número de deputados conforme a população dos Estados** até 30 de junho de 2025. Com a mudança aprovada pelo Congresso, nove Estados devem ter mais deputados: Pará e Santa Catarina ganham quatro novas cadeiras cada; Mato Grosso, Rio Grande do Norte e Amazonas terão dois deputados a mais cada um; Ceará, Goiás, Minas Gerais e Paraná ganham mais um deputado cada.

De acordo com reportagem da BBC Brasil, publicada em 25 de junho, o **cientista político Eduardo Grin**, professor da Fundação Getulio Vargas (FGV), avalia que, em vez de enfrentar a questão central, a revisão dos princípios que definem os limites mínimos e máximos de representação de cada Estado, o Congresso Nacional optou por uma solução que evita confrontar a elite política atualmente representada no Parlamento. Segundo Grin, essa decisão resulta em **desigualdade na representação, pois a população de alguns Estados passa a ter mais peso político do que a de outros.**

Na perspectiva democrática, essa situação fere o princípio básico de que cada pessoa deve ter direito a um voto com igual peso, princípio que, segundo o professor, já não vinha sendo respeitado e continuará a não ser. Ele também aponta que, ao descumprir a regra constitucional de proporcionalidade, o aumento no número de deputados poderá ser questionado no Supremo Tribunal Federal (STF), embora considere improvável que a Corte se envolva nessa questão, dada a quantidade de disputas em andamento entre o STF e o Congresso.

Grin destaca ainda que essa discussão já está superada e que, a partir das eleições de 2026, mais 18 parlamentares deverão ser incluídos na Câmara dos Deputados. Da mesma forma, ele considera improvável que o presidente Lula vete o projeto, pois já enfrenta outras disputas relevantes com o Congresso, como a questão do aumento do IOF e a reforma do Imposto de Renda.

Dessa forma, para o cientista político, o ponto mais importante para a democracia é a existência de uma regra clara, compreensível para a população e que assegure a representação proporcional de todos os Estados na Câmara dos Deputados.

Vamos refletir e discutir:

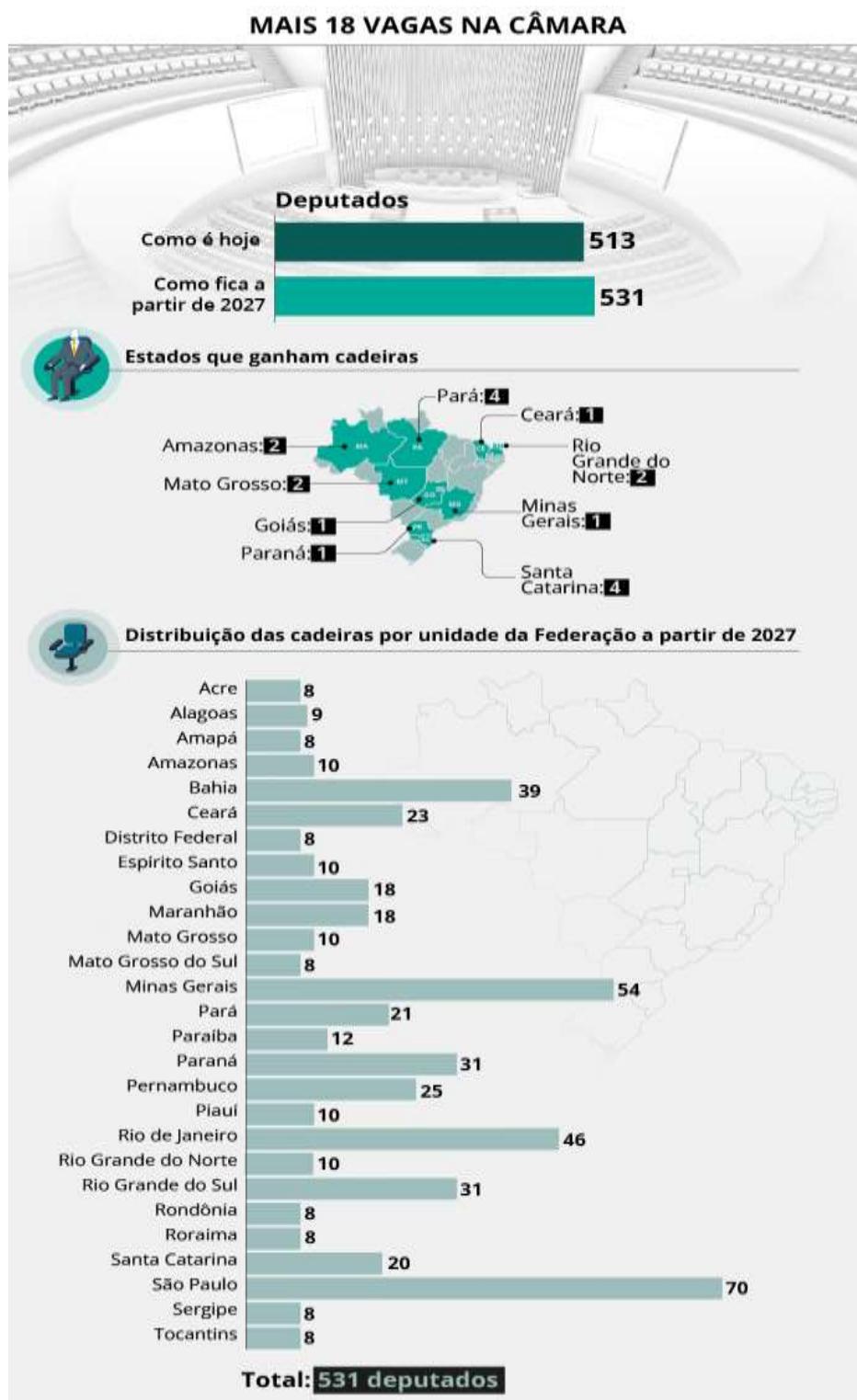
- Se a regra atual de distribuição das cadeiras na Câmara dos Deputados perpetua a desigualdade na representação entre os Estados, como justificar democraticamente a manutenção de um sistema que viola o princípio do “um cidadão, um voto”, e quais seriam as consequências políticas de enfrentar diretamente essa distorção?

Imagen 35 – Evolução do número de deputados



Disponível em: poder360.com.br/poder-congresso/camara-cresce-de-205-para-531-deputados-em-137-anos/ Acesso 04/05/2025.

Imagen 36 - Distribuição das cadeiras por unidade da Federação a partir de 2027.



Fonte: versão aprovada por Câmara e Senado ao PLP 177/23

Arte: Agência Câmara 26/06/25

Disponível em: camara.leg.br/noticias/1172995-camara-aprova-projeto-que-aumenta-de-513-para-531-o-numero-de-deputados-federais/ Acesso em: 01/07/2025.

Texto Complementar

Para que mais 18 deputados federais?

Jairo Nicolau

Jornal O Globo, 29/06/2025

Por incrível que pareça, no agregado, a distorção da representação dos estados piorou em relação ao que é hoje.

O Brasil terá mais 18 deputados federais. O Congresso decidiu pelo aumento na semana passada. A proposta foi aprovada no Senado, por 41 votos (o mínimo necessário), com o plenário esvaziado em virtude das festas de São-João. Em meio às discussões sobre o que fazer com o IOF e o desempenho dos times brasileiros no Mundial de Clubes, pouca gente deu a notícia.

A Constituição, no artigo 45, dá um tratamento genérico ao tema. O texto estabelece que o total de deputados e a representação por estado e pelo Distrito Federal devem ser proporcionais à população, com os ajustes necessários, realizados no ano anterior às eleições. Esses ajustes devem ser feitos respeitando a regra de que nenhum estado pode ter menos de oito ou mais de 70 deputados.

Portanto os congressistas têm autonomia para decidir o total de representantes na Câmara, bem como para interpretar a regra da proporcionalidade. O esperado era que, depois da divulgação de cada Censo, os ajustes na representação dos estados fossem realizados. Mas isso aconteceu apenas uma vez, em 1993. Por isso a bancada dos estados na Câmara é a mesma desde 1994.

Ao longo de três décadas, alguns estados perderam população, e outros ganharam. A inércia prevaleceu. Nenhuma mudança foi feita depois da divulgação dos dados dos Censos de 2000 e 2010. O STF entendeu que os ajustes deveriam ser realizados com a divulgação dos dados do Censo de 2022. Por isso deu um prazo que acaba amanhã. E o Congresso conseguiu. Aprovou a nova regra cinco dias antes do dia derradeiro.

Os Estados Unidos têm uma Câmara menor que a do Brasil. São 435 parlamentares, distribuídos de maneira rigorosamente proporcional entre os estados. A cada dez anos, desde o século XVIII, as cadeiras são redistribuídas entre os estados, com alguns perdendo e outros ganhando.

Os congressistas brasileiros inovaram em 2025. Em vez de redistribuir as 513 cadeiras entre os estados, o que implicaria alguns perderem cadeiras, inventaram uma fórmula para que nenhum estado fosse prejudicado. Para isso, estabeleceram um número arbitrário de 18 cadeiras a mais.

Há um detalhe que não pode ser perdido de vista. As 531 cadeiras não foram redistribuídas proporcionalmente entre os estados. Isso faria o Rio de Janeiro perder duas vagas, e outros 13 estados também ficariam com bancadas alteradas.

Desconfio de que a nova distribuição foi feita “no olho”, e não com base numa fórmula matemática. Isso explica que o Amazonas, com 3,9 milhões de habitantes, tenha ficado com dez cadeiras e a Paraíba, com população quase idêntica, tenha ficado com 12.

O leitor deve estar se perguntando: a distorção da representação dos estados diminuiu? Alguns estados, como Pará e Santa Catarina, antes muito sub-representados, receberam cadeiras e melhoraram a situação. Mas, por incrível que pareça, no agregado, a distorção da representação estadual piorou em relação ao que é hoje.

Além das correções arbitrárias, a razão é que, como o tamanho da Câmara aumentou, São Paulo ficou ainda mais sub-representado. O estado tinha 13,6% de cadeiras e passará a ter 13,2%.

Os congressistas justificaram o aumento de deputados como único caminho para garantir a proporcionalidade. A proposta é tecnicamente frágil e ainda piorou, no agregado, a situação atual. Melhor que não tivessem feito nada. Em pesquisa feita pelo Datafolha, 76% dos brasileiros disseram ser contra o aumento no número de deputados. Já comecei a receber mensagens de uma nova campanha no WhatsApp: “Não precisamos de mais deputados”.

As razões que movem os eleitores são as conhecidas. Mais deputados significa mais recursos gastos com salários dos parlamentares, seus assessores e estrutura na Câmara. Significa milhões a mais de emendas do Orçamento (ou alguém tem a ilusão de que os valores atuais de cada um serão diminuídos?).

Também não precisamos de mais deputados pelas razões que eles alegaram: corrigir a distorção das bancadas. Um truque desnecessário, mostrando mais uma vez que nossos representantes estão descolados dos interesses de seus representados.

Para refletir e produzir:

1. Por que, segundo Jairo Nicolau, a decisão do Congresso de aumentar o número de deputados não resolve o problema da distorção na representação dos estados?
2. Quais seriam as consequências políticas e financeiras do aumento de 18 cadeiras na Câmara dos Deputados, de acordo com o autor do texto?
3. De que forma o modelo de redistribuição de cadeiras nos Estados Unidos, mencionado no texto, difere do que foi feito no Brasil em 2025?
4. Por que o autor considera que os ajustes na distribuição de deputados foram feitos de forma arbitrária, e como isso impacta a legitimidade democrática da representação?

3. PARTIDOS POLÍTICOS

Desde o século XVIII, pensadores como Edmund Burke, Benjamin Constant e outros, estudaram os partidos políticos para entender seu papel na política. Burke dizia que partidos eram grupos unidos para promover o interesse do país. Constant via os partidos como reuniões de pessoas com as mesmas ideias políticas. No século XX, autores como Max Weber e Hans Kelsen, por exemplo, reforçaram que partidos são grupos organizados que buscam participar da vida política.

👉 Os **partidos políticos** são essenciais no sistema democrático brasileiro. Segundo a Constituição de 1988, só pode se candidatar quem for filiado a um partido. Eles são regulados pela Constituição, pela **Lei dos Partidos** (Lei 9.096/95) e pela **Lei das Eleições** (Lei 9.504/97), que tratam da filiação, coligações e federações partidárias (Disponível em: eje.tre-ba.jus.br/pluginfile.php/18118/mod_resource/content/12/cartilha-final2/cartilha-partidos-politicos.html. Acesso 05/05/2025).

Em artigo intitulado *O que sabemos sobre a organização dos partidos políticos: uma avaliação de 100 anos de literatura*, publicado em 2013 na revista Debates, da UFRGS, o cientista político **Osvaldo Amaral** revisa cem anos de estudos sobre a organização interna dos partidos políticos e como ela afeta seu funcionamento, desempenho eleitoral e papel na democracia.

Ele mostra que surgiram diferentes modelos partidários, influenciados por mudanças sociais, tecnológicas e institucionais, e destaca a importância das regras

internas, do financiamento e da relação com os eleitores para compreender os partidos nas democracias atuais. Amaral também destaca que **a democracia representativa depende fortemente dos partidos políticos**, pois são eles que desempenham funções essenciais para o seu funcionamento, como por exemplo, ao organizar a competição eleitoral, lançando candidatos, apresentando programas e oferecendo opções para que os eleitores possam escolher de forma clara e ordenada.

Os partidos também agregam interesses, reunindo diferentes demandas e opiniões da sociedade em propostas políticas mais amplas e coerentes, o que permite transformar diversas vozes em programas de governo. Dessa forma, os partidos atuam na governança e na condução dos trabalhos legislativos, ajudando a formar governos, indicar ministros ou secretários e coordenar as atividades do Parlamento, como a elaboração e a votação de leis, além da fiscalização do Executivo.

De acordo com **Maria do Socorro Sousa Braga**, coordenadora do Núcleo de Estudos dos Partidos Políticos Latino-Americanos da UFSCar, **os partidos e o sistema partidário brasileiros são essenciais para a democracia**. Eles ajudam a escolher quem vai ocupar cargos políticos, organizam as eleições e permitem que diferentes ideias disputem de forma organizada. Além disso, são responsáveis por governar cidades, estados e o país, sempre dentro das regras da democracia.

No Brasil, existem mais de 30 partidos políticos registrados no Tribunal Superior Eleitoral, cada um representando diferentes grupos sociais.

Imagen 37 – Siglas partidárias do Brasil.



Para refletir e produzir:

1. Como o sistema eleitoral brasileiro influencia a composição do Congresso Nacional?
2. Por que as eleições são fundamentais para o funcionamento da democracia?
3. Por que os partidos políticos são importantes para a democracia?

Sugestão de filmes – Eixo Temático 6:

 **Cercados** (2020) – Brasil.

- Gênero: Documentário / Jornalismo / Político.
- Direção: Caio Cavechini.
- Analisa o papel da desinformação nas eleições e na crise democrática do Brasil.

EIXO TEMÁTICO 6 – SEÇÃO ENEM / VESTIBULARES

01. As eleições são um mecanismo fundamental da democracia brasileira, permitindo a escolha de representantes por meio do voto direto e secreto. A Constituição de 1988 estabeleceu princípios para garantir a transparência e a participação popular nesse processo.

Qual das alternativas abaixo representa uma característica das eleições no Brasil?

- a) o voto obrigatório para todos os cidadãos alfabetizados entre 18 e 70 anos.
- b) a exclusão do voto para pessoas com mais de 60 anos.
- c) a votação aberta, permitindo que os eleitores mostrem em quem votaram.
- d) a proibição do uso da internet para divulgação de candidaturas.

02. Apesar dos avanços na participação feminina na política brasileira, as mulheres ainda enfrentam desafios para ocupar cargos eletivos e exercer liderança política. A Constituição de 1988 assegura a igualdade de direitos, mas a representatividade feminina ainda é limitada.

Uma medida que busca aumentar a participação das mulheres na política no Brasil é

- a) a proibição de mulheres concorrerem a cargos executivos.
- b) a exclusão de mulheres das campanhas eleitorais para cargos legislativos.
- c) a restrição do voto feminino em eleições municipais.
- d) a permissão para que apenas homens possam liderar partidos políticos.
- e) a exigência de reserva mínima de candidaturas femininas nos partidos políticos.

03. Marielle Franco foi uma vereadora do Rio de Janeiro conhecida por sua atuação em defesa dos direitos humanos, das mulheres, das populações negras e das comunidades periféricas. Seu assassinato, em 2018, evidenciou a violência política no Brasil, especialmente contra lideranças sociais.

Considerando o contexto da violência política no país, qual das alternativas abaixo representa um problema que contribui para a violência contra lideranças sociais?

- a) a proteção das lideranças políticas e sociais contra ameaças e agressões.
- b) a ausência de mecanismos eficazes para garantir a segurança dessas lideranças.
- c) a garantia irrestrita da liberdade de expressão para todos os cidadãos.
- d) a ampliação dos direitos humanos em todas as esferas sociais.
- e) o incentivo à participação política de mulheres e negros.

04. A urna eletrônica brasileira é usada para garantir a segurança e agilidade nas eleições. Porém, enfrenta desafios relacionados à confiança pública.

Um benefício e um desafio do uso da urna eletrônica?

- a) rapidez na apuração e desconfiança de parte da população.
- b) lentidão na apuração e total transparência.
- c) voto aberto e vulnerabilidade a fraudes.
- d) exclusão digital e demora nos resultados.
- e) voto manual e manipulação do processo.

Referências Eixo Temático 6:

AMARAL, Oswaldo E. do. O que sabemos sobre a organização dos partidos políticos? Uma avaliação de 100 anos de literatura. **Opinião Pública**, Campinas, v. 26, n. 1, p. 120-140, 2020.

BBC – Disponível em: [bbc.com/portuguese/articles/c4gdzrj8vy2o](https://www.bbc.com/portuguese/articles/c4gdzrj8vy2o) Acesso 01/07/2025.

BRASIL. Tribunal Regional Eleitoral do Rio Grande do Sul. Acervo: títulos eleitorais na história. Disponível em: <https://www.tre-rs.jus.br/institucional/memorial-da-justica-eleitoral-gaucha/acervo-titulos-eleitorais-na-historia/>. Acesso em: 4 maio 2025.

BRASIL. Tribunal Regional Eleitoral do Rio de Janeiro. Quer imprimir o título em casa? Saiba como fazer pela internet. Julho 2024. Disponível em: <https://www.tre-rj.jus.br/comunicacao/noticias/2024/Julho/quer-imprimir-o-titulo-em-casa-saiba-como-fazer-pela-internet/>. Acesso em: 4 maio 2025.

BRASIL. Tribunal Regional Eleitoral de São Paulo. 35 anos da Constituição: direitos políticos, voto direto e eleição em dois turnos. Outubro 2023. Disponível em: <https://www.tre-sp.jus.br/comunicacao/noticias/2023/Outubro/35-anos-da-constituicao-direitos-politicos-voto-direto-e-eleicao-em-dois-turnos/>. Acesso em: 4 maio 2025.

BRASIL. Tribunal Regional Eleitoral da Bahia. Cartilha sobre sistemas eleitorais. Disponível em: https://eje.tre-ba.jus.br/pluginfile.php/18118/mod_resource/content/12/cartilha-final2/cartilha-sistemas-eleitorais.html. Acesso em: 3 maio 2025.

INSTITUTO BRASILIENSE DE DIREITO PÚBLICO. Lei das eleições – IDP Learning. Disponível em: <https://direito.idp.edu.br/idp-learning/direito-eleitoral/lei-das-eleicoes/>. Acesso em: 3 maio 2025.

G1. Brasil tem a eleição mais apertada para presidente desde a redemocratização. 30 out. 2022. Disponível em: <https://g1.globo.com/politica/eleicoes/2022/eleicao-em-numeros/noticia/2022/10/30/brasil-tem-a-eleicao-mais-apertada-para-presidente-desde-a-redemocratizacao.ghtml>. Acesso em: 3 maio 2025.

TRIBUNAL SUPERIOR ELEITORAL. [@TSEjusbr]. Publicação sobre eleições [postagem em rede social]. X (antigo Twitter), 28 abr. 2025. Disponível em: <https://x.com/TSEjusbr/status/1821257680562114638>. Acesso em: 3 maio 2025.

BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil de 1988. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm. Acesso em: 4 maio 2025.

PODER360. Câmara cresce de 205 para 531 deputados em 137 anos. Disponível em: <https://www.poder360.com.br/poder-congresso/camara-cresce-de-205-para-531-deputados-em-137-anos/>. Acesso em: 4 maio 2025.

PODER360. Saiba quem presidirá os partidos políticos em 2025. Disponível em: <https://www.poder360.com.br/partidos-politicos/saiba-quem-presidira-os-partidos-politicos-em-2025/>. Acesso em: 5 maio 2025.

EIXO TEMÁTICO 7: POLÍTICAS PÚBLICAS

BNCC – CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS APLICADAS

- ✓ **COMPETÊNCIAS:** 4 E 5
- ✓ **HABILIDADES:** EM13CHS402, EM13CHS403 E EM13CHS502.

Proporcionar a compreensão de aspectos teóricos e conceituais relacionados à formulação, implementação e avaliação de políticas públicas, destacando seus fundamentos, atores envolvidos, instrumentos de ação e impactos na sociedade.

1. POLÍTICA PÚBLICA: O QUE ISSO TEM A VER COMIGO?

Comida

Titãs

Bebida é água

Comida é pasto

Você tem sede de quê?

Você tem fome de quê?

A gente não quer só comida

A gente quer comida, diversão e arte

A gente não quer só comida

A gente quer saída para qualquer parte

A gente não quer só comida

A gente quer bebida, diversão, balé

A gente não quer só comida

A gente quer a vida como a vida quer...

A letra da música *Comida*, de 1987, da banda Titãs, nos remete a uma reflexão sobre como as pessoas precisam de muito mais do que apenas o básico para viver, como água e comida. Ela destaca que todos nós também necessitamos e queremos arte, cultura, lazer, liberdade e felicidade, e isso tem muito a ver com **políticas públicas**.

Imagine acordar e descobrir, por exemplo, que a escola está sem merenda, o posto de saúde fechou, o bolsa família foi suspenso, o pé-de-meia também, e o ônibus

que leva você para aula parou de circular. Parece um caos? Isso tudo tem a ver com política pública.

Diante disso, é fundamental que nós possamos compreender que **política pública** não é só coisa de político ou de quem trabalha no governo. É algo que afeta diretamente a nossa vida, a vida da nossa família e da nossa comunidade. É através das políticas públicas que o governo decide como vai atuar em áreas como **saúde, educação, segurança, cultura, emprego, desenvolvimento econômico, infraestrutura, meio ambiente, direitos humanos**, entre outras. Afinal, viver com dignidade vai além de sobreviver, é ter acesso a tudo o que faz a vida valer a pena.

Imagen 38 – Algumas áreas de atuação das políticas públicas



Disponível em:cambiodemichoacan.com.mx/2022/10/05/el-concepto-de-la-politica-publica/Acesso 06/05/2025.

Lembrando que diversos/as estudiosos/as ajudam a entender como o governo decide. Lasswell, por exemplo, diz que é preciso entender o processo de formulação de políticas como um ciclo que envolve diferentes atores e interesses, destacando a necessidade de uma abordagem científica para a análise das políticas públicas. Já Kingdon destaca que políticas públicas surgem quando problema, solução e momento certo se encontram.

Não podemos deixar de entender que as **decisões políticas** envolvem, sem dúvida, muitos interesses. Algumas teorias destacam mudanças lentas, e outras, o interesse pessoal dos políticos. No entanto, o que deve falar mais alto são os **interesses da sociedade**, e entender isso importa porque **essas escolhas afetam nosso dia a dia**.

2. O QUE SÃO POLÍTICAS PÚBLICAS E PARA QUE SERVEM?

👉 **Política Pública** é uma diretriz elaborada para **enfrentar um problema público** e possui dois elementos fundamentais: intencionalidade pública e resposta a um problema público; em outras palavras, a razão para o estabelecimento de uma política pública é o tratamento ou a **resolução de um problema entendido como coletivamente relevante** (SECCHI, Leonardo. **Políticas Públicas**: conceitos, esquemas de análises, casos práticos. São Paulo: Editora Cengage Learning, 2013, p.2).

Levando em conta a definição de Secchi, podemos entender **políticas públicas** como o conjunto de decisões, ações e estratégias adotadas pelo Estado com o objetivo de **melhorar a vida das pessoas**. Elas são planejadas com base em metas e objetivos que buscam promover o bem-estar coletivo, como por exemplo, a criação de programas de saúde, educação, moradia, segurança, cultura, transporte, entre outros. São fundamentais para **garantir direitos e reduzir desigualdades**.

É importante compreender:

👉 Uma política pública, desse modo, pode ser considerada um **programa de ação** de um **governo**, que pode ser executada pelos próprios órgãos governamentais ou por **organizações do terceiro setor** (ONGs, OSCIPs, fundações etc.) investidas de **poder público** e legitimidade governamental pelo estabelecimento de parcerias com o Estado (DIAS, Reinaldo; MATOS, Fernanda. **Políticas públicas**: princípios, propósitos e processos. São Paulo: Atlas, 2012, p.14).

Para entender bem para que servem as políticas públicas:

- ✓ Melhorar a vida das pessoas;
- ✓ Garantir direitos;
- ✓ Reduzir desigualdades;
- ✓ Promover o bem estar social;
- ✓ Fomentar o desenvolvimento econômico sustentável.

👉 As **políticas públicas** também desempenham um papel crucial na **resposta a crises emergentes**, como desastres naturais ou pandemias, quando são necessárias ações rápidas e coordenadas para mitigar impactos negativos.

3. O CICLO DAS POLÍTICAS PÚBLICAS

Inicialmente, é importante entender que criar e aplicar uma **política pública** é, antes de tudo, **um ato político**. Nesse processo, grupos com interesses iguais ou opositos se mobilizam para tentar impor a sua visão, influenciando na formação da agenda pública.

Dias e Matos classifica esses grupos como atores sociais e políticos (estatais e privados) que assumem a seguinte função:

👉 [...] **influenciar** de algum modo as políticas governamentais, defendendo seus interesses próprios ou dos grupos que representam. Suas práticas são diversas, podendo empregar diversos meios para defender seus interesses: a **pressão** pura e simples através do lobby; a greve; mobilizações; participação nas reuniões etc., de tal modo que as políticas públicas constituem o resultado das ações tomadas por esses **vários atores** que influenciam o processo de **formulação das políticas públicas** (DIAS, Reinaldo; MATOS, Fernanda. **Políticas públicas: princípios, propósitos e processos**. São Paulo: Atlas, 2012, p.39-40).

Nesse processo, inicia-se o que muitos autores chamam de **ciclo das políticas públicas**, com a identificação do problema que se quer enfrentar e a **definição da agenda**.

Para Dias e Matos:

👉 Toda **construção de agendas** envolve um processo altamente seletivo, em que concorrem os problemas com diversas hierarquias de prioridades, que em geral são bastante heterogêneas. Toda incorporação de um problema à agenda é resultado de divergências de opinião, normas formais e não formais, interesses, percepções e juízos que percorrem um caminho que passa pela opinião pública (DIAS, Reinaldo; MATOS, Fernanda. **Políticas públicas: princípios, propósitos e processos**. São Paulo: Atlas, 2012, p.73).

Na visão de Dias e Matos, a criação de **agendas públicas** envolve **escolher** quais problemas merecem atenção, entre muitos com diferentes níveis de prioridade. Essa escolha depende de opiniões, normas e interesses diversos, como ideias e valores

de grupos políticos, por exemplo, e a **opinião pública**, que tem papel importante nesse **processo de decisão**.

E observando essa importância da opinião pública, em 2023 foi lançada pelo **governo federal** a plataforma **Brasil Participativo**, um espaço para que os cidadãos e as cidadãs possam sugerir a criação e melhorias de **políticas públicas** no país.

Imagen 39 – Brasil participativo – programa promoção da cidadania MDHC



Disponível em: gov.br/mdh/pt-br/assuntos/noticias/2023/junho/brasil-participativo-em-defesa-da-dignidade-humana-vote-na-proposta-do-mdhc-como-uma-das-acoes-prioritarias-do-governo-para-os-proximos-anos/ Acesso 06/05/2025.

Em 2022, dentro desse processo de democratização do Estado e de ampliação da cidadania, o **Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada** (Ipea) criou o **Catálogo de Políticas Públicas**, reunindo informações sobre as ações do governo federal nas últimas décadas e ajudando a organizar, divulgar e dar mais transparência às políticas públicas feitas no Brasil. O catálogo reúne, em um só lugar, várias ações do governo em áreas como administração, direitos humanos, assistência social, segurança, justiça, entre outras.

Imagen 40 – Catálogo de políticas públicas Ipea



Disponível em: catalogo.ipea.gov.br/ Acesso 06/05/2025.

O **ciclo das políticas públicas**, explica as etapas pelas quais o governo age para resolver problemas da sociedade. Desde a **formação da agenda**, quando um problema público é reconhecido e precisa de atenção, passando pela **formulação de políticas**, em que são pensadas possíveis soluções, até a **tomada de decisão**, a **implementação** e a **avaliação**, em que se avalia se a política pública funcionou bem ou se precisa de ajustes.

Observe como funciona o **ciclo das políticas públicas**:

Imagen 41 – O ciclo das políticas públicas



Disponível em: www.politize.com.br/ciclo-politicas-publicas/ Acesso 06/05/2025.

Não esqueça que as políticas públicas podem ser:

- ✓ **Distributivas** – Ex.: distribuição de preservativos e absorventes.
- ✓ **Redistributivas** – Ex.: financiamentos estudantis.
- ✓ **Regulatórias** – Ex.: código de trânsito.
- ✓ **Constitutivas** – Ex.: segurança pública.

Alguns exemplos de políticas públicas:

👉 Programa Bolsa Família; Sistema Único de Saúde (SUS); Programa Nacional de Imunizações (PNI); Programa Minha Casa Minha Vida; Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE); Programa de Aceleração do Crescimento (PAC); Programa Mais Médicos; Programa Brasil Sorridente; Plano Safra; Programa Desenrola Brasil; Programa de Aquisição de Alimentos (PAA); Programa de Erradicação do Trabalho Infantil (PETI); Programa de Saúde da Família (PSF); Lei Maria da Penha; Lei do Feminicídio; Política Nacional de Resíduos Sólidos (PNRS); Programa Pé-de-Meia; PROUNI; ENEM; Criminalização do Racismo; Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA); Estatuto do Idoso; Sistema de Cotas; Programa Educação Inclusiva; Programa Brasil sem Homofobia; Plano Nacional de Promoção da Cidadania (PNDCDH – LGBT).

Imagen 42 – Políticas públicas população LGBTQIA+



Para refletir e produzir:

1. A existência de políticas públicas voltadas à população LGBTQIA+ garante, por si só, a efetivação desses direitos?
2. Que obstáculos ainda persistem entre a criação das políticas públicas e sua aplicação no cotidiano?

Imagen 43 – Políticas públicas combate à violência contra a mulher



Disponível em: informasus.ufscar.br/garantia-de-direitos-legislacao-que-apoia-o-enfrentamento-a-violencia-contra-a-mulher-e-as-estrategias-de-apoio-da-comunidade/ Acesso 06/05/2025.

Para refletir e produzir:

1. Qual a importância das políticas públicas para as mulheres e quais as barreiras que ainda existem entre a legislação e sua aplicação efetiva na vida das vítimas?
2. Quais os riscos de se implementar políticas públicas sem um diagnóstico social preciso ou sem ouvir os beneficiários diretos?

Sugestão de filmes – Eixo Temático 7:

 **O Renascimento do SUS** (2020) – Brasil.

- Gênero: Documentário / Saúde / Político.
- Direção: Mariana Lazarini.
- Retrata a trajetória do Sistema Único de Saúde (SUS).

 **Marias** (2017) – Brasil.

- Gênero: Documentário / Social / Direitos Humanos.
- Direção: Érica Teles.
- Retrata histórias reais de mulheres e a importância da Lei Maria da Penha.

EIXO TEMÁTICO 7 – SEÇÃO ENEM / VESTIBULARES

01. O ciclo de políticas públicas é um processo que envolve várias etapas, desde a identificação do problema até a avaliação dos resultados. Esse processo é fundamental para que o Estado atenda às necessidades da sociedade de forma eficiente.

Uma etapa do ciclo de políticas públicas está representada na

- a) exclusão, quando o governo decide não considerar demandas sociais.
- b) formulação, quando são elaboradas propostas para solucionar o problema identificado.
- c) ocultação, quando as informações sobre políticas são escondidas da população.
- d) imposição, quando as políticas são aplicadas sem participação social.
- e) interrupção, quando o governo cancela todas as políticas públicas.

02. Em 2020, um caso de racismo ganhou repercussão nacional quando uma cliente negra foi vítima de agressão racial em uma unidade do Carrefour. O episódio evidenciou a persistência do racismo estrutural no Brasil e suscitou debates sobre a responsabilidade das empresas no combate à discriminação.

Considerando a legislação brasileira e os princípios da Constituição Federal, qual das alternativas abaixo apresenta uma medida adequada para enfrentar o racismo em ambientes corporativos?

- a) permitir que as empresas ignorem denúncias de racismo para evitar prejuízos financeiros.

- b) implementar políticas internas de combate ao racismo, com mecanismos de denúncia.
- c) considerar o racismo apenas uma questão de opinião pessoal, sem necessidade de ações institucionais.
- d) restringir a participação de minorias raciais em cargos de liderança para evitar conflitos.
- e) manter práticas discriminatórias desde que sejam em ambientes privados.

03. As políticas de cotas raciais e sociais têm sido adotadas no Brasil para promover a inclusão de grupos historicamente excluídos no ensino superior e no mercado de trabalho. Essas medidas buscam reduzir desigualdades e ampliar a representatividade.

Um objetivo das políticas de cotas é

- a) garantir privilégios permanentes para determinados grupos, independentemente das condições.
- b) promover a igualdade de oportunidades para grupos historicamente discriminados.
- c) excluir grupos não beneficiados das instituições públicas.
- d) substituir o sistema de ensino regular por cotas obrigatórias em todas as escolas.
- e) limitar o acesso de minorias a cargos públicos para garantir a estabilidade social.

Referências do Eixo Temático 7

DIAS, Reinaldo; MATOS, Fernanda. **Políticas públicas:** princípios, propósitos e processos. São Paulo: Atlas, 2012.

SECCHI, Leonardo. **Políticas públicas:** conceitos, esquemas de análises, casos práticos. São Paulo: Cengage Learning, 2013.

POLITIZE. Ciclo das políticas públicas. Disponível em:

<https://www.politize.com.br/ciclo-politicas-publicas/>. Acesso em: 5 maio 2025.

INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA (IPEA). Catálogo de publicações. Disponível em: <https://catalogo.ipea.gov.br/>. Acesso em: 5 maio 2025.

BRASIL. Ministério dos Direitos Humanos e da Cidadania. Brasil Participativo: em defesa da dignidade humana, vote na proposta do MDHC como uma das ações prioritárias do governo para os próximos anos. Disponível em:

<https://www.gov.br/mdh/pt-br/assuntos/noticias/2023/junho/brasil-participativo-em-defesa-da-dignidade-humana-vote-na-proposta-do-mdhc-como-uma-das-acoes-prioritarias-do-governo-para-os-proximos-anos/>. Acesso em: 5 maio 2025.

EIXO TEMÁTICO 8: RELIGIÃO E POLÍTICA

BNCC – CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS APLICADAS

- ✓ **COMPETÊNCIAS:** 1, 2, 5 E 6.
- ✓ **HABILIDADES:** EM13CHS102, EM13CHS104, EM13CHS201, EMCHS504 E EM13CHS602.

Proporcionar a compreensão dos conceitos fundamentais que envolvem a relação entre religião e política, analisando seus impactos na sociedade e na construção das instituições democráticas.

1. RELIGIÃO E POLÍTICA: UMA RELAÇÃO QUE SEMPRE EXISTIU

Religião e Política: o que acontece quando essas duas esferas se encontram?

Você já parou para pensar de que forma as **crenças religiosas** influenciam **decisões políticas**? Ou como as leis buscam equilibrar os direitos de todos/as em uma sociedade com tantas religiões diferentes, e também com pessoas sem religião? E o que significa viver em um Estado laico? São questões importantes e que devem ser discutidas.

Algumas pessoas, por exemplo, acham que **religião e política** deveriam estar completamente separadas. Mas, se olharmos com atenção, veremos que essas duas esferas **sempre estiveram ligadas** ao longo da história, seja no Brasil ou no mundo, influenciando decisões políticas e, ao mesmo tempo, sendo influenciadas por elas.

A **liberdade religiosa** e a **liberdade política**, que hoje são direitos fundamentais, surgiram depois de muitos conflitos e negociações, ajudando a construir o que chamamos de direitos humanos. É importante lembrar que, mesmo quem não segue uma religião, vive em uma **sociedade** influenciada por crenças e valores vindos de diversas **tradições religiosas**. E como a fé não é apenas algo individual, é vivida também em grupo, mesmo com a separação entre Igreja e Estado, a **religião** continua **presente na vida pública**.

Grupos religiosos, por exemplo, exercem influência sobre **decisões políticas**, ocupam posições de poder e, frequentemente, atuam para favorecer ou barrar determinadas leis. Diante disso, é importante analisar os impactos dessa interação na construção de uma sociedade democrática e plural.

2. RELIGIÃO E ESPAÇO PÚBLICO

👉 A **teologia política** na contemporaneidade adquire diversas definições. A polissemia da noção permite que a tomemos como um conceito, como uma disciplina de estudos, ou mesmo um campo de estudos sobre a relação entre **espaço público e religião**. Em geral, as variações do estatuto da teologia política estão diretamente associadas à perspectiva assumida pelos que se envolvem com o assunto. Em todos os casos, os interesses dos que se envolvem com o tema se desdobram sobre o estudo e a compreensão da influência, da importância e do lugar que ocupa a religião no espaço público, e, em sentido amplo, sobre a relação entre **religião e política** (BARROS, D. Atuação teológico-política exclusivista: confrontos em torno de direitos e religião no Brasil contemporâneo. In BRIONES SOTO, B.; BUTENDIECK HIJERRA, S.; CAU, C. MOSÁLEZ OPAZO, A. (Orgs.). *Breviario multidisciplinario sobre el fenómeno religioso*. Buenos Aires: CLACSO, 2019, p. 312).

Para o autor do texto, hoje em dia, o termo “**teologia política**” pode ter vários significados diferentes. Pode ser visto como uma ideia para entender a realidade, uma área de estudo ou um campo de pesquisa sobre a relação entre **religião e espaço público** para entender o quanto a **religião influencia a política**, e até onde ela deve ou não estar presente nas decisões públicas. É sobre esse aspecto que buscamos refletir.

Nesse sentido, o sociólogo português **Boaventura de Sousa Santos**, por exemplo, fala sobre a relação entre religião e política, usando a expressão “teologia política” para se referir a grupos religiosos que atuam para influenciar nas decisões do governo e na vida pública. O autor entende esse processo como:

👉 [...] os diferentes modos de conceber a intervenção da religião, como mensagem divina, na organização social e política da sociedade (SANTOS, B. **Se Deus fosse um ativista dos direitos humanos**. São Paulo: Cortez, 2014, p.38).

E sobre o lugar da religião no mundo moderno, **Santos afirma**:

👉 (...) de uma forma mais ou menos radical, todas as teologias políticas questionam a distinção moderna entre o público e o privado e reivindicam a **intervenção da religião na esfera pública** (SANTOS, B. **Se Deus fosse um ativista dos direitos humanos**. São Paulo: Cortez, 2014, p.39)

Isso se aplica intensamente a diversos contextos atuais. Tanto movimentos **progressistas** quanto **conservadores** têm levado a religião para o centro do debate público, mostrando que a distinção entre o público e o privado está sendo constantemente desafiada pelas teologias políticas contemporâneas.

3. RELIGIOSOS NA POLÍTICA BRASILEIRA

No Brasil, um exemplo claro do que Boaventura de Sousa Santos chama de teologia política é a atuação da **Bancada Evangélica no Congresso Nacional**. Esse grupo, formado por parlamentares ligados a igrejas evangélicas保守adoras, tem influenciado diversas decisões políticas, principalmente em temas como educação, direitos das mulheres e direitos da população LGBTQIA+.

Usando argumentos baseados na fé cristã, eles buscam moldar leis e políticas públicas de acordo com seus valores religiosos. Com isso, desafiam o princípio da laicidade do Estado e mostram como a **religião** está cada vez mais presente no **debate público**.

Também existem **grupos religiosos progressistas** no Congresso que defendem os direitos humanos. Além disso, há iniciativas religiosas que apoiam os direitos das minorias e o combate às desigualdades, sempre usando princípios religiosos como base ética. Isso mostra que existem diferentes posições dentro do próprio campo religioso:

 **Grupos religiosos conservadores no Brasil**, como a **Bancada Evangélica no Congresso**, costumam defender uma visão de mundo baseada em valores tidos como “tradicionalistas”, como o modelo de família heteronormativa e a condenação do aborto e da união entre pessoas do mesmo sexo. Essas posições, muitas vezes, resultam na exclusão de pautas relacionadas aos direitos das mulheres, das pessoas LGBTQIA+ e de outras minorias, opondo-se a vozes que fogem desse padrão moral.

 Os **movimentos religiosos progressistas** buscam ampliar o debate público, como a **Frente de Evangélicos pelo Estado de Direito**, defendendo a igualdade de gênero, os direitos das populações negras e periféricas e o respeito à diversidade sexual. Esses grupos usam a fé como base ética e propõem um espaço público mais inclusivo,

onde questões de justiça social, direitos humanos e diversidade sejam consideradas parte essencial da vida coletiva.

Mesmo com essas divergências no mesmo campo religioso, o sociólogo **Ricardo Mariano** afirma que a presença de **líderes religiosos na política brasileira** é marcada por **flexibilidade e pragmatismo**. Isso significa que muitos desses líderes atuam estrategicamente, fazendo alianças, mudando de posicionamento, e até apoiando projetos de lei ou candidatos que nem sempre refletem integralmente suas crenças, desde que isso garanta espaço de poder, visibilidade ou influência.

Segundo **Mariano**:

👉 O que diferencia e impulsiona a **flexibilização nos posicionamentos** é que eles (os líderes religiosos) são capazes de deixar de lado suas preferências e valores ideológicos para participar do governo e obter as benesses consequentes: cargos, recursos, acessos (Disponível em: poder360.com.br/poderdata/lideres-religiosos-sao-flexiveis-na-politica-diz-pesquisador/ Acesso 07/05/2025).

Nas eleições presidenciais de 2022, por exemplo, os grupos religiosos tiveram um papel importante e foram disputados pelos candidatos. Os setores mais conservadores apoiaram a reeleição do presidente Jair Bolsonaro, enquanto os grupos religiosos mais progressistas se posicionaram a favor da candidatura de Lula.

Um outro aspecto fundamental desse processo é destacado pela professora **Sandra Duarte de Souza**, sobre **gênero e laicidade no Brasil**:

👉 A discussão da **laicidade no Brasil** demanda não somente perguntar pelo lugar da religião na sociedade, por seus espaços de atuação e pela plausibilidade de suas ações. Também não basta identificar a relação entre o nível de secularização da sociedade e a maior ou menor incidência da religião sobre os sujeitos sociais. Há algo pouco discutido nesse debate, e tem a ver com a **ação política de grupos religiosos hegemônicos** no processo de definição das fronteiras do público, **deixando “de fora” as mulheres**, não importa se católicas, evangélicas, de outras religiões ou sem religião. Na **disputa pela legitimidade política** da afirmação de sentidos, hegemônicos ou contra-hegemônicos, a religião tem **larga vantagem em relação às mulheres**, religiosas ou não (SOUZA, S. Secularização, laicidade e espaço público: uma conversa sobre gênero, religião e política no Brasil contemporâneo. in VITÓRIO

J.; BUROCCHI, A. (Orgs.). **Religião e espaço público: cenários contemporâneos.** São Paulo: Paulinas, 2015, p. 89-90).

A autora reflete sobre a relação entre **religião, política e a exclusão das mulheres** no Brasil. Segundo Souza, quando discutimos o fato de o Brasil ser um Estado laico, temos que levar em conta que grupos religiosos poderosos influenciam muito as decisões políticas e ajudam a definir o que deve ser decidido por todos e para todos.

Nessa definição, muitas vezes as mulheres, sejam elas católicas, evangélicas, de outras religiões ou até sem religião, acabam ficando de fora.

É importante observar:

 **Art. 19.** É vedado à União, aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios: I - estabelecer cultos religiosos ou igrejas, subvencioná-los, embaraçá-lhes o funcionamento ou manter com eles ou seus representantes relações de dependência ou aliança, ressalvada, na forma da lei, a colaboração de interesse público; II - recusar fé aos documentos públicos; III - criar distinções entre brasileiros ou preferências entre si.

(Disponível em: planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm Acesso 07/05/2025).

O artigo 19 da Constituição impede o favorecimento de religiões, assegura a validade de documentos públicos e proíbe distinções entre brasileiros, reforçando os valores democráticos, a laicidade e a igualdade perante a lei, princípios essenciais para o Estado Democrático de Direito.

Essa norma busca evitar práticas discriminatórias e garantir que o poder público atue de forma imparcial, respeitando a diversidade cultural, religiosa e social do país. Ao impedir privilégios e discriminações, o artigo 19 protege tanto as liberdades individuais quanto a convivência harmoniosa em sociedade, reforçando a ideia de que o Estado deve servir a todos os cidadãos igualmente, sem favorecimentos ou preconceitos.

Imagen 44 – Artigo 19 – CF 88

Disponível em:photo.php?fbid=1648856681796847&id=150311598318037&set=a.176982505650946&locale=hi_IN/Acesso

07/05/2025

Nesse cenário de crescente influência das religiões na política brasileira, destaca-se a atuação das **igrejas evangélicas no Congresso Nacional**, especialmente por meio da **Frente Parlamentar Evangélica**, conhecida como **bancada evangélica**. Esse grupo é formado por deputados e senadores de diferentes partidos que pertencem a **igrejas evangélicas tradicionais, pentecostais e neopentecostais**. Embora não seja um grupo totalmente homogêneo, eles se unem no Congresso para influenciar debates sobre temas relevantes para suas igrejas, com destaque para a chamada **agenda de costumes**.

Nesse sentido, é importante observar que:

👉 É amplamente conhecido o fato de que diversas **igrejas evangélicas** têm a **atividade política** como uma de suas principais frentes (CAMPOS, Leonildo Silveira. “De políticas de Cristo: uma análise do comportamento político de protestantes históricos e pentecostais no Brasil”. In: Burity, Joanildo & Machado, Maria das Dores Campos (orgs.). **Os votos de Deus: evangélicos, política e eleições no Brasil**. Recife, Massangana, 2006, p.29-90).

Podemos entender, dessa forma, que diversas **igrejas evangélicas no Brasil** não se dedicam apenas a atividades religiosas, mas também veem a participação política como uma parte muito importante de sua atuação.

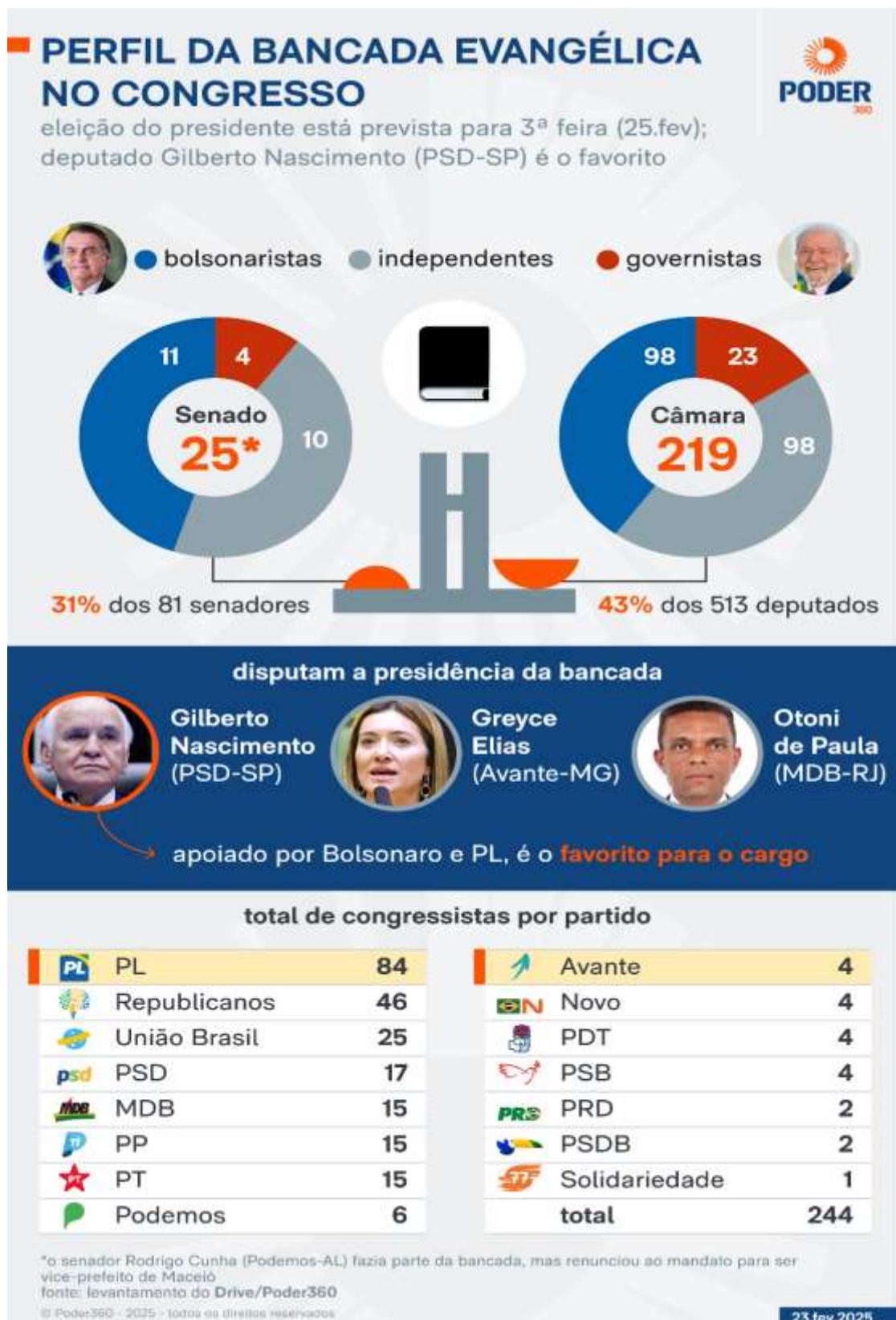
Isso significa que essas igrejas incentivam seus membros e líderes a se envolverem em campanhas eleitorais, apoiarem candidatos, ocuparem cargos políticos e participarem de debates sobre leis e políticas públicas que possam impactar seus interesses ou valores. Dessa forma, buscam **influenciar decisões do governo e do Congresso**, especialmente em **temas relacionados à moral, à família e à educação**.

No entanto, essa forte presença política das igrejas evangélicas traz desafios, como, por exemplo, o risco de ferir a laicidade do Estado e de impor valores religiosos a sociedade. Também é preciso garantir o respeito à diversidade e equilibrar a liberdade religiosa com a proteção dos direitos humanos e das minorias.

A bancada evangélica no Congresso Nacional tem 244 parlamentares, 219 deputados e 25 senadores, e é formada por políticos de diferentes partidos, representando uma das principais forças na política brasileira.

Vejamos a sua composição:

Imagem 45 – Perfil da bancada evangélica no Congresso.

Disponível em: poder360.com.br/congresso/saiba-quem-comanda-e-quem-integra-a-bancada-evangelica-no-congresso/ Acesso

02/07/2025.

Para refletir e produzir:

1. De acordo com o artigo 19 da Constituição, o que significa dizer que o Brasil é um Estado laico?
2. Quais são os limites que a religião deve respeitar ao participar da vida pública e política? Esses limites são sempre respeitados na prática?
3. De que forma líderes religiosos influenciam a opinião de seus fiéis sobre temas políticos e sociais? Isso é positivo, negativo ou depende do contexto?
4. Para Sandra Duarte de Souza, por que discutir a questão de gênero e laicidade é importante para a democracia?

Sugestão de filmes – Eixo Temático 8:

 **A Fé em Movimento** (2019) – Brasil.

- Gênero: Documentário / Social / Político.
- Direção: Paulo César Saraceni.
- Analisa como movimentos religiosos influenciam a política brasileira.

EIXO TEMÁTICO 8 – SEÇÃO ENEM / VESTIBULARES

01. No Brasil, a Constituição de 1988 estabelece a laicidade do Estado, garantindo a liberdade religiosa e proibindo o estabelecimento de uma religião oficial. Entretanto, a influência das religiões na política é uma realidade frequente, especialmente durante campanhas eleitorais e na elaboração de políticas públicas.

Uma prática contrária ao princípio da laicidade do Estado seria

- a) garantir a liberdade religiosa para todos os cidadãos.
- b) assegurar a neutralidade do Estado em relação às crenças religiosas.
- c) permitir que diferentes religiões participem livremente da esfera pública.
- d) respeitar a diversidade cultural e religiosa da população.
- e) financiar exclusivamente cultos religiosos de uma religião majoritária.

02. No Brasil, a atuação de grupos religiosos na política tem aumentado nos últimos anos, influenciando decisões legislativas e políticas públicas. Embora o Estado seja laico, essa participação levanta debates sobre os limites entre religião e poder público.

Um desafio decorrente da presença de grupos religiosos na política é

- a) garantir a neutralidade do Estado em assuntos religiosos.
- b) promover o diálogo inter-religioso em espaços públicos.
- c) assegurar a liberdade de crença e o respeito à diversidade.
- d) evitar que leis e políticas públicas sejam influenciadas por interesses religiosos.

03. A atuação de parlamentares evangélicos no Brasil tem aumentado e influenciado decisões políticas importantes. Esse cenário levanta discussões sobre o papel da religião na política e a preservação da laicidade do Estado.

Uma medida inadequada para garantir o equilíbrio entre religião e política seria

- a) garantir a liberdade religiosa para todos os cidadãos.
- b) assegurar que as leis respeitem a diversidade cultural e religiosa.
- c) promover o diálogo inter-religioso nas instituições públicas.
- d) impedir que pessoas religiosas exerçam cargos eletivos.
- e) proteger a neutralidade do Estado em assuntos religiosos.

Referências do Eixo Temático 8

- BARROS, D. Atuação teológico-política exclusivista: confrontos em torno de direitos e religião no Brasil contemporâneo. In: BRIONES SOTO, B.; BUTENDIECK HIJERRA, S.; CAU, C.; MOSÁLEZ OPAZO, A. (Orgs.). **Breviario multidisciplinario sobre el fenómeno religioso**. Buenos Aires: CLACSO, 2019.
- BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm. Acesso em: 7 maio 2025.
- PODER360. Líderes religiosos são flexíveis na política, diz pesquisador. Disponível em: <https://www.poder360.com.br/poderdata/lideres-religiosos-sao-flexiveis-na-politica-diz-pesquisador/> Acesso em: 7 maio 2025.
- SANTOS, B. **Se Deus fosse um ativista dos direitos humanos**. São Paulo: Cortez, 2014.
- SOUZA, S. Secularização, laicidade e espaço público: uma conversa sobre gênero, religião e política no Brasil contemporâneo. In: VITÓRIO, J.; BUROCCHI, A. (Orgs.). **Religião e espaço público**: cenários contemporâneos. São Paulo: Paulinas, 2015.

EIXO TEMÁTICO 9: POLÍTICA DE GÊNERO, RAÇA E INCLUSÃO

BNCC – CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS APLICADAS

- ✓ **COMPETÊNCIAS:** 1, 4, 5 E 6.
- ✓ **HABILIDADES:** EM13CHS102, EM13CHS401, EM13CHS502, EM13CHS503, EM13CHS504, EM13CHS601 E EM13CHS605.

Proporcionar a compreensão de aspectos teóricos e conceituais sobre a relação entre sujeitos e direitos, a partir da análise de algumas das proposições governamentais de combate às desigualdades de gênero e raça no Brasil.

1. INTRODUÇÃO: MARCADORES SOCIAIS DA DIFERENÇA

Para iniciar, é importante entender o que são **marcadores sociais da diferença**, características como **gênero, raça ou classe social** que distinguem grupos de pessoas e influenciam como cada um é visto e tratado na sociedade. Porém, é essencial lembrar que ninguém é definido apenas por um marcador. Cada pessoa é caracterizada por várias dessas diferenças ao mesmo tempo, o que afeta diretamente sua posição social e suas vivências.

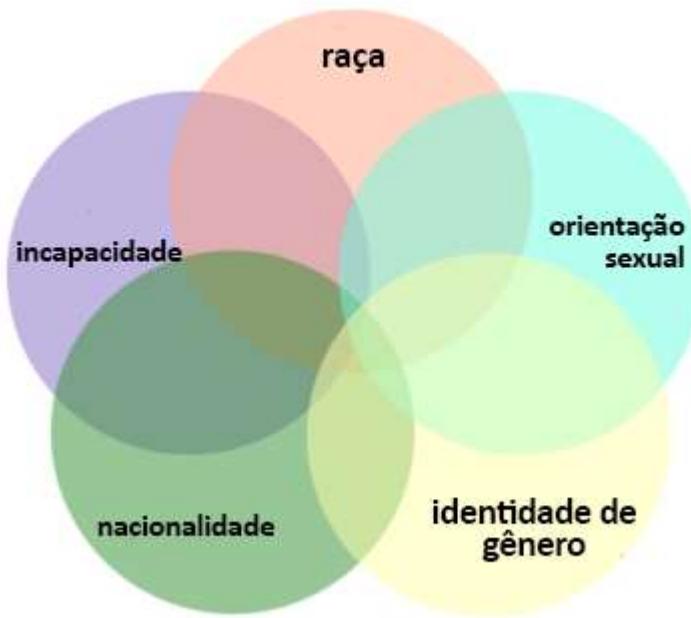
Por exemplo, uma **mulher negra** enfrenta tanto os desafios ligados ao fato de ser mulher quanto os relacionados à sua cor. Já uma **mulher branca**, vive as questões relacionadas ao gênero, mas não as do racismo. Nesse caso, **o gênero une as duas, mas a cor as diferencia**.

Diante dessa realidade, a jurista norte-americana **Kimberlé Crenshaw**, especializada em questões de raça e gênero, criou, em 1989, o **conceito de interseccionalidade**, para explicar como diferentes formas de desigualdade se cruzam.

É importante entender:

👉 O termo **interseccionalidade** nos ajuda a entender melhor como diferentes formas de **desigualdade e discriminação** se cruzam e afetam as pessoas na sociedade. É uma ferramenta importante para analisar as **relações de raça, gênero e classe**, e também para enfrentar os desafios na criação de políticas públicas que realmente funcionem.

Imagen 46 - Interseccionalidade



Disponível em: frontlinedefenders.org/pt/m%C3%B3dulo-9-interseccionalidade-e-como-ela-afeta-o-trabalho-e-seguran%C3%A7a-dos-defensores-dos-direitos/ Acesso 07/05/2025.

Por que isso é importante?

👉 Isso é importante porque, se não considerarmos essas **intersecções entre raça, gênero, classe social, sexualidade, etc.**, muitas pessoas continuam sendo invisibilizadas. As políticas de igualdade, por exemplo, podem acabar ajudando só uma parte das mulheres, enquanto outras continuam excluídas.

Vamos falar da realidade concreta. No Brasil, por exemplo, costumamos reclamar da **alta carga de impostos**. Mas você sabia que essa carga pesa mais, proporcionalmente, sobre a mulher negra? É porque no Brasil, o sistema de impostos afeta de forma desigual diferentes grupos sociais, mesmo quando funciona de maneira aparentemente igual para todos. Isso acontece porque grande parte da carga tributária brasileira é indireta, ou seja, é cobrada sobre o consumo de produtos e serviços.

Como as pessoas de menor renda precisam gastar quase tudo que ganha em itens básicos, elas acabam pagando, proporcionalmente, uma fatia maior de seus salários em impostos. Nesse cenário, mulheres negras são particularmente impactadas, pois, segundo dados do IBGE, estão entre as que recebem os menores salários e trabalham em condições mais precárias. Assim, mesmo que o sistema de impostos não faça

distinção explícita entre pessoas, ele acaba pesando mais sobre quem é mais pobre, e no Brasil, isso significa que mulheres negras sentem de forma mais intensa o peso da carga tributária, resultado de uma **combinação de desigualdades de cor, gênero e classe social.**

De uma forma mais ampla, a vulnerabilidade das mulheres negras no Brasil deve ser entendida a partir das **desigualdades estruturais que combinam fatores como raça, gênero, classe social e histórico de exclusão**. Esses elementos, juntos, limitam o acesso a direitos e oportunidades, expondo essas mulheres a salários mais baixos, empregos precários e dificuldades em serviços básicos. Essa situação reflete um padrão histórico de organização desigual da sociedade, mostrando a importância de políticas públicas que promovam inclusão social e igualdade de oportunidades.

O **racismo estrutural** está dentro desse padrão maior de desigualdades estruturais:

👉 Podemos dizer que o **racismo** é uma forma sistemática de discriminação que tem a raça como fundamento, e que se manifesta por meio de práticas conscientes ou inconscientes que culminam em desvantagens ou privilégios, a depender do grupo racial ao qual pertençam. **O racismo é sempre estrutural**, ou seja, ele é um elemento que integra a organização econômica e política da sociedade. Em suma, o que queremos explicitar é que o racismo é a manifestação normal de uma sociedade, e não um fenômeno patológico ou que expressa algum tipo de anormalidade. O racismo fornece o sentido, a lógica e a tecnologia para a **reprodução das formas de desigualdade e violência** que moldam a vida social contemporânea. (ALMEIDA, Silvio Luiz de. **O que é racismo estrutural?** Belo Horizonte: Letramento, 2018, p. 25).

Racismo estrutural, na visão de Almeida, é quando o racismo está presente nas regras, instituições e práticas do dia a dia, fazendo parte mesmo do próprio **funcionamento normal da sociedade**. Por exemplo, quando pessoas negras têm menos acesso a empregos bem pagos, moradia digna ou educação de qualidade, não é por acaso, mas resultado de um sistema que historicamente favorece certos grupos em detrimento de outros. Também podemos perceber isso na abordagem policial mais violenta contra jovens negros nas periferias.

O **impacto do racismo estrutural** inclui desigualdades na **educação**, no **mercado de trabalho** e na **justiça**. Esses exemplos mostram que o racismo reproduz desigualdades antigas e dificulta o combate ao **preconceito** e à **exclusão**.

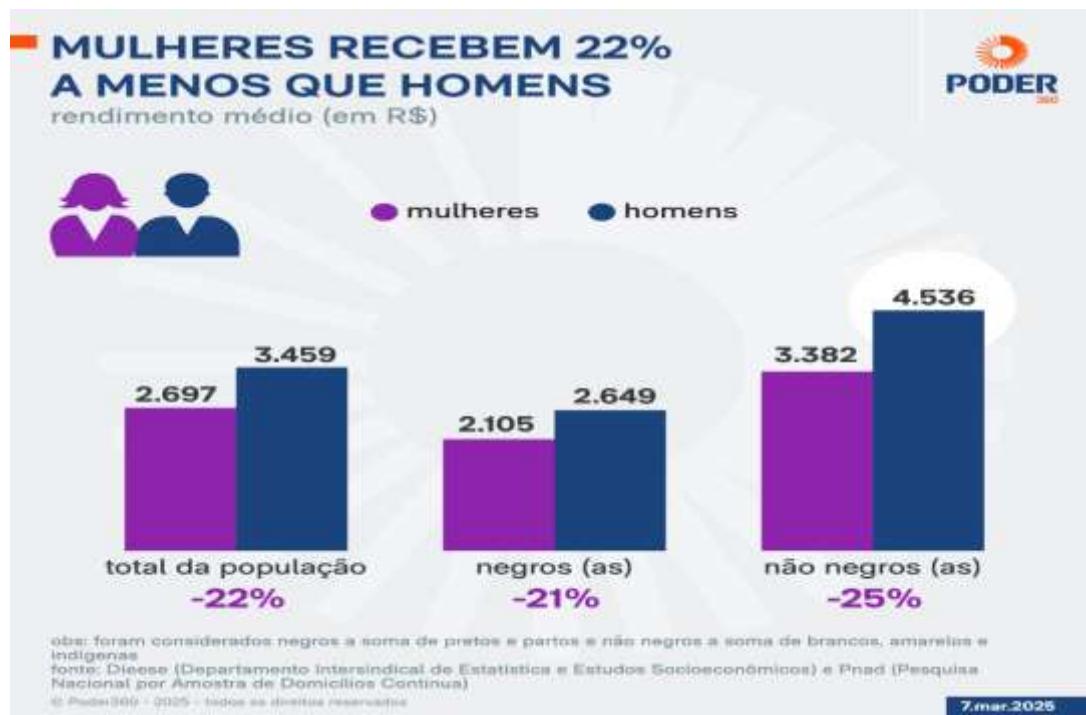
Observe os dados:

Imagen 47 – Racismo e violação de direitos humanos.



Disponível em: g1.globo.com/rj/rio-de-janeiro/noticia/2024/04/24/racismo-sistemico-e-desigualdades-de-genero-sao-os-principais-gatilhos-para-violacoes-de-direitos-humanos-no-brasil-diz-anistia-internacional.ghtml Acesso 07/05/2025.

Imagen 48 – Desigualdade de gênero no mercado de trabalho.



Disponível em: poder360.com.br/poder-economia/mulheres-recebem-22-a-menos-que-os-homens-diz-dieese/ Acesso 09/05/2025.

👉 Um levantamento do **Dieese** (Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos) mostra que o rendimento médio das mulheres é 22% menor do que dos homens. A diferença é R\$ 762 por mês (R\$ 2.697 ante a R\$ 3.459). Os dados usados têm como base os números da **Pnad** (Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua) do **3º trimestre de 2024**. Se levarmos em conta o recorte racial, a diferença chega a até 115%. O rendimento médio dos homens não negros (R\$ 4.536) foi, em média, mais do que o dobro do das mulheres negras (R\$ 2.105) - Fonte: www.poder360.com.br/poder-economia/mulheres-recebem-22-a-menos-que-os-homens-diz-dieese/ Acesso 09/05/2025.

No Brasil, as desigualdades sociais têm raízes profundas nas **discriminações de gênero e raça**, reproduzidas diariamente, especialmente no mercado de trabalho. Os dados revelam a diferença de renda entre homens e mulheres, especialmente entre homens brancos e mulheres negras, evidenciando como o **racismo e o machismo estruturais** ainda limitam oportunidades e reforçam a exclusão social, sendo urgente implementar políticas públicas que ajudem a reduzir essas desigualdades.

2. PERSPECTIVA DE GÊNERO E RAÇA NAS POLÍTICAS PÚBLICAS

Sabemos que algumas pessoas têm mais dificuldade de conseguir um bom emprego ou de sair da pobreza, mesmo se esforçando muito. Muitas vezes, isso não acontece por falta de capacidade, mas por causa de desigualdades antigas que ainda existem na nossa sociedade, principalmente **mulheres e pessoas negras**, que enfrentam mais obstáculos para ter acesso a oportunidades e direitos iguais.

Por isso, é importante que as **políticas públicas** levem em conta essas diferenças. A seguir, vamos conhecer alguns grandes **desafios** que essas políticas enfrentam para combater a pobreza e gerar empregos, considerando de forma justa as questões de gênero e raça. Essas ideias foram apresentadas por **Laís Abramo**, especialista da Organização Internacional do Trabalho (OIT), em um seminário realizado em Brasília pelo Ipea, em 2024, que discutiu como enfrentar o racismo e a desigualdade.

Na visão de **Abramo**, os desafios são os seguintes:

- ✓ Incorporar a perspectiva de **gênero e raça** nas ações de combate à pobreza, reconhecendo que mulheres e pessoas negras são as mais afetadas pelas desigualdades sociais.
- ✓ Identificar as opções institucionais mais adequadas para integrar de forma eficaz as dimensões de **gênero e raça nas políticas públicas**, reconhecendo que essas escolhas podem variar conforme os diferentes contextos de atuação.
- ✓ Analisar os impactos distintos que programas de emprego e combate à pobreza geram entre homens e mulheres, brancos e negros, e incorporar as dimensões de **gênero e raça** em **todas as etapas das políticas públicas**.
- ✓ Fortalecer as capacidades institucionais dos gestores públicos e de outros atores sociais para que possam elaborar propostas de políticas que promovam a **igualdade de gênero e raça** como um componente essencial das políticas públicas.

Promover a **igualdade de gênero e raça nas políticas públicas** significa pensar nessas questões em todas as fases das políticas públicas. É importante também adaptar as ações à realidade de cada lugar, estimulando os gestores e as pessoas que participam das decisões.

Desde 2005, existe o “**Programa Pró-Equidade de Gênero e Raça**” do Governo Federal, coordenado pelo Ministério das Mulheres, que tem como objetivo **fomentar práticas de equidade de gênero e raça** na cultura organizacional de médias e grandes empresas, com foco nas áreas de gestão e recursos humanos.

Na prática, o programa incentiva empresas a adotarem ações para promover a igualdade de oportunidades e combater discriminações em seus ambientes de trabalho, criando planos para valorizar a diversidade e, se cumprirem as metas, recebem o reconhecimento do governo. O programa busca integrar a equidade à gestão e às práticas de recursos humanos.

Por exemplo, uma empresa participante do programa pode revisar seus processos seletivos para garantir oportunidades iguais a mulheres e pessoas negras, promover ações de combate ao assédio e oferecer treinamentos sobre diversidade para seus gestores e equipes.

Imagen 49 - Modelo de Inclusão da Diversidade e Equidade - IDE



Disponível em: congressonacional.leg.br/institucional/rede-equidade/modeloide/Acesso 10/05/2025.

São três pilares fundamentais para a inclusão da diversidade e da equidade nas instituições: **Governança e Estratégia, Gestão Inclusiva e Dimensão Social**:

- ✓ **Governança e Estratégia:** envolve o comprometimento da liderança em integrar a diversidade como parte da estratégia organizacional, garantindo transparência, responsabilidade e metas claras.
- ✓ **Gestão Inclusiva:** trata da adoção de práticas que promovam a equidade nas contratações, na gestão de pessoas, na comunicação e na distribuição de recursos, valorizando a pluralidade dentro da organização.
- ✓ **Dimensão Social:** reforça a importância do respeito aos direitos humanos e do bom relacionamento com usuários ou consumidores, assegurando que as ações públicas ou privadas sejam mais representativas.

Texto Complementar

Cotas devem existir até as distâncias diminuírem

Djamila Ribeiro

É comum algumas pessoas não entenderem por que afirmamos que pessoas contra cotas raciais são racistas. Há quem pense que racismo diz respeito somente a ofensas, injúrias e não percebem o quanto vai muito mais além: se trata de um sistema de opressão que privilegia um grupo racial em detrimento de outro.

No Brasil, foram 354 anos de escravidão, população negra escravizada trabalhando para enriquecer a branca. No pós-abolição, no processo de industrialização do Brasil, incentivou-se a vinda dos imigrantes europeus pra cá. Muitos inclusive receberam terras do Estado brasileiro, ou seja, foram beneficiados por ação afirmativa para iniciarem suas vidas por aqui. Tiveram acesso a trabalho remunerado e, se hoje a maioria de seus descendentes desfrutam de uma realidade confortável foi porque foram ajudados pelo governo pra isso.

Em contrapartida, para a população negra não se criou mecanismos de inclusão. Das senzalas fomos para as favelas. Se hoje a maioria da população negra é pobre é por conta dessa herança escravocrata e por falta da criação desses mecanismos. É necessário conhecer a história deste País para entender porque certas medidas, como ações afirmativas, são justas e necessárias. Elas precisam existir justamente porque a sociedade é excludente e injusta para com a população negra.

Cota é uma modalidade de ação afirmativa que visa diminuir as distâncias, no caso das universidades, na educação superior. Mesmo sendo a maioria no Brasil, a população negra é muito pequena na academia. E por quê? Porque o racismo institucional impede a mobilidade social e o acesso da população negra a esses espaços.

Pessoas brancas são privilegiadas e beneficiadas pelo racismo. Um garoto branco de classe média, que estudou em boas escolas, come bem, aprende outros idiomas, tem lazer e passa em uma universidade pública, pode se achar o máximo das galáxias, mas na verdade o que ocorre é que ele teve oportunidades na vida pra isso. Qual mérito ele teve? Nenhum. O que ele teve foi condições pra isso.

Um garoto negro pobre, que estuda nas péssimas escolas públicas, come mal, não tem acesso a lazer, para passar em uma universidade terá muito mais dificuldades para isso porque não teve as mesmas oportunidades. Cota não diz respeito a capacidade, capacidade sabemos que temos; cota diz respeito a *oportunidades*. São elas que não são as mesmas.

Se o Estado brasileiro racista priva a população negra dessas oportunidades é dever desse mesmo Estado construir mecanismos para mudar isso. O movimento negro sempre reivindicou cotas juntamente com a melhoria do ensino de base. Só que, segundo pesquisa do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea), demoraria por volta de 50 anos para que a educação de base fosse de qualidade. Quantas mais gerações condenaríamos sem as cotas?

Logo, ser contra uma medida que visa combater essas distâncias criadas pelo racismo é ser a favor da perpetuação do racismo. E se você se coloca contra cotas, isso te torna o quê?

Disponível em: pt.org.br/djamila-ribeiro-cotas-devem-existir-ate-as-distancias-diminuirem/ Acesso 11/05/2025.

Para refletir e produzir:

1. Por que, segundo Djamila Ribeiro, o sistema de cotas raciais é necessário no Brasil?
2. De que forma o texto relaciona o racismo institucional com o acesso da população negra à universidade?
3. Como o racismo e o machismo estruturais dificultam o acesso igualitário a oportunidades no Brasil?
4. Você conhece alguma política pública que tenha sido criada especificamente para combater desigualdades de gênero ou raça? Comente.

Sugestão de filmes – Eixo Temático 9:

A Vida Invisível (2019) – Brasil.

- Gênero: Drama / Histórico / Social.
- Direção: Karim Aïnouz.
- Explora questões de gênero, invisibilidade social e opressões.

 **Medida Provisória (2022) – Brasil.**

- Gênero: Drama / Distopia / Social.
- Direção: Lázaro Ramos.
- Aborda racismo estrutural, questões étnico-raciais e críticas à sociedade brasileira.

3. EIXO TEMÁTICO 9 – SEÇÃO ENEM / VESTIBULARES

01. Estudos mostram que mulheres negras no Brasil são as que mais sofrem com o desemprego, baixos salários e dificuldades no acesso à educação e saúde de qualidade. Essa situação evidencia a interseccionalidade entre raça e gênero nas desigualdades sociais.

Qual das seguintes ações seria a mais adequada para promover a redução dessas desigualdades?

- a) oferecer políticas universais sem considerar as especificidades dos grupos sociais.
- b) focar em políticas para a igualdade de gênero, sem abordar questões raciais.
- c) priorizar ações voltadas para a população negra, independentemente do gênero.
- d) desenvolver políticas públicas que abordem conjuntamente as desigualdades raciais e de gênero.
- e) reduzir investimentos em programas sociais para concentrar recursos em setores econômicos.

02. De acordo com dados recentes, a taxa de desemprego entre mulheres negras no Brasil é quase o dobro da taxa entre homens brancos. Além disso, as mulheres negras recebem salários significativamente menores, mesmo em cargos similares.

A melhor medida para reduzir essas desigualdades no mercado de trabalho é

- a) implementar programas que incentivem apenas a contratação de homens brancos.
- b) reduzir direitos trabalhistas, visando a competitividade do mercado.
- c) priorizar políticas de gênero sem considerar a raça dos trabalhadores.
- d) criar políticas afirmativas específicas que considerem as desigualdades raciais e de gênero.
- e) eliminar programas de inclusão para garantir igualdade formal, sem distinções.

03. Segundo estudos do IPEA, mulheres negras no Brasil apresentam as maiores taxas de desemprego e os menores rendimentos salariais em comparação a outros grupos sociais. Essa realidade evidencia uma sobreposição de desigualdades que afetam diretamente sua qualidade de vida.

Diante desse quadro, qual das alternativas a seguir apresenta uma política pública que pode contribuir para a redução dessas desigualdades?

- a) adoção de medidas universais sem distinção de grupos sociais.
- b) restrição do acesso de mulheres negras ao mercado formal para priorizar outros grupos.
- c) exclusão das especificidades de raça e gênero na formulação das políticas públicas.
- d) implementação de ações afirmativas voltadas para a interseccionalidade de raça e

gênero.

e) diminuição dos investimentos em educação e saúde para grupos vulneráveis.

04. O conceito de interseccionalidade foi desenvolvido para explicar como diferentes formas de discriminação, podem se sobrepor e afetar grupos específicos de maneira única. No Brasil, por exemplo, mulheres negras frequentemente enfrentam desafios distintos daqueles enfrentados por mulheres brancas ou homens negros.

Uma abordagem limitada em relação à interseccionalidade nas políticas públicas seria

- criar políticas que tratem todas as mulheres da mesma forma, sem distinção.
- focar exclusivamente em ações para combater o racismo, ignorando o gênero.
- implementar políticas apenas para o gênero feminino, sem considerar raça ou classe.
- desenvolver políticas que considerem múltiplas formas de discriminação simultaneamente.

e) reduzir o foco das políticas sociais para simplificar a gestão pública.

Referências do Eixo Temático 9

ALMEIDA, Silvio Luiz de. **O que é racismo estrutural?** Belo Horizonte: Letramento, 2018.

BRASIL. **Congresso Nacional.** Modelo IDE – Rede Equidade. Disponível em: <https://www.congressonacional.leg.br/institucional/rede-equidade/modeloide/>. Acesso em: 10 maio 2025.

DIEESE. Mulheres recebem 22% a menos que os homens, diz DIEESE. Poder360, 9 maio 2025. Disponível em: <https://www.poder360.com.br/poder-economia/mulheres-recebem-22-a-menos-que-os-homens-diz-dieese/>. Acesso em: 9 maio 2025.

FRONT LINE DEFENDERS. Módulo 9 – Interseccionalidade e como ela afeta o trabalho e segurança dos defensores dos direitos. Disponível em:

<https://www.frontlinedefenders.org/pt/m%C3%B3dulo-9-interseccionalidade-e-como-ela-afeta-o-trabalho-e-seguran%C3%A7a-dos-defensores-dos-direitos/>. Acesso em: 7 maio 2025.

G1. Racismo sistêmico e desigualdades de gênero são os principais gatilhos para violações de direitos humanos no Brasil, diz Anistia Internacional. G1, 24 abr. 2024. Disponível em: <https://g1.globo.com/rj/rio-de-janeiro/noticia/2024/04/24/racismo-sistemico-e-desigualdades-de-genero-sao-os-principais-gatilhos-para-violacoes-de-direitos-humanos-no-brasil-diz-anistia-internacional.ghtml>. Acesso em: 7 maio 2025.

RIBEIRO, Djamila. Cotas devem existir até as distâncias diminuírem. Partido dos Trabalhadores, 11 maio 2025. Disponível em: <https://pt.org.br/djamila-ribeiro-cotas-devem-existir-ate-as-distancias-diminuirem/>. Acesso em: 11 maio 2025.

ANEXO - SITES, FERRAMENTAS E MATERIAIS SOBRE CIÊNCIA POLÍTICA

Caros/as estudantes e colegas docentes,

Este anexo reúne sugestões de portais, livros, canais e outras indicações para você iniciar ou ampliar seus estudos em Ciência Política, com sugestões confiáveis e acessíveis. Explore, pesquise e aprofunde-se!

Sites e portais de referência

- **Câmara dos Deputados** — www.camara.leg.br
Informações sobre projetos de lei, debates e funcionamento da Câmara.
- **Senado Federal** — www25.senado.leg.br/web/senado
Notícias e dados sobre o Senado e seus parlamentares.
- **Tribunal Superior Eleitoral (TSE)** — www.tse.jus.br
Tudo sobre eleições, partidos, sistema eleitoral e dados oficiais.
- **Portal da Transparéncia** — www.portaltransparencia.gov.br
Acompanhe gastos públicos, programas e ações do governo.
- **Constituição Federal online** —
www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm
Texto completo da Constituição de 1988.

Portais e iniciativas educacionais

- **Politize!** — www.politize.com.br
Artigos, vídeos e infográficos sobre política e cidadania em linguagem clara.
- **Portal Brasil Escola – Sociologia e Política** —
brasilescola.uol.com.br/sociologia
Conteúdos básicos sobre temas políticos e sociais.
- **EBC – Agência Brasil Política** — agenciabrasil.ebc.com.br/politica
Notícias atualizadas sobre política e políticas públicas.
- **Projeto Brasil em Mapas (IBGE)** — www.ibge.gov.br/brasil-em-mapas
Visualize dados sobre população, economia e desigualdade no Brasil.



Ferramentas de dados e simuladores

- **Atlas Político** — atlaspolitico.com.br
Acompanhe o posicionamento de partidos e parlamentares.
- **Simulador do Congresso** — politikei.com/simulador-do-congresso
Monte diferentes cenários de alianças e veja como afetam votações.
- **Mapa da Desigualdade** — mapadadesigualdade.org.br
Relacione indicadores sociais e desigualdade com a política em regiões do Brasil.
- **DataSenado** — www12.senado.leg.br/hpsenado/datasenado
Enquetes e pesquisas de opinião sobre temas em debate no Congresso.



Revistas, jornais e portais de notícias

- **Nexo Jornal – Política** — www.nexojornal.com.br/politica
Análises e explicações sobre o cenário político atual.
- **Revista Piauí** — piaui.folha.uol.com.br
Reportagens sobre política e sociedade.
- **BBC Brasil – Política** — www.bbc.com/portuguese/brasil
Notícias com contexto internacional.
- **El País Brasil – Política** — brasil.elpais.com/brasil/politica
Cobertura de política nacional e internacional.
- **Carta Capital – Política** — www.cartacapital.com.br/politica
Reportagens e análises sobre a política brasileira.



Livros introdutórios

- AZAMBUJA, Darcy. **Introdução à ciência política: edição revista e atualizada**. São Paulo: Globo, 2008.
- LEVITSKY, Steven; ZIBLATT, Daniel. **Como as democracias morrem**. Tradução de Patrícia Bezerra. São Paulo: Intrínseca, 2018.



Canais e perfis para acompanhar

- **YouTube Politize!** — vídeos didáticos sobre temas políticos e direitos civis.

- **Canal Meteoro Brasil** — análises históricas e políticas em linguagem acessível.
- **Canal MyNews** — entrevistas e debates sobre política nacional.
- **Instagram @politizeoficial** — conteúdos rápidos e didáticos sobre política.

Podcasts e áudios

- **Presidente da Semana (Folha de S. Paulo)** — história dos presidentes do Brasil.
- **Durma com Essa (Nexo Jornal)** — análises diárias sobre política e sociedade.
- **Café da Manhã (Folha de S. Paulo)** — resumos sobre as principais notícias do dia.

Periódicos e bancos de dados acadêmicos

- **Scielo** — www.scielo.org
Artigos científicos em português sobre política, democracia e sociedade.
- **Revista Brasileira de Ciência Política** — www.scielo.br/j/rbcn/
Estudos atualizados em Ciência Política.
- **Portal CAPES** — www.periodicos.capes.gov.br
Acesso a publicações científicas para aprofundamento acadêmico.
- **Fundação Getulio Vargas – FGV CPDOC** — cpdoc.fgv.br
Documentos e materiais sobre História Política do Brasil.
- **IPEA (Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada)** — www.ipea.gov.br
Estudos sobre políticas públicas e desenvolvimento.

Especificidades do Ceará e Fortaleza

- **Assembleia Legislativa do Ceará (AL-CE)** — www.al.ce.gov.br
Acompanhe projetos de lei, comissões, deputados estaduais e debates que impactam diretamente o Ceará.
- **Governo do Estado do Ceará** — www.ceara.gov.br
Informações sobre programas estaduais, políticas públicas e ações do governo.
- **Câmara Municipal de Fortaleza** — www.cmfor.ce.gov.br
Para conhecer vereadores, acompanhar votações e projetos que envolvem a capital cearense.

- **IPECE – Instituto de Pesquisa e Estratégia Econômica do Ceará —**
www.ipece.ce.gov.br
Estudos e relatórios sobre desenvolvimento econômico, social e políticas públicas no Ceará.
- **O Povo – Política** — www.opovo.com.br/politica
Portal de notícias cearense com cobertura atualizada sobre política local e nacional.
- **Diário do Nordeste – Política** —
diariodonordeste.verdesmares.com.br/politica
Notícias, entrevistas e análises sobre a política no Ceará.
- **Universidade Federal do Ceará – LEPEM** - <https://lepe.m.uec.br/pt/>
Laboratório de Estudos sobre Política, Eleições e Mídia.



Políticas Públicas

- **Observatório de Políticas Públicas da UFC (OPP)** — oppce.ufc.br/pt/
Projeto de pesquisa que monitora, analisa e divulga dados sobre políticas públicas no Ceará e no Brasil.
- **IPEA – Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada** — www.ipea.gov.br
Um dos principais órgãos do Brasil em estudos sobre políticas públicas, desigualdade, economia e desenvolvimento social.
- **Portal do Ministério da Gestão** — www.gov.br/gestao
Informações sobre planejamento, orçamento federal e programas de políticas públicas no Brasil.
- **Politize! – Políticas Públicas** — politize.com.br/tag/politicas-publicas
Textos didáticos explicando o ciclo de políticas públicas e exemplos práticos.
- **PNUD Brasil (Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento)** —
www.undp.org/pt/brazil
Projetos e relatórios sobre políticas públicas e Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) no Brasil.

Partidos Políticos

- **Portal do TSE – Partidos** — www.tse.jus.br/partidos
Lista completa dos partidos registrados, estatutos, diretórios, filiados e prestação de contas.

- **Atlas Político** — atlaspolitico.com.br
Mostra de forma visual como partidos e parlamentares se posicionam ideologicamente.
- **Portal da Câmara dos Deputados – Bancadas e Partidos** —
www.camara.leg.br/deputados/bancadas
Composição das bancadas partidárias na Câmara.
- **Enciclopédia do Legislativo Brasileiro (FGV/CPDOC)** —
cpdoc.fgv.br/acervo/dicionarios/verbeteleg
Histórias de partidos e personalidades políticas brasileiras.
- **Estadão Dados – Partidos** —
www.estadao.com.br/infograficos/politica/partidos-politicos-brasileiros,169449
Infográficos e análises sobre partidos desde a redemocratização.

Dica final: Use esses materiais para comparar diferentes perspectivas, identificar fontes confiáveis e formar sua própria opinião sobre política, com atenção também à realidade local!

